História do Brasil

HISTÓRIA DO BRASIL

Volume I

OBRAS DO AUTOR

FORMAÇÃO BRASILEIRA. (Rio de Janeiro, 1935).

RIO DE JANEIRO SEEN IN A FEW HOURS e RIO DE JANEIRO EN POCAS HORAS. Guias turísticos, em inglês e espanhol. (Rio de Janeiro, 1938).

BRASIL SOCIAL. 1500/1640. (Lisboa, 1940).

GUIA TURÍSTICO DO RIO DE JANEIRO. (Rio de Janeiro, 1942).

VISCONDE DE SEPETIBA. Biografia. (Petrópolis, 1943).

MATIAS DE ALBUQUERQUE. Biografia. (Rio de Janeiro, 1944).

DA MAIORIDADE À CONCILIAÇÃO. 1840/1857. Tese de concurso. (Rio de Janeiro, 1945).

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA. 1812/1869. (Rio de Janeiro, 1945). Prêmio José Veríssimo, de Ensaio e Erudição, da Academia Brasileira de Letras.

ESTUDOS DE HISTÓRIA COLONIAL. (São Paulo, 1948).

HISTÓRIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL. (Rio de Janeiro, 1948).

HISTÓRIA DA VIAÇÃO BRASILEIRA. (Rio de Janeiro, 1949).

ESTUDOS DE HISTÓRIA IMPERIAL. (São Paulo, 1950).

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA DO BRASIL. Para os Cursos Técnicos e de Comércio. (São Paulo, 1951). Prêmio Silva Martha, da Associação Comercial de Lisboa.

Seis compêndios de HISTÓRIA DO BRASIL e um de HISTÓRIA DA AMÉRICA, para os ginásios e colégios do ensino secundário, em várias edições. (Rio de Janeiro e São Paulo, 1945/1953).

CAPISTRANO DE ABREU. Ensaio biobibliográfico. (Rio de Janeiro, 1955). Premiado no concurso oficial do Centenário de Nascimento do historiador.

DENTRO E FORA DO BRASIL. Viagens. (Rio de Janeiro, 1955).

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL. (Rio de Janeiro e São Paulo, 1958).

LETRAS IMPERIAIS. História literária. (Rio, 1961).

HISTÓRIA DA REPÚBLICA. (São Paulo, 1961).

Obras alheias, anotadas pelo autor

"A MALAGUETA", de Luís Augusto May — 1821/1824. Coleção Fac-similar de Jornais Antigos. Introdução. (Rio de Janeiro, 1945).

HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro. 3.ª edição, revista e anotada. (São Paulo, 1957).

LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL — 1612, de Diogo de Campos Moreno. Edição crítica. Introdução e notas. (Recife, 1958).

DIÁRIO DE 1862, de D. Pedro II. Prefácio e notas. (Petrópolis, 1960).

APARÊNCIA DO RIO DE JANEIRO, de Gastão Cruls. 3.ª edição, anotada. (Rio de Janeiro, 1965).

A publicar

D. PEDRO I JORNALISTA.

SEIS PORTUGUÊSES DO BRASIL. Biografias.

VULTOS DO IMPÉRIO.

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA. 2.º volume.

ACRÉSCIMOS À BIOGRAFIA DE JOSÉ BONIFÁCIO.

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA.

HISTORIOGRAFIA E HISTORIADORES DO BRASIL.

D. PEDRO I E D. PEDRO II. Acréscimos às suas biografias.

HELIO VIANNA

Professor catedrático de História do Brasil, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

História do Brasil

VOLUME I

PERÍODO COLONIAL

Tomo I

4.ª edição, revista e atualizada

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

PAx
IV-1966

1.ª edição — 1961/1962

2.ª edição — 1963

3.ª edição — 1965

4.ª edição — 1966

Nos pedidos telegráficos basta citar o cód. 0-03-058

SUMÁRIO

VOLUME I — PERÍODO COLONIAL — Tomo I

ÍNDICE DAS PRANCHAS

MAPAS INCLUÍDOS NO TEXTO

INTRODUÇÃO

O ENSINO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Durante o período colonial, quando o ensino, no Brasil, estava a cargo principalmente dos religiosos, estudava-se apenas a História Sagrada e da Igreja, pouca atenção sendo dada à profana, que, incidentemente, apenas aparecia no estudo das línguas antigas, sobretudo do latim. Se era assim tão escasso o ensino da História em geral, menores ainda seriam as referências à História do Brasil, então nascente. Prova disto encontramos no primeiro e pequeno compêndio de História, na Bahia, em 1691, escrito pelo jesuíta italiano Antônio Maria Bonucci. Trata-se do Epítome Cronológico, Genealógico e Histórico *publicado em Lisboa, 1706* (1), *no qual são mínimas as alusões a Portugal e inexistentes quaisquer ao Brasil.*

Depois da expulsão dos jesuítas, organizou o Ministro Marquês de Pombal o ensino oficial no Brasil, por intermédio das escolas régias, mantidas pelo chamado subsídio literário. *Muitas foram as aulas então criadas nas principais povoações brasileiras, e que podem ser consideradas de segundo grau. Nenhuma, porém, de História, que apenas continuava a aparecer ligada à História Sagrada, às línguas e à retórica.*

Sòmente depois da Independência do Brasil apareceria a idéia da preparação de uma obra que enfeixasse a História dos Principais Sucessos Políticos *do então recente Império e de seus antecedentes, tendo em vista o seu ensino. Outras* Histórias do Brasil *já haviam aparecido, antes, desde o século XVI, nenhuma porém com êsse objetivo. De sua elaboração foi por D. Pedro I encarregado o Conselheiro José da Silva Lisboa, depois 1.º Barão e único Visconde de Cairu, que planejou um trabalho em dez partes, de que entre 1825 e 1830 publicou cinco tomos, um dêles de* Introdução, *outro sôbre o descobrimento do Brasil, os três últimos referentes à própria Independência, de cujo movimento fôra ativo participante* (2).

NO COLÉGIO DE PEDRO II

Sòmente com a criação, em 1837, do Imperial Colégio de Pedro II, pôde, pràticamente, concretizar-se a iniciativa oficial referente ao ensino da História em geral. No estabelecimento-padrão foi encarregado da

(1) Cf. Serafim Leite S. I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil,* tomo VII (Rio de Janeiro, 1949), p. 169; e tomo VIII (idem), p. 110/111.
(2) Cf. Helio Vianna — "O Visconde de Cairu — jornalista e panfletário (1821-1835)" na *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869),* (Rio, 1945), p. 359/446.

cadeira o notável jornalista Justiniano José da Rocha, que depois seria autor do magnífico ensaio de História Política Ação; Reação; Transação.

A 8 de fevereiro de 1840, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, expôs o referido professor "que tendo sido nomeado pelo govêrno para dar um curso de História Pátria no Imperial Colégio de Pedro II, achava-se, todavia, bastante embaraçado para preencher de uma maneira satisfatória a nobre tarefa, que lhe fôra encarregada, em razão de não existir ainda um bom compêndio de História do Brasil, *por onde se pudesse orientar, o que o obrigava a entregar-se ao árduo e penoso trabalho de folhear diversos autores, extraindo dêles, com nímia dificuldade, o que lhe parecia mais verídico, a fim de preparar as suas lições; depois de ter mostrado a necessidade, que se fazia sentir, de um bom compêndio de História Pátria, e a grande utilidade, que do mesmo deve resultar, terminou o seu discurso propondo ao Instituto que houvesse de nomear uma comissão especial, a fim da mesma tomar sôbre si o organizar um compêndio de História do Brasil"* (3).

Amplamente discutido o assunto, terminou-se, como de praxe, pela nomeação de uma comissão encarregada de estudá-lo e... enterrá-lo. Ao Ministro do Império, aliás notável figura de nossa História, o primeiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, coube resolver a dúvida do professor, autorizando a adoção, no Imperial Colégio, do mau Resumo de História do Brasil, *de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde* (4), *compêndio, êste, que se baseava em obra estrangeira, o* Résumé de l'Histoire du Brésil, *de Ferdinand Denis, de 1825* (5).

Nôvo professor de História Geral, Pátria, *Geografia e Cronologia era nomeado em 1840 — o Cônego penitenciário da Capela Imperial, Marcelino José da Ribeira Silva Bueno. Ainda ligado à História Geral permaneceu o ensino da História do Brasil nos anos seguintes, passando por aquela cátedra o Barão de Planitz, saxônio naturalizado brasileiro; João Batista Calógeras, grego que aqui se radicou; e o escritor Joaquim Manuel de Macedo. Pelo plano de estudos em 1841 proposto pelo Reitor Joaquim Caetano da Silva, sòmente no 7.º ano do curso era lecionada a matéria, como coroamento de tôda a História Universal.*

CRIAÇÃO DA CADEIRA

A 25 de março de 1849 dividia um decreto a cadeira de História e Geografia do Imperial Colégio de Pedro II. "A 3 de abril o Ministro

(3) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* do Rio de Janeiro, tomo II, de 1840, p. 147/148.
(4) Escragnolle Dória — *Memória Histórica do Colégio de Pedro II, 1837-1937* (Rio de Janeiro, 1939), p. 49.
(5) Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen — "Primeiro juízo" sôbre o *Compêndio de História do Brasil* de José Inácio de Abreu e Lima, na *Revista do Instituto Histórico,* cit., tomo VI, de 1844, p. 60/83.

Visconde de Monte Alegre comunicou à Reitoria do Colégio ter Sua Majestade o Imperador havido, a bem da 1.ª cadeira de História e Geografia, desligar o ensino da História do Brasil. Ficava, provisòriamente, o ensino da disciplina a cargo do professor da 2.ª cadeira de Latim, Antônio Gonçalves Dias, devendo êste, em vez de dez lições, dar doze semanais, as duas últimas destinadas ao ensino da História Pátria. Venceria, pelo acréscimo de trabalho, a gratificação anual de 200$000, contada do dia da entrada em exercício" (6).

"Obrigado a deixar o cargo para dar desempenho a comissões científicas, o cantor dos Timbiras *foi substituído pelo autor de* A Moreninha", *Joaquim Manuel de Macedo* (7). *Exonerado, a pedido, a 5 de agôsto de 1852, ofereceu-se porém, Gonçalves Dias, para lecionar gratuitamente a cadeira de História do Brasil até o fim do ano letivo.*

Persistia, entretanto, a questão da dificuldade da adoção de um compêndio de História do Brasil, obstáculo ao bom ensino da disciplina no ensino secundário até hoje observado, inclusive devido aos maus programas oficiais vigentes. Em sessão do Instituto Histórico, de 2 de maio de 1856, foi lido um ofício do Diretor do Conselho de Instrução Pública da Côrte, o ex-Ministro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, de 26 de dezembro de 1855, pedindo à instituição "se digne de guiar o mesmo Conselho na escolha de um compêndio de História do Brasil, que deve ser seguido nas escolas". Reiterou o pedido em ofício de 11 de janeiro de 1856 (8).

Para o Colégio de Pedro II sòmente em 1861 estaria resolvida a dificuldade, com o aparecimento, então, das Lições de História do Brasil, *de Joaquim Manuel de Macedo, que teve sucessivas edições, até os nossos dias, apesar dos protestos contra o seu método depois levantados por uma autoridade como João Capistrano de Abreu* (9).

MACEDO, PROFESSOR DE HISTÓRIA

De como Macedo regia sua cátedra pôde depor, com o pitoresco de sempre, um discípulo que seria historiador, Vieira Fazenda. Em artigo intitulado "O Dr. Macedo", depois incluído nas Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro, *a propósito de outro artigo de Ernesto Sena, também sôbre o escritor de* A Moreninha, *publicado no* Jornal do Comércio *de 24 de junho de 1911, disse o insigne sabedor da história carioca:*

"Como é sabido, foi êle professor de História do Brasil do Colégio D. Pedro II. Em 1865 fui seu aluno, quando cursava o sétimo e último ano. O retrato feito pelo Sena é exato e perfeito.

---

(6) Escragnolle Dória — *Op. cit.*, p. 70.

(7) J. B. de Melo e Sousa — "O ensino da História no Colégio Pedro II", aula inaugural de 1940, publicada no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro.

(8) *Revista do Instituto Histórico*, cit., tomo XIX, de 1856, p. 6 do Suplemento.

(9) Cf. trecho de carta de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco, que primeiramente publicamos na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n.º 17, de julho de 1942, p. 337.

"Naquele tempo não era permitido aos alunos dares e tomares com seus professôres. Macedo conservava sempre na aula ar austero, conquanto nós soubéssemos que êle, cá fora, era lhano, espirituoso e uma das principais figuras da célebre Sociedade Petalógica.

"Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitia a seus alunos apreciar a nossa História com um pouco de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais. Se Nabuco fôsse vivo, não me deixaria mentir. Muitas vêzes foi chamado à ordem, quando pretendia fazer considerações sôbre a Guerra Holandesa, Inconfidência Mineira, Pedro I, a dissolução da Constituinte, etc.

"E quando lhe dava na mente mandar o aluno transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mapas anexos ao compêndio? Aquilo era grande cacetada, diminuída pelo socorro de algum companheiro, verdadeiro ponto soprador, como se usa em teatro.

"Nesses dias Macedo levava a escrever folhetins para a Revista Popular *ou a rever provas de escritos seus. De quando em vez, levantava a cabeça, e, ou não via a cola, ou se mostrava despercebido, enquanto o pobre paciente suava em bicas e almejava a hora de terminar a aula.*

"Quando Macedo foi para a Câmara dos Deputados, teve por substituto Salvador de Mendonça. Êste sim, môço cheio de esperanças, fazia belíssimas preleções, dignas de estudantes adiantados. Tinha um grande merecimento, além de outros: no meio do maior entusiasmo, se ouvia soar a hora, levantava-se automàticamente, deixando o auditório a ver navios. Possuía um cacoete: as palavras acabadas em ento, *Salvador as pronunciava como terminadas em* iento — descobrimiento, acontecimiento, *etc."* (10).

Além de Vieira Fazenda e Joaquim Nabuco, também foi bom aluno de Salvador de Mendonça no Pedro II o futuro Presidente de São Paulo e da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (11).

Outro substituto de valor teve o romancista de O Môço Loiro *em sua cátedra de História e Corografia do Brasil, embora apenas por um trimestre, de abril a junho de 1868: "chamava-se José Maria da Silva Paranhos Júnior, seria o Barão do Rio Branco"* (12).

Para que se tenha idéia da parte então ocupada pela História do Brasil no exame de preparatórios de História, convém saber que, ao lado de 47 pontos de História Geral, apenas 10 eram exigidos de História Pátria (13). *Isto, para candidatos não pertencentes ao Colégio, pelo qual pessoalmente zelava seu patrono, o Imperador, a ponto de tornar das mais desejadas posições do Brasil de então, as de seu professor.*

---

(10) Vieira Fazenda — *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro,* na *Revista do Instituto Histórico,* cit., tomo XCV, vol. 149, de 1924, p. 247/248.

(11) Carlos Sussekind de Mendonça — "Salvador de Mendonça", na *Revista do Brasil* (3.ª fase), do Rio de Janeiro, de agôsto de 1941, p. 47.

(12) Escragnolle Dória — *Op. cit.,* p. 120.

(13) Conf. o *Guia dos Professôres e dos Estudantes,* etc. (Rio, 1880).

CAPISTRANO DE ABREU, PROFESSOR

Falecido em 1882 o catedrático titular Joaquim Manuel de Macedo, foi seu transitório substituto João Maria da Gama Berquó.

Aberto concurso para provimento da cadeira, inscreveu-se um môço jornalista, poucos anos antes chegado do Ceará, João Capistrano de Abreu. Apresentou tese sôbre Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI, *trabalho ainda hoje reputado como dos melhores, relativamente a êsse acontecimento e período. A cerrada argumentação do texto, sustentada em estilo excepcionalmente sucinto, não admitia réplicas acadêmicas às decisivas conclusões apresentadas. Audaciosas "proposições", algumas das quais até hoje não satisfatòriamente demonstradas, encerravam o impressionante ensaio.*

A discussão da tese, no decorrer do concurso, ficou famosa na história do tradicional estabelecimento de ensino. Dela possuímos interessante reportagem, devida ao jornalista alemão Carlos von Koseritz, radicado em Pôrto Alegre, então no Rio de Janeiro.

"A tese de Capistrano — escreveu êle — que trata com verdadeira mestria e grande saber do descobrimento do Brasil e do seu desenvolvimento no século XVI, era sem dúvida a melhor e tão excelente era que ia muito além dos horizontes dos dois limitadíssimos examinadores Moreira de Azevedo e Matoso Maia. Se o meu amigo Sílvio [Romero], que também pertencia à comissão, tivesse examinado, a coisa teria corrido de outra maneira. Mas foi um verdadeiro exemplo de dois examinadores ignorantes e intelectualmente limitados, aos quais o examinando superava de longe, e que, por isto, com êle se chocavam e se comprometiam a cada momento. Êles faziam as mais extraordinárias e, por vêzes, mesmo, tôlas objeções à tese do talentoso jovem, e via-se claramente como o Imperador se aborrecia com a incapacidade dos examinadores. O candidato bateu-os em tôda a linha e brilhou realmente à custa dos seus argüidores. Cada um dêles examinou por esta forma nada menos que satisfatória, cêrca de meia hora, e assim que a hora tinha corrido o Imperador deu o sinal para cessar a brincadeira cruel" (14).

A 23 de julho de 1883 Capistrano tomou posse do cargo.

No ano seguinte, na Gazeta Literária, *publicou apenas a introdução de um trabalho que seria talvez a explicação de curioso "Programa de História do Brasil", caso o tivesse continuado. E ainda em 1884 seu amigo Júlio Ribeiro, tão parcimonioso nos elogios, considerava-o "a maior glória do magistério oficial brasileiro"* (15). *Não seria esta a opinião de outro amigo, o Professor José Veríssimo, porventura mais*

(14) Carlos von Koseritz — *Imagens do Brasil,* tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de Melo Franco (São Paulo, 1943), p. 110.
(15) *Gazeta Literária,* do Rio de Janeiro, ano II, n.º 20, de 24 de novembro de 1884, p. 377/380.

sincero ao registrar que Capistrano era mestre que não baixava a explicação ao nível de seus discípulos menos favorecidos de compreensão (16).

Sòmente até 1899 exerceu o cargo, visto que nesse ano, às vésperas do quarto centenário do descobrimento do país, houve por bem o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio Pessoa, novamente anexar o ensino da História do Brasil ao da História Universal, extinguindo, assim, a cátedra há meio século existente. Capistrano, em sinal de protesto, recusou-se a ensinar a nova disciplina, preferindo ficar em disponibilidade, certamente mais útil às suas pesquisas que o ensino no estabelecimento que sucessivas reformas haviam prejudicado, inclusive permitindo a entrada de vários professôres sem concurso.

Restabelecido êsse sistema de admissão, participou de uma banca examinadora, em 1906, em prélio a que concorreram Escragnolle Dória, Rocha Pombo, Osório Duque Estrada, José Veríssimo e outros. Vencedor o primeiro e vencido o último, contra a vontade de Capistrano, daí resultaram longas inimizades (17).

A HISTÓRIA E AS REFORMAS DO ENSINO

Alteraram o ensino da História do Brasil outras reformas posteriores à de Epitácio Pessoa, devidas a outros Ministros da Justiça, como Rivadávia Correia e Carlos Maximiliano, em 1911 e 1915. Manteve, porém, isolada a tradicional disciplina, a Reforma Rocha Vaz, de 1925. Extinguiu-a, novamente, a realizada pelo primeiro Ministro da Educação, o Sr. Francisco Campos, em 1931, mais uma vez anexando-a ao ensino da História da Civilização, nos estabelecimentos de ensino secundário de todo o país.

De acôrdo com os programas então expedidos, passou a História do Brasil a figurar apenas como anexo às unidades de História da América, da segunda à quinta série dos ginásios. Muitos foram os protestos surgidos contra o descabido desprêzo ao ensino da História Pátria. Fizeram-no a congregação do Colégio D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deputados à Assembléia Constituinte de 1933/34 e participantes do III Congresso de História Nacional.

Em 1939 promoveu uma campanha pela restauração da cadeira de História do Brasil no ensino secundário o Correio da Manhã. *Obteve, logo, que em nôvo regulamento do Colégio Militar fôsse acrescentado o ensino, autônomo, da História do Brasil. E o mesmo determinou, a*

(16) "Segundo ouço dizer, o Sr. Capistrano de Abreu, lente sabedor demais para a pouca vontade de aprender das últimas gerações de rapazes, não terá talvez conseguido ensinar a muitos dêles as listas das Capitanias e o rol dos Governadores-Gerais em que quase se cifra aqui o ensino da História Nacional, mas terá feito mais e melhor, dando a alguns a compreensão de nossa geografia e história, e a todos os que não são indignos de aprender com êle, alguma coisa do seu muito saber dêstes assuntos". — José Veríssimo — "O Sr. Capistrano de Abreu", art. de crítica na "Revista Literária" do *Jornal do Comércio* de 16 de setembro de 1907.

(17) Todo êste capítulo, conf. nossa biografia *Capistrano de Abreu* (Rio, 1955).

título provisório, nos ginásios, o Ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, em 1940. Tornou-o definitivo, dando posição especial à disciplina, em sua Reforma de 1942, substituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, vinte anos depois.

A HISTÓRIA DO BRASIL NO ENSINO SUPERIOR

A Reforma de 1931, que limitou o ensino da História do Brasil nos estabelecimentos de segundo grau, criou, entretanto, nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, então instituídas para preparo de professôres secundários e para desenvolver a pesquisa científica no país, a cadeira errôneamente denominada História da Civilização Brasileira. Criava-se, assim, o ensino da História Pátria em grau universitário, como acontece na maioria dos países cultos.

A primeira Faculdade de Filosofia a ser organizada foi a Sedes Sapientiae, católica, em São Paulo, 1933. A segunda, a da Universidade paulista criada por Armando Sales de Oliveira, data do ano seguinte. De ambas foi primeiro catedrático de História do Brasil, no ensino superior do país, exatamente o seu maior historiador então vivo, Afonso de Escragnolle Taunay, autor da História Geral das Bandeiras Paulistas, *que assim manteve a tradição vinda de Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu, de quando o referido ensino se limitava ao grau secundário.*

A Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, destinada a preparar professôres secundários para o ensino carioca, teve, também, em sua Faculdade de Ciências, a cátedra de História da Civilização Brasileira, ocupada, a princípio, pelo Sr. Afonso Arinos de Melo Franco. Reformada, coube a mesma ao Comandante Eugênio de Castro, amigo de Capistrano, que exigiu e obteve o restabelecimento de sua denominação de História do Brasil. Ocupou-a, por último, o pesquisador Luís Camilo de Oliveira Neto.

Criada, afinal, em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia, coube ao autor destas linhas o encargo da primeira cátedra federal de História do Brasil, antes do movimento de federalização que favoreceu numerosas outras Faculdades estaduais de Filosofia, hoje integrantes de várias Universidades, públicas e particulares. Atingem, umas e outras, a mais de 80, possuindo, tôdas, a cátedra de História do Brasil, em seus Cursos de História e de Geografia e História. Está, assim, o ensino da História Pátria ao nível e na extensão a que faz jus, cientes, os que alcançam o seu valor, que um país que não conhece a sua História, que a não ensina aos seus filhos, é um candidato ao suicídio, ao desaparecimento dentre as nações civilizadas (18).

(18) Cf. Helio Vianna — "A cátedra de História do Brasil no plano universitário", aula inicial na Faculdade Nacional de Filosofia, a 1.° de dezembro de 1939, publ. na revista *Educação e Administração Escolar*, n.° 13-16, de setembro-dezembro do mesmo ano; e "O ensino da História do Brasil", na revista *Cultura Política*, n.° 26, de abril de 1943, p. 117/125.

Esta História do Brasil *é dedicada à memória do*
Professor Francisco Clementino de San Tiago Dantas
(1911/1964),
amigo do autor, desde o ano de 1928 constante
incentivador de seus trabalhos.

I

PRELIMINARES EUROPÉIAS. A MONARQUIA PORTUGUÊSA

1 — Povoadores e invasores da Península Ibérica

A História do Brasil começa com a de Portugal, esta com a de tôda a Península Ibérica.

Lendários são os primeiros povoadores desta, os *iberos,* inicialmente postos em contato, ao que consta, com *ligures* e *celtas,* de que se originaram os *celtiberos.*

Mais seguras são para a História as informações relativas ao estabelecimento de feitorias *fenícias* no litoral ibérico do Mediterrâneo, a partir do século XII antes da era cristã. Cádis, Málaga e Sevilha estariam entre elas, embora já fora daquela costa a primeira e a terceira. O mesmo aí fizeram navegadores *gregos,* no século VII antes de Cristo, inclusive em Sagunto.

Substituída, porém, a supremacia comercial dos fenícios, pela dos *cartagineses,* apossaram-se êstes de boa parte da Ibéria, rica em minerais. Daí partiu Aníbal, já no século III A. C., para lutar contra os *romanos,* que pretenderam limitar ao sul do Rio Ebro a expansão púnica. Vencedor na Itália mas vencido na África, também na Península travou-se a luta pela hegemonia no Mediterrâneo, terminada pela anexação da Espanha como Província de Roma.

Não se fêz, porém, sem dificuldades, a romanização da região. As revoltas dos *lusitanos* do pastor Viriato, no século II A. C., eram contra ela, mas não assim a de Sertório, partidário de Mário. Depois desta, não tardou que os habitantes da Península deixassem o aspecto de semibárbaros membros de tribos rixentas, para assumir o de um conjunto relativamente civilizado, obediente a normas jurídicas, possuindo vias de comunicação, serviços públicos, templos, monumentos, etc. Acima de tudo, aí se instaurou, definitivamente, a vida municipal.

Transformação ainda maior foi a cristianização da Ibéria, conseguida ainda nos primeiros séculos de nossa era, apesar das perseguições que alcançaram o seu território, determinadas por alguns imperadores romanos. As invasões dos bárbaros germânicos, no século V, novos aspectos vieram trazer à Hispânia. *Vândalos* e *alanos* por ela apenas

passaram, uns prosseguindo para a África, outros expulsos. Na Península mantiveram-se os *suevos,* embora a maior parte dela viesse a pertencer aos *visigodos.* Convertidos à fé cristã, mas às vêzes divididos por heresias, nas duas centúrias seguintes foram tomando forma os seus Reinos, predominando afinal os visigóticos.

Aproveitando dissensões entre os godos, nova invasão ocorreu, no século VIII, e esta de elementos inacessíveis ao cristianismo, os *árabes,* já empolgados pelo islamismo fanático e expansionista. Conquistando quase tôda a Península Ibérica, foram entretanto detidos na tentativa de atingir a França. Na própria Espanha encontraram séria resistência nas Astúrias, onde Pelágio iniciou a luta pela reconquista, que, realizada palmo a palmo, duraria mais de setecentos anos.

Em meio dessa épica emprêsa, surgiu o Reino de Portugal.

2 — *Formação do Reino de Portugal*

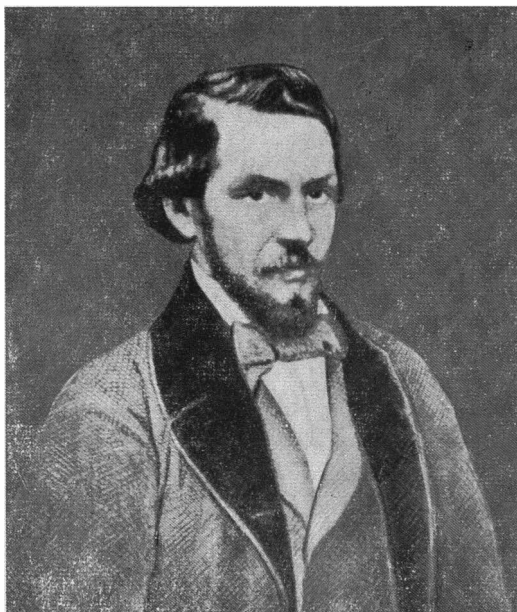
Dividida a Espanha em vários Reinos cristãos e muçulmanos, entre êles uniram-se, no século XI, por diversas circunstâncias dinásticas e guerreiras, sob a Coroa de D. Afonso VI, os de Leão, Castela e Galiza. Compreendia o último, em parte, terras que hoje são do Centro e Norte de Portugal.

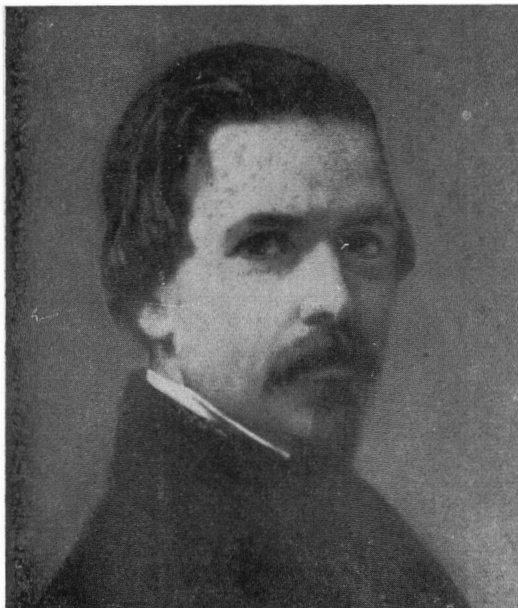
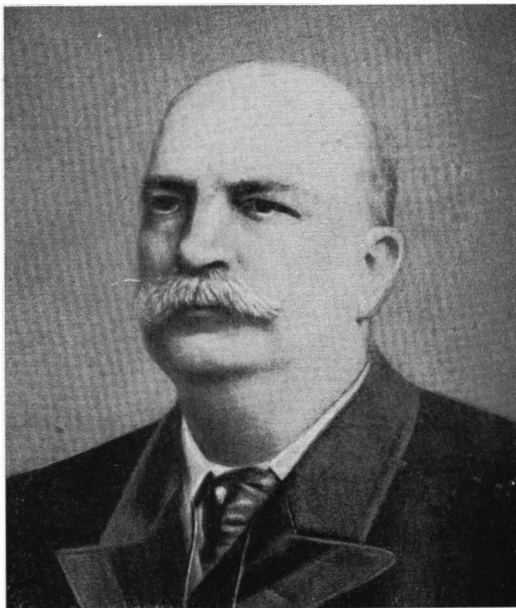
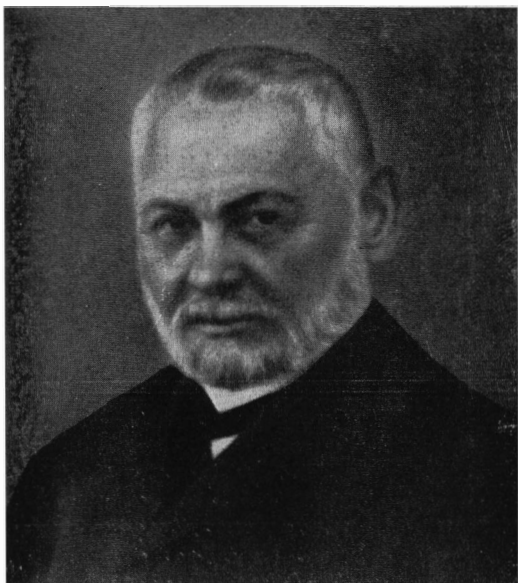
Dificuldades oriundas da vizinhança dos mouros levaram o Rei a apelar para o auxílio de fidalgos franceses, que na Península quisessem combater. Alguns aí permaneceram, casando-se com filhas de D. Afonso VI: Raimundo de Borgonha, com D. Urraca, recebendo por isso o Condado da Galiza, ao norte do Rio Minho, e Henrique de Borgonha, com D. Teresa, recebendo pelo mesmo motivo o Condado de Portugal, ao sul daquele rio.

Tendo apenas o govêrno dessas terras, e não sua posse definitiva, alterou-se a situação com a morte do Rei, cuja sucessão coube a D. Urraca. Falecendo, pouco depois, também o Conde D. Henrique, não quis a viúva reconhecer-se vassala da irmã, passando a ser considerada Rainha de Portugal. Lutando depois contra o sobrinho, D. Afonso VII, deixou-se, entretanto, dominar pelo fidalgo galego Conde Fernando Peres de Trava, com quem dividia o mando.

Por isso rebelou-se contra a própria mãe o filho de D. Henrique — "que de tal pai tal filho se esperava" — como cantou Camões, o Infante D. Afonso Henriques, cuja forte personalidade domina grande parte do século XII, fundamental para a formação portuguêsa. Vencendo a D. Teresa e a seus partidários em São Mamede, firmou sua autoridade sôbre o Condado. Vencendo a D. Afonso VII em Cerneja, pôde assegurar, por algum tempo, a paz com os vizinhos cristãos. Vencendo aos mouros em Ourique, deu incremento à luta contra os infiéis, que caracteriza largo trecho da história lusitana.

José da Silva Lisboa, 1.º Barão e único Visconde de Cairu (1756-1835), pelo Imperador D. Pedro I encarregado de escrever a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, primeiro livro brasileiro destinado ao ensino da História do Brasil. Litografia de S. A. Sisson.

Justiniano José da Rocha (1812-1862), notável jornalista do Segundo Reinado, professor de História Geral do Imperial Colégio de Pedro II, pela primeira vez encarregado, em 1840, de ensinar História do Brasil no estabelecimento-padrão do ensino secundário. Desenho de L. A. Boulanger.

Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), notável poeta, como professor de Latim do Imperial Colégio de Pedro II encarregado, em 1849, de reger a disciplina de História do Brasil, então separada da História Geral.

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), romancista e político do Segundo Reinado, de 1852 a 1882 professor de História do Brasil do Imperial Colégio de Pedro II, para cujo ensino publicou, em 1861, suas *Lições de História do Brasil*.

Francisco Adolfo de Varnhagen, Barão e Visconde de Pôrto Seguro (1816-1878), autor, em 1854 e 1857, da mais notável *História Geral do Brasil* até hoje escrita. Retrato pelo pintor espanhol Manuel Madrazzo, de 1852.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (1845-1912), o maior diplomata brasileiro, substituto, em 1868, de Joaquim Manuel de Macedo no Imperial Colégio de Pedro II, primeiro anotador da *História da Independência do Brasil,* de Varnhagen.

João Capistrano de Abreu (1853-1927), grande historiador, primeiro anotador da *História Geral do Brasil,* de Varnhagen, de 1883 a 1899 professor catedrático de História do Brasil do Imperial Colégio de Pedro II, transitòriamente Ginásio Nacional, hoje Colégio D. Pedro II.

Afonso de Escragnolle Taunay (1876-1958), grande historiador, primeiro professor catedrático de História da Civilização Brasileira, em nível superior, das duas primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país, a Sedes Sapientiae, de 1933, e a do Estado de São Paulo, de 1934.

No mesmo ano de 1139 passou D. Afonso Henriques a intitular-se Rei de Portugal. Estava fundada, com a dinastia de Borgonha, a monarquia portuguêsa [1].

3 — Dinastia de Borgonha

Foi quase todo de guerras o reinado de *D. Afonso I, o Fundador,* falecido em 1185. A princípio com o Rei de Leão, D. Afonso VII, vencido em Val-de-Vez e, por isso mesmo, forçado a reconhecer-lhe a soberania, na Conferência de Zamora. Depois contra os árabes, tomando-lhes Santarém, Lisboa, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Évora, Beja, Serpa, Juromenha. Nem sempre foi vitorioso, mas alargou consideràvelmente o território português, impondo-se pela combatividade aos vizinhos cristãos e sarracenos. Desde 1179 reconhecera a Santa Sé a nova monarquia que o Fundador soubera criar.

D. Sancho I, o Povoador (1185-1211), seu filho e sucessor, mereceu o cognome, fomentando o povoamento do Reino, inclusive a êle atraindo estrangeiros, embora grandes dificuldades tivesse de enfrentar, tomando e perdendo terras dos árabes, como Silves, no Algarve, ou atacando os lioneses, na Galiza.

Sob *D. Afonso II, o Gordo* (1211-1223), prosseguiram essas dificuldades, acrescidas de dissídios com o Papa e o clero, com as próprias irmãs do Rei. Reconquistou, porém, Alcácer do Sal e procurou consolidar a autoridade real. Desde então, tornaram-se habituais as reuniões de *Côrtes,* de que participavam a *família real, o clero* e *a nobreza,* mais tarde também representantes dos concelhos, isto é, das vilas e lugares que gozassem de certa autonomia, estabelecida nos *forais.*

Conquanto tenha prosseguido na conquista de terras aos mouros, infeliz foi o reinado de *D. Sancho II, o Capelo* (1223-1248), em que se agravaram as pendências da Coroa com alguns eclesiásticos e certos fidalgos. Intervindo no caso a Santa Sé, resolveu-se a crise com a instauração da Regência do Infante D. Afonso, irmão do Rei e seu sucessor, depois de sua morte.

Retomou *D. Afonso III, o Bolonhês* (1248-1279), a política expan-

---

(1) A Batalha de Ourique e o milagre nela ocorrido, bem como a conseqüente aclamação real do Infante, foram assim descritos por Camões nos *Lusíadas:*

> "A matutina luz serena e fria,
> As estrêlas do pólo já apartava,
> Quando na cruz o filho de Maria
> Amostrando-se a Afonso o animava.
> Êle adorando quem lhe aparecia,
> Na fé todo inflamado assim gritava:
> — "Aos infiéis, Senhor, aos infiéis,
> E não a mim, que creio o que podeis!"
>
> "Com tal milagre os ânimos da gente
> Portuguêsa inflamados levantavam
> Por seu Rei natural êste excelente
> Príncipe, que do peito tanto amavam;
> E diante do exército potente,
> Dos imigos, gritando, o céu tocavam,
> Dizendo em alta voz: "Real, real,
> Por Afonso, alto Rei de Portugal!"

sionista de seus antecessores, anexando definitivamente o Algarve a Portugal. Ficou assim integralizado o território continental português.

Seu filho, *D. Dinis, o Pai da Pátria* (1279-1325), está colocado entre os grandes Reis portuguêses. Intelectual, acolheu a iniciativa do clero, da criação de um *Estudo Geral,* transformando-o em verdadeira Universidade, sediada a princípio em Lisboa, mas logo transferida para Coimbra. Homem prático, foi também chamado *o Lavrador,* por ter fomentado a agricultura, nobilitando os que a praticavam. Mandou plantar o pinhal de Leiria e esgotar pauis. Legislou construtivamente, incentivando o povoamento, o aproveitamento das terras, as atividades navais e o comércio nas feiras. Aproveitando a extinção da Ordem do Templo, conseguiu a criação, em Portugal, da de Nosso Senhor Jesus Cristo, depois de tanta importância na expansão ultramarina. Era poeta, como os filhos D. Pedro, Conde de Barcelos, e D. Afonso Sanches. Sua mulher, D. Isabel de Aragão, por suas virtudes, foi chamada a Rainha Santa.

Tiveram agitada história os reinados portuguêses do século XIV. *D. Afonso IV, o Bravo* (1325-1357), auxiliando o genro, Rei de Castela, contra os mouros, venceu-os na Batalha do Salado. Em seu tempo, como narrou Camões:

> *"O caso triste e digno da memória*
> *Que do sepulcro os homens desenterra*
> *Aconteceu da misera e mesquinha,*
> *Que depois de ser morta foi Rainha."*

Trata-se da morte de D. Inês de Castro, com quem secretamente havia se casado o Infante D. Pedro, herdeiro da Coroa. Temendo alguns fidalgos que dêsse fato resultasse desmedida influência dos parentes da futura Rainha, conseguiram do Rei autorização para matá-la.

Subindo ao Trono, *D. Pedro I* (1357-1367), dêles tomou tremenda vingança. Dedicando-se, de preferência, em seu curto reinado, a ministrar justiça, não poupando ladrões, adúlteros e assassinos, com extraordinária severidade, foi cognominado *o Justiceiro.*

D. Fernando I, o Formoso (1367-1383), apesar de ter publicado excelentes leis, como a das *sesmarias,* que mandava aproveitar as terras abandonadas, e que teria ampla aplicação no Brasil, além de ter determinado medidas favoráveis à construção naval e iniciado a aliança com a Inglaterra, foi o último soberano português da dinastia de Borgonha. Envolveu-se em três novas guerras com Castela; prejudicou-se junto à opinião pública, por seu casamento com D. Leonor Teles, cujo matrimônio anterior conseguiu anular. Assim não quiseram os portuguêses aceitar, depois de sua morte, a Regência da antipatizada Rainha-viúva, em nome da filha, a Infanta D. Beatriz, perigosamente casada com o Rei de Castela, D. João I. Revoltaram-se, aclamando Defensor e Regedor dos Reinos de Portugal e do Algarve o Mestre da Ordem de Avis, D. João, filho bastardo de D. Pedro I, a quem caberia inaugurar nova dinastia.

4 — Dinastia de Avis

Vitoriosa, em Lisboa, a revolução contra D. Leonor, logo se transformou o movimento de fidalgos e plebeus em guerra contra Castela, cujo Rei declarou sua pretensão à Coroa portuguêsa, apesar de não autorizá-lo a tanto a escritura de seu casamento com a Infanta. Invadindo Portugal, inùtilmente cercou Lisboa durante sete meses.

Em Coimbra, porém, para resolver a questão dinástica, reuniram-se Côrtes, em que o legista João das Regras, brilhantemente, defendeu os direitos do Mestre de Avis ao Trono, conseguindo a sua aclamação como *D. João I* (1385-1433).

Auxiliado por Nuno Álvares Pereira, grande chefe militar, nomeado *Condestabre,* foi retomada a campanha contra os castelhanos que, vencidos em Trancoso, bloquearam Lisboa, sendo afinal esmagados na Batalha de Aljubarrota. Vencidos, novamente, em Valverde, entre pequenas operações e várias tréguas prosseguiu o estado de guerra, até a assinatura da paz, em 1411.

Obtida esta, no continente, poderia Portugal entregar-se aos seus outros destinos fora dêle, isto é, a expansão pela África em terras de infiéis, tendo como objetivo a segurança da navegação no estreito de Gibraltar e o impedimento da passagem de mais muçulmanos para a Península. Êstes são os motivos determinantes da expedição e conquista de Ceuta realizada em 1415. Na cidade conquistada, em sua principal mesquita transformada em igreja, o Rei armou Cavaleiros os filhos que o acompanhavam, três membros dessa "alta geração" de "ínclitos infantes", como os cognominou Camões: D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, que seria *o Navegador.* Ratificando a iniciativa portuguêsa, pela bula *Sane charissimus,* de 1418, deu-lhe o Papa Martinho V as características de cruzada.

D. Duarte I, o Eloqüente (1433-1438), príncipe culto, autor de *O Leal Conselheiro,* teve de restringir o excesso das doações feitas pelo pai, pela chamada *Lei Mental* (assim denominada porque D. João I já a tinha *em mente*), segundo a qual a sucessão nos bens da Coroa ficaria limitada aos filhos legítimos mais velhos, com exclusão das mulheres, dos ascendentes, colaterais e bastardos.

Cedeu, porém, aos desejos do irmão mais môço, D. Fernando, no sentido de tentar a conquista de Tânger, resultando em desastre a expedição comandada por D. Henrique. Para assegurar a retirada e a restituição de Ceuta, exigida pelos mouros, ficou como refém aquêle príncipe. Não tendo sido possível o seu resgate, para que se não perdesse a praça africana passou êle ao cativeiro, morrendo depois de dez anos de martírio o Infante Santo.

Falecendo D. Duarte e sendo ainda menor o filho herdeiro, *D. Afonso V* (1438-1481), governou como Regente o tio D. Pedro, Duque de Coimbra, viajado, autor do *Tratado da Virtuosa Benfeitoria.* Assumindo o Rei o poder, desentendeu-se porém com o ex-tutor e sogro, morto no inglório encontro de Alfarrobeira.

A tomada de Constantinopla pelos turcos reacendeu o interêsse cristão pela luta com os infiéis. Empreendendo-a, D. Afonso V bem mereceu o cognome de *Africano:* em 1458 conquistou Alcácer-Ceguer; mais tarde determinou novas tentativas contra Tânger. Tomando Arzila, em 1471, obteve o abandono daquela cobiçada praça, ocupando-a então. Com isto, passou a ser *Rei de Portugal e dos Algarves daquém e além-mar em África.*

Menos feliz na Europa, na Espanha envolveu-se em questão dinástica, pretendendo obter o Trono de Leão e Castela mediante o casamento com a Infanta D. Joana. A guerra daí resultante não terminou bem para Portugal, depois da indecisa Batalha de Toro falhando a aliança de Luís XI de França. Afinal, pelos Tratados de Alcáçovas e Toledo, desistiu D. Afonso V de suas pretensões.

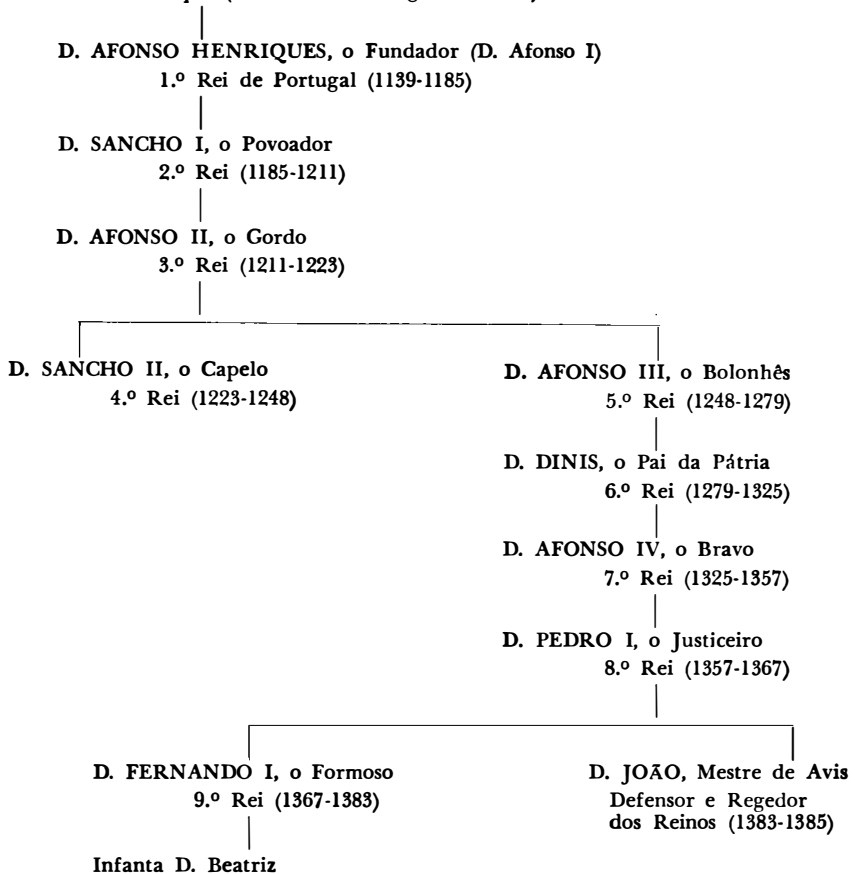
Um bom serviço à administração pública e à organização da justiça datou de seu reinado: a composição das *Ordenações Afonsinas,* primeira codificação de leis portuguêsas.

D. João II, o Príncipe Perfeito (1481-1495), além do desenvolvimento que propiciou à navegação e aos descobrimentos marítimos, consolidou o prestígio real contra o excessivo poder e as conspirações dos nobres. Preliminarmente, recolheu contra êles as queixas do povo, nas Côrtes reunidas em Évora. Depois, averiguando o entendimento do 3.º Duque de Bragança, D. Fernando, com os soberanos espanhóis, fê-lo decapitar. Perdoou, então, ao primo e cunhado D. Diogo, 3.º Duque de Viseu, mas, reincidindo êste na mesma culpa, fê-lo matar em sua presença. Outros fidalgos, também comprometidos, foram igualmente castigados. Aos demais, serviram de escarmento estas e outras execuções.

Quanto aos descobrimentos marítimos, convém assinalar que a D. João II ficou Portugal devendo três pontos essenciais à história de sua expansão ultramarina: continuando a obra do Infante D. Henrique, chegou um de seus capitães além da extremidade sul da África, o Cabo de Boa Esperança; agentes seus, investigaram a possibilidade de serem por aí atingidas as Índias. Enfim, ocorreu o descobrimento da América, por Cristóvão Colombo, e como as conseqüentes bulas alexandrinas garantissem à Espanha a respectiva colonização, pelo Tratado de Tordesilhas conseguiu assegurar a participação portuguêsa no acontecimento.

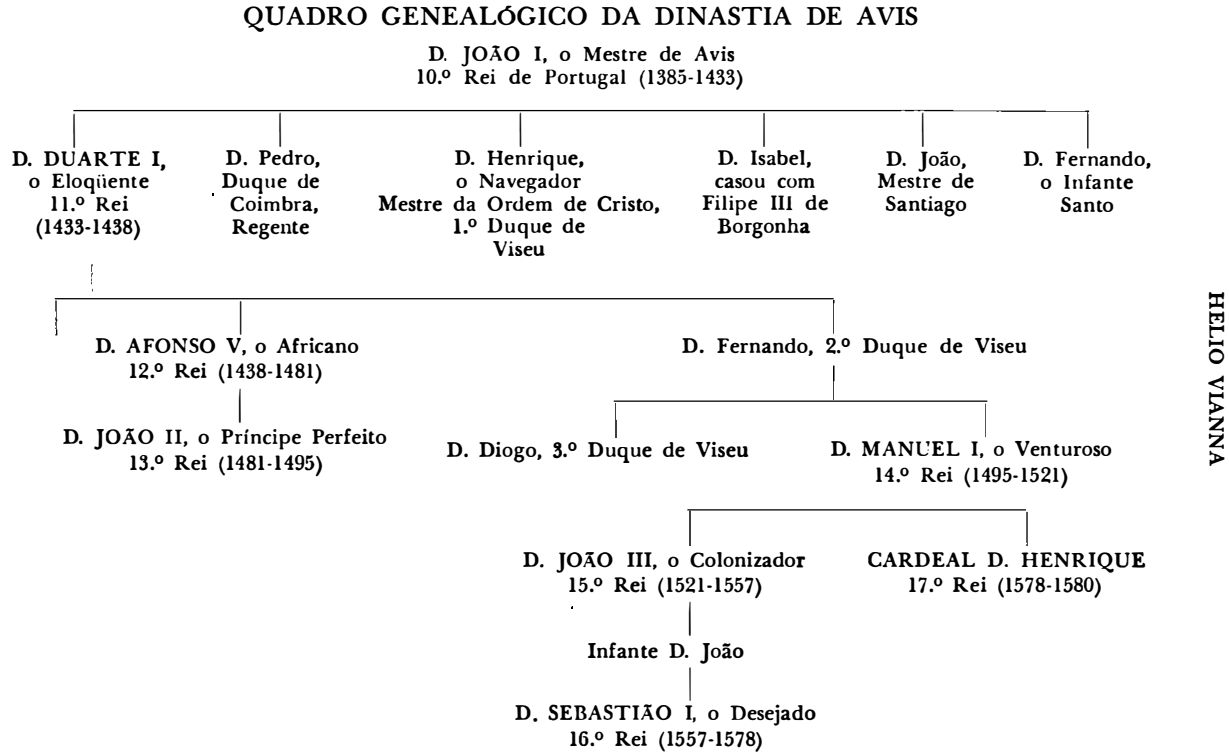
Tudo isso, que lhe dá títulos de estadista e de grande Rei, mostra que bem cumpriu sua divisa *"Polla Ley e polla Grey".*

Coube ao primo e sucessor, *D. Manuel I* (1495-1521), colhêr os frutos da política expansionista dos Reis anteriores, sendo, por isso mesmo, cognominado *o Venturoso.* Em seu reinado, Vasco da Gama abriu o caminho marítimo para a Índia, descobriu-se o Brasil, ultimou-se a conquista de Marrocos, fêz-se a segunda codificação das leis portuguêsas — as *Ordenações Manuelinas* — tomou grande impulso o comércio com o Oriente. Tornou-se assim, além de *Rei de Portugal e dos Al-*

QUADRO GENEALÓGICO DA DINASTIA DE BORGONHA

garves — Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.

D. João III (1521-1557) deve ser considerado, quanto ao Brasil, *o Colonizador*. Mandou combater os contrabandistas que infestavam, desde o princípio, o litoral brasileiro; para povoá-lo, dividiu-o, em seguida, do Maranhão a Santa Catarina, em Capitanias hereditárias; e afinal, para melhor aproveitá-lo, criou o govêrno-geral, com sede na cidade do Salvador, a fim de dar unidade à administração e prestar socorro aos vários núcleos de povoamento cuja fundação propiciou.

Seu neto, *D. Sebastião I, o Desejado* (1557-1578), e o tio-avô dêste, *o Cardeal-Rei D. Henrique I* (1578-1580), foram os últimos soberanos da dinastia de Avis. Durante o reinado daquele, inclusive durante a sua menoridade, sendo Regentes a Rainha-Viúva D. Catarina e o mes-

mo Cardeal, expulsaram-se os franceses da Baía de Guanabara, aí se fundando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em sua homenagem. Desaparecido o Rei na Batalha de Alcácer-Quibir, em Marrocos, pouco depois faleceu seu velho sucessor, dando origem à questão dinástica de que resultou a transitória elevação ao trono português dos Reis de Espanha, pertencentes à Casa de Habsburgo.

II

EXPANSÃO MARÍTIMA DE PORTUGAL

1 — A pesca, origem das navegações

Portugal, país de solo nem sempre fértil e produtivo, com muitas áreas estéreis e sujeitas às sêcas, tem de recorrer à pesca marítima para complemento da alimentação de seus habitantes. Dessa atividade econômica, como da própria situação geográfica à beira do oceano, resultaram o seu devotamento à navegação.

Assim, conforme registrou Oliveira Martins, "desde o século XII ao XVI as pescarias crescem, e nas costas portuguêsas formigam as colônias de pescadores".

Já do século XIII existem referências à pesca da baleia e à produção de seu azeite. Nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis já havia pesca de coral, talvez iniciada por genoveses. Em 1353, celebrou-se um Tratado entre Eduardo III da Inglaterra e os moradores de Lisboa e do Pôrto, estabelecendo por 50 anos o recíproco direito de pesca nas costas dos dois países. Ao tempo de D. Fernando I houve um contrato com a Ordem de Santiago, relativo ao dízimo dos peixes que entrassem pelo Rio Sado. Também importante era a pesca do atum, que chegou a render 80 contos, mas que decaiu no século XV.

Neste, figuraram entre as rendas do Infante D. Henrique a pesca de Lagos, no Algarve, e a de coral. Uma Companhia foi também organizada, para a exploração e exportação de atum e sardinha, proporcionando rendimentos à Coroa, o que também aconteceu em conseqüência de sucessivos contratos com outros arrematantes.

Já no século XVI, o descobrimento da Terra Nova, em zona rica de bacalhau, salmão e arenque, fêz com que também a essa pescaria à longa distância se dedicassem os portuguêses. Viana, no Minho, foi, até a centúria seguinte, notável centro de pesca, "de perto e de longo".

2 — Primeiras campanhas navais

Cedo começou o emprêgo militar da marinha em Portugal. Ainda ao tempo de D. Afonso Henriques, D. Fuas Roupinho bateu os mouros no Cabo Espichel, correu a costa até o Algarve, chegando a Ceuta e sendo vencido e morto no Estreito de Gibraltar. Com o auxílio de

uma grande frota de cruzados franceses, inglêses, alemães e flamengos foi Lisboa tomada aos muçulmanos. A mesma colaboração verificou-se na precária conquista de Silves, no reinado de D. Sancho I. E quando definitivamente foi obtido o Algarve, sob D. Afonso III, uma frota cooperou no cêrco de Faro.

Novamente tiveram utilização militar os navios portuguêses, na primeira e na terceira guerras de D. Fernando contra Castela, na última com cooperação inglêsa.

Na centúria seguinte, com a expedição contra Ceuta, em 1415, começou a sistemática expansão marítima de Portugal, obra contínua de mais de um século, ora guerreira ora pacífica, mas quase sempre simultâneamente revestindo-se dêsses dois aspectos.

3 — A navegação, antes dos descobrimentos

Até que sob o influxo de D. Henrique, de D. João II e de D. Manuel I, pudesse a marinha portuguêsa ser empregada nos descobrimentos que escreveram páginas da História Universal, passou ela por significativos aperfeiçoamentos.

Ainda no século XII mandou D. Sancho I construir "debadoyras" nas praias, para encalhar navios.

No reinado de D. Dinis, quando já era relativamente intenso o tráfico marítimo com outros países da Europa, foi construído o Pôrto de Paredes e plantou-se o pinhal de Leiria, inclusive para o fornecimento de madeira às construções navais. Nomeou-se então o primeiro Almirante português, Nuno Fernandes Cogominho, para cuja vaga foi contratado o genovês Pezagno. Data dessa época a chegada dos portuguêses às Ilhas Canárias, conforme posterior declaração de D. Afonso IV ao Papa.

Ainda maior proteção oficial recebeu a marinha mercante ao tempo de D. Fernando I. Conforme documentou a *Crônica* de Fernão Lopes, incentivou-se grandemente a construção naval, mediante a isenção de impostos e a concessão de vantagens e garantias aos armadores. Com isto, desenvolveu-se o comércio marítimo, exportando Portugal produtos de sua agricultura e importando tecidos e manufaturas. Avultadas tornaram-se as rendas da Alfândega de Lisboa, pôrto franco, freqüentado por numerosos estrangeiros.

Assim, ao entrar o século XV e o período dos descobrimentos, já havia a navegação portuguêsa ultrapassado os antigos tipos de *galeotas* de um só mastro, com 16 bancos de remeiros, pescadores ou criminosos; e mesmo as *galés* de dois mastros, com 25 a 30 bancos de remeiros, inclusive cativos, com castelos à proa e à pôpa, de onde se arremessavam dardos, lanças, setas e material incendiário, nas campanhas navais de então. Passou a usar *barcas, barinéis* e afinal as *caravelas,* de tanta importância no nôvo ciclo aberto por iniciativa do Infante D. Henrique, conforme veremos.

4 — D. Henrique, o Navegador

Nascido em 1394, participante da expedição de Ceuta, Mestre da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, 1.º Duque de Viseu, ao Infante D. Henrique, filho de D. João I e da Rainha D. Filipa de Lencastre, coube uma função de maior relevância na história dos descobrimentos marítimos portuguêses.

De volta daquela primeira jornada da África, estabeleceu-se no extremo sudoeste do continente europeu, próximo ao Cabo de São Vicente, e aí, fiel à sua divisa — *Talent de bien faire* — criou o centro de estudos e experiências náuticas que se convencionou chamar *Escola de Sagres,* por ficar perto do promontório dêsse nome. Atraiu à sua companhia um cartógrafo e construtor de instrumentos náuticos — Mestre Jácome de Maiorca, navegadores como o veneziano Cadamosto e outros. Dedicado à Matemática e à Astronomia, aplicou-as no aperfeiçoamento da marinharia de seu tempo, de modo a pôr em execução o plano que consistia no descobrimento gradativo da costa e do interior da África, tendo em vista, simultâneamente, a conversão à fé cristã de seus naturais e o estabelecimento de relações comerciais úteis aos portuguêses. Autorizado por bulas dos Papas Eugênio IV, Nicolau V e Calisto III, aplicou com êsse objetivo tanto as rendas da Ordem de Cristo como outras que lhe doaram o irmão D. Duarte e o sobrinho D. Afonso V.

Ao perecer, em 1460, se não havia realizado tôda a obra que tinha projetado, deixou-a bem encaminhada o Infante D. Henrique, com justiça cognominado *o Navegador.*

5 — Descobrimento das ilhas do Atlântico

Ainda em vida de D. Henrique e sob seu influxo e da Ordem de Cristo foram descobertas e colonizadas as Ilhas da Madeira e Pôrto Santo, assim como o Arquipélago dos Açôres.

Adotou-se para a exploração por particulares, o sistema da criação de Capitanias hereditárias, que depois seria usado também no Brasil. Sendo desertas, tornou-se necessário povoá-las; nelas foram introduzidas a cultura da cana-de-açúcar e a criação de gado, igualmente levadas para o Brasil da Madeira e das Ilhas de Cabo Verde, estas exploradas no mesmo ano do falecimento do Infante.

Quando as Ilhas dos Açôres ficaram superpovoadas, além de empobrecidas por erupções vulcânicas e prolongadas estiagens, muitos de seus habitantes emigraram para o nosso país.

6 — Exploração da costa ocidental da África

D. Henrique deu início à exploração da costa ocidental da África mandando que seu auxiliar Gil Eanes dobrasse o Cabo Bojador, em

1434. A seguir, e gradativamente, seus capitães atingiram o Cabo Branco, a foz do Rio Senegal, o Cabo Verde, a Gâmbia, Serra Leoa e o Cabo das Palmas.

Falecido o Infante, prosseguiram os descobrimentos até à Guiné e ilhas respectivas, ainda no reinado de D. Afonso V. Todavia, em conseqüência de uma guerra com Castela, Leão e Aragão, foi êsse Rei forçado a reconhecer a soberania espanhola sôbre as Canárias.

D. João II, seu filho e sucessor, deu nôvo e grande impulso à exploração do que faltava conhecer da costa oeste da África. Começou por determinar a fundação, aí, por Diogo de Azambuja, da feitoria e Fortaleza de São Jorge da Mina. Seus Capitães Diogo Cão e Bartolomeu Dias alcançaram, respectivamente, pontos situados além do Congo e do Cabo das Tormentas. Êste, atingido em 1488, teve o nome substituído para o de Cabo de Boa Esperança, porque a mudança de direção do litoral sul-africano tornava bem possível a hipótese do descobrimento de um caminho totalmente marítimo para a Índia.

7 — Descobrimento do caminho marítimo para a Índia

A fim de obter maiores informações sôbre o acesso oceânico das ricas regiões orientais, até então onerosamente atingidas por longos percursos mistos, terrestres e marítimos, privativos de italianos e muçulmanos, mandou D. João II que também por essas vias fôssem à África e Ásia emissários seus, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva.

Combinando o resultado dessas investigações com o das explorações da costa africana, já tinha os elementos necessários para a utilização daquele caminho quando arribou a Lisboa, de volta do descobrimento do que dizia ser outro caminho para as Índias, o navegador genovês Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha. Até que com êste país partilhasse Portugal as novas terras e até que se provasse o êrro do descobridor da América, passaram-se alguns anos, depois dos quais foi retomada a emprêsa em vista. Naquele período ocorreria o chamado "sistema de arcano", depois "política de segrêdo", durante o qual teriam os portuguêses realizado viagens secretas, hoje desconhecidas, embora prováveis.

Atingiu aquêle fim, em 1497/1498, pelo périplo da África e travessia do Oceano Índico, já no reinado de D. Manuel I, a pequena armada de Vasco da Gama, que saindo de Lisboa e contornando o Cabo de Boa Esperança, atingiu Calecute, na Índia. Com isto, estava possibilitada a transferência, para Portugal, pela via direta dos mares, do valioso comércio das especiarias e drogas orientais [1], objetivo plenamente conseguido no início do século seguinte. Para tanto, da Índia passaram os portuguêses a ocupar posições estratégicas na Ásia, como Ormuz, à

(1) Figuravam entre as *especiarias*: pimenta, gengibre, canela, arilo, cravo e noz-moscada; e entre as *drogas*: sândalo vermelho, *verzino* (*pau-brasil*), losna, almécega, espique-nardo, bórax, cânfora, ruibarbo, aloés e almíscar. — Edgar Prestage — *Descobridores Portuguêses.* Tradução portuguêsa, 2.ª edição (Lisboa, 1943), p. 347.

entrada do Gôlfo Pérsico, e Malaca, próximo ao estreito do mesmo nome, tentando fazer o mesmo em Aden, junto ao Mar Vermelho. Atingindo a China e as ricas Molucas, entre sucessivas campanhas terrestres e marítimas ficou estabelecido o comércio português no Oriente.

8 — Os portuguêses na América do Norte

Também à América do Norte chegaram as explorações marítimas portuguêsas dos séculos XV e XVI.

Sabe-se que João Vaz Côrte-Real e Álvaro Martins Homem em 1474 foram recompensados por terem ido à Terra do Bacalhau, isto é, à Ilha da Terra Nova, provàvelmente em companhia de navegadores dinamarqueses. No início de 1492, portanto antes de Cristóvão Colombo, saíram o açoriano João Fernandes, alcunhado Lavrador, e Pedro de Barcelos, para uma viagem de três anos, em que teriam chegado à Groenlândia.

Em 1500, autorizado por D. Manuel I, aí também foi Gaspar Côrte-Real, que voltou à mesma região no ano seguinte, atingindo o atual Lavrador e Terra Nova. Retomadas estas explorações em 1502, delas sucessivamente não regressaram tanto Gaspar como seu irmão Miguel.

Mais tarde, João Álvares Fagundes explorou terras do Canadá; Estêvão Gomes visitou as costas do nordeste dos atuais Estados Unidos; e João Rodrigues Cabrilho, português a serviço de Espanha, descobriu as costas da Califórnia, no oceano Pacífico.

9 — A navegação nos séculos XV e XVI

Para que Portugal pudesse realizar a expansão marítima efetivada nos séculos XV e XVI foi preciso que se aperfeiçoasse a navegação, de modo a que se tornasse transoceânica e não apenas costeira.

Quando começaram os descobrimentos portuguêses, já eram conhecidas as *agulhas de marear* e, dentre os instrumentos de observação, a *balestilha,* o *astrolábio* e o *quadrante.* Orientavam-se os navegadores, principalmente pela *Estrêla Polar,* no hemisfério Norte. Quando o deixaram, alcançando o do Sul, passaram a utilizar também o *Cruzeiro do Sul.* Para calcular latitudes pela altura do sol foram preparadas *tábuas de declinação.* Vários *Regimentos* facilitaram o uso do quadrante e do astrolábio. Também aperfeiçoadas foram as *cartas de marear,* levadas pelos navios, que substituíam os antigos *portulanos.* Continham o resultado das observações dos pilotos, registradas nas cartas *protótipos,* dos arquivos reais. Afinal, apareceram os *roteiros,* contendo tôdas as indicações necessárias à navegação.

Já mencionamos Jácome de Maiorca, auxiliar do Infante D. Henrique. Ao tempo de D. João II distinguiram-se os cosmógrafos José Vizinho, Rodrigo e D. Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta e de Viseu, que

alcançou o reinado de D. Manuel I, como Duarte Pacheco Pereira, autor do *Esmeraldo de Situ Orbis.*

Em 1529 criou-se o cargo de cosmógrafo-mor de Portugal, primeiramente ocupado pelo insigne Pedro Nunes. Seguiram-se-lhe mais oito até o fim do século XVII, entre os quais João Batista Lavanha, D. Manuel de Meneses, Antônio de Mariz Carneiro, Luís Serrão Pimentel e Manuel Pimentel, os dois últimos autores de *Roteiros,* inclusive para a navegação de Portugal ao Brasil.

Quanto aos navios, depois da utilização da *caravela,* de origem moura, embarcação de velas latinas ou triangulares, própria para navegar com qualquer vento e por isso adequada às explorações, apareceu a *nau,* maior, com velas quadradas ou redondas, destinada à navegação de que já se conheciam as rotas. As *naus,* que em nossa história colonial tiveram importante função, eram navios mistos de guerra e transporte, artilhados para a defesa e ataque, dotados de porões para carga. O *galeão,* com remos, era a continuação das antigas *galés. Navio redondo* era chamado aquêle cujo comprimento não fôsse superior a três ou quatro vêzes a largura. No Brasil utilizou-se para a navegação costeira o *bergantim,* em que remavam condenados.

Segundo Fontoura da Costa a *marinharia* vem desde os tempos do Infante D. Henrique até meados do século XVI. Começa então a *arte de navegar,* que só nos princípios do século XIX cedeu lugar à *ciência náutica.* Em tôdas, grande foi a contribuição portuguêsa, sobretudo na fase decisiva dos descobrimentos. Assim, conforme Pedro Nunes, os portuguêses "descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais é: nôvo céu, novas estrêlas".

III

PARTILHA DAS TERRAS DESCOBERTAS

1 — Ratificações da expansão portuguêsa pela Santa Sé

Acima das nações cristãs colocava-se, na Idade Média, e mesmo no início da Idade Moderna, a Santa Sé. Constituindo verdadeira autoridade supernacional, sua ascendência moral era reconhecida e proclamada, inclusive através do pagamento de tributos e envio de embaixadas de submissão e respeito. Admitia-se, então, que sòmente à Cúria Romana competia distribuir, entre os príncipes católicos, a missão cristianizadora a ser desenvolvida, violenta ou pacìficamente, em ilhas e terras dos infiéis. Essa atribuição acarretava, portanto, o reconhecimento da respectiva soberania, sôbre as zonas que conquistassem.

De acôrdo com êsse princípio, ainda em pleno século XIV, como prenúncio da futura expansão marítima de Portugal, recorreu o Rei D. Afonso IV ao Papa Clemente VI, reivindicando direitos sôbre as Ilhas Afortunadas ou Canárias.

Iniciada, com a conquista de Ceuta, a ação ultramarina do Reino peninsular, do Papa Martinho V obteve D. João I, em 1418, a bula *Sane charissimus,* que concedeu à emprêsa marroquina o caráter de cruzada, com tôdas as suas conseqüências.

Resolvendo-se a prossegui-la, não deixou o seu filho e herdeiro de recorrer ao Sumo Pontífice. Êste, Eugênio IV, pela bula *Rex Regum,* de 1436, expressamente declarou que "ficariam sujeitas a D. Duarte e seus sucessores as terras por êle conquistadas aos infiéis".

A êsse tempo, porém, um nôvo chefe e outro organismo eram incumbidos, em Portugal, da missão expansionista rumo às Índias. Referimo-nos ao Infante D. Henrique e à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, de que era Mestre. Dirigindo-se ao mesmo Papa, reconheceu-lhe êste, pela bula *Etsi suscepti,* de 1442, que, depois de sua profissão naquela milícia, poderia reter, administrar e legar as terras, portuguêsas ou não, que lhe fôssem doadas, bem como as ilhas do mar Oceano. Em concordância com essa autorização, coube à Ordem de Cristo propiciar o povoamento e a exploração da Madeira, Pôrto Santo, Açôres e Cabo Verde, futuros modelos iniciais da colonização do Brasil, atra-

vés do regime das Capitanias hereditárias, da cultura da cana-de-açúcar e da utilização do trabalho escravo.

A primeira restrição nas concessões papalinas feitas a Portugal apareceu na nova bula *Rex Regum,* do mesmo Eugênio IV, em 1443, dando a categoria de cruzada às expedições que a D. Afonso V assegurariam o cognome de Africano. Ressalvou, aí, os direitos alegados por D. João II, Rei de Castela e Leão, relativamente às terras que houvessem pertencido aos seus antecessores, as quais não estariam compreendidas nas que fôssem tomadas aos infiéis, e que ficariam pertencendo àquele soberano português e aos seus sucessores.

Outras confirmações de seus privilégios, e mesmo, verdadeiras ampliações de encargos, obteve de novos Papas a Ordem de Cristo. Assim, pela bula *Romanus Pontifex,* de 1454, de Nicolau V, foi-lhe concedida a jurisdição espiritual das terras que se localizassem desde o Cabo Não até à Índia. Confirmou-a, pela primeira bula denominada *Inter Cætera* de 1456, o Papa Calisto III, expressamente citando as ilhas do Oceano, as zonas desde os Cabos Bojador e Não, por tôda a Guiné, e além, "até os Indos".

Aquela citada exceção em favor de Castela e Leão, foi aceita por Portugal através do Tratado de Alcáçovas, de 1479, subseqüente à desastrosa guerra que pôs têrmo ao reinado de D. Afonso V, ao reconhecer à nação vizinha a posse das Canárias, sem prejuízo, porém, da continuidade da ação ultramarina portuguêsa. Isso mesmo, pela bula *Æterni Regis,* de 1481, de conformidade com outros costumes da época aprovou o Papa Sisto IV.

Seu sucessor, Inocêncio VIII, pela bula *Orthodoxæ fidei,* de 1486, aplaudiu e incitou D. João II a que continuasse os descobrimentos portuguêses.

2 — *As bulas de Alexandre VI*

Os últimos pontífices mencionados, Sisto IV e Inocêncio VIII, não mantiveram boas relações com o Rei Fernando de Aragão, casado com a Rainha Isabel, de Castela e Leão, e, como os Papas, interessado na situação política da Itália. Conseqüentemente, esforçou-se êsse soberano para que o nôvo Papa a ser escolhido lhe fôsse afeiçoado. Conseguiu-o completamente, pela eleição, em 1492, do Cardeal aragonês Rodrigo Bórgia, o célebre Alexandre VI.

Exatamente por essa época, descobriu Cristóvão Colombo, por conta dos Reinos de Castela e Leão, o que êle supunha ser um nôvo caminho para as Índias — objetivo que também tinham, como vimos, Portugal e a Ordem de Cristo.

Aportando a Lisboa, de volta da grande viagem, em março de 1493, foi recebido por D. João II, que lhe fêz ver pertencerem à sua Coroa, de acôrdo com as citadas concessões papalinas, as novas ilhas então descobertas. Retorquiu-lhe o navegante que não velejara em águas de jurisdição portuguêsa, em obediência a instruções recebidas antes da partida.

Conhecedores, os futuros Reis Católicos, dos títulos de legitimidade de direitos de que podia dispor o Rei de Portugal, apressaram-se a promover a sua revogação, valendo-se do prestígio de que gozavam na Cúria Romana. Utilizando-se, para isso, do Cardeal Carvajal, obtiveram de Alexandre VI, em abril daquele ano, porém, datada de 3 de maio (1), a nova bula *Inter cœtera,* pela qual lhes foram concedidas, como aos seus herdeiros e sucessores, "tôdas e cada uma das sobreditas terras e ilhas desconhecidas e até hoje por vossos emissários achadas e a serem achadas para o futuro, as quais não estejam constituídas sob o atual domínio temporal de nenhuns Príncipes Cristãos". Isto fazia, "porque de tôdas as obras, a mais agradável à Divina Majestade é que a religião cristã seja exaltada e divulgada em tôda parte; que a salvação da alma humana seja assegurada em todos os países, e as nações bárbaras sejam subjugadas e convertidas à Fé Católica" (2).

Tendo notícia, provàvelmente, da oposição despertada em Portugal por essa bula, por uma outra *Inter cœtera,* datada de 4 de maio, porém expedida da Câmara Apostólica a 28 de junho, resolveu o Papa distinguir as concessões espanholas das portuguêsas, outorgando aos Reis de Castela, Leão e Aragão, "tôdas (essas) ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e o Meio-Dia, fazendo e construindo uma linha desde o Pólo Ártico, a saber do Setentrião, até ao Pólo Antártico, a saber Meio-Dia, quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte, a qual linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açôres e Cabo Verde cem léguas para o Ocidente e o Meio-Dia, de tal modo que tôdas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas e por descobrir desde a sobredita linha para o Ocidente e o Meio-Dia não tenham sido possuídas atualmente por outro Rei ou Príncipe Cristão até ao dia da Natividade de Nosso Senhor Jesus Cristo, próximo pretérito, a partir do qual começa o presente ano de 1493, quando foram pelos vossos Emissários e Capitães achadas algumas ilhas antes ditas" (3). É esta a chamada "bula da partição".

Ainda por uma bula *Eximiæ devotionis,* datada de 3 de maio do mesmo ano, porém expedida em julho, estendeu aos Reis espanhóis os mesmos privilégios antes concedidos aos Reis de Portugal, nos seguintes têrmos: "Como, porém, pela Sé Apostólica tenham sido concedi-

---

(1) A questão das verdadeiras datas de saída das bulas de Alexandre VI da Câmara Apostólica foi revelada por van der Linden no trabalho intitulado "Alexandre VI and the Demarcation of the Maritime and Colonial Domains of Spain and Portugal", publicado na *The American Historical Review,* vol. 16, 1.º de outubro de 1916, apud Jaime Cortesão — *Le Traité de Tordesilhas et la Découverte de l'Amérique,* conferência no XXII Congresso Internacional dos Americanistas, reunido em Roma, 1926. O assunto foi revisto por Manuel Giménez Fernández, em *Nuevas Consideraciones sobre la Historia, Sentido y Valor de las Bulas Alejandrinas de 1493 referentes a las Indias* (Sevilha, 1944).

(2) Cf. J. Capistrano de Abreu — *O Descobrimento do Brasil.* Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, 1929), p. 230.

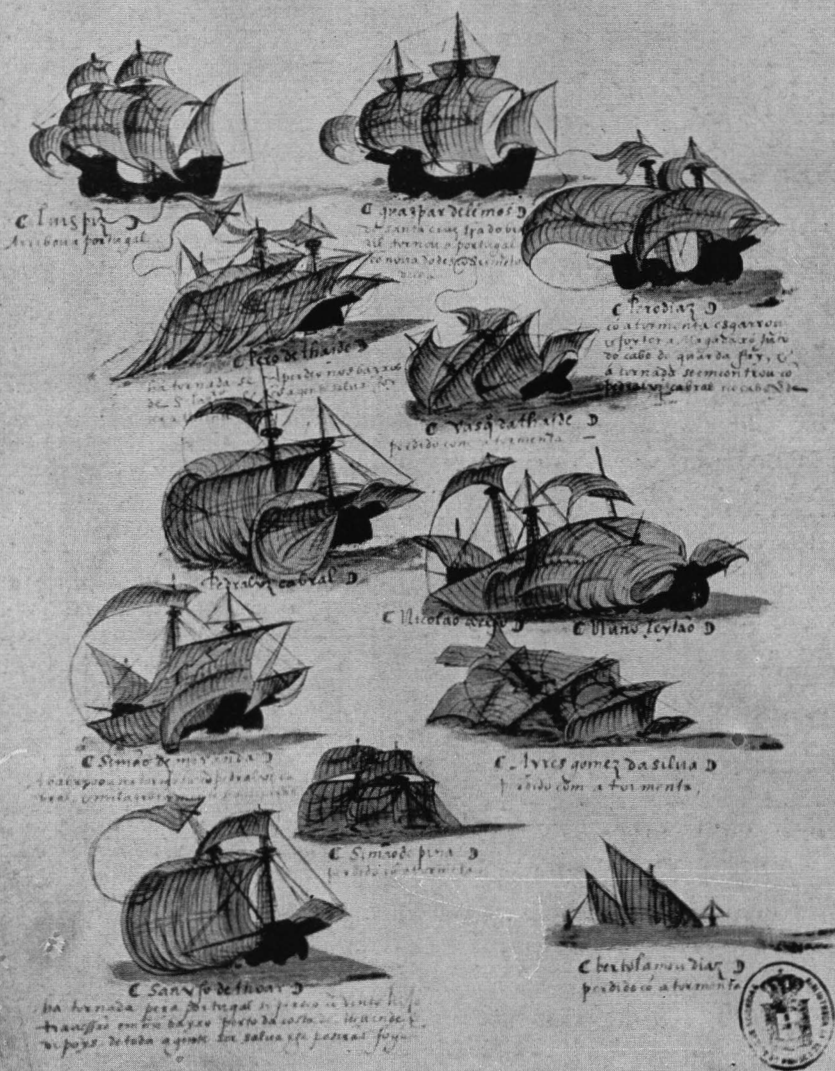
(3) A bula *Inter cœtera,* de 4-V-1493, tem sido transcrita em várias coleções de tratados e obras especiais, relacionadas por José Carlos de Macedo Soares — *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* (Rio de Janeiro, 1939), p. 57/58. Acrescente-se à referida lista: Cap. Omar Emir Chaves — *Fronteiras do Brasil* (Limites com a República da Colômbia), Biblioteca Militar, vol. LXIII (Rio de Janeiro, 1943).

dos diversos privilégios, graças, liberdades, imunidades, isenções, faculdades, letras e indultos a alguns Reis de Portugal, os quais nas partes da África, da Guiné, da Mina de Ouro e alhures acharam e adquiriram ilhas por uma semelhante concessão e doação Apostólica também a êles feitas, — nós, como é digno e conveniente, querendo também favorecer com não menores graças, prerrogativas e favores a vós (aos Reis Fernando e Isabel) e aos vossos ditos herdeiros e sucessores... concedemos que nessas ilhas e terras por vós ou em vosso nome recentemente achadas ou por achar no futuro... possais e devais usar, possuir e fruir tôdas e cada uma dessas graças, privilégios, isenções, liberdades, faculdades, imunidades, letras e indultos concedidos aos Reis de Portugal" (4).

Persistindo, entretanto, a inconformidade de Portugal relativamente a essas três bulas de Alexandre VI, lembrando-se êste, ou seus conselheiros, que na extensão averbada na *Eximiæ devotionis* haviam sido omitidas as concessões antes feitas à Ordem de Cristo, resolveu revogá-las, implìcitamente fazendo-o na nova bula *Dudum siquidem,* datada de 25 de setembro de 1493, mas com tôda probabilidade expedida posteriormente (5), ao referir-se às doações anteriores, inclusive feitas "a Infantes e Milícias", o que claramente indicava D. Henrique e a Ordem de Cristo, tendo por "incertas" as terras por êles na ocasião não possuídas. Nela, ao contrário, como nova prova de favoritismo, além disso se estabelecia que, no caso de capitães e emissários de Espanha, navegando para o Ocidente e Meio-Dia, aproximando-se do Oriente, aí acharem terras firmes e ilhas, também estas ficariam pertencendo aos Reis de Castela, Leão, Aragão e aos seus sucessores. Para Capistrano de Abreu, por essa bula ficaram revogadas até mesmo as garantias antes asseguradas a Portugal pelo próprio Alexandre VI (6).

Não será necessário acentuar aqui a parcialidade dessas quatro bulas, que não tinham em vista galardoar a futura Espanha pelo descobrimento da América, ainda não reconhecida como um continente, mas transferir, àquele conjunto de reinos, concessões anteriormente feitas a Portugal.

Basta-nos verificar que um êrro essencial impossibilitava a aplicação da segunda *Inter cœtera* de Alexandre VI, quanto ao meridiano de demarcação nela estabelecido. Diz a referida bula que ficava concedido aos Reis Fernando, Isabel, e aos seus sucessores, o domínio sôbre tôdas as ilhas ou terras firmes, descobertas ou por descobrir, que ficassem *além de um meridiano que passasse a cem léguas a oeste de qualquer das ilhas dos Açôres e Cabo Verde.* "A bula diz precisamente assim — escreveu o historiador português Prof. Damião Peres — mostrando o seu autor um desconhecimento bastante grande da posição

(4) José Carlos de Macedo Soares — *Op. cit.*, p. 31. Na mesma obra encontram-se transcritos os textos de várias outras bulas aqui mencionadas.
(5) Jaime Cortesão — *Op. cit.* Também essa bula teria sido antedatada, porque só poderia ser redigida mediante informações de Colombo, que levariam certo tempo para serem enviadas da Espanha e aproveitadas em Roma.
(6) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 231.

A esquadra de Pedro Álvares Cabral. Fôlha do *Livro das Armadas,* códice existente na Academia das Ciências, de Lisboa, cujos desenhos e legendas relatam o que aconteceu, na viagem de 1500/1501, a cada um dos navios da frota descobridora do Brasil.

D. João III, o Colonizador, em cujo reinado (1521-1557), teve efetivo início o povoamento do Brasil. *À direita:* Monumento aos Descobridores do Brasil, no Rio de Janeiro, da autoria de Rodolfo Bernardelli. Uma reprodução dêste monumento foi oferecida pelo govêrno brasileiro ao português, encontrando-se em uma das praças de Lisboa.

Martim Afonso de Sousa (1500-1571), comandante da expedição exploradora, de guarda-costa e povoamento de 1530/1532, fundador das primeiras vilas brasileiras, donatário da Capitania de São Vicente. Retrato reproduzido das *Lendas da Índia,* de Gaspar Correia.

de Cabo Verde e dos Açôres, visto que estando os referidos arquipélagos em longitudes assaz diferentes, aquela frase fica sem sentido" (7).

Além disso, era muito vaga a expressão — "para o Ocidente e o Meio-Dia", querendo significar — para oeste e para o sul *dos Açôres e de Cabo Verde,* simultâneamente.

Também impossibilitava, ou, pelo menos, dificultava a demarcação, a prescrição de que a linha seria traçada a partir de *"qualquer"* das referidas ilhas, como se constituíssem um só grupo.

O nosso grande historiador Francisco Adolfo de Varnhagen foi dos primeiros a assinalar, em sua *História Geral do Brasil,* a falta de clareza de linguagem das bulas de Alexandre VI e o desrespeito às concessões antes feitas a Portugal (8).

Embora ainda exista quem defenda aquela partilha do Papa (9), mesmo pouco depois de sua tentativa houve quem contestasse êsse poder, defendido apenas por seus interessados patrícios. Francisco Vitória, célebre teólogo dominicano espanhol, sustentou, a propósito, que o Papa não era senhor do civil e do temporal de todo o mundo; sua ação é espiritual e não temporal; não tem autoridade sôbre índios e infiéis. Assim, as bulas não seriam uma partilha de terras e sim apenas a determinação de suas partes em que uns e outros (portuguêses e espanhóis) deviam propagar o cristianismo. Grócio, um século mais tarde, examinando a questão, ligou-a à da liberdade dos mares e do comércio, contestando a legitimidade de qualquer atitude do Papa que criasse monopólios (10). Foi, porém, respondido, quanto ao valor dos descobrimentos e das concessões papalinas, pelo jurista Frei Serafim de Freitas, em seu *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico,* de 1625 (11).

3 — Tratado de Tordesilhas

Diante da injustiça das bulas de Alexandre VI, protestou D. João II junto à Cúria Romana e aos Reis seus vizinhos, por elas beneficiados. Nesse sentido, mandou agentes à Espanha, com a proposta de uma nova linha divisória dos respectivos domínios ultramarinos, menos prejudicial que a da *Inter cœtera.* Sugeriu que, em vez de um meridiano fôsse adotado como limite um paralelo, que, a partir das Ilhas Canárias para o norte, separasse das portuguêsas as terras e ilhas que pertence-

---

(7) Damião Peres — "D. João II: o seu pensamento e ação", in *História da Expansão Portuguêsa no Mundo* (Lisboa, 1939), II-15.

(8) Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil,* 3.ª ed. integral (São Paulo, 1927), I-68.

(9) Como Joseph Lecler — "Au tour de la *Donation* d'Alexandre VI (1493)", in *Études,* Paris, tomo 237, n.º 17, 5-X-1938. Sustentou a jurisdição papalina sôbre as ilhas, do século XI ao XV, L. Weckmann, em *Las Bulas Alejandrinas de 1493 y la Teoría Política del Papado Medieval — Estudio de la Supremacia Papal sobre Islas. 1091-1493.* (México, 1949).

(10) Cf. Clóvis Beviláqua — "As Capitanias Hereditárias perante o Tratado de Tordesilhas", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo especial, consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (1914), parte II (Rio de Janeiro, 1915), p. 9/10.

(11) Edgar Prestage — *Descobridores Portuguêses,* tradução portuguêsa, 2.ª ed. (Lisboa, 1943) p. 313/314. — Discutiu-se no século XVI, e ainda constitui tema histórico, a legitimidade do direito dos reis espanhóis às Índias, isto é, às novas terras e ilhas descobertas, de acôrdo com as bulas alexandrinas e o Tratado de Tordesilhas. Cf. Juan Manzano y Manzano — *La Incorporación de las Indias a la Corona de Castilla* (Madrid, 1948).

riam aos Reinos unidos de Castela, Leão e Aragão. Reservando-se, assim, mais do que todo o hemisfério Sul ainda desconhecido, ficaria com a maior parte da Índia e tôdas as ambicionadas ilhas das especiarias.

Malogradas, porém, essas primeiras negociações diretas, pensou recorrer à violência, ou à simples ameaça, para torná-las viáveis. Assim, mandou aprestar uma armada, que seria comandada por D. Francisco de Almeida, destinando-a a realizar a ocupação das terras descobertas por Colombo, ou a decidir a questão pela guerra, nos próprios locais cuja posse estava em discussão.

Sabedores dessa atitude do Rei português, apressaram-se os soberanos espanhóis a mandar-lhe emissários, com sugestões conciliatórias. Agiam, assim, temerosos de um conflito, ou já influenciados pelas vigentes dificuldades da política italiana de Fernando de Aragão, Rei também da Sicília. Conseguiram, portanto, que fôssem suspensos os preparativos de mais uma guerra na Península Ibérica, comprometendo-se a novos ajustes quanto à partilha dos domínios ultramarinos. Houve, talvez, a idéia de ser reformada aquela bula papalina, ou de fazê-la emendar, como escreveram a Colombo os próprios Reis espanhóis (12).

O resultado de tôdas essas negociações foi a assinatura, na povoação castelhana de Tordesilhas, a 7 de junho de 1494, do Tratado que dela tomou o nome, embora fôsse originàriamente intitulado "Capitulação da partição do mar Oceano". Dêle foram signatários, por Portugal, Rui de Sousa, Senhor de Sagres, seu filho João de Sousa e o Licenciado Aires de Almada. Como testemunha, assinou-o Duarte Pacheco Pereira, então "Contínuo da Casa do Rei".

De acôrdo com a sua parte essencial, convinham os Reis de Portugal e Espanha em "se fazer e assinalar no dito mar Oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber, do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha se tenha de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das Ilhas de Cabo Verde, para a parte do poente, por graus ou por outra maneira, como melhor e mais depressa se possa dar, de modo que não sejam mais, e que tudo o que até aqui se tem achado e descoberto, e daqui por diante se achar e descobrir pelo dito Senhor Rei de Portugal e por seus navios, assim ilhas como terra firme, desde a dita raia ou linha, dada na forma acima dita, indo pela parte do levante, dentro da dita raia para a parte do levante, ou ao norte, ou ao sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia, que isto seja e fique e pertença ao dito Senhor Rei de Portugal e aos seus sucessores para sempre" (13). Se, porém, Colombo, que havia novamente partido para as *suas* Índias Ocidentais, descobrisse outras terras até o dia 20 de junho, situadas a mais de 250 léguas de Cabo Verde, ficariam elas para a Espanha. Concordando com essa condição, forneceram os portuguêses um indício de que então já conhecessem as terras americanas, pois naturalmente

(12) Cf. Luciano Pereira da Silva — "Duarte Pacheco Pereira — Precursor de Cabral", in *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* (Pôrto, 1921), I-233/234.
(13) J. Capistrano de Abreu — Prolegômenos à *História do Brasil, 1500-1627*, de Frei Vicente do Salvador, nova edição (São Paulo, 1918), p. 6.

sabiam que dentro daquele prazo o Almirante não encontraria quaisquer terras novas. Mas, mesmo se o fizesse, estaria preservada para Portugal certa parte delas, isto é, do Brasil.

Também no Tratado de Tordesilhas infiltrou-se um defeito substancial, que motivou futuras complicações: não ficou determinada qual das ilhas do Arquipélago de Cabo Verde serviria de ponto de partida para a contagem das 370 léguas, que prevaleceram. Da mesma forma, não ficou esclarecida qual seria a quantidade de léguas contida em cada grau, pois havia divergência a respeito de sua dimensão. Qualquer que fôsse a preferida, sempre uma parte, maior ou menor, do continente americano, estaria assegurada a Portugal. "A política, hábil, sábia e persistente de D. João II conduziria Portugal a um grande triunfo: conservando o exclusivo da Índia, assegurava também a futura posse do Brasil" (14).

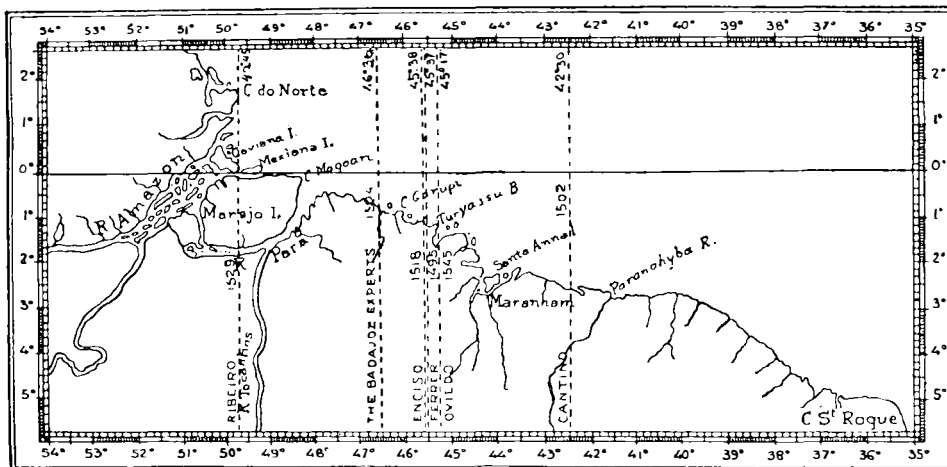
O Tratado, assinado em Arévalo, a 2 de julho, e aí ratificado, pelos Reis de Espanha, a 2 de agôsto, foi também confirmado, em Setúbal, pelo soberano português, a 5 de setembro do mesmo ano de 1494. Sòmente, porém, em 1506, por solicitação de D. Manuel I, o Papa Júlio II, pela bula *Ea quæ pro bono pacis,* autorizou o Arcebispo de Braga e o Bispo de Viseu a ratificarem, pela Santa Sé, o convênio. Em 1514, pela bula *Precelsæ devotionis,* renovou o Papa Leão X as concessões feitas a Portugal por seus antecessores, inclusive as terras tomadas aos infiéis, não só até às Índias, mas em qualquer outra região (15).

Aprovado, assim, pelos novos Papas, representou o Tratado, inicialmente, um grande esfôrço português "para atenuar o golpe vibrado pelas bulas de Alexandre VI na expansão marítima, de conquista e comércio, que, tão galhardamente, ia Portugal levando por diante" (16). Até 1750, quando foi revogado pelo Tratado de Madrid, será o Tratado de Tordesilhas "a peça mais importante de nossa história diplomática".

4 — Tentativas de demarcação do meridiano do Tratado de Tordesilhas

Determinava o Tratado de Tordesilhas que a demarcação das 370 léguas a oeste de Cabo Verde seria feita conforme resolvessem os pilotos, "astrólogos" e marinheiros das duas partes interessadas, que dentro dos dez meses seguintes à sua assinatura fôssem àquelas ilhas, e daí partissem, em duas ou quatro caravelas, até ao ponto desejado, que seria assinalado por graus de sol ou de norte, ou por singradura de léguas.

Embora fôssem nomeados os representantes de Portugal e Espanha que deveriam desempenhar essa missão, foi adiada a sua partida, mudado o prazo de seu cumprimento, prorrogada, e, afinal, esquecida

(14) Damião Peres — *Op. cit.,* p. 15.
(15) Edgar Prestage — *Op. cit.,* p. 356.
(16) Clóvis Beviláqua — *Op. cit.,* p. 26.

Pontos da Costa Norte do Brasil por onde deveria passar a linha de demarcação prèviamente fixada no Tratado de Tordesilhas, de acôrdo com as interpretações de Ferrer (1495), Cantino (1502), Enciso (1518), dos peritos de Badajoz (1524), Diogo Ribeiro (1529) e Oviedo (1545). (*Apud* H. Harrisse — *The Diplomatic History of America,* Londres, 1897).

aquela obrigação, por conveniência, sucessivamente, das duas monarquias interessadas. A princípio da Espanha, que queria ficar com as Molucas e Filipinas; depois de Portugal, que não desejava perder territórios brasileiros situados além da linha a ser demarcada, por mais arbitrários que fôssem os respectivos cálculos. Acrescente-se, ainda, para explicar o prolongamento dessa situação, a vigência, durante sessenta anos, da união das Coroas ibéricas, suficiente para afastar, então, a gravidade de quaisquer conflitos de fronteiras.

A primeira discussão a respeito da demarcação do meridiano fixado em Tordesilhas travou-se quanto à escolha de qual das ilhas de Cabo Verde deveria ser começada a contagem das léguas. Porque o arquipélago compreende quatorze ilhas principais, espalhadas numa extensão de três graus geográficos, divididas em dois grupos — o de Barlavento e o de Sotavento.

Assim, enquanto já em 1495 opinava o catalão Jaime Ferrer que a contagem deveria partir da Ilha do Fogo, a mais central de tôdas, outros cosmógrafos, posteriormente, acharam que a marcação deveria começar da Ilha de Santo Antão, a mais ocidental das de Barlavento.

Em 1502, o mapa português denominado de Cantino adotou a mais oriental das linhas de partida, visando a beneficiar os portuguêses nas ricas ilhas das especiarias, e não no quase desconhecido Brasil. Desta forma, iria ela passar a 42°30′ O. de Greenwich, isto é, um pouco além do delta do Rio Parnaíba, no Maranhão. Outras cartas portuguêsas da época, pelo mesmo motivo mantiveram idêntica orientação.

Aproximou-se entretanto da verdade Duarte Pacheco Pereira, no *Es-*

meraldo de Situ Orbis, começado em 1505, colocando o nosso país "por 28º de ladeza contra o pólo antártico", isto é, de Marajó à Ilha de Santa Catarina (17).

Sustentava-se, entretanto, no segundo decênio do século XVI, que as valiosas Molucas ficavam na parte reservada à Espanha. Defensores dessa idéia foram os navegadores João Dias de Solís e Fernão de Magalhães, êste português, entretanto a serviço daquele país, os quais, antes de ultimarem as suas missões, pereceram às mãos dos indígenas, um ao explorar o Rio da Prata, em 1516, o segundo quando comandava a primeira viagem de circunavegação, numa das Ilhas Filipinas, em 1521.

A êsse tempo já estava bem conhecida tôda a extensão da costa marítima do Brasil. É o que se deduz do exame do mapa de Lopo Homem, de 1519, em que são numerosos os acidentes geográficos assinalados da foz do Amazonas à do Rio da Prata, um pouco além das quais, bandeiras de Portugal assinalavam as pretensões dêsse país, embora pela mesma época o geógrafo Enciso, fizesse passar a linha de Tordesilhas a 45º38′ O. de Greenwich, entre os Rios Turi-Açu e Gurupi, ainda no Maranhão.

A viagem de Fernão de Magalhães, ultimada por Juan Sebastián del Cano, reacendeu a questão da legitimidade da posse portuguêsa das Molucas. Para discuti-la, reuniram-se representantes de Portugal e da Espanha na fronteira dos dois países, entre Elvas e Badajoz, em 1524. Conquanto fôsse um dos pontos a resolver a questão da Ilha de Cabo Verde da qual partiria a contagem das léguas do Tratado de Tordesilhas, nada se fêz de definitivo, a êsse respeito (18). De acôrdo, porém, com as propostas então aparecidas, passaria a linha de demarcação, no Brasil, já pelas alturas do Rio Gurupi, a 46º36′ O. de Greenwich, entre o Pará e o Maranhão.

À vista do desenvolvimento das negociações diretas, continuaram os espanhóis a tentar a posse das Molucas, não atingindo, entretanto, êsse objetivo, várias expedições para lá preparadas, via América do Sul. Com isto, atendendo às precárias condições do Tesouro espanhol, conveio o Imperador Carlos V em retomar negociações com D. João III, ultimadas pela chamada Capitulação de Saragoça, de 1529, pela qual cedeu a Espanha os seus eventuais direitos àquelas ilhas contra o pagamento de 350.000 ducados de ouro.

Quanto ao Brasil, no mesmo ano fixava Diogo Ribeiro a passagem da linha de demarcação um pouco mais adiante das anteriores, sôbre a Ilha de Marajó, a 49º45′ O. de Greenwich (19).

Ainda como possível tentativa portuguêsa de alargamento da zona americana que lhe competia, deve ser registrada a colocação de um

(17) Interpretação de Jaime Cortesão — "Relações entre a Geografia e a História do Brasil", in *História da Expansão Portuguêsa no Mundo,* cit., II-22/23.
(18) Cf. Alfredo Pimenta — *D. João III* (Pôrto, 1936), p. 140/141.
(19) Tôdas essas demarcações, desde a de Cantino, conforme o mapa de H. Harrisse, in *The Diplomatic History of America* (Londres, 1897), aqui reproduzido.

marco lusitano no Esteiro dos Carandins, no baixo Rio Paraná, um pouco além do Rio da Prata, por Pêro Lopes de Sousa, em 1531, na expedição de defesa, exploração, posse e povoamento comandada por seu irmão Martim Afonso de Sousa. Preferindo, êste, fundar a primeira vila brasileira em São Vicente, no início do ano seguinte, perceberam os espanhóis o perigo que para êles representavam êsses dois fatos, e logo cuidaram de retomar, em bases mais sólidas, a emprêsa de apossamento do Prata ([20]). Nesse sentido, trataram de fundar, pela primeira vez, o pôrto de Buenos Aires, em 1536, obtendo, assim a precedência povoadora que lhes garantiu, desde então, a margem direita do estuário platino.

Enquanto assim consolidavam os espanhóis os seus domínios ao Sul, atingiam as pretensões portuguêsas a sua máxima extensão no continente. Em 1537, Pedro Nunes, primeiro Cosmógrafo-Mor de Portugal, traçou como limite das 370 léguas a oeste de Cabo Verde, fixadas em Tordesilhas, uma linha que, cortaria o Brasil "além da ponta do Rio das Amazonas, da parte do Oeste, no pôrto de Vicente Pinzón" (a foz do Oiapoque, extremo costeiro atual) "e corre pelo sertão até além da Baía de São Matias" ([21]), na Argentina de hoje.

Depois disso não foram registradas novas tentativas de demarcação do meridiano do Tratado de Tordesilhas, embora fôsse sabido que sua medição caía mais ou menos sôbre Belém do Pará, ao norte, e Laguna, ao sul. A união das Coroas ibéricas, como já dissemos, adormeceu a questão por sessenta anos. Quando, depois, fêz-se a paz, entre a Espanha e Portugal, em 1668, não cogitaram os dois países dos limites de seus territórios ultramarinos. Mas a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, iria agitar novamente a questão, até à celebração do Tratado de Madrid, em 1750, que anulou o de Tordesilhas. Revigorado, porém, pelo Acôrdo de Pardo, de 1761, sòmente pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, ficaria sem efeito, afinal, a "Capitulação da partição do mar Oceano", de 1494 ([22]).

(20) Cf. Enrique de Gandia — *Antecedentes diplomáticos de las expediciones de Juan Díaz de Solís, Sebastián Caboto y don Pedro de Mendoza* (Buenos Aires, 1935).
(21) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, cit., p. 18.
(22) Cf. Helio Vianna — *História Diplomática do Brasil* (São Paulo, 1958), p. 13/22

IV

DESCOBRIMENTO DO BRASIL

1 — Prioridade espanhola no descobrimento do Brasil

Descoberta a América pelo genovês Cristóvão Colombo, a serviço dos Reinos de Castela e Leão, teve início uma série de explorações marítimas do Nôvo Continente. O próprio descobridor foi, sem o saber, o primeiro a avistar terras do norte da América do Sul, em 1498, por ocasião de sua terceira viagem às errôneamente chamadas Índias Ocidentais. Pouco depois, navegadores espanhóis tocaram em território hoje brasileiro, antes que comprovadamente o fizessem os portuguêses. A propósito, são mencionados os nomes de Alonso de Ojeda, Vicente Yáñez Pinzón e Diogo de Lepe.

a) Viagem de Alonso de Ojeda

Tendo como objetivo continuar os descobrimentos de Colombo ao longo da região de Paria, na atual Venezuela, saiu da Espanha, em meados de 1499, o navegador Alonso de Ojeda, vindo em sua companhia o cartógrafo Juan de la Cosa e o famoso florentino Américo Vespúcio. Segundo êste, teriam atingido, a 27 de junho do mesmo ano, terras situadas a 5º de latitude sul, portanto o Brasil; mas, de acôrdo com o próprio comandante da expedição, teria ela alcançado um ponto situado a 4,5º de latitude norte, portanto fora de nosso país. Na interpretação de Varnhagen, seguido por seu eminente anotador, Rodolfo Garcia, o desembarque ter-se-ia efetuado junto à foz do Açu, no Rio Grande do Norte; para Vignaud, biógrafo de Vespúcio, perto do Cabo de São Roque. Mas, nas opiniões de Joaquim Caetano da Silva, de Capistrano de Abreu e do Barão do Rio Branco, que parecem mais bem fundamentadas, Ojeda atingiu a costa sul-americana a 200 léguas ao sul de Paria, conseqüentemente fora do território hoje brasileiro (1).

b) Viagem de Vicente Yáñez Pinzón

Nova expedição espanhola, comandada por Vicente Yáñez Pinzón, deixou a Europa em direção à América do Sul em fins de 1499. A

---

(1) Visconde de Pôrto Seguro e Rodolfo Garcia — *História Geral do Brasil*, 4.ª ed. (São Paulo, 1927), Tomo I, p. 79 e 89/90; J. Capistrano de Abreu — *O Descobrimento do Brasil*, reedição de 1929, p. 40/46; Henry Vignaud — *Améric Vespuce. 1451-1512* (Paris, 1917), passim.

partir de uma das ilhas de Cabo Verde tomou o rumo de sudoeste e, passada a linha equatorial, a 26 de janeiro do ano seguinte atingiu um cabo, a que foi dado o nome de Santa Maria de la Consolación. Identificado êste ponto, desde o século XVI, com o Cabo de Santo Agostinho, no atual Estado de Pernambuco, sòmente na passada centúria discordou Varnhagen desta interpretação, opinando ser êle a Ponta de Mucuripe, no Ceará. Recentemente, sugeriu o Sr. Th. Pompeu Sobrinho, que fôsse a Ponta Grossa ou da Jabarana, no mesmo Estado.

Chegado ao referido cabo, Pinzón tomou posse, para a Espanha, das terras então descobertas, costeou para o norte, encontrou resistência dos indígenas da região, descobriu o chamado *Mar Dulce,* geralmente tido como a foz do Amazonas, atingiu o Cabo de S. Vicente (hoje Orange), junto ao rio em sua homenagem denominado de Vicente Pinzón (o atual Oiapoque) e, ultrapassando êsse futuro limite do litoral brasileiro, prosseguiu ao longo das Guianas e Venezuela, indo alcançar a Ilha Española ou Haiti ([2]).

Quaisquer que sejam as dúvidas ainda vigentes quanto a esta viagem, foi ela a do positivo descobrimento do Brasil, pelo menos de acôrdo com os dados até agora apurados pelos historiadores. Dêstes, apenas Duarte Leite insistiu em negar-lhe tal prioridade, encontrando poucos seguidores a sua opinião ([3]).

Quanto à data da chegada da frota de Pinzón ao litoral brasileiro, embora seja geralmente aceita a citada, também foi sugerida a de 2 de fevereiro, por ser êste um dos dias pela Igreja dedicados a Santa Maria ([4]).

c) Viagem de Diogo de Lepe

Quase na esteira de Pinzón, na expressão de Capistrano de Abreu, ainda em fins de 1499 partiu da Espanha outra pequena expedição que de Cabo Verde rumaria à América do Sul, a de Diogo de Lepe. Também alcançando o Cabo de Santo Agostinho, ao contrário da anterior sòmente depois de explorar a costa que prosseguia para o sul retomou a direção do norte, passando pelo Cabo do Rostro Hermoso, identificado com o de São Roque, apesar da discordância de Varnhagen, que preferiu dá-lo como a Ponta de Jericoacoara, no Ceará, até alcançar afinal, as Antilhas ([5]). Fê-lo, provàvelmente, por verificar que naquela direção estaria, cada vez mais, em terras de domínio da Coroa portuguêsa, onde, portanto, seria indébita a exploração ou posse espanhola, como fizera Pinzón.

---

(2) Visconde de Pôrto Seguro e Rodolfo Garcia — *Op. cit.,* Tomo I, p. 79/81 e 90; J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.,* p. 30/46, 224/226; Th. Pompeu Sobrinho — *Proto-história Cearense,* monografia n.º 4 da *História do Ceará,* ed. do Instituto do Ceará (Fortaleza, 1946), p. 23/24.

(3) Cf. Duarte Leite — *Os Falsos Precursores de Pedro Álvares Cabral,* 2.ª ed. (Lisboa, s. d.).

(4) *Exposé Historique,* incluído na *Sentence du Conseil Fédéral Suisse dans la Question des Frontières de la Guyane Française et du Brésil* (Berne, 1900), p. 83, apud Rodolfo Garcia — nota à *História Geral do Brasil,* do Visconde de Pôrto Seguro, cit., Tomo I, p. 90.

(5) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.,* p. 39, 46 e 226; Visconde de Pôrto Seguro, *op. cit.,* Tomo I, p. 80.

2 — *Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*

Embora a prioridade no descobrimento do Brasil caiba ao navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón, o descobrimento oficialmente válido, de acôrdo com o Tratado de Tordesilhas, é o do português Pedro Álvares Cabral, cuja viagem passamos a estudar.

a) A expedição

Recebida, pelo Rei D. Manuel I, a notícia dos bons resultados da viagem de Vasco da Gama à Índia, cuidou-se logo, em Portugal, da preparação de outra armada mais poderosa, que, aproveitando-se da experiência fornecida pela anterior, pusesse em prática os planos de estabelecimento de intensas relações políticas e mercantis entre o Reino peninsular e o Oriente.

Em oito meses aprestou-se a frota que em março de 1500 estava pronta a partir de Lisboa. Compunham-na treze navios de diferentes tonelagens, na maior parte naus, incluindo-se algumas caravelas e duas embarcações financiadas por particulares.

Para Capitão-Mor da esquadra foi nomeado o fidalgo Pedro Álvares Cabral, Alcaide-Mor de Azurara e Senhor de Belmonte, descendente de navegadores. Para desempenho de sua missão diplomática, comercial e, eventualmente, militar, foram-lhe dadas minuciosas *Instruções*.

Acompanhavam-no alguns dos mais notáveis navegantes portuguêses da época, dentre os quais Bartolomeu Dias, o descobridor do Cabo de Boa Esperança, e seu irmão Diogo; Nicolau Coelho, como êste, participante da expedição do Gama. Como sub-comandante, Sancho de Tovar; como pilôto principal, Pêro Escolar. Outros comandantes eram Simão de Miranda, Pedro de Ataíde, por alcunha "Inferno" (da nau *São Pedro*), Nuno Leitão da Cunha (da *Anunciada*), Vasco de Ataíde, Luís Pires, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina e Gaspar de Lemos. O Bacharel Mestre João, físico, isto é, médico e cirurgião de Sua Alteza, também vinha na frota.

Funcionários destinados à feitoria a ser fundada em Calecute — entre os quais o Feitor Aires Correia e o Escrivão Pêro Vaz de Caminha, frades franciscanos — chefiados por Frei Henrique de Coimbra; malabares trazidos da Índia pelo Gama, o judeu Gaspar, intérprete, completavam, com marinheiros, soldados, padres seculares, mercadores e degredados, a importante expedição de 1.200 participantes.

b) A viagem

Ouvida missa solene na Ermida do Restêlo, em Belém, com a presença do Rei D. Manuel, a 8 de março de 1500 embarcaram no Tejo os expedicionários. Zarpando no dia seguinte, a 14 do mesmo mês avistaram uma das Ilhas Canárias; a 22 passaram por São Nicolau, no grupo de Cabo Verde; a 23 ocorreu o primeiro incidente: tresmalhou-se

a nau de Vasco de Ataíde, sem que repetidas buscas lograssem encontrá-la.

Navegando no rumo de sudoeste "por êste mar, de longo", na expressão de Pêro Vaz de Caminha, insubstituível cronista do acontecimento, atravessou a expedição a linha equatorial e o Atlântico, de modo a aproximar-se do Brasil, nas alturas da costa sul do atual Estado da Bahia.

A 21 de abril surgiram os primeiros sinais de terra próxima: ervas compridas, boiando, "a que os mareantes chamam *botelho*, assim como outras a que dão o nome de *rabo-de-asno*". E na manhã seguinte, "aves, a que chamam *fura-buchos*".

À tarde do mesmo dia, quarta-feira, 22 de abril, foi visto, primeiramente, "um grande monte, muito alto e redondo", ao qual pôs o capitão-mor o nome de Monte Pascoal, por estarem então na Páscoa; "e outras terras mais baixas, ao sul dêle"; e "terra chã com grandes arvoredos", a que denominaram Vera Cruz.

Singrando em sua direção, tiveram de fundear, sem alcançá-la, ao cair da noite.

c) O descobrimento

No dia seguinte, 23 de abril, aproximou-se mais a esquadra, a fim de tomar conhecimento da nova terra descoberta. Reunidos os comandantes na capitânia, coube depois a um dêles, Nicolau Coelho, o primeiro contato com os indígenas, cuja existência foi então verificada.

A 24 velejou a frota ao longo da costa, por dez léguas, para o norte, à procura de melhor abrigo. Encontrou-o, quase fechado por um recife, e neste Pôrto Seguro, então assim denominado, hoje a Baía Cabrália, estacionou por tôda uma semana. Novamente foi mandado à terra Nicolau Coelho e, com êle, Bartolomeu Dias, no sábado, dia 25. Asseguradas as boas relações com os indígenas, alguns dos quais haviam sido levados a bordo da capitânia e aí cordialmente tratados, decidiu o Capitão-Mor que fôsse celebrada missa no dia seguinte, domingo da Pascoela, no ilhéu hoje chamado da Coroa Vermelha. Rezou-a Frei Henrique, que depois pregou sôbre o descobrimento da nova terra, dedicada à Cruz de Cristo, sob cuja bandeira vinham todos. À distância, na praia, acompanharam os indígenas a cerimônia religiosa.

Depois da missa houve conselho dos comandantes a bordo da capitânia e resolveu-se que se mandaria um emissário ao Reino, levando a notícia do achamento, para que o Rei mandasse explorar a nova terra, melhor do que se podia fazer então. Também foi decidido que se não tomariam indígenas à fôrça, para serem enviados a Portugal. Mas que, para colhêr informações sôbre a terra, aprendendo a língua de seus naturais, aqui ficariam alguns dos degredados que vinham na esquadra.

Para levar aquela notícia foi escolhido o navio de mantimentos, comandado por Gaspar de Lemos.

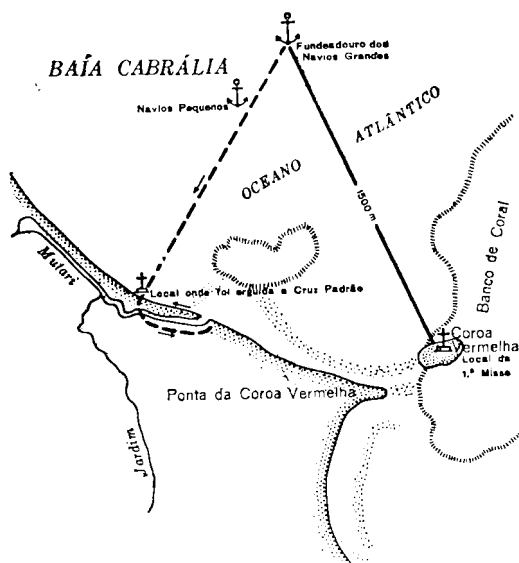
A distribuição dos gêneros nêle contidos pelos demais navios, ocupou

os dias seguintes. Nisto, como no carregamento de água doce e lenha, então feitos, de boa vontade auxiliaram os indígenas aos marinheiros.

A 27 foi cortado um grande madeiro, com o qual se preparou a cruz que, com as armas e a divisa reais, assinalaria a posse da nova terra para a Coroa portuguêsa. Erguida solenemente em terra firme, próximo à foz do Mutari, celebrou-se outra missa a 1.º de maio, novamente pregando Frei Henrique de Coimbra.

No dia imediato partiu a frota a seu destino (6) e o navio dos mantimentos para Portugal. Aqui ficaram dois degredados e, talvez, também dois grumetes que na noite anterior haviam fugido de bordo.

d) A carta de Pêro Vaz de Caminha

O descobrimento do Brasil teve um narrador à altura do acontecimento: o Escrivão Pêro Vaz de Caminha, que em carta dirigida ao Rei D. Manuel, datada de Pôrto Seguro da Ilha da Vera Cruz, a 1.º de maio de 1500, deu resumida conta da viagem, fazendo, porém, mi-

Movimentação da frota de Cabral em Pôrto Seguro.

nucioso relato do ocorrido durante os nove dias em que permaneceu a esquadra à vista da nova terra. Forneceu-nos, assim, precioso e insubstituível documento histórico, de fidelidade certamente inatacável, valendo por verdadeiro "auto do nascimento do Brasil" ou sua "certidão

(6) Embora diretamente não interesse à História do Brasil, pode ser lembrado que quatro dos navios de Cabral perderam-se numa tempestade, próximo ao Cabo de Boa Esperança; outro desgarrou-se e correu a costa leste da África, conseguindo voltar a Portugal; seis chegaram à Índia, mas, perdendo-se um no regresso, dêstes sòmente cinco regressaram ao Reino.

de batismo", escrita por testemunha dotada de amplos recursos de observação.

Em suas vinte e sete páginas de texto, não se encontra informação que possa ser considerada supérflua.

Entre tôdas, avultam as que dizem respeito aos indígenas. Numerosas e minudentes, não deixam sem registro os menores gestos dos habitantes da nova terra, quer em sua atitude em relação aos europeus que viam pela primeira vez, quer entre êles. O contato de civilizados e selvagens, sempre objeto de curiosidade, encontra na carta de Caminha interessantíssimo depoimento. A boa vontade recíproca, as atenções do Capitão-Mor, a alegria comunicativa dos marinheiros — são aspectos que nobremente singularizam êsse primeiro encontro entre portuguêses e indígenas do Brasil. Acima de tudo, constituem farto manancial de estudo etnográfico, os esclarecimentos oferecidos pela completa descrição ali contida.

Pormenores corográficos, que permitem a identificação do local do desembarque de Cabral e seus companheiros, aliam-se, no precioso documento, a alguns dados proveitosos ao estudo da avifauna e botânica regionais.

Incidentes do período de permanência da frota em Pôrto Seguro, as cerimônias religiosas então realizadas, a tentativa de acomodação dos degredados com os selvagens, foram minuciosamente computados na carta do Escrivão da Feitoria de Calecute.

Nem faltou à carta de Caminha a previsão do futuro aproveitamento agrícola da nova terra, ou o mais próximo, de escala na navegação para a Índia. "Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente", isto é, os indígenas — acrescentou como bom cristão, salientando que "esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar" (7).

3 — A prioridade portuguêsa e a intencionalidade no descobrimento cabralino do Brasil

Discutem alguns historiadores se os marinheiros espanhóis foram os primeiros a avistar terras do Brasil, ou se portuguêses os precederam no descobrimento. Escritores franceses chegaram a alegar, sem apoio documental, uma precedência francesa no caso, relativa à viagem de certo Jean Cousin, em 1488. Mas seus argumentos foram cabalmente inutilizados pelos brasileiros Ramiz Galvão e Capistrano de Abreu (8).

Também é discutido se o descobrimento cabralino foi ocasional ou proposital, isto é, se ocorreu por acaso ou intencionalmente. Na última alternativa, teria em vista apenas a posse oficial de uma terra de que já havia conhecimento prévio, por parte dos portuguêses.

(7) A mais recomendável edição crítica do indispensável documento é a de Jaime Cortesão — *A Carta de Pêro Vaz de Caminha* (Rio de Janeiro, 1943).
(8) Cf. J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 11/28.

Antes de analisar os argumentos relativos à hipotética prioridade portuguêsa no descobrimento e à questão da intencionalidade na vinda de Cabral, convém estabelecer a seguinte preliminar:

No quadro geral da história dos descobrimentos marítimos do final do século XV, a chegada de espanhóis e portuguêses ao território hoje brasileiro, no ano de 1500, constitui, no primeiro caso, simples episódio da fase em que estavam, de exploração do continente americano; e, no segundo, constitui o aproveitamento, à margem da exploração do recémdevassado caminho da Índia, da concessão propositadamente obtida nas negociações do anterior Tratado de Tordesilhas. Quer isto dizer que, quando Vicente Yáñez Pinzón e Diogo de Lepe alcançaram, nos primeiros meses daquele ano, o litoral nordestino, apenas acidentalmente o fizeram. E, quando, em abril, Pedro Álvares Cabral, tendo atingido a suposta Ilha da Vera Cruz, dela tomou posse e o comunicou ao Rei D. Manuel I — estava pondo em execução um ponto essencial da política expansionista lusitana, isto é, assegurando ao seu país o direito a uma parte do Nôvo Mundo. Esta é a significação positiva dos fatos, sem discussões sôbre a ilegitimidade da antecipação dos castelhanos e a prioridade, intencionalidade ou acaso do descobrimento português.

a) A questão da prioridade

Em 1852, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lançou Joaquim Norberto de Sousa e Silva a hipótese de que o descobrimento cabralino não fôra devido a um mero acaso, mas conseqüência de um prévio conhecimento da existência do Brasil, por parte dos portuguêses. Baseava-se, principalmente, em obscuro trecho da carta que de Pôrto Seguro escreveu o Bacharel Mestre João ao Rei D. Manuel I, no qual dizia o físico e cirurgião de Sua Alteza: "Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas, aquêle mapa-múndi não certifica esta terra ser habitada ou não; é mapa-múndi antigo, e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina". Infelizmente, nunca foi encontrado o referido mapa.

Contestado, depois, por Antônio Gonçalves Dias, sustentou êste a tese do acaso, baseando-se na carta em que D. Manuel comunicou o descobrimento, que declarou "milagrosamente feito", aos Reis de Espanha (9). Nesta missiva, entretanto, foi dito que Cabral "chegou a uma terra que *novamente* descobriu" e a expressão tem sido interpretada como indicativa de que já era conhecida anteriormente, embora, à época, "novamente" significasse apenas *recentemente,* há pouco tempo, e não *de nôvo,* outra vez etc.

(9) Joaquim Norberto de Sousa e Silva — "O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve êle alguns indícios para isto?", na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Tomo XV, de 1852, p. 125. — Antônio Gonçalves Dias — "Reflexões acêrca da memória... do Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva" na "*Revista* cit., Tomo XVIII, de 1855, p. 289 — Joaquim Norberto de Sousa e Silva — "Refutações às Reflexões do Dr. Gonçalves Dias", na mesma *Revista,* p. 335.

Outro argumento apareceu na discussão, igualmente oferecendo apoio à hipótese da vinda de portuguêses ao Brasil antes de Cabral. No *Esmeraldo de Situ Orbis,* de Duarte Pacheco Pereira, escrito de 1505 a 1508, consta que no terceiro ano do reinado de D. Manuel (portanto em 1498), mandou-o o Rei "descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela", que se estende do equador até 70º N. e do mesmo equador até 28º S.; e nesta última parte era achado "muito e fino brasil". Estudando o caso, concluiu Capistrano de Abreu que o primeiro texto refere-se a uma viagem ao hemisfério Norte, sendo provável que Duarte Pacheco tenha ido com um dos irmãos Côrte Real ao Canadá e Terra Nova. Quanto à continentalidade da América e à existência de pau-brasil ao sul da linha equatorial, já eram dados conhecidos à época em que foi escrito o *Esmeraldo.*

À vista da incerteza dêsses dados, limitou-se o historiador português A. Fontoura da Costa "a admitir que, antes da viagem de Cabral, D. Manuel e os seus técnicos já estavam na suspeição da existência de uma terra firme ao ocidente do Atlântico Austral. Ela devia mesmo vir de D. João II, que a teria conhecido pouco antes de arrancar aos Reis Católicos o famoso Tratado de Tordesilhas" ([10]).

Realmente, se assim não fôsse, não teriam os portuguêses aceito a cláusula da possibilidade de ficarem para a Espanha terras situadas 250 léguas além das Ilhas de Cabo Verde, caso Colombo as atingisse antes de 20 de junho de 1494 — conforme registramos ao estudar aquêle convênio. A aceitação da condição importava no conhecimento prévio de que ela não iria prejudicar as pretensões portuguêsas. E isto só seria possível com o conhecimento, mesmo aproximado, das distâncias em que se encontravam as terras da América.

b) A questão da intencionalidade

Quanto à intencionalidade da vinda de Cabral ao Brasil, decorrente do conhecimento anterior, porém até então secreto, por parte dos portuguêses, convém notar, preliminarmente, que a hipótese não é baseada nem em qualquer referência das *Instruções* trazidas pelo Capitão-Mor, nem no texto da carta de Pêro Vaz de Caminha ou de outras fontes contemporâneas.

É verdade que as referidas *Instruções* haviam recomendado que nas alturas da Guiné a frota cabralina deveria afastar-se da África quanto pudesse, a fim de evitar suas conhecidas calmarias ([11]). Mas a obediência a esta simples indicação não importaria no descobrimento do Brasil, cujas costas não haviam sido avistadas pelo próprio Vasco da Gama,

(10) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.,* p. 160/161 e 232. — A. Fontoura da Costa — "O Descobrimento do Brasil", na *História da Expansão Portuguêsa no Mundo* (Lisboa, 1940) II-364, nota. — Luís Alves de Oliveira Bello — *O Descobrimento do Brasil não foi obra do acaso* (Rio de Janeiro, 1939), p. 23/24.

(11) Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil,* cit., Tomo I, p. 72/73.

que, entretanto, estando a dezenove dias de viagem das Ilhas de Cabo Verde, avistou "muitas aves feitas como garções, e quando veio a noite tiravam contra su-sueste muito rijas, como aves que iam para terra "([12]). Sabendo-se que algumas ilhas do grupo dos Açôres haviam sido descobertas por terem os navegantes acompanhado o vôo de certas aves marinhas, segue-se daí que o mesmo poderia ter ocorrido com o Gama no Brasil, se quisesse desviar-se um pouco de sua rota. O fato, se não trouxe *certeza* quanto ao conhecimento pré-cabralino de nossa terra, contribuiu, pelo menos, para fortificar aquela *suspeita* a que já nos referimos, e foi mencionada por Camões, nos *Lusíadas,* a propósito daquela primeira viagem direta à Índia ([13]).

Na carta de Pêro Vaz de Caminha, apenas um argumento foi encontrado, aparentemente favorável à tese da intencionalidade. É quando diz, depois de mencionar o desaparecimento da nau de Vasco de Ataíde: "E assim seguimos nosso caminho, por êste mar, de longo". Os historiadores portuguêses Rafael Eduardo de Azevedo Basto e Faustino da Fonseca, aí quiseram ver uma prova de que os navegantes conheciam o rumo do Brasil ([14]). Conheciam, certamente, a rota para a Índia, que passava ao largo das costas brasileiras, pois não se navegava mais ao acaso. Mas daquela simples indicação não se pode inferir que a frota estivesse propositadamente rumando para o Brasil. Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de Situ Orbis,* contou como apareceu em Portugal a opinião de que o melhor caminho marítimo para a Ásia seria, não "ao longo da costa do mar", mas "pelo pego, atravessando o golfão até topar alguma terra da Índia ou vizinha dela". E explicou a navegação "de longo", na mesma rota, nos seguintes têrmos, que bem mostram como Cabral não se desviou da que lhe competia seguir: "Todo o navio que estiver em Cabo Verde e houver de ir para a Índia, se o vento servir-lhe a seu prazer, deve fazer o caminho do sul seiscentas léguas, no fim das quais, se verdadeiramente as tiver andadas, será em dezenove graus de ladeza do círculo equinocial contra o pólo antártico; e haverá de tal nau ao Cabo de Boa Esperança oitocentas e cinqüenta léguas" ([15]). Sabe-se que a frota de Cabral, pelos cálculos de seus pilotos, navegou, de Cabo Verde a Pôrto Seguro, 660 ou 670 léguas, encontrando-se então a 17° de latitude sul, aproximadamente.

Quaisquer argumentos pela intencionalidade, baseados na carta de Caminha, vão de encontro à surprêsa revelada na notícia da reunião do conselho dos capitães com o Capitão-Mor, a fim de ser deliberado quanto à volta de um dos navios para Portugal, o desembarque de

---

(12) *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* (Lisboa, 1861), p. 3, apud J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 56. — *Diário da Viagem de Vasco da Gama,* vol. I (Pôrto, 1945), p. 5.

(13) .... que à direita
Não há certeza doutra, mas suspeita"
(*Os Lusíadas* c. V — e. 4).

(14) Rafael Eduardo de Azevedo Basto, na edição do *Esmeraldo de Situ Orbis* (Lisboa, 1892); Faustino da Fonseca, em *A Descoberta do Brasil* (Lisboa, 1900).

(15) Apud J. Capistrano de Abreu — "Prolegômenos" à *História do Brasil (1500-1627),* de Frei Vicente do Salvador (São Paulo, 1918) p. 7/8. E *Op. cit.*, p. 142/143.

degredados, etc. Tudo isso mostra que os recém-chegados nada sabiam da nova terra.

Em suma, embora haja indícios de intencionalidade no descobrimento cabralino, baseados principalmente na probabilidade de um conhecimento ou suspeita anterior da existência de terras à margem do Atlântico Sul — até agora não existem provas suficientes, tanto da alegada prioridade de um descobrimento português do Brasil como da intencionalidade da viagem de 1500. Esta afirmação não importa, entretanto, na aceitação da tese, já obsoleta, de que o simples *acaso* houvesse presidido ao descobrimento, oficialmente válido, do Brasil. Cabral não veio ter ao nosso país trazido por um simples desvio de rota. Em sua época já se não navegava sem rumos prefixados. Existiam, no caso, estudos anteriores, embarcações e instrumentos adequados, além de pessoal marítimo experiente, e, portanto, não pode ser admitida a hipótese de êrro tão grosseiro.

V

PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES DO LITORAL BRASILEIRO

A asserção, tantas vêzes repetida, de não ter Portugal devidamente cuidado da exploração e do povoamento do território hoje brasileiro, no primeiro têrço do século XVI, não é mais aceita entre os historiadores, à vista do aparecimento de provas documentais em sentido contrário ao do alegado abandono. Realmente, diversas foram as armadas de descobrimento e guarda-costa ao Brasil oficialmente encaminhadas, no referido período. Relativamente, numerosas também foram as expedições preparadas por particulares, de objetivos puramente comerciais, principalmente dedicadas ao resgate de pau-brasil, nas feitorias litorâneas já então existentes.

Foi esta a conclusão a que desde 1883 chegou Capistrano de Abreu, no seguinte trecho de *Descobrimento do Brasil — Seu Desenvolvimento no Século XVI:* "Poderosas como eram as armadas da Índia, alterosas como eram as naus de que constavam, deixaram menor sulco na história da nossa pátria do que as humildes caravelas e insignificantes flotilhas que desde logo começaram a vir ao Brasil, umas clandestinamente, outras mandadas pelos contratadores da preciosa madeira. Foi por elas que as comunicações se tornaram freqüentes e as relações quase regulares com a Europa; que se desenvolveu desde o princípio um comércio relativamente importante; que nunca foi de todo descurada a terra achada por Cabral" (1).

1 — Expedição de 1501

Vimos que do conselho de capitães da frota descobridora de Cabral partiu a idéia da vinda de uma expedição que melhor pudesse explorar a nova terra. Aceitando a sugestão, em 1501 preparou o govêrno de D. Manuel três navios destinados à missão.

Não se sabe, com certeza, a quem competiu o comando da flotilha. Varnhagen apresentou o nome do armador D. Nuno Manuel e Cândido Mendes de Almeida o de André Gonçalves. Êste, por algum tempo aceito por J. Capistrano de Abreu, como pelo Barão do Rio Branco,

(1) J. Capistrano de Abreu — *O Descobrimento do Brasil* (Rio de Janeiro, 1929), p. 78/79.

foi depois abandonado, à vista da exclusão de seu nome de várias listas dos comandantes de Cabral. Opinou o historiador português Duarte Leite que o comandante teria sido Fernão de Noronha, também armador, sendo a expedição de caráter particular, e não oficial, organizada pelo negociante florentino Bartolomeu Marchioni, estabelecido em Lisboa, afirmação, esta, inaceitável. Também lembrou-se para o cargo o nome de Gonçalo Coelho. Por sua maior probabilidade, é mais aceita a hipótese dêsse comando ter competido a Gaspar de Lemos, o mesmo Capitão de Cabral que levou a notícia do descobrimento (2).

Da expedição participou o florentino Américo Vespúcio, também indèbitamente apresentado como seu comandante. Dêle resultou o maior número de informações sôbre essa viagem. Confrontando-as com os topônimos registrados nos mapas da época, sobretudo com o denominado de Cantino, e um precioso documento sòmente revelado no século passado (o ato notarial de Valentim Fernandes, tabelião dos negociantes alemães de Lisboa), chega-se às seguintes conclusões, a propósito dessa importante viagem de exploração e batismo dos principais acidentes geográficos encontrados ao longo de grande trecho da costa leste do Brasil:

Partindo de Lisboa em maio de 1501, em Bezeguiche, perto do Cabo Verde, na costa africana, encontrou-se a flotilha com uma parte da esquadra de Cabral, que voltava da Índia. Atravessando o Atlântico, da África ao Brasil, em 67 dias de navegação, dos quais 44 entre tempestades, de acôrdo com o depoimento de Vespúcio, alcançou terra nas alturas do Rio Grande do Norte, começando então a sua incumbência pròpriamente exploradora.

Assim, foram sucessivamente avistados e denominados os seguintes pontos litorâneos mais importantes, de acôrdo com os santos de cada dia de descobrimento e as festividades religiosas assinaladas nos calendários da época:

A 16 de agôsto de 1501, o Cabo de São Roque.
A 28 do mesmo mês, o Cabo de Santo Agostinho.
A 29 de setembro, o Rio São Miguel.
A 4 de outubro, o Rio São Francisco.
A 1.º de novembro, a Baía de Todos os Santos.
A 21 de dezembro, o Cabo de São Tomé.
A 1.º de janeiro de 1502, o Rio de Janeiro.
A 6 do mesmo mês, a Angra dos Reis.
A 20, a Ilha de São Sebastião.
A 22, ainda de janeiro, o Pôrto de São Vicente.

(2) Também discutiu a matéria William Brooks Greenlee, em "The Captaincy of the Second Portuguese Voyage to Brazil, 1501-1502", na revista *The Americas*, da Academia de História Franciscana da América, de Washington, D. C., vol. II, de 1945, p. 3/12.

Varnhagen sugeriu que depois dêsse ponto a frota exploradora teria tocado em Cananéia e no Cabo de Santa Maria, à entrada do rio depois denominado da Prata, locais também assinalados em mapas antigos.

De acôrdo com o mencionado ato notarial de Valentim Fernandes, de 1503, que confirma e amplia as informações de Vespúcio, a armada, "tendo seguido o litoral daquela terra por quase 760 léguas, encontrou nos povos uma só língua, batizou a muitos e, avançando para o sul, chegou até à altura do pólo antártico, a 53 graus, e tendo encontrado grandes frios no mar, voltou para a pátria" — ainda no mesmo ano de 1502. Para obtenção dêsses dados, serviu-se o tabelião da narrativa de dois homens que na terra haviam residido durante vinte meses (3), e que, portanto, devem ser os degredados nela deixados por Pedro Álvares Cabral.

Quanto às informações aqui obtidas por Vespúcio, desprezadas as indiretamente registradas nas cartas intituladas *Mundus Novus* e *Lettera a Soderini,* hoje tidas como apócrifas, e preferidas as constantes de uma outra a Lourenço de Médicis, de Lisboa, 1502, copiada no Códice Riccardiano, de Florença, são mais interessantes as que dizem respeito à amenidade e bom clima da terra, à antropofagia e outros costumes de seus habitantes, e à existência, nela, de pau-brasil (4).

2 — *Expedição de 1503*

Numerosos historiadores portuguêses, brasileiros e de outras nacionalidades, dando crédito a relações impressas e manuscritas, relativas aos descobrimentos marítimos, aparecidas no início do século XVI e geralmente atribuídas a Américo Vespúcio, relatam uma segunda expedição exploradora portuguêsa destinada ao Brasil e realizada em 1503/1504, da qual também teria participado o navegador florentino que deu nome ao nosso continente.

De acôrdo com a duvidosa *Lettera a Soderini,* os seis navios dela participantes, tendo partido de Lisboa a 10 de junho de 1503, dois meses depois atingiram uma ilha que seria a atual Fernando de Noronha. Perdendo-se, aí, a capitânia, do resto da frota separaram-se dois navios, que sob o comando de Vespúcio foram ter à Baía de Todos os Santos e Cabo Frio, onde carregaram pau-brasil e fundaram uma Feitoria fortificada, destinada ao resgate do pau-de-tinta com os indígenas da região. Deixando aí uma guarnição de 24 homens, depois de ligeira exploração do interior, regressaram a Portugal, no ano seguinte (5).

---

(3) A. Fontoura da Costa — *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes* (Lisboa, 1939), p. 91/96.

(4) "Códice Riccardiano 1910 — Carta de Américo Vespúcio a Lourenço de Pier Francesco de Médicis, enviada de Lisboa em 1502", em *Américo Vespúcio e Suas Viagens,* de Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Boletim n.º 10 da cadeira de História da Civilização Brasileira, Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo (São Paulo, 1949), p. 272/275.

(5) A permanência dessa guarnição na Feitoria de Cabo Frio foi a fonte de que se serviu Tomás Morus para a sua fantasiosa *Utopia.* (Cf. Pedro Calmon — *"A Utopia* — sugestão americana — Vespúcio e o Filósofo", nos *Anais* do Terceiro Congresso de História Nacional, vol. VII (Rio de Janeiro, 1942), p. 5/9.

Por outras fontes, consta ter sido comandante dessa expedição Gonçalo Coelho, Escrivão da Fazenda Real. De acôrdo com interpretações de historiadores, teria êle chegado, com os navios restantes, ao Rio de Janeiro, talvez dando comêço à sua primitiva Feitoria de resgate de pau-brasil, regressando igualmente ao Reino.

São contestadas, hoje, aquelas primeiras informações atribuídas a Vespúcio, que entretanto não deve ser responsabilizado pelas alterações feitas em seus relatos, freqüentes à época e devidas ao extraordinário interêsse então despertado pelas narrativas de viagens às terras recentemente descobertas. Não está documentada a sua participação nessa viagem de 1503/1504, sôbre a qual apenas é sabido com certeza o seguinte:

Verificada, na primeira exploração de 1501/1502, a existência, na nova terra, de pau-brasil, útil à indústria de tintas, resolveu-se em Portugal o arrendamento de sua extração a mercadores de Lisboa, que também se comprometeram a explorar o litoral de Santa Cruz, nova denominação dada pelo Rei D. Manuel à anterior Vera Cruz, nêle fundando feitorias fortificadas. Um dos arrematantes do contrato, o rico cristão-nôvo Fernão de Noronha ou Loronha, preparou a frota que sob seu comando, ou de outrem, por sua conta, ou com a associação de outros mercadores, veio ao Brasil em 1503. "De quantos navios se compunha essa expedição, em que dia e mês zarpou de Lisboa, em que data chegou ao Brasil, em que pôrto deitou ferros, o que de extraordinário com ela ocorreu e quando regressou ao Reino, são pontos obscuros, que ainda não foram esclarecidos" ([6]). O que positivamente sabemos é que, em conseqüência dessa viagem, a 16 de janeiro de 1504 doou D. Manuel I a Fernão de Noronha a Ilha de São João, "que ora novamente achou e descobriu cinqüenta léguas no mar da nossa terra de Santa Cruz". Foi esta, aliás, a primeira Capitania hereditária do Brasil, que logo tomou o nome, modernizado, de seu donatário, como veremos.

3 — O tráfico do pau-brasil e a freqüência ao litoral brasileiro

a) Pelos portuguêses

Conforme mencionamos, em 1502 foi arrendada a alguns comerciantes de Lisboa, dentre os quais o cristão-nôvo Fernão de Noronha, a exploração do pau-brasil a ser extraído nos domínios portuguêses da América. Comprometeram-se, êsses arrematantes, a mandar anualmente frotas de seis navios, com o fim de explorar até trezentas léguas de costa da nova terra, construindo feitorias fortificadas nas regiões adequadas, conservando-as durante três anos. Obedeceram, talvez, a êsse regime, os navios da segunda expedição exploradora, que carregaram madeira em Cabo Frio, a acreditar-se na narrativa atribuída a Américo Vespúcio.

(6) Tomás Oscar Marcondes de Sousa — *Op. cit.*, p. 165.

Vários documentos demonstram a continuidade dêsse tráfico do Brasil para o Reino, nos anos seguintes. Aqui se estabeleceram feitorias litorâneas, inclusive no Rio de Janeiro e Pernambuco, talvez outras em Santa Cruz (Pôrto Seguro) e Ilha de Santo Aleixo, além daquela de Cabo Frio. Facilitaram o resgate com os indígenas e deram início ao escasso povoamento da imensa costa. Temos notícias de navios que isoladamente dedicavam-se a êsse comércio, como a nau *Bretoa,* que em 1511 veio carregar madeira em Cabo Frio, daí também levando alguns indígenas escravizados, aves e pequenos animais (7).

Além dêsses navios de comércio, também começaram a freqüentar o litoral brasileiro, desde o primeiro decênio do século XVI, diversas frotas portuguêsas destinadas ao Oriente.

b) Por franceses

Conhecida, na Europa, a existência, na terra de Santa Cruz, da madeira útil à indústria de tintas da época, navios de armadores franceses começaram a freqüentar seu litoral, entregando-se ao comércio clandestino com os indígenas. Já em 1504 aqui estêve Binot Paulmier de Gonneville, na Ilha de São Francisco, como em dois outros pontos entre êste e a Bahia. Outras referências confirmam essas vindas de entrelopos procedentes de Dieppe, Honfleur, Saint Malo, Ruão e outros portos de França, inclusive à Bahia e Pernambuco.

Tão numerosas foram aquelas viagens de franceses ao Brasil, que os indígenas logo aprenderam a distingui-los dos portuguêses, chamando *mair,* isto é, "os transformadores", aos primeiros, *peró,* isto é, "tubarões", ou "os que vêm pelo mar", aos segundos. Aos franceses também chamavam *ayurujuba,* "papagaio amarelo", por serem geralmente louros, ruivos ou faladores...

Contra essa freqüência reclamou D. Manuel I junto aos governos de Luís XII e Francisco I. O mesmo fêz seu sucessor, D. João III, igualmente sem resultado. Não reconheciam os soberanos franceses o monopólio comercial que os de Portugal, de acôrdo com as idéias da época, julgavam pertencer sòmente à sua Coroa, nem manifestavam disposição para abandonar um lucrativo comércio os armadores nêle interessados.

c) As armadas de guarda-costa

Verificando os Reis portuguêses a inutilidade das reclamações enviadas à França, resolveram agir com energia, organizando armadas ditas de *guarda-costa,* que mesmo no Brasil dessem combate aos contrabandistas, impedindo a continuação do tráfico ilícito.

Notabilizou-se em seu comando Cristóvão Jaques, que entre 1516 e 1519 e de 1526 a 1528 aqui estêve, navegando entre Pernambuco e o Rio da Prata, combatendo, vencendo e aprisionando numerosos entrelopos franceses.

(7) Helio Vianna — *História Administrativa e Econômica do Brasil.* Para os Cursos Técnicos e de Comércio. (São Paulo, 1951), p. 102/103.

Entre esta e aquela viagem, é possível que pelo menos outra expedição portuguêsa de guarda-costa tenha vindo ao Brasil, entre 1521 e 1523.

Apesar da energia da repressão, continuaram os franceses a contrabandear em nosso litoral, de modo a suscitar novas providências diplomáticas e militares de D. João III, aquelas mencionadas no capítulo relativo ao *Ciclo do pau-brasil,* estas confiadas à importante expedição de Martim Afonso de Sousa, também estudada em unidade especial.

4 — Os espanhóis no litoral brasileiro

Depois da passagem de Vicente Yáñez Pinzón e Diogo de Lepe pela costa do Nordeste e Norte do Brasil, antes do descobrimento português de Pedro Álvares Cabral, outras frotas espanholas, a caminho da Venezuela e Antilhas, também passaram ao largo da mesma região, sem conseqüências maiores que o reconhecimento da existência do *Mar Dulce,* isto é, a foz do Amazonas.

Como, porém, o regime de ventos e correntes, em certa época do ano, na costa brasileira do Nordeste e do Norte, então denominada *Leste-Oeste,* levasse os navios com maior facilidade às Antilhas, ocorreu, em 1513, o aprisionamento, aí, pelos espanhóis, de uma embarcação portuguêsa comandada por Rodrigo Álvares. Em carta a D. Manuel I, alegou um de seus tripulantes, Estêvão Fróis, a prioridade da navegação portuguêsa no litoral que vai do Rio Grande do Norte ao Maranhão e além. Mencionou viagens anteriores a essa região, "há vinte anos e mais", de certo João Coelho, da Porta da Cruz, em Lisboa, e a presença, aí, de um Diogo Ribeiro, arauto do Rei, morto pelos indígenas. Confirmando-o, um mapa de 1519, o de Lopo Homem, colocou a bandeira portuguêsa adiante da grande embocadura amazônica, registrando numerosos topônimos costeiros.

Da mesma forma, na costa Sul, pela mesma época, 1514, tendo como pilôto João de Lisboa, dois navios portuguêses, armados por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, mencionados na *Nova Gazeta da Terra do Brasil,* uma informação manuscrita, depois publicada na Alemanha, teriam atingido, pela primeira vez, ou novamente, o Cabo de Santa Maria e o Rio da Prata.

Com o descobrimento do Oceano Pacífico, então chamado Mar do Sul, no atual Panamá, surgiu a idéia de serem atingidas as ricas Ilhas Molucas por uma passagem marítima sul-americana. Tentou achá-la, em 1516, o navegador João Dias de Solís, o *Bofes de Bagaço,* a serviço da Espanha, redescobrindo então, oficialmente, o Rio da Prata, sendo, porém, morto pelos indígenas da margem esquerda.

Alguns de seus companheiros, como outros navegantes espanhóis, náufragos ou arribados à Costa Leste do Brasil, também se entregaram, várias vêzes, ao tráfico ilícito do pau-de-tinta ([8]).

(8) Helio Vianna — *Op. cit.,* p. 104/105.

Insistindo no projeto de Solís conseguiu realizá-lo o português Fernão de Magalhães, também a serviço de Espanha, descobrindo, em 1520, o estreito que tomou o seu nome, entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, e comandando a maior parte da primeira viagem de circunavegação. Em conseqüência, continuaram os espanhóis a freqüentar a rota que passava ao longo daquele litoral brasileiro, inclusive com escalas por alguns de nossos portos, embora principalmente se destinassem à exploração dos Rios da Prata, Paraná e Uruguai, no decênio seguinte, conforme fizeram Sebastião Caboto e Diogo Garcia. Resultou daí, e da primeira fundação de Buenos Aires, em 1536, a posse espanhola dessa região platina, apesar da precedência portuguêsa no descobrimento.

VI

EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO DE SOUSA

1 — Missão colonizadora de Martim Afonso de Sousa

A freqüência, no litoral brasileiro, de entrelopos franceses que se entregavam ao comércio clandestino do pau-brasil com os indígenas, determinou a formação, ainda no reinado de D. Manuel, de *armadas de guarda-costa,* destinadas a reprimi-los. Apesar da energia com que agiram, principalmente nos primeiros anos do govêrno de D. João III, não puderam impedir a continuidade dêsse tráfico ilícito.

Coube a um de seus comandantes, Cristóvão Jaques, sugerir o imediato povoamento da terra, como meio eficaz de tornar mais difícil o prosseguimento dessa situação. Outra proposta no mesmo sentido fêz João de Melo da Câmara, descendente de povoadores de ilhas do Atlântico. Apoiada a idéia, também por eminentes portuguêses residentes no estrangeiro, o sábio Diogo de Gouveia e o Dr. Simão Afonso, adotou-a o Rei em 1530, mandando ao Brasil a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa.

A ela competiu, realmente, uma tríplice incumbência: combater os entrelopos franceses que encontrasse na chamada "costa do pau-brasil"; explorar o litoral entre o Maranhão e o Rio da Prata; estabelecer núcleos de povoamento mais estáveis que as anteriores feitorias para resgate de madeira, dando-lhes caráter político e administrativo.

Para bem cumprir essa missão, seu chefe veio investido de amplos podêres. Assim, pela primeira das três cartas-régias assinadas em Castro Verde, a 20 de novembro de 1530, foi Martim Afonso de Sousa nomeado Capitão-Mor não só da armada, mas também de tôdas as terras que achasse ou descobrisse, com plena jurisdição sôbre as pessoas que com êle seguissem, já se achassem ou depois fôssem ter àquelas terras, com poder e alçada, mero e misto império tanto no crime como no cível, dando as sentenças que lhe parecessem de justiça, até a morte natural sem apêlo nem agravo; podendo meter padrões nas terras que descobrisse dentro da conquista e demarcação do Tratado de Tordesilhas; delas tomando posse e constituindo Capitão e Governador em seu nome a pessoa que escolhesse, delegando-lhe podêres. Pela segunda das referidas cartas-régias, foram-lhe conferidos podêres para criar e nomear tabeliães e mais oficiais de justiça necessários, quer para tomar posse

das terras, quer para as coisas da justiça e governança do Brasil. Na terceira, enfim, foi consignado o poder de dar terras de sesmarias às pessoas que levasse e a outras que na terra quisessem viver, segundo os seus merecimentos, serviços e qualidades, a fim de que as aproveitassem e povoassem ([1]).

2 — *A Expedição*

Martim Afonso de Sousa pertencia a uma das mais notáveis famílias de Portugal, descendente, por bastardia, de D. Afonso III. Como seu pai, Lopo de Sousa, serviu à Casa de Bragança. Passou, depois, às ordens de seu amigo o Príncipe D. João, que, elevado ao Trono, incumbiu-o daquela missão.

Para desempenhá-la partiu de Lisboa com uma frota composta de cinco navios. Comandava a nau capitânia, de 150 toneladas, seu irmão Pero Lopes de Sousa, que seria o narrador da expedição, relatando-a no precioso *Diário da Navegação*, em Portugal descoberto pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro. Outra nau, a *São Miguel*, de 125 toneladas, tinha o comando de Heitor de Sousa; um galeão, o *São Vicente*, da mesma tonelagem, foi confiado a Pero Lôbo Pinheiro. Duas caravelas, a *Rosa* e a *Princesa*, eram comandadas, respectivamente, por Diogo Leite e Baltasar Gonçalves.

Dentre os quatrocentos tripulantes e passageiros embarcados na frota merecem referência alguns fidalgos e futuros povoadores do Brasil, como Pero de Góis, depois Donatário de São Tomé e Capitão-Mor da Costa; seus irmãos Luís e Gabriel de Góis; Rui e Francisco Pinto, Domingos Leitão, Jorge Pires, o Padre Gonçalo Monteiro e outros. Conhecedores da nova terra, e decerto dela informantes, vieram Enrique Montes, Pero Capico e o citado Diogo Leite, antigo companheiro de Cristóvão Jaques. Vicente Lourenço era o Pilôto-Mor; Pedro Anes, *língua,* isto é, intérprete dos indígenas brasileiros, além de pilôto.

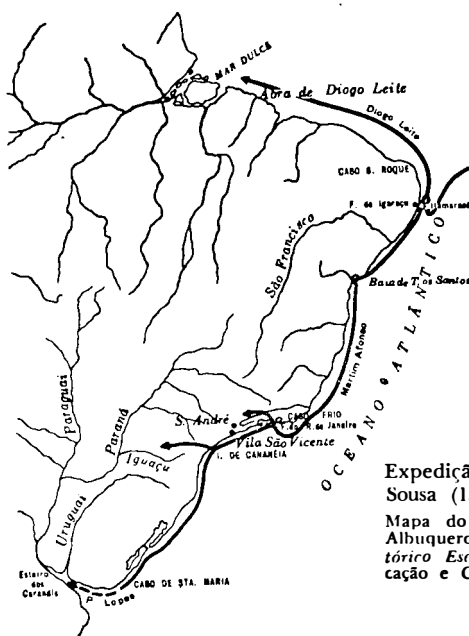
Atendendo ao objetivo também colonizador da expedição, trouxe ela sementes, plantas e animais domésticos.

3 — *A Viagem de 1530/1532*

No mesmo mês da partida, dezembro de 1530, passou a esquadra pelas Canárias e Ilhas de Cabo Verde, atingindo a costa pernambucana em fins de janeiro seguinte. Começou logo a cumprir a sua missão de guarda-costa, dando caça a três navios franceses aí encontrados, conseguindo apresá-los. Soube-se, então, que pouco antes havia sido sa-

(1) Jordão de Freitas — "A Expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533)", na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil,* vol. III (Pôrto, 1924), p. 124.

queada por um galeão de França a Feitoria portuguêsa de Pernambuco. Resolveu Martim Afonso mandar a Portugal, carregada de pau-brasil, uma das naus tomadas aos entrelopos, incorporando outra à expedição com o nome de *Nossa Senhora das Candeias,* e queimando a terceira. E, apesar de desgarrada definitivamente a *São Miguel,* decidiu mandar ao "Rio do Maranhão", em exploração, as caravelas *Rosa* e *Princesa,* ao mando de Diogo Leite (2).

Em março de 1531 partiram duas naus e o galeão restante para a Bahia de Todos os Santos. Aí foi encontrado, vivendo com os indígenas, um português, Diogo Álvares, o Caramuru (3), que havia vinte e dois

Expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532).

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar,* do Ministério da Educação e Cultura.

anos ali estava, como náufrago ou degredado. A Pero Lopes pareceram muito alvos e bem dispostos os naturais da terra, e muito formosas as mulheres, "que não hão nenhuma inveja às da Rua Nova de Lisboa". Festejados e providos de mantimentos, deixaram os expedicionários na Bahia dois homens, com sementes, a fim de "fazerem experiência do que a terra dava".

Prosseguindo para o sul, encontrou a expedição uma caravela em viagem para Sofala, a *Santa Maria do Cabo,* a qual foi, entretanto, incor-

---

(2) Provàvelmente atingiram essas caravelas a foz do Gurupi, pois a doação da primeira Capitania do Maranhão, a Aires da Cunha, já mencionava, na região, a "abra de Diogo Leite", também citada no mapa de Gaspar Viegas.

(3) Caramuru é o nome de um peixe muito comum na Bahia, a moréia, freqüentadora das águas baixas das locas, numa das quais talvez tenha sido encontrado Diogo Álvares, em 1509 ou 1510. Está hoje documentada a sua ida à França, levado por entrelopos, em 1528, quando se teria batizado, com o nome de Catarina, a indígena Paraguaçu, com a qual se casou, tendo grande descendência.

porada por Martim Afonso de Sousa aos seus navios. Atingindo, êstes, em fim de abril, o Rio de Janeiro, aí permaneceram três meses.

Desembarcando a sua gente, apesar de bem recebida pelos indígenas mandou o Capitão-Mor que se abrigasse numa casa-forte, cercada de paliçada, então construída. Em terra, instalou-se a ferraria, e construíram-se dois bergantins de 15 bancos.

Enquanto eram obtidos mantimentos para um ano, para quatrocentas pessoas, quatro homens foram mandados ao interior, em exploração. Em dois meses teriam andado 115 léguas, parte em montanhas, parte em campos; trouxeram consigo um chefe indígena e a notícia da existência de ouro e prata, em certo rio "de Peraguay".

Em agôsto continuou a viagem, com nova escala na Ilha do Bom Abrigo, perto da atual Cananéia, no Sul paulista. Aí foram encontrados o "língua" Francisco de Chaves, um bacharel degredado havia trinta anos (4) e cinco ou seis castelhanos. Informando o primeiro a existência de grandes riquezas de prata e ouro no interior, para buscá-las foram mandados em sua companhia Pero Lôbo e oitenta homens, besteiros e espingardeiros, dos quais só depois houve notícia de que haviam sido mortos pelos indígenas localizados entre os Rios Iguaçu e Paraná.

Deixando a região de Cananéia, rumaram os navios às Ilhas das Onças e Cabo de Santa Maria, êste à entrada do rio do mesmo nome, hoje Rio da Prata. Aí, em outubro, próximo da atual Punta del Este, de Maldonado, perdeu-se num temporal a nau capitânia, que deu à costa, salvando-se Martim Afonso e a tripulação, menos sete homens.

Resolveu então o Capitão-Mor que apenas Pero Lopes prosseguisse na exploração do grande rio, em um dos bergantins, com trinta homens. Assim foi feito, já em novembro e dezembro de 1531, alcançando-se o delta do Rio Paraná e subindo-o até o Esteiro dos Carandins, perto da atual povoação argentina de San Pedro. Aí foram colocados dois padrões das armas reais, tomando-se posse da terra para Portugal. Regressando Pero Lopes ao Rio da Prata, reuniu-se aos três navios restantes (a nau *Nossa Senhora das Candeias,* o galeão *São Vicente* e a caravela *Santa Maria do Cabo*).

Cumprida a sua missão na região platina, determinou Martim Afonso a volta à costa do Brasil, em janeiro de 1532. Fazendo-o, mandou que a caravela fôsse recolher no Pôrto dos Patos, na atual costa catarinense, os tripulantes do outro bergantim, que aí se perdera. Além dêles, trouxe a *Santa Maria do Cabo* alguns castelhanos aí encontrados, que outras notícias deram, de riquezas minerais existentes no sertão. Abrigando-se, naquele mesmo mês, no Pôrto de São Vicente, decidiu-se o Capitão-Mor a povoá-lo definitivamente, mandando depois a Portugal, sob o comando de Pero Lopes, os dois navios ainda em condições de navegar, a nau e o galeão.

(4) Portanto, desde 1501. Talvez Duarte Peres, mencionado em *Argentina,* de Rui Diaz de Guzmán, obra escrita em 1612.

4 — Fundação de São Vicente

O início dessa ação colonizadora e administrativa de Martim Afonso de Sousa, ocorrido em São Vicente, 1532, foi singelamente narrado por seu irmão no *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530/1532)*, nos seguintes têrmos: "A todos nos pareceu tão bem esta terra, que o Capitão irmão determinou de a povoar, e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas; e fêz uma vila na Ilha de São Vicente e outra nove léguas dentro pelo sertão, à borda de um rio que se chama Piratininga; e repartiu a gente nestas duas vilas e fêz nelas oficiais; e pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios, e celebrar matrimônios, e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as injúrias particulares; e ter todos os outros bens da vida segura e conversável" (5).

Interpretando esta citação, deve ser dito que começou Martim Afonso a distribuir terras de sesmaria aos companheiros que aqui permaneceriam, conforme estava autorizado. Fundou duas vilas: a primeira denominada São Vicente, na ilha do mesmo nome, em local abrigado, passada a respectiva barra do sul, um pouco abaixo, portanto, do centro da atual cidade paulista, sua sucessora; a segunda, no planalto, a nove léguas de distância, à margem do Rio Piratininga.

Distribuídos, em ambas, os povoadores, simultâneamente construtores, nomeou as autoridades, municipais e judiciárias, e proveu, igualmente, à vida espiritual. Iniciou, enfim, a administração, dando efetivo comêço às atividades sociais dos primeiros núcleos de população fixa do país.

Nessa obra teve o valioso auxílio de dois portuguêses há muito moradores da terra e cujas amizades com os indígenas seriam do maior valor: Antônio Rodrigues e João Ramalho, aquêle estabelecido na costa, o segundo serra acima, onde teria levado o Capitão-Mor para a fundação da Vila do Piratininga (6).

Dentre as sesmarias logo concedidas por Martim Afonso, tendo em vista o imediato aproveitamento das terras, assinalam-se as de Pero de Góis, Rui e Francisco Pinto, Brás Cubas e João Ramalho. Incentivando, assim, a agricultura, não se descuidou da defesa de São Vicente, aí construindo um fortim, além de outro, talvez, na Barra da Bertioga.

5 — Regresso de Pero Lopes

Permanecendo Martim Afonso em São Vicente, entre outros motivos para esperar o regresso dos entradistas que de Cananéia mandara antes ao sertão, em busca das esperadas riquezas, em maio de 1532 partiu

(5) *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)*. 2.ª ed. crítica do Comandante Eugênio de Castro (Rio de Janeiro, 1940), vol. I, p. 350/352.

(6) Não deve essa vila planaltina, de precária existência, ser confundida com a posterior Santo André da Borda do Campo, fundada pelo Governador Tomé de Sousa, em 1553.

Pero Lopes de Sousa para Portugal, no galeão *São Vicente,* reunindo-se-lhe depois, na escala do Rio de Janeiro, a nau *Nossa Senhora das Candeias.*

Tendo parado também na Bahia de Todos os Santos, em julho, para reabastecimento, depois prosseguiram os dois navios para o norte.

À vista da Ilha de Santo Aleixo, na costa pernambucana, encontraram-se com uma nau francesa, que decerto combateram e apresaram, apesar da interrupção do *Diário da Navegação.* O mesmo fizeram a uma outra que trazia munições para o fortim francês, que na ausência dos irmãos Sousa, havia substituído a Feitoria portuguêsa de Pernambuco (7). Atacando-o, Pero Lopes teria condenado à morte vinte e um de seus defensores, levando trinta prisioneiros a Portugal, de acôrdo com a documentação francesa referente ao episódio.

Depois de prestar mais êsses valiosos serviços, chegaram o galeão e as naus apresadas a Faro, em Portugal, nos últimos dias de 1532 ou primeiros de 1533.

6 — Regresso de Martim Afonso

Em São Vicente prosseguia Martim Afonso em sua obra colonizadora, além de preocupar-se com a exploração da terra, inclusive enviando ao sertão mais uma entrada, à procura da anterior, de que jamais se receberam notícias.

Em setembro de 1532 escreveu-lhe D. João III uma carta, trazida por João de Sousa, na qual deixava ao seu alvitre permanecer na nova terra ou voltar a Portugal, onde já se providenciava a divisão do Brasil em Capitanias hereditárias. Resolveu Martim Afonso regressar, deixando a cargo do Padre Gonçalo Monteiro o govêrno da Vila de S. Vicente e nomeando João Ramalho "Capitão-Mor da borda e dalém do Campo".

Partindo de volta em março de 1533, sabe-se apenas que tendo aportado aos Açôres, chegou a Lisboa talvez em agôsto do mesmo ano, depois de mais de dois anos e meio de exato desempenho da missão de guarda-costa, exploração e colonização de que fôra investido.

---

(7) Em março de 1532 fôra a feitoria portuguêsa de Pernambuco atacada e tomada pelos franceses da nau *La Pèlerine*, que a substituíram por um fortim que deixaram bem guarnecido. Quase ao mesmo tempo em que ocorreu a sua tomada por Pero Lopes, era apresado ao largo de Málaga, no Mediterrâneo, por uma esquadra portuguêsa, aquêle navio francês, que voltava carregado de pau-brasil, algum algodão, papagaios, macacos, etc.

VII

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS NO SÉCULO XVI

1 — Antecedentes da criação das Capitanias hereditárias do Brasil

Portugal, país pequeno e pobre, pelo importante papel desempenhado nos descobrimentos marítimos e explorações geográficas do século XV, foi chamado a executar, na centúria seguinte, na Ásia e na América, como já vinha realizando na África, uma ação colonizadora que estava acima dos seus recursos oficiais. A incapacidade do Erário régio para atender às vultosas despesas da colonização foi, portanto, uma das principais razões da aplicação, ao Brasil, do regime da concessão de Capitanias hereditárias. Para não abandonar aquela missão a outros povos, que já se candidatavam a recolher os frutos de seus esforços, resolveu o govêrno português recorrer à iniciativa de particulares, grandes soldados e marinheiros da África e do Oriente, altos funcionários do Reino e fidalgos da Casa Real que se dispusessem a correr os riscos de uma emprêsa tão difícil quanto honrosa. Transferindo-lhes essa atribuição, poupava-se o Erário e incentivavam-se os empreendimentos individuais.

O desejo de propagação da fé católica em terras habitadas por indígenas, aliado à necessidade do povoamento e defesa das referidas regiões ultramarinas, constituíam, porém, o maior motivo da nova orientação de D. João III, expresso na carta de setembro de 1532, dirigida a Martim Afonso.

O regime a ser introduzido no Brasil, em mais larga escala (pois desde 1504 já havia o Rei D. Manuel I criado a Capitania hereditária da Ilha de São João, depois denominada Fernando de Noronha), não constituía novidade em Portugal. Era uma adaptação do sistema aí há muito tempo vigente, de doação de bens da Coroa. Desde o século XV o povoamento e a colonização das ilhas desabitadas do Oceano Atlântico (Madeira, Pôrto Santo, Açôres, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), havia se iniciado pela concessão de Capitanias hereditárias. Os próprios descobridores foram, algumas vêzes, os primeiros donatários, seguidos de membros da própria Casa Real, fidalgos e simples povoadores.

Além dos antecedentes da existência de Capitanias insulares, inclusive a nossa Fernando de Noronha, não faltaram sugestões de particulares, como já vimos, para a extensão, ao Brasil, daquele sistema de povoamento. Foi o que fizeram Cristóvão Jaques, ex-comandante de armadas de guarda-costa e João de Melo da Câmara, descendente de colonizadores da Madeira, Açôres e São Tomé. Ofereceram-se a D. João III para trazer povoadores ao Brasil. Apoiaram essa idéia dois ilustres por-

tuguêses residentes no estrangeiro, e que, por êsse motivo, bem conheciam os perigos a que estava sujeita a posse lusitana das novas terras: o sábio Diogo de Gouveia, de França, e Simão Afonso, de Sevilha. No mesmo sentido devem ter influído o Secretário de Estado Pero de Alcáçova Carneiro e D. Antônio de Ataíde, Conde da Castanheira, Vedor da Fazenda. Atendendo a tão valiosas opiniões, vindas tanto de homens práticos como de conhecedores da situação internacional, resolveu-se enviar ao Brasil a expedição de Martim Afonso de Sousa.

Não bastando, porém, para o povoamento de vários pontos da costa brasileira, a vinda de armadas como a de 1530/1532, decidiu-se o Rei, nesse último ano, a adotar também no continente americano o sistema colonial que já dera resultado nas ilhas do Atlântico.

2 — *Características do sistema das donatarias*

a) Não houve feudalismo no regime das Capitanias hereditárias

Contestando expressamente Varnhagen, João Francisco Lisboa, Oliveira Martins, Martins Júnior, Sílvio Romero e, implìcitamente, Handelmann, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Carlos Malheiro Dias, João Ribeiro e outros, que "têm procurado ver no sistema de Capitanias hereditárias a ressurreição do regime feudal da Idade Média", afirmou Queirós Lima que, realmente, "entre as duas instituições, por mais longe que esteja uma da outra, há certos traços de analogia:

"*a)* As Capitanias, como as senhorias feudais, representavam dignidades individuais, intransferíveis e transmissíveis por herança ao filho varão mais velho, e, na falta dêste, ao herdeiro imediato, segundo a ordem estabelecida na carta de doação;

b) O regime de Capitanias, da mesma forma que o regime feudal, importava o reconhecimento de uma hierarquia de senhorios territoriais, que tinha o Rei no cimo e nos degraus inferiores o donatário e o sesmeiro ou colono;

c) Os Capitães-Donatários gozavam de verdadeiras atribuições de govêrno, inclusive o poder de lançar e cobrar contribuições e o de exercer amplas funções judiciais, no cível e no crime;

d) Gozavam, finalmente, tal como os senhores medievais, do privilégio de ficarem suas terras fora do alcance das justiças da Coroa" — o que aliás foi pouco depois revogado, quando da criação do govêrno-geral. "Êsses pontos de semelhança, — prossegue Queirós Lima — são, entretanto, mais aparentes do que reais. Não se pode ressuscitar artificialmente uma instituição morta... Passada a Idade Média, passadas as condições que a criaram, impraticável seria restaurá-la artificialmente.

"O feudalismo é uma instituição impossível de conceber-se fora do tempo e do meio social em que se elaborou.

"Nas sociedades feudais, o domínio da terra, nos seus diversos graus, é que determinava a situação econômica e a hierarquia social das pessoas. A terra, nas mãos dos privilegiados que a monopolizavam, era não sòmente uma fonte de riqueza, mas um instrumento de dominação". A seguir, examinando outras características do sistema feudal, mostra como se não repetiram no Brasil, concluindo: "O nosso regime de Capitanias não se emaranhava na complexidade dessa rêde de dependências sociais e econômicas. Em primeiro lugar, a propriedade da terra não se apresentava em camadas sobrepostas: o donatário não guardava a propriedade nua das terras dadas em sesmarias, e, conseqüentemente, a propriedade dos sesmeiros era livre e plena, sujeita apenas ao pagamento do

dízimo das colheitas ao Erário régio. Por outro lado, o título de propriedade da terra não criava nenhum laço de dependência entre as pessoas. É certo que os colonos ficavam obrigados a prestar auxílio e assistência aos donatários em caso de guerra com o gentio ou com a piratagem estrangeira, mas essa obrigação decorria não da condição de sesmeiros de terras das Capitanias, mas da qualidade de súditos de El-Rei de Portugal.
"Não há nada aqui que seja a restauração do extinto feudalismo.
"As Capitanias hereditárias, perante a doutrina do direito público, tinham a categoria de *concessões do Estado*. Na verdade, representavam a exploração de uma rêde de serviços cometida a particulares, sob a inspeção do Estado. Em retribuição dos encargos que lhes eram impostos, recebiam os donatários várias regalias, das quais algumas envolviam verdadeiras delegações do poder majestático. Mas, se havia concessão do exercício do poder, não havia divisão da autoridade do Estado, que se concentrava tôda na pessoa do Príncipe, o único poder soberano" (1).

Também contra o apregoado feudalismo das donatarias manifestou-se, posteriormente, Roberto C. Simonsen, mostrando não serem medievais, e sim capitalistas, suas características econômicas (2).

b) Características do regime

Mediante a cessão de alguns direitos régios aos donatários, entre os quais os de ministrar justiça, distribuir terras de sesmaria, arrecadar os dízimos e fundar povoações, esperava a Coroa que êles se esforçassem por povoar à sua custa o extenso litoral brasileiro, de modo a evitar a continuação da freqüência de entrelopos em seus portos e praias.

Nenhum autor resumiu melhor que Capistrano de Abreu as disposições das cartas de doação que instituíram, entre nós, as Capitanias hereditárias:

"Os donatários seriam de juro e herdade senhores de súas terras, teriam jurisdição civil e criminal, com alçada até cem mil réis na primeira, com alçada no crime até morte natural para escravos, índios, peões e homens livres, para pessoas de mor qualidade até dez anos de degrêdo ou cem cruzados de pena; na heresia (se o herege fôsse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçada iria até morte natural, qualquer que fôsse a qualidade do réu, dando-se apelação ou agravo sòmente se a pena não fôsse capital.

"Os donatários podiam fundar vilas, com têrmo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis; seriam senhores das ilhas adjacentes até distância de dez léguas da costa; os ouvidores, os tabeliães do público e judicial seriam nomeados pelos respectivos donatários, que poderiam livremente dar terras de sesmarias, exceto à própria mulher ou ao filho herdeiro.

"Para os donatários poderem sustentar seu estado e a lei de nobreza, eram-lhe concedidas dez léguas de terra ao longo da costa, de um a outro extremo da Capitania, livres ou isentas de qualquer direito ou tributo exceto o dízimo, distribuídas em quatro ou cinco lotes, de modo

(1) Queirós Lima — "Capitanias Hereditárias", na *Revista de Estudos Jurídicos*, n.º 2 (Rio de Janeiro, agôsto de 1930), p. 115/117.
(2) Roberto C. Simonsen — *História Econômica do Brasil — 1500/1820*, tomo I (São Paulo, 1937), p. 124/127.

a intercalar-se entre um e outro pelo menos a distância de duas léguas; a redízima ($^1/_{10}$ da dízima) das rendas pertencentes à Coroa e ao Mestrado" (da Ordem de Cristo); "a vintena do pau-brasil (declarado monopólio real, como as especiarias), depois de fôrro de tôdas as despesas; a dízima do quinto pago à Coroa por qualquer sorte de pedraria, pérolas, aljôfares, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou outra qualquer espécie de metal; tôdas as moendas d'água, marinhas de sal e quaisquer outros engenhos de qualquer qualidade, que na Capitania e governança se viessem a fazer; as pensões pagas pelos tabeliães; o preço das passagens dos barcos nos rios que os pedissem; certo número de escravos que poderiam ser vendidos no Reino, livres de todos os direitos; a redízima dos direitos pagos pelos gêneros exportados, etc."

Para facilitar a sucessão nas donatarias, foram os respectivos titulares dispensados do cumprimento da *Lei Mental.*

Passando a examinar o conteúdo dos forais, que acompanharam as cartas de doação, acrescentou o grande historiador: "Os forais asseguravam aos solarengos: sesmarias com a imposição única do dízimo pago ao Mestrado de Cristo; permissão de explorar as minas, salvo o quinto real; aproveitamento do pau-brasil dentro do próprio país; liberdade de exportação para o Reino, exceto de escravos, limitados a número certo, e certas drogas defesas (pau-brasil, especiarias, etc.); direitos preferenciais que os protegeriam da concorrência estrangeira; entrada livre de mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxôfre, chumbo e quaisquer coisas de munições de guerra; liberdade de comunicação entre umas e outras Capitanias do Brasil" (3).

3 — Capitanias hereditárias criadas no século XVI

a) A primeira Capitania hereditária do Brasil: Fernando de Noronha

Para povoamento das ilhas desertas do Oceano Atlântico, descobertas no decorrer do século XV, como a Madeira, Pôrto Santo, Açôres, Cabo Verde e S. Tomé, adotou Portugal, como vimos, o sistema de concedê-las aos seus descobridores, a fidalgos ou a outras pessoas que as quisessem e pudessem explorar, sob a forma de Capitanias hereditárias. O mesmo método de colonização foi adotado no Brasil, em 1504, com a doação, por D. Manuel I, da Ilha de S. João ou da Quaresma, pouco antes descoberta, ao armador Fernão de Noronha, cujo nome, modernizado, afinal prevaleceu para o arquipélago situado a cinqüenta léguas da costa Nordeste do país.

Em 1522 confirmou a doação o nôvo Rei, D. João III, "a fim de que o donatário na ilha lançasse gado e a rompesse e aproveitasse, segundo lhe aprouvesse, obrigando-se ao tributo do quarto e dízimo".

Em 1559, durante a Regência da Rainha D. Catarina, na menoridade do Rei D. Sebastião, foi confirmada a doação em favor de outro Fer-

(3) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial (1500/1800)*, 3.ª ed. (Rio de Janeiro, 1934), p. 41/42.

não de Noronha, neto do primeiro. Não consta, porém, que êste donatário, como seu antecessor e sucessores, para a ilha "mandassem colonos, nem invertessem nela cabedais, porquanto, anos depois, ainda estava deserta", sòmente no século XVII aparecendo notícias de seu escasso povoamento ([4]).

b) Capitanias criadas de 1534 a 1536

Dando execução ao plano desde 1532 anunciado a Martim Afonso de Sousa, sòmente entre 1534 e 1536 criou D. João III nada menos de quatorze Capitanias hereditárias no Brasil, divididas em quinze lotes e distribuídas a doze donatários. Situadas ao longo do litoral que vai do Maranhão a Santa Catarina ([5]), dêle se estendiam até o desconhecido sertão, onde deveriam encontrar os não demarcados limites prèviamente fixados no Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Foram as seguintes essas Capitanias e lotes, de acôrdo com a respectiva colocação geográfica, do norte para o sul:

1) A primeira do *Maranhão*, de 50 léguas de costa, entre a Abra de Diogo Leite e o Cabo de Todos os Santos, doada ao navegador Aires da Cunha, que se associou ao escritor João de Barros, Feitor e Tesoureiro da Casa da Índia..

2) A segunda do *Maranhão*, de 75 léguas, entre o Cabo de Todos os Santos e o Rio da Cruz, concedida a Fernando Álvares de Andrade, Tesoureiro-Mor do Reino.

3) *Ceará*, de 40 léguas, entre o Rio da Cruz (Camocim) e a Angra dos Negros, doada ao Cavaleiro-Fidalgo Antônio Cardoso de Barros.

4) *Rio Grande*, de 100 léguas, entre a Angra dos Negros e a Baía da Traição, concedida ao citado João de Barros.

5) *Itamaracá*, de 30 léguas, entre a Baía da Traição e o Rio Igaraçu, doada ao navegador Pero Lopes de Sousa.

6) *Pernambuco* ou *Nova Lusitânia*, de 60 léguas de litoral, entre os Rios Igaraçu e São Francisco, outorgada a Duarte Coelho, soldado da Ásia e navegador.

7) *Bahia de Todos os Santos*, de 50 léguas, entre o Rio São Francisco e a Ponta do Padrão, doada a Francisco Pereira Coutinho, soldado da Índia.

8) *Ilhéus*, de 50 léguas, entre a Bahia de Todos os Santos e o Rio Santo Antônio, doada a Jorge de Figueiredo Correia, Escrivão da Fazenda.

9) *Pôrto Seguro*, de 50 léguas de costa, entre os Rios Santo Antônio e Mucuri, concedida a Pero do Campo Tourinho, rico proprietário e navegador.

---

(4) Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) — *História Geral do Brasil*, 4.ª ed. integral (São Paulo, 1948) tomo I (5.ª ed.), p. 240 e 247.

(5) Convém notar que D. João III não as distribuiu, como anunciara a Martim Afonso de Sousa, "de Pernambuco até o Rio da Prata", mas entre o Maranhão e Santa Catarina, o que se deverá, sem dúvida, ao melhor conhecimento da extensão das terras que de acôrdo com o Tratado de Tordesilhas pertenciam a Portugal.

DONATARIAS DO SÉCULO XVI

Mostra êste mapa a Capitania insular de São João, depois Fernando de Noronha, criada pelo Rei D. Manuel I, em 1504; e as quatorze donatarias entre 1534 e 1536 instituídas por D. João III na costa do Brasil, do Maranhão a Laguna, limitadas, no interior, pela demarcação com os domínios espanhóis, prefixada no Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

10) *Espírito Santo,* de 50 léguas, entre os Rios Mucuri e Itapemirim, outorgada a Vasco Fernandes Coutinho, soldado do Oriente.

11) *São Tomé,* de 30 léguas de costa, entre os baixos de Pargos (Itapemirim) e o Rio Macaé, doada a Pero de Góis, companheiro de Martim Afonso de Sousa na expedição de 1530/1532.

12) *São Vicente,* de 100 léguas de costa, em dois lotes: o primeiro, entre os Rios Macaé e Curupacé ou Juqueriquerê, com 55 léguas; o segundo, do Rio de São Vicente à Ilha do Mel, à entrada da Baía de Paranaguá, com 45 léguas; doada a Martim Afonso de Sousa.

13) *Santo Amaro,* de 10 léguas, encravada na Capitania anterior, entre os Rios Curupacé e de S. Vicente, concedida a Pero Lopes de Sousa.

14) *Santana,* de 40 léguas, da Ilha do Mel até 28°20′ de latitude sul, nas alturas de Laguna, também doada a Pero Lopes de Sousa.

Vejamos, isoladamente, o ocorrido com cada uma dessas Capitanias, da criação ao fim do século XVI.

c) Capitanias do Maranhão e Rio Grande

Associados os donatários das duas Capitanias do Maranhão e do Rio Grande, Aires da Cunha, Fernando Álvares de Andrade e João de Barros, organizaram juntos uma expedição colonizadora de dez navios, trazendo 900 homens, que sob o comando do primeiro dêles, veio ao Brasil em 1535. Naufragando e morrendo à vista de terra aquêle donatário, fundaram os sobreviventes, na região maranhense, a povoação de Nazaré. Aí lutaram contra os indígenas, mas diante dessa e de outras dificuldades, desanimaram e abandonaram a emprêsa os que dela haviam sobrado, regressando à Europa em 1538.

Nova tentativa de povoamento do Maranhão, em 1554 empreendida por Luís de Melo da Silva, redundou em idêntico insucesso, permanecendo a região por muito tempo abandonada dos portuguêses. Nela, como no Rio Grande, tornaram-se freqüentes os franceses, o que motivou, no fim da centúria e início da seguinte, as conquistas oficiais de ambas, sem consideração ao seu anterior caráter de falhadas Capitanias hereditárias.

d) Capitania do Ceará

Da Capitania do Ceará não constam quaisquer ensaios de colonização, durante o século XVI. Seu donatário, Antônio Cardoso de Barros, veio ao Brasil com o primeiro Governador, em 1549, como Provedor-Mor da Fazenda. Regressando a Portugal com o primeiro Bispo do Salvador, D. Pedro Fernandes Sardinha, foi, como êste, morto pelos indígenas caetés, depois de naufrágio na costa alagoana, em 1556.

e) Capitania de Itamaracá

Pero Lopes de Sousa, donatário de Itamaracá, Santo Amaro e Santana, não voltou ao Brasil depois da viagem de 1530/1532, de que foi o narrador. Pouco cuidou da administração das duas primeiras Capita-

nias, pois faleceu em naufrágio na África. Coube à sua viúva, Isabel de Gamboa, providenciar a respeito, na menoridade dos filhos e herdeiros do donatário, Pero Lopes II e Martim Afonso. Falecidos, ambos, um ainda menor, outro no Oriente, sucedeu-lhes terceira irmã, Jerônima, casada com D. Antônio de Lima. Isabel de Lima de Albuquerque, filha de ambos, casada duas vêzes, mas sem geração, foi quinta donatária, sucedendo-lhe no senhorio o primo Lopo de Sousa, já no segundo decênio do século XVII, como veremos.

João Gonçalves foi lugar-tenente do donatário em Itamaracá ao tempo da administração de Isabel de Gamboa. Teve questões com o vizinho Duarte Coelho, donatário de Pernambuco. Mas nem por isso deixou a Capitania de socorrer a próxima povoação de Igaraçu, quando atacada pelos indígenas. Mais tarde também participou das primeiras tentativas de conquista da Paraíba aos franceses e índios adversos.

A Vila da Conceição, ao sul da ilha que deu nome à donataria, era sua capital e principal povoação. Alguns engenhos de açúcar asseguravam, ao fim da centúria, a sua prosperidade, à sombra de Pernambuco e da principal atividade econômica do Brasil colonial.

f) Capitania de Pernambuco ou Nova Lusitânia

Favorecida pela maior proximidade da Europa; possuindo muito pau-brasil nas matas litorâneas e excelentes terras adaptáveis ao cultivo da cana-de-açúcar; beneficiada, acima de tudo, por donatários e povoadores à altura de sua missão de pioneiros, foi a Capitania de Pernambuco a mais importante do Brasil, durante o século XVI.

Merece especial referência o Donatário Duarte Coelho. Deixando de parte sua biografia fora do Brasil, rica em feitos na Ásia e cruzeiros à África, citados por João de Barros, Diogo do Couto, Gaspar Correia e Frei Luís de Sousa, basta lembrar que "entre todos os donatários é Duarte Coelho o único exemplo de um construtor de nação; o único que logra resistir às privações e aos perigos; único que consegue implantar-se firmemente em seus domínios e legá-los aos seus descendentes como um fundador de dinastia" (6). "Construiu tôrre de pedra e cal, num alto onde hoje está a vila (de Olinda). Na defesa contra os índios e franceses, na limpeza da costa, infestada pelos caetés, perderam-se muitas vidas e êle gastou muitos mil cruzados que adquirira na Índia" (7). "Iniciou com sucesso a cultura da cana, tendo solicitado o auxílio pecuniário dos mercadores de Lisboa para o estabelecimento das plantações e o fabrico dos engenhos" (8), "na clara intuição de que essa cultura poderia vir a ser de máxima importância para a sua Capitania" (9). Pensou "logo no comércio de cabotagem e um dos seus primeiros cuida-

(6) Carlos Malheiro Dias — "O Regime Feudal das Donatarias", na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, vol. III, (Pôrto, 1924), p. 256.
(7) Gabriel Soares de Sousa — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, 3.ª ed. (São Paulo, 1938), p. 28.
(8) Rodolfo Garcia — Nota aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 2.ª ed. (Rio, 1943), p. 175.
(9) Hermann Wätjen — *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* (São Paulo, 1938), p. 417.

dos foi mandar construir, em pequenos estaleiros adrede levantados, caravelões e lanchas para iniciarem o tráfico de mantimentos entre as Capitanias próximas" (10). Ilustrado, como mostram as citações latinas de suas cartas a D. João III (11), enérgico, a ponto de fazer marcar com uma cutilada um vizinho incômodo, de Itamaracá (12), "continha a turbulência dos colonos" (13), e assim conseguiu "conquistar a palmos a terra que lhe fôra doada às léguas" (14), indo ela "pera bem, como louvores a Deus vay" (15).

Seus filhos e sucessores, Duarte Coelho de Albuquerque e Jorge de Albuquerque Coelho, conquanto nascidos no Brasil, em sua Capitania mais se distinguiram pelas lutas que sustentaram contra os indígenas, vindo o primeiro a morrer, em 1578, logo depois de resgatado em conseqüência da derrota de Alcácer-Quibir, também não voltando ao Brasil, depois de ferido nessa batalha, o segundo.

O quarto e último donatário efetivo, Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), Conde de Pernambuco e Marquês de Basto, teve os seus positivos méritos diminuídos tanto pela sua atitude posterior à Restauração de 1640, quando preferiu ficar ao lado da Espanha, contra Portugal, como pela glória militar do irmão Matias de Albuquerque, Conde de Alegrete, luso-brasileiro cuja biografia constitui exemplo de tenacidade na luta e firmeza de ânimo na desgraça (16).

Ao lado, porém, da descendência do primeiro donatário da Nova Lusitânia, a família de seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, o Torto, o Adão Pernambucano, ou o "branco cisne venerando", como foi cantado por Bento Teixeira (17), ocupa lugar de relêvo, não só na Capitania, mas em quase todo o Brasil, de Pernambuco ao Grão-Pará, sem interrupções e com descidas ao Rio de Janeiro e Bahia, sempre que se fazia necessária uma conquista ou houvesse um cargo difícil a preencher.

Seu chefe, "durante meio século foi a grande figura da Capitania", julgou definitivamente Capistrano de Abreu (18), atribuindo-lhe vinte e

---

(10) Oliveira Lima — "A Nova Lusitânia", na *História da Colonização*, cit., vol. III, p. 301.

(11) Pedro de Azevedo — "Os primeiros donatários", na *História da Colonização*, cit., vol. III, p. 198.

(12) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, 2.ª ed. (São Paulo, 1918), p. 126.

(13) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial*, cit., p. 47.

(14) Oliveira Lima — *Op. cit.*, vol. III, p. 292.

(15) *História da Colonização*, cit., vol. III, p. 316. Carta do donatário a D. João III.

(16) Cf. Helio Vianna — *Matias de Albuquerque*. Biografia (Rio, 1944). Reproduzida nos *Estudos de História Colonial* (S. Paulo, 1948). "Acréscimos à Biografia de Matias de Albuquerque", na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 251, de abril-junho de 1961 (Rio, 1962).

(17) "Aquêle branco cisne venerando,
Que nova fama quer o Céu que merque
E me está com seus feitos provocando,
Que dêle cante, e sôbre êle alterque,
Aquêle que na Idéia estou pintando,
Jerônimo, sublime d'Albuquerque,
Se diz, cuja invenção, cujo artifício,
Aos bárbaros dará total exício".

Bento Teixeira — *Prosopopéia dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco, Nova Lusitânia*, etc. (Rio, 1923), p. 45.

(18) J. Capistrano de Abreu — "Prolegômenos" à *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, cit., p. 81.

quatro filhos, quando trinta e dois, inclusive os duvidosos, apurou Borges da Fonseca [19]. Lugar-tenente dos donatários ausentes, pacificador dos índios, é também patriarca da maior descendência já registrada no país, em que sobram os nomes ilustres, em todos os ramos das atividades humanas.

Fora, porém, do brilhante quadro oferecido pela própria parentela dos donatários, Pernambuco pôde apresentar nesse século inicial da vida brasileira um povoamento que constitui verdadeira prova de capacidade colonizadora da metrópole.

Duarte Coelho soube, realmente, escolher os seus companheiros, vianeses afeitos à agricultura, antes de se transformarem em navegadores, gente vinda a chamado de Afonso Gonçalves, fidalgos como os Bandeira de Melo e outros. Mesmo "os deportados que ficavam em Pernambuco mudavam forçosamente de vida sob a dura fiscalização do donatário e no meio de gente de bom viver, com a qual aspiravam a ombrear e à sua progênie ambicionavam aliar-se, o açúcar dando-lhes abastança e passando uma mão de cal sôbre o seu próprio passado ou o da sua ascendência" [20].

Graças à energia de Duarte Coelho e aos constantes afluxos de colonos, para a conquista aos indígenas das terras ao sul do Cabo de Santo Agostinho pôde o segundo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque, organizar Companhias de gente de Igaraçu, Parati (Paratibe) e da Várzea do Capiguaribe, além de mais três Companhias de gente de Olinda, dividida conforme a procedência em vianeses, portuenses e lisboetas [21].

Já por essa época, meados do século XVI, outros elementos valiosos haviam acorrido à Nova Lusitânia: D. Cristóvão de Melo, sôgro de Jerônimo de Albuquerque; D. Filipe de Moura, seu sobrinho e genro, ambos mais tarde capitães-mores da donataria; seu genro, o florentino Filipe Cavalcanti, e outros. Grandes *linguas* e amigos dos indígenas, como Vasco Fernandes de Lucena, aliavam-se a prósperos senhores de vários engenhos, como João Pais Barreto, do Cabo, e o alemão Cristóvão Lins, de Pôrto Calvo.

São êstes os vultos que formavam a sociedade pernambucana que em 1584 tanto deslumbrou o jesuíta Fernão Cardim, de quem mereceu o seguinte expressivo retrato:

"A gente da terra é honrada; há homens muito grossos, de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu; alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhes morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se, e as mulheres e filhos, de tôda a sorte de veludos, damascos e outras sêdas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem freqüentam as missas, pregações, confissões, etc.; os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 a 300 cruzados, e

(19) Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca — "Nobiliarquia Pernambucana", nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XLVIII, de 1926, (Rio, 1935), p. 354/463.
(20) Oliveira Lima — *Op. cit.*, vol. III, p. 297.
(21) Frei Vicente do Salvador — *Op. cit.*, p. 198.

alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma môça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sêdas de várias côres, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sêdas de que iam vestidos. Aquêle dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e vieram dar vista ao Colégio, para os ver o Padre Visitador; e por esta festa se pode julgar o que farão nas mais que são comuns e ordinárias. São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenho juntos, e revezando-se dessa maneira gastam quanto têm, e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns anos bebêram oitenta mil cruzados dados em rol. Enfim, em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa. Os vianeses são senhores de Pernambuco e quando se faz algum arruído contra algum vianês, dizem em lugar de: *ai que de El-Rei — ai que de Viana,* etc." (22).

Com êste quadro concordou também Gabriel Soares de Sousa, ao assegurar que "é tão poderosa esta Capitania que há nela mais de cem homens que têm de mil até cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito, dez mil cruzados. Desta terra saíram muitos homens ricos para êstes Reinos, que foram a ela muito pobres, com os quais entram cada ano desta Capitania quarenta e cinqüenta navios carregados de açúcar e pau-brasil" (23).

Dotados de tantos recursos, os habitantes de Pernambuco puderam auxiliar, de modo decisivo, a conquista da Paraíba, de 1579 a 1585, duramente iniciada pelo rico proprietário Frutuoso Barbosa. Graças a essas mesmas riquezas, despertou a Capitania a cobiça dos inglêses e franceses de Lancaster, Wenner e Noyer, que, aliados a holandeses, de amigos transformados em inimigos pela união das coroas ibéricas — saquearam o Recife em 1595, embora fôssem repelidos no ataque a Olinda. E puderam, os pernambucanos, fechando honrosamente o século XVI, contribuir, de modo preponderante, para a conquista do Rio Grande, de que foi encarregado Manuel Mascarenhas Homem, Capitão-Mor de Pernambuco.

Êsse povoamento não sofreu interrupção nos primeiros trinta anos do século XVII; pois, como escreveu Oliveira Lima, "persistiu até à invasão dos holandeses a imigração aristocrática com um caráter que podemos qualificar de civil, para diferenciá-la da de caráter militar que a guerra depois determinou: aquela era a que condizia com a índole feudal do senhorio, que como tal se prolongou até então. Os fidalgos que chegavam e desejavam estabelecer-se, encontravam farta matéria-prima matrimonial entre as famílias já radicadas, bastando a de Jerônimo para um amplo fornecimento. Rebentos destas famílias nobres iam combater em África, na Índia, nas armadas, depois da ane-

(22) Padre Fernão Cardim — *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* 2.ª ed. (São Paulo, 1939), p. 295/296.
(23) Gabriel Soares de Sousa — *Op. cit.,* p. 29.

xação em Flandres, e mais tarde na Catalunha. Era um viveiro mais de ilustre sangue lusitano, ainda não tinto pela mestiçagem africana" (24).

g) Capitania da Bahia de Todos os Santos

Apesar da excelente situação geográfica de que dispunha, da existência, na vizinhança, de boas terras aproveitáveis para a agricultura, e do auxílio dispensado por Diogo Álvares, o *Caramuru,* não conseguiu fazer que progredisse a Capitania da Bahia de Todos os Santos, o Donatário Francisco Pereira Coutinho, velho militar apelidado *Rusticão.* Fundada, perto da barra, a Vila do Pereira, distribuídas terras entre os colonos, dissensões entre êstes aliaram-se a lutas contra os indígenas, que afinal forçaram o titular ao abandono de suas terras, recolhendo-se às de Ilhéus e Pôrto Seguro. Julgando pacificados os ânimos, foi buscá-lo o *Caramuru,* em 1547. Um naufrágio atirou-o, porém, à Ilha de Itaparica, onde o mataram os seus inimigos.

Perdendo-se, assim, quase todos os seus esforços, foi a Bahia escolhida, por sua posição quase central na costa brasileira, para sede do govêrno-geral, criado em 1548. Para isso cedeu-a à Coroa, em 1576, por um padrão de juros de 400$000, o herdeiro do primeiro donatário, Manuel Coutinho.

h) Capitania dos Ilhéus

Jorge de Figueiredo Correia, primeiro Senhor da Capitania dos Ilhéus, não foi cuidar, pessoalmente, de sua donataria, igual atitude tendo todos os seus sucessores, a começar pelos filhos, o de igual nome e Jerônimo de Figueiredo Alarcão, que a vendeu ao antigo sesmeiro e comerciante italiano de Lisboa, Lucas Giraldes. O filho dêste, Francisco, quinto donatário, nomeado Governador-Geral, chegou a embarcar em 1588, mas não conseguiu vir ao Brasil. Foi, assim, a Capitania sempre administrada por prepostos dos titulares residentes em Portugal. Beneficiou-se, porém, da proximidade da cidade do Salvador, recebendo cuidados dos Governadores-Gerais, tornando-se principal fornecedora de mantimentos da capital, notadamente de farinha de mandioca e gado. Teve, também, incentivada a sua produção de açúcar, mas sofreu, no fim da centúria, ruinosos ataques dos índios aimorés, assaltantes e destruidores de engenhos e povoações, de roças e rebanhos. São Jorge dos Ilhéus era a principal povoação da Capitania, que também contava outras menores, imediatamente ao sul da Baía de Todos os Santos.

i) Capitania de Pôrto Seguro

Pero do Campo Tourinho, rico proprietário em Viana, transferiu-se para a sua Capitania de Pôrto Seguro com todos os haveres, trazendo colonos e ampla disposição para trabalhar. Conseguiu lançar as suas

(24) Oliveira Lima — *Op. cit.,* vol. III, p. 290/300. — Todo êste capítulo conforme Helio Vianna — *Brasil Social (1500-1640),* separata de *A Restauração e o Império Colonial Português* (Lisboa, 1940), p. 24/31; nos *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948), p. 57/65.

bases econômicas, inclusive plantando cana, construindo engenhos e cortando pau-brasil. Não sabendo, porém, conter a linguagem franca e irreverente, entrou em dissensão com alguns colonos, que o prenderam e remeteram ao Reino, para que fôsse processado por heresia. Conseguiu libertar-se da acusação, mas não pôde voltar à Capitania, que seu herdeiro Fernão passou à irmã, Leonor, que por sua vez a vendeu a D. João de Lencastre, 1.º Duque de Aveiro, já senhor de engenho em Pôrto Seguro, para morgadio dos filhos-segundos dessa casa nobre.

Ainda na centúria inicial, além de ter servido de ponto de partida para algumas das primeiras *entradas* dirigidas ao interior brasileiro, sofreu a Capitania repetidos ataques dos aimorés, que por muito tempo suspenderam sua prosperidade, despovoando-se Santa Cruz e Santo Amaro. Apenas conseguiu manter-se a Vila de Pôrto Seguro, que à donataria dava nome e sede. D. Pedro Dinis de Lencastre foi seu último donatário no século XVI.

j) Capitania do Espírito Santo

Vasco Fernandes Coutinho, auxiliado por colonos como os fidalgos degredados D. Jorge de Meneses e D. Simão de Castelo Branco, conseguiu, a custo, vencer os indígenas de sua Capitania, fundando as Vilas do Espírito Santo (depois Vila Velha) e Nossa Senhora da Vitória. Engenhos de açúcar assinalaram o início de sua prosperidade, logo suspensa por novos ataques dos índios, dissensões do donatário com o mais importante de seus sesmeiros, Duarte de Lemos, e outras dificuldades que o levaram a abandonar a emprêsa, prontificando-se, até, a renunciar ao senhorio. Retomaram-na, porém, o filho e homônimo, como sua viúva, Luísa Grinalda ou Grimaldi, substituída, quando se retirou para o Reino, pelo Capitão Miguel de Azeredo.

l) Capitania de São Tomé

Não dispondo de grandes recursos para a colonização de São Tomé, o Donatário Pero de Góis, antigo companheiro de Martim Afonso e morador de São Vicente, conseguiu fundar a Vila da Rainha junto ao Rio Managé (hoje Itabapoana), obtendo, posteriormente, o auxílio do negociante lisboeta Martim Ferreira. Atacada pelos indígenas goitacases, a povoação foi completamente destruída, refugiando-se o donatário no Espírito Santo.

Segunda tentativa de colonização fêz mais tarde, construindo um engenho na Limeira, para o qual pediu a vinda de escravos africanos ao sócio. Não conseguindo prosperar, aceitou o cargo de Capitão-Mor da Costa, quando da criação do govêrno-geral.

Igualmente sem resultado foram os esforços do filho Gil de Góis, segundo donatário, a fim de ser estabelecida nova povoação em Pargo, próximo à foz do Rio Itapemirim.

m) Capitania de São Vicente

Beneficiada com as fundações proporcionadas pela Coroa, antes da criação da Capitania hereditária, São Vicente pôde progredir no século XVI, embora sem a presença do fundador e donatário, Martim Afonso de Sousa, Capitão-Mor da Armada da Índia, Governador dêsse domínio português do Oriente, membro dos Conselhos de D. João III e D. Sebastião, inclusive nas Regências de D. Catarina e D. Henrique. Quando de sua ausência de Portugal, tomava sua mulher, Ana Pimentel, as medidas necessárias ao desenvolvimento da donataria, sempre governada por prepostos.

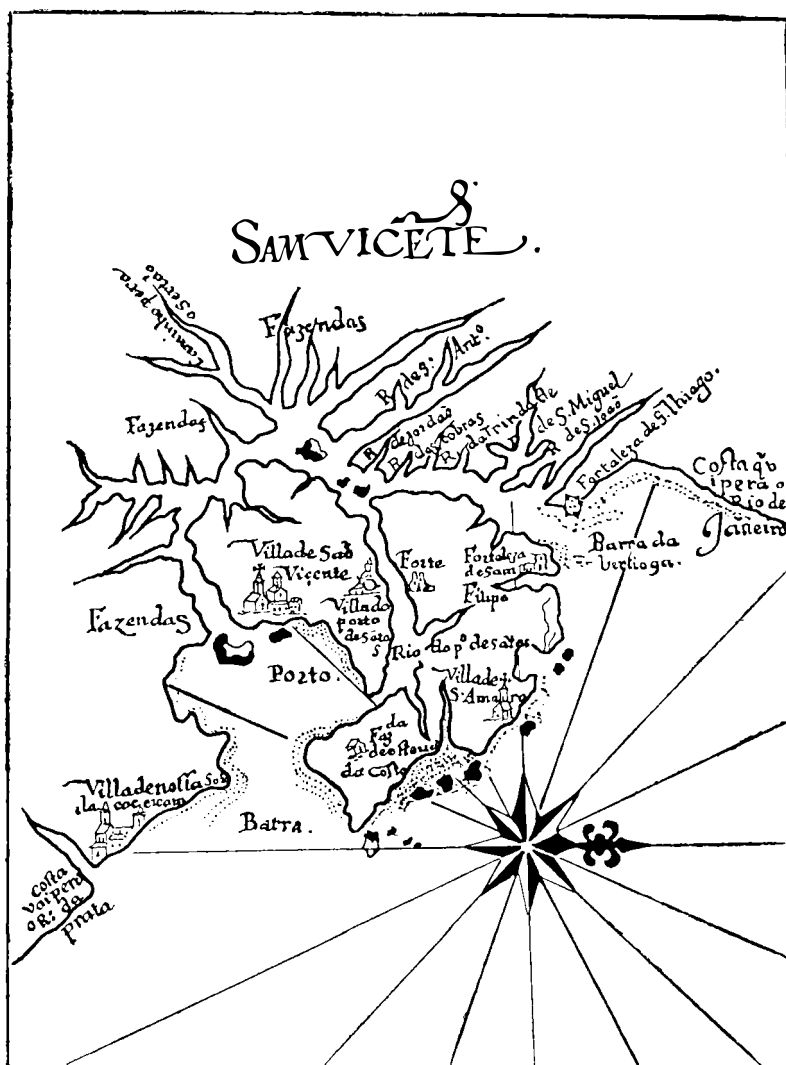
Começou Martim Afonso providenciando a construção de um engenho de açúcar na Ilha de São Vicente: foi o denominado do Senhor Governador, depois dos Armadores, afinal de São Jorge dos Erasmos, por ter passado à propriedade do rico alemão Erasmo Schetz. Outros o acompanharam, novos colonos acrescentaram-se aos de 1532, povoações novas apareceram: Todos os Santos ou simplesmente Santos, fundada por Brás Cubas, cujo pôrto substituiria o de São Vicente, tornado impraticável; Santo André da Borda do Campo e São Paulo do Campo de Piratininga, no planalto; Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém e Iguape, na costa sul; como Ilha Grande de Angra dos Reis, no litoral que corria para o Rio de Janeiro.

Não sem dificuldades foi obtido êsse desenvolvimento. A princípio registraram-se lutas com os espanhóis de Iguape, que chegaram a atacar e saquear São Vicente, sendo afinal repelidos por Pero de Góis e Francisco Pinto. Também os guaianases, indígenas de São Paulo, perturbaram, várias vêzes, os primeiros anos da nova vila, que incorporou os moradores de Santo André. Ameaçando sèriamente os tamoios a Capitania, afastou o perigo a ação abnegada dos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, que conseguiram pacificá-los em Iperoig, hoje Ubatuba. Pôde, com isto, a Capitania de São Vicente eficazmente auxiliar a luta contra os franceses no Rio de Janeiro.

Também ataques de corsários inglêses sofreram os portos vicentinos: o de Eduardo Fenton, em 1583, logo vencido por navios espanhóis, o de Cavendish em 1591/1592, com o saque de Santos.

O descobrimento do ouro de lavagem na Capitania e a crescente importância das entradas de caça ao índio, iriam assumir, posteriormente, muito maior relêvo, tornando-se São Vicente a grande porta de entrada do Sul, do Oeste e do Centro da colônia, ainda desconhecidos.

Terminou a centúria com a vinda do Governador-Geral D. Francisco de Sousa, a fim de atender ao grande interêsse das pesquisas minerais.

Quanto aos donatários, falecendo em 1571 Martim Afonso, teve como sucessor o filho Pero Lopes de Sousa, morto em Alcácer-Quibir com o Rei D. Sebastião. Terceiro donatário foi Lopo de Sousa, também herdeiro das Capitanias de Itamaracá, Santo Amaro e Santana, como vimos.

S. VICENTE E S. AMARO NO SÉCULO XVI

Observem-se, nas ilhas, as vilas de Santo Amaro, do Pôrto de Santos e de São Vicente; no continente, a de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém; os fortes, que defendiam a barra da Bertioga (de São Filipe e São Tiago), e o fronteiro ao Pôrto de Santos; no interior "Fazendas" e significativo "Caminho para o Sertão".

Mapa reproduzido do *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Magalhães,* códice do século XVI que se guarda na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.

n) Capitania de Santo Amaro

Encravada na de São Vicente, à sua sombra prosperou um pouco a de Santo Amaro, cujos donatários foram, no século XVI, os mesmos de Itamaracá, aqui já mencionados. Instalada, na ilha de seu nome, a povoação da mesma forma denominada, a vizinhança de Santos e São Vicente unia os respectivos destinos. Quando das incursões dos tamoios, nelas se refugiaram os moradores de Santo Amaro. Para a respectiva defesa, fechavam o Canal da Bertioga os Fortes de São Filipe e São Tiago.

o) Capitania de Santana

Não indo o povoamento da Capitania de São Vicente além de Iguape e Cananéia, permaneceram abandonadas, até o fim do século XVI, as terras de Santana, pertencentes aos mesmos donatários de Itamaracá e Santo Amaro.

p) Capitanias insulares criadas por D. João III

Além das quatorze donatarias criadas entre 1534 e 1536, ainda no reinado de D. João III consta a criação de mais duas Capitanias hereditárias insulares:

15) *Ilha da Trindade,* ao largo da costa do Espírito Santo, em 1539 doada a Belchior Camacho, sem que o ato tenha tido qualquer conseqüência conhecida.

16) *Ilha de Itaparica,* na Bahia de Todos os Santos, simples sesmaria em 1556 convertida em donataria, em favor de D. Antônio de Ataíde, 1.º Conde da Castanheira, cujos sucessores foram o segundo e terceiro Condes do mesmo título, apesar dos embargos opostos pela Câmara do Salvador ao govêrno separado da ilha.

q) A última Capitania hereditária criada no século XVI: Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo da Bahia

Mais uma donataria, aliás a décima-oitava e última do século XVI, foi criada no Brasil, no reinado de D. Sebastião I: a de *Peroaçu, Paraguaçu* ou *Recôncavo da Bahia.*

Originou-se, em 1566, da transformação em Capitania hereditária de anterior sesmaria de dez léguas ao sul do Recôncavo, aí recebida por D. Álvaro da Costa, filho do Governador D. Duarte da Costa, como prêmio de seus esforços nas lutas contra os indígenas rebelados da região.

4 — Resultados do sistema das donatarias no século XVI

O resultado da aplicação dêsse regime, começado por D. Manuel I com a doação da Ilha de Fernando de Noronha, em 1504, ao armador dêsse nome, e incentivado por D. João III, em 1534/1536, com a cria-

ção de mais quatorze Capitanias hereditárias — não foi o completo malôgro que apenas com duas exceções tem sido alegado. Além dessas quinze, mais três pequenas donatarias foram criadas ainda no século XVI, perfazendo o total de dezoito Capitanias do gênero. Se é verdade que alguns lotes então distribuídos não tiveram nem mesmo comêço de povoamento, outros, isto é, a maioria, receberam os esforços de seus donatários, fundando-se povoações e iniciando-se plantações que, mesmo quando precárias, eficazmente contribuíram para a obtenção do primeiro objetivo que se tinha em vista: impedir o estabelecimento de estrangeiros em zonas anteriormente abandonadas. Isto, sem falar nas Capitanias que progrediram, no consenso geral, como Pernambuco e São Vicente.

Para comprovar aquela asserção, basta observar que, nos séculos XVI e XVII sòmente nas regiões onde os donatários não se haviam localizado, como no Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Maranhão, puderam os franceses, aliados aos respectivos indígenas, opor resistência, durante algum tempo, aos conquistadores portuguêses e brasileiros. Ao contrário, em todos os pontos em que se firmaram nossas primeiras vilas, mesmo pequenas e fracas, foram rechaçados os entrelopos, corsários e piratas, franceses, inglêses e holandeses que então corriam os mares: em São Vicente, no Espírito Santo, Ilhéus, Bahia e Pernambuco. Não é possível fazer maior elogio à idéia da criação das Capitanias hereditárias.

Além da defesa da nova terra contra as ambições de estrangeiros, outros benefícios resultaram do primeiro sistema administrativo implantado no Brasil.

Inicialmente, todos os esforços dos donatários diziam respeito ao povoamento. A atração de moradores reinóis, fora dos quadros fornecidos pela imigração espontânea ou forçada (dos degredados), mas seduzidos pelas concessões de terras de sesmaria e pela possibilidade de explorá-las convenientemente, constitui serviço de grande valor.

Essa mesma exploração econômica, limitada ao corte de pau-brasil ou ampliada pela introdução do cultivo da cana-de-açúcar, de consecutiva industrialização — para a qual recorreram alguns donatários a financiadores do Reino — é outra iniciativa que lhes devemos, tão importante que até aos nossos dias se prolonga.

Eficientemente contribuindo para a defesa do território hoje brasileiro, exatamente quando êle mais se achava ameaçado de fragmentação; inteligentemente povoando-o com sesmeiros que constituiriam a base de nossa população agrícola; proporcionando ao futuro país a riqueza econômica da indústria açucareira — o regime das Capitanias hereditárias não deve ser julgado sòmente sob o ponto de vista de suas falhas, mas pelos benefícios que sem dúvida facultou ao Brasil, nos dois séculos e meio em que foi vigente entre nós, até sua total extinção, devida ao Ministro Marquês de Pombal [25].

(25) Helio Vianna — *História Administrativa e Econômica do Brasil.* Para os Cursos Técnicos e de Comércio. (São Paulo, 1951), p. 17/19.

VIII

GOVÊRNO-GERAL NO SÉCULO XVI

1 — Criação de um govêrno-geral

Os motivos da criação de um govêrno-geral para o Brasil foram expressos por D. João III na Introdução ao *Regimento* que trouxe o primeiro Governador, datado de 17 de dezembro de 1548: "vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento da nossa santa fé e proveito de meus Reinos e senhorios e dos naturais dêles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e bem das partes".

Como se vê, não se tratava de uma substituição do regime das Capitanias hereditárias, mas apenas da criação de um *centro de unidade* destinado a dar-lhes "favor e ajuda".

Para preencher as funções então estabelecidas, foram criados os cargos de Governador (sòmente depois de 1577 denominado "Governador-Geral"), Ouvidor-Geral, Provedor-Mor da Fazenda e Capitão-Mor da Costa, sendo as atribuições dos três primeiros determinadas em *Regimentos* para êsse fim elaborados. Minuciosos códigos administrativos constituem os regimentos do primeiro Governador e do Provedor-Mor da Fazenda, não faltando quem dê àquele o caráter de "primeira Constituição do Brasil", motivo pelo qual merece ser especialmente estudado. Quanto às atribuições fiscais do Provedor-Mor, convém notar que também tiveram Regimento próprio os seus subalternos, Provedores da Fazenda Real nas Capitanias (1).

2 — Regimento de Tomé de Sousa

Depois do preâmbulo que já citamos, declarava o *Regimento* dado ao primeiro Governador do Brasil, Tomé de Sousa, que o local da povoa-

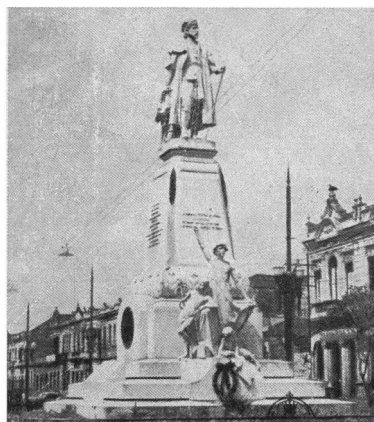
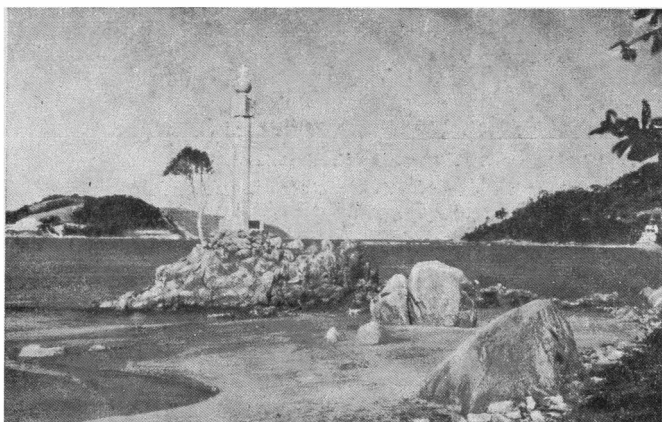
(1) Helio Vianna — *História Administrativa e Econômica do Brasil* (São Paulo, 1951), p. 19/20.

ção e fortaleza a serem fundadas seria a Bahia de Todos os Santos, isto tanto pela "disposição do pôrto e rios que nela entram, como pela bondade, abastança e saúde da terra". Tomaria posse da cêrca que aí havia construído o malogrado Donatário Francisco Pereira Coutinho, e construiria uma outra, na qual provisòriamente ficariam seus companheiros de expedição. Poderia, entretanto, escolher outro local para a povoação definitiva, se assim entendesse melhor. Teria a futura povoação um têrmo e limite de seis léguas em quadra.

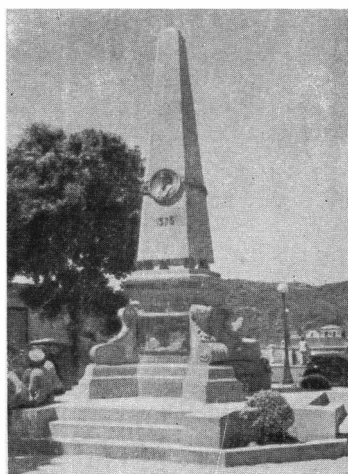
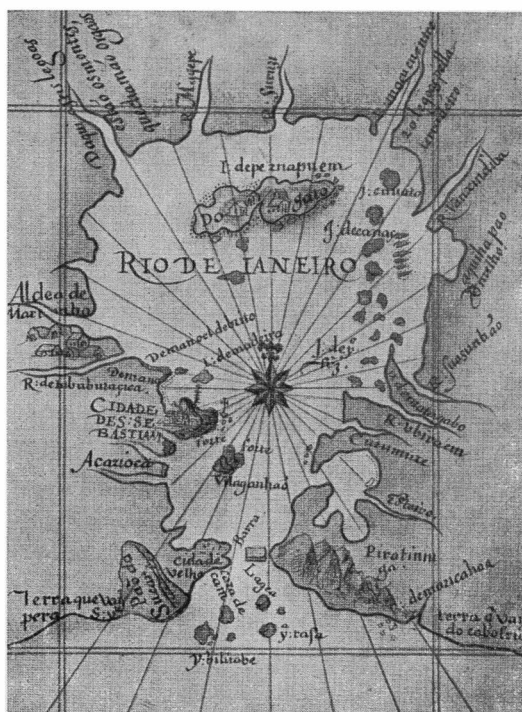
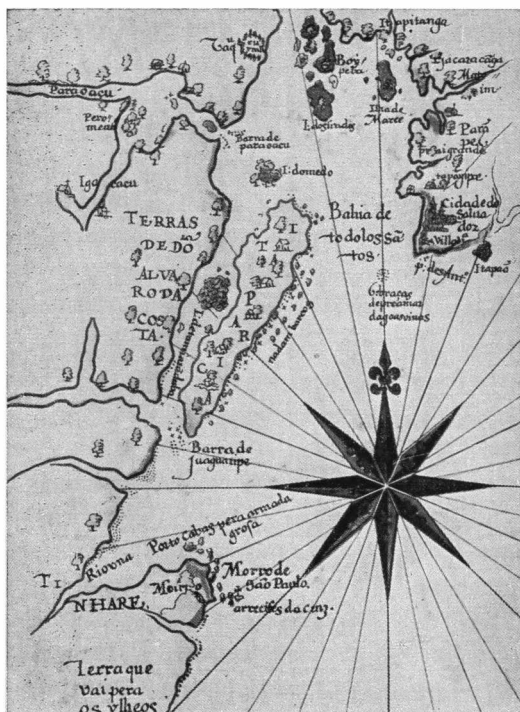
Dando início à obra de auxílio mútuo de que vinha encarregado, deveria o Governador notificar de sua chegada aos Capitães das demais Capitanias da costa do Brasil, para que o socorressem com gente e mantimentos, se disso houvesse necessidade.

Cuidaria, logo, das relações com os indígenas, castigando os tupinambás da região que em 1545 haviam atacado o falecido donatário, exigindo-lhes sujeição e fornecimento de mantimentos, favorecendo, porém, os que haviam sido aliados dos portuguêses. Para combater àqueles, aceitaria a aliança de seus inimigos, os tupiniquins. Outros tupinambás, os de Ilhéus, também deveriam ser desalojados de suas terras, em que seriam substituídos por cristãos e "gentios da linhagem dos tupiniquins, que dizem que é gente pacífica". Tôdas estas ordens de guerra ficariam, porém, revogadas, se os indígenas mostrassem arrependimento de suas culpas, caso em que seriam perdoados, tendo em vista não só o seu "pouco entendimento", mas também a necessidade de serem catequizados. Para favorecer os que convivessem com os europeus, haveria nas povoações, semanalmente, um dia de feira, em que pudessem livremente vender e comprar mercadorias. Sòmente com licenças especiais poderiam os moradores ir pela terra adentro, a fim de *tratar*, isto é, *resgatar* ou comerciar com os indígenas, sendo, porém, expressamente proibido vender-lhes armas. Não poderiam, também, ser assaltados, aprisionados e vendidos pelos possuidores de navios e caravelões, sob graves penas. Para maior efeito da catequese, além de bem tratados os indígenas, seriam punidos os que os oprimissem, separando-se os já cristianizados dos que ainda o não fôssem.

Para aproveitamento da terra, além do imediato início de plantações de mantimentos, deveriam ser notificadas as pessoas que na Bahia possuíssem sesmarias, e se encontrassem ausentes, para que viessem povoá-las, sob pena de perda do seu direito. As terras, situadas dentro daquele têrmo da nova povoação, que ainda não tivessem donos, o Governador as daria aos que as requeressem, com obrigação de aproveitá-las dentro de certo prazo. Confirmaria, também, as anteriormente dadas, com o mesmo fim. Quanto às situadas fora do dito têrmo, até o Rio São Francisco, limite com a Capitania de Pernambuco, informaria o Governador sôbre a sua possível distribuição e aproveitamento, para que o Rei sôbre isso resolvesse. Mandaria, também, explorar o Rio Paraguaçu e o próprio São Francisco.

Atenções especiais mereceu a doação de "águas das ribeiras em que houver disposição para se poderem fazer engenhos de açúcar" e de ter-

Marco assinalando o local da antiga vila de São Vicente, próximo à atual cidade paulista do mesmo nome. Um maremoto a destruiu em parte, motivo pelo qual o monumento está situado sôbre um ilhéu. *À direita:* Monumento a Brás Cubas, companheiro de Martim Afonso de Sousa na expedição de 1530/1532, fundador da vila do Pôrto de Santos, na Ilha de São Vicente, em 1545. Situado na atual cidade de Santos.

A primeira povoação criada na Capitania de Pernambuco pelo Donatário Duarte Coelho foi a vila de Igaraçu, à margem do rio do mesmo nome. A fotografia mostra sua praça principal, com três igrejas, inclusive, à esquerda, a matriz dos Santos Cosme e Damião, uma das mais antigas do Brasil.

Monumento ao Donatário Vasco Fernandes Coutinho, fundador da vila da Vitória, hoje capital do Estado do Espírito Santo.

Em cima, à esquerda: Baía de Todos os Santos e vizinhanças, em fins do século XVI. A partir da direita vêem-se Itapoã, Vila Velha (local da primitiva povoação), a cidade do Salvador, Itapagipe, Matoim, Ilhas da Maré, Boipeba e Frades, um "curral", o Rio Paraguaçu, "Terras de D. Álvaro da Costa", isto é, a Capitania daquele nome, a Ilha de Itaparica, que também foi donataria, afinal Tinharé, pertencente à Capitania dos Ilhéus.

Em cima, à direita: Baía de Guanabara, em fins do século XVI. Notem-se, no litoral, as elevações que o caracterizam, inclusive o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão. Na margem hoje fluminense, na zona da atual São Gonçalo, a indicação: "aqui há pau vermelho", pau-brasil. Conservam-se os nomes dos rios: Guaxindiba, Macacu, Suruí, Magé e Carioca. A Ilha do Governador, já habitada, aparece como de Pernapuem ou do Gato. A bateria na Laje, fortes em "Vilaganhão" e na cidade. Esta, de São Sebastião, no morro do Castelo, ficando entre o Pão de Açúcar e o Cara de Cão a Cidade Velha. A aldeia de Martinho será a primitiva, do indígena Araribóia. Ao fundo da baía a indicação da Serra dos Órgãos, a seis léguas de distância.

À esquerda: Vila de Olinda e Pôrto do Recife, em fins do século XVI. Notem-se os recifes que caracterizam parte do litoral de Leste e Nordeste, as edificações olindenses, os rios que circundam o pôrto pernambucano, já defendido por uma tôrre, e, ao alto, "terras de engenhos e fazendas". Mapas extraídos de códice anônimo quinhentista, da Biblioteca da Ajuda em Lisboa, intitulado *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até ao Estreito de Fernão de Magalhães.*

ras convenientes à plantação de canas. Seriam dadas pelo Governador "livremente, sem fôro algum", porém sòmente às pessoas que tivessem possibilidades de os construir, dentro de prazo certo. Obrigar-se-iam, porém, a moer as canas dos lavradores de suas vizinhanças e a levantar tôrre ou casa-forte para sua defesa.

Essa necessidade de segurança também figurava noutros artigos do *Regimento* de Tomé de Sousa. Além da Fortaleza do Salvador, para cuja construção trouxera o Governador o projeto, pedreiros e carpinteiros, cuidaria do melhoramento dos fortins existentes nas Capitanias, que deveria visitar pessoalmente, logo que fôsse possível. E isto não só nas respectivas povoações como nos próprios engenhos de açúcar, nos antigos como nos novos, a serem então construídos. Dispunha-se quanto à artilharia, armas de fogo, armas brancas, gibões de algodão e munições de guerra que deveriam ter cada Capitania e cada engenho. Assim, aos capitães das donatarias competiria ter pelo menos dois falcões, seis berços, seis meio-berços, vinte arcabuzes ou espingardas, a pólvora necessária, vinte bestas, vinte lanças ou chuços, quarenta espadas e "quarenta corpos de armas de algodão, das que na dita terra do Brasil se costumam". Os senhores de engenhos ou fazendas deveriam ter pelo menos quatro berços e dez espingardas com a pólvora necessária, dez bestas, vinte espadas, dez lanças ou chuços e vinte corpos de armas de algodão. Até os simples moradores deveriam ter besta, espingarda, espada, lança ou chuço. De armas poderiam prover-se nos armazéns reais, a preços convenientes.

O constante perigo dos ataques dos corsários justificava essas precauções. Avisos deveriam ser dados, quando fôssem avistados, para serem combatidos e castigados. Com êsse fim, como para fomento do comércio, incentivava o *Regimento* a construção de bergantins no Brasil, tanto pelo govêrno, êstes artilhados, como por particulares, mediante licenças. Para os de quinze bancos, haveria isenção de direitos na importação de suas peças e aparelhos; para os de dezoito bancos, e mais, estabeleciam-se prêmios de quarenta cruzados. Além das necessidades de defesa da costa, favoreceriam o tráfico entre as Capitanias, com a fiscalização dos respectivos Provedores.

No setor econômico, além das já mencionadas, várias outras medidas continha o *Regimento* de 1548. Competia ao Governador fixar, com os Capitães e Provedores, os preços das mercadorias da terra e de importação. Quanto ao pau-brasil, monopólio da Coroa, quando comprado por pessoas para isso autorizadas, também poderiam marcar preços o Governador e o Provedor-Mor, a fim de evitar encarecimento indevido. O cuidado na arrecadação das rendas e legalização das despesas reais também aparece no documento, embora a matéria mais pertença ao Regimento do Provedor-Mor da Fazenda.

Ainda quanto aos moradores da terra, algumas dificuldades foram postas à sua livre transferência de umas para outras Capitanias. Proibido era, aos degredados, sair daquelas para as quais tivessem vindo. Poderiam, porém, ser aproveitados até mesmo nos cargos da Justiça e

da Fazenda, quando não tivessem vindo "por furtos ou falsidades". A todos os moradores era proibido o uso de brocados e sêdas. O Governador poderia, entretanto, armá-los Cavaleiros ou gratificá-los, pelos serviços que fizessem (2).

3 — *Governos do século XVI*

a) Govêrno de Tomé de Sousa

Para exercer o cargo de primeiro Governador do Brasil foi nomeado Tomé de Sousa, ex-soldado da África e da Índia, homem enérgico, dotado de excelentes qualidades de administrador. Como Ouvidor-Geral, encarregado de superintender os negócios da Justiça em todo o Brasil (inclusive nas Capitanias hereditárias, contràriamente ao que dispunham as respectivas cartas de doação), veio o Desembargador Pero Borges, magistrado austero e competente. Para ser Provedor-Mor da Fazenda, incumbido dos assuntos relativos ao fisco, foi nomeado o donatário do Ceará, Antônio Cardoso de Barros. Outro donatário, êste há muito residente no Brasil, o de São Tomé, Pero de Góis, foi designado para Capitão-Mor da Costa.

Muitos funcionários subalternos, além de artífices para a construção da fortaleza e cidade projetadas, também foram nomeados para servir no Brasil, na mesma ocasião.

Com Tomé de Sousa vieram os seis primeiros jesuítas que aportaram ao Brasil, chefiados por Manuel da Nóbrega. Soldados e degredados completavam a expedição de três naus, duas caravelas e um bergantim, que trazendo cêrca de 1.000 pessoas chegou à Bahia de Todos os Santos a 29 de março de 1549.

Chegando ao sítio da antiga Vila do Pereira, próximo à Barra, desembarcou o Governador e logo deu comêço à edificação e fortificação da cidade do Salvador, situada num alto, um pouco mais para dentro da grande baía. Enèrgicamente soube impor-se aos indígenas das vizinhanças, contando, para isso, com o auxílio do antigo morador Diogo Álvares, o *Caramuru*. Concedeu sesmarias para aproveitamento da terra e respectivo abastecimento; providenciou a vinda de gado da Ilha de Cabo Verde; tomou, enfim, numerosas medidas que se impunham à missão colonizadora que era a sua.

A fim de realizar uma viagem de correição, mandou Tomé de Sousa que o Ouvidor-Geral Pero Borges e o Provedor-Mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros, levados pelo Capitão-Mor da Costa Pero de Góis, fôssem visitar as Capitanias de Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo e São Vicente. Assim foi feito, e muitas foram as providências então tomadas por essas autoridades nas referidas donatarias, a bem da Jus-

(2) As citações do "Regimento que levou Tomé de Sousa" foram feitas de acôrdo com a nova leitura paleográfica, feita pelo Sr. Alberto Iria, em "A Fundação do Govêrno-Geral do Brasil e o Arquivo Histórico Colonial de Lisboa", nos *Anais* do *IV Congresso de História Nacional*, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. II (Rio de Janeiro, 1950), p. 45/68.

tiça, da Fazenda Real e da defesa do litoral. O próprio Governador fêz, mais tarde, outra viagem do mesmo gênero, tomando medidas relativas ao melhoramento das fortificações de Ilhéus e São Vicente, elevando Santo André da Borda do Campo à categoria de vila e autorizando a fundação de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, na mesma Capitania vicentina.

Ainda no govêrno de Tomé de Sousa criou o Papa Júlio III o Bispado do Salvador, o primeiro do Brasil, para o qual foi nomeado titular D. Pedro Fernandes Sardinha. Também em seu tempo começaram a chegar do Reino môças órfãs recolhidas pela Rainha D. Catarina, que, casadas com colonos, constituíram o tronco de muitas famílias baianas.

b) Govêrno de D. Duarte da Costa

Em 1553 chegou à cidade do Salvador o segundo Governador do Brasil, o fidalgo D. Duarte da Costa, que trouxe em sua companhia mais alguns jesuítas, inclusive o irmão José de Anchieta, e uma nova leva de órfãs para casar.

Lutas contra os indígenas do Recôncavo da Bahia registraram-se em seu período, nelas muito se distinguindo o filho do Governador, D. Álvaro da Costa.

Criada, então, a Província jesuítica do Brasil, fundaram os inacianos em 1554, no planalto vicentino, o Colégio de São Paulo, origem da cidade dêsse nome. No ano seguinte, aliados aos tamoios ocuparam os franceses o Rio de Janeiro, donde não foi possível desalojá-los imediatamente, por falta de recursos.

O govêrno de D. Duarte marcou o início de *entradas* para exploração do interior, a partir de Pôrto Seguro, de acôrdo com providências já determinadas por seu antecessor.

Teve a prejudicá-lo lamentáveis dissensões entre o Governador e o primeiro Bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha, dividindo o dissídio tôda a população do Salvador. Chamado a Portugal, embarcou o prelado em 1556, mas, chocando-se a nau *Nossa Senhora da Ajuda,* em que ia, nos baixios de D. Rodrigo, próximo à foz do Coruripe, na costa alagoana, foram mortos pelos caetés os que escaparam do naufrágio.

c) Govêrno de Men de Sá

Um dos mais longos e beneméritos governos do Brasil colonial foi o de Men de Sá, entre 1558 e 1572, durante a menoridade e os primeiros anos do efetivo reinado de D. Sebastião.

Lutas contra os indígenas registraram-se nesse período. Numa delas, no Espírito Santo, foi morto o filho do Governador, Fernão de Sá.

O maior serviço prestado ao Brasil por Men de Sá foi a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara e a fundação, aí, da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, assim denominada em homenagem ao Rei, por intermédio do santo de seu nome.

Em 1560, dirigindo-se ao Sul o Governador, atacou e venceu os franceses estabelecidos na Ilha de Sirigipe (hoje Villegagnon), comandados por Bois-le-Comte. Mas tendo os invasores fugido para as matas que cercavam a Baía de Guanabara, voltaram a ocupar aquela ilha e a de Paranapuã, Paranapucu ou de Pernapuém (agora do Governador), logo que Men de Sá se retirou.

Nessa mesma viagem, além de ter o Governador socorrido as Capitanias de Ilhéus, Pôrto Seguro e Espírito Santo, autorizou, na de São Vicente, a transferência dos moradores de Santo André da Borda do Campo para a nova vila de São Paulo do Campo de Piratininga. Por essa época, na mesma donataria, ocorreu o descobrimento de pequenas minas de ouro de lavagem.

Para expulsar, definitivamente, os franceses, preparou-se outra expedição em Portugal, 1563, tendo como Capitão-Mor Estácio de Sá, sobrinho do Governador. Recolhendo auxílios nas Capitanias do Espírito Santo e São Vicente, pela segunda vez chegou com sua pequena frota ao Rio de Janeiro a 1.º de março de 1565, imediatamente dando comêço a uma povoação situada entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão (hoje de São João), à entrada da barra guanabarina. Durante quase dois anos aí lutou Estácio de Sá contra os invasores franceses, eficazmente ajudados pelos tamoios. Em janeiro de 1567 veio pela segunda vez ao Rio de Janeiro o Governador Men de Sá, com reforços, e, unindo-os às fôrças do sobrinho, deu o assalto final aos inimigos, vencendo-os na aldeia do morubixaba Uruçu-mirim (no Morro do Leripe, hoje da Glória) e na Ilha de Paranapuã, também chamada Maracaiá ou do Gato. Estácio de Sá, ferido por uma flechada no rosto, faleceu no mês seguinte.

Até 1568 permaneceu Men de Sá na nova cidade real, que transferiu para o Morro de São Januário ou do Castelo (hoje arrasado). Depois de providenciar quanto à sua edificação e povoamento, deixou governando a nova Capitania da Coroa outro sobrinho, Salvador Correia de Sá.

Em 1572, na cidade do Salvador, faleceu Men de Sá.

d) Divisão do Brasil em dois governos

Depois de um curto govêrno interino do Ouvidor-Geral e Provedor-Mor da Fazenda, Fernão da Silva, tomou posse, na Bahia, o Governador nomeado para exercer o cargo apenas da Capitania de Ilhéus, inclusive, para o norte, Luís de Brito de Almeida, que o teve de 1573 a 1578. É que resolvera o Rei de Portugal dividir o Brasil em dois governos, sendo confiado o outro, da Capitania de Pôrto Seguro, inclusive, para o sul, a Antônio de Salema, que o teve de 1574 a 1578, com sede no Rio de Janeiro.

Ao Governador do Norte competiu chefiar violenta expedição contra os caetés de Sergipe, sem que aí conseguisse lançar os fundamentos de qualquer povoação definitiva. Em seu govêrno realizou-se, igualmente sem resultados, a primeira tentativa de conquista da Paraíba, onde os

indígenas aliados aos franceses eram contrários à expansão luso-brasileira para o Nordeste.

Ao Governador do Sul competiu dirigir a luta contra os índios de Cabo Frio, da mesma forma mais aliados aos traficantes franceses freqüentadores da região que dos portuguêses e brasileiros. Apesar de vencê-los, matando-os e aprisionando-os em grande número, não foram decisivos os resultados da expedição.

Ainda no govêrno de Antônio de Salema novas *entradas* saíram da Capitania de Pôrto Seguro, atingindo terras pertencentes ao atual Estado de Minas Gerais.

e) Govêrno de Lourenço da Veiga

Unido, novamente, o govêrno do Brasil, exerceu-o Lourenço da Veiga, primeiro a ter o título de Governador-Geral, na Bahia, de 1578 a 1581, quando faleceu. Além de novas tentativas de conquista da Paraíba, grandes acontecimentos da História de Portugal, e conseqüentemente também do Brasil, marcaram êsse período. Na Batalha de Alcácer-Quibir, em Marrocos, desapareceu o Rei D. Sebastião I, em 1578. Seu tio-avô e sucessor, o Cardeal-Rei D. Henrique, faleceu em 1580. Extinta, assim, a dinastia de Avis, apoderou-se do Trono de Portugal o mais forte de seus candidatos, o Rei Filipe II da Espanha, que se fêz aclamar no ano seguinte. O Brasil, embora continuando como domínio da Coroa portuguêsa, passou assim à sujeição ao govêrno de Madrid, de que dependia o de Lisboa.

f) Govêrno de Manuel Teles Barreto

Depois da morte de Lourenço da Veiga, governou por algum tempo a Câmara do Salvador, cujos podêres passaram, até 1583, ao Ouvidor-Geral Cosme Rangel de Macedo.

Sòmente nesse ano chegou à Bahia o primeiro Governador nomeado por Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal): Manuel Teles Barreto, homem sisudo e enérgico, que exerceu o cargo até falecer em 1587.

Em conseqüência da união das monarquias ibéricas passou o Brasil a ser atacado pelos corsários dos países inimigos da Espanha, o que exigiu a organização de tropas de defesa, melhoramento das fortificações litorâneas, etc. Assim, no mesmo ano de 1583, a pretexto de sustentar as pretensões de D. Antônio, Prior do Crato, ao Trono português, apareceram navios franceses no Rio de Janeiro e inglêses em Santos. Uns e outros, porém, não conseguiram efetuar desembarques, pelas providências tomadas, no primeiro caso; repelidos por navios espanhóis, no segundo.

Grande serviço prestou ao Brasil o govêrno de Manuel Teles Barreto, proporcionando a definitiva conquista da Paraíba, a princípio com auxílio espanhol de parte da frota de Diogo Flôres Valdez, afinal ultimada pelos esforços do Ouvidor-Geral Martim Leitão.

g) Govêrno de D. Francisco de Sousa

Morrendo Manuel Teles Barreto, governaram provisòriamente o terceiro Bispo, D. Antônio Barreiros e o Provedor-Mor da Fazenda, Cristóvão de Barros. A êste coube organizar a defesa do Recôncavo contra o ataque dos corsários inglêses Withrington e Lister, em 1587, assim como, mais tarde, a definitiva conquista de Sergipe d'El-Rei, onde fundou São Cristóvão do Rio de Sergipe.

Sòmente em 1591 chegou o nôvo Governador, o hábil D. Francisco de Sousa, apelidado *das Manhas,* que exerceu o cargo até 1602.

Como conseqüência das posições políticas na Europa mantidas pela Espanha, várias vêzes foi o litoral brasileiro atacado por franceses, inglêses e holandeses, nesse período. Assim, em 1591/1592, o corsário inglês Cavendish saqueou o pôrto de Santos, tentou tomar São Vicente, mas foi repelido novamente em Santos, como na Ilha de São Sebastião, na Ilha Grande e no Espírito Santo. Também em Ilhéus foram vencidos franceses, em 1595. Outros, da mesma nacionalidade, que foram ter a Sergipe d'El-Rei e à Bahia, no Salvador receberam o devido castigo. No mesmo ano, inglêses e franceses frutuosamente assaltaram o pôrto do Recife, embora fôssem impedidos de atingir Olinda. Também holandeses, já participantes de outros ataques, apareceram como inimigos, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1599.

Além dessas ocorrências militares, outras, relativas à exploração do interior e ativa procura de riquezas minerais, também se registraram no govêrno de D. Francisco de Sousa. Várias *entradas,* inclusive a de Gabriel Soares de Sousa, tiveram auxílio oficial. Pesquisas mais bem orientadas, fizeram-se nas Capitanias do Espírito Santo e São Vicente, na presença do Governador que, acompanhado de mineiros práticos, fêz essa viagem, embora sem dela colhêr os esperados frutos.

Como mais favorável resultado do último govêrno do século XVI deve ser anotada a conquista do Rio Grande (do Norte), com a fundação do Forte dos Reis Magos e de Natal.

4 — Organização administrativa do Brasil quinhentista

Embora a matéria a seguir apresentada não seja mais que uma recapitulação da que tem sido examinada em capítulos anteriores, aqui a incluímos a fim de que o leitor possa ter uma vista de conjunto da organização administrativa do Brasil em fins do século XVI, em conseqüência da criação, extinção ou simples desaparecimento da Capitanias hereditárias, bem como, da ação do govêrno-geral instituído por D. João III.

a) Capitanias hereditárias

De acôrdo com o que já foi exposto, quanto aos reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, criaram-se no Brasil, durante o século XVI, as dezoito Capitanias hereditárias assim denominadas:

O BRASIL EM FINS DO SÉCULO XVI

Ao terminar o século XVI existiam no Estado do Brasil apenas onze Capitanias hereditárias (Fernando de Noronha, Itamaracá, Pernambuco, Itaparica, Paraguaçu, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo, São Tomé, São Vicente e Santo Amaro) e quatro Capitanias da Coroa (Rio Grande, Paraíba, Baía de Todos os Santos e Rio de Janeiro).

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

1) Ilha de São João ou Fernando de Noronha.
2) Maranhão (1.ª).
3) Maranhão (2.ª).
4) Ceará.
5) Rio Grande.
6) Itamaracá.
7) Pernambuco ou Nova Lusitânia.
8) Bahia de Todos os Santos.
9) Ilhéus.
10) Pôrto Seguro.
11) Espírito Santo.
12) São Tomé.
13) São Vicente.
14) Santo Amaro.
15) Santana.
16) Ilha da Trindade.
17) Itaparica.
18) Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo da Bahia.

Por várias circunstâncias, inclusive pelo abandono ou desinterêsse dos respectivos donatários, apenas onze dessas donatarias passaram ao século XVII. Foram as seguintes, em ordem geográfica:

1) Ilha de São João ou Fernando de Noronha.
2) Itamaracá.
3) Pernambuco ou Nova Lusitânia.
4) Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo da Bahia.
5) Itaparica.
6) Ilhéus.
7) Pôrto Seguro.
8) Espírito Santo.
9) São Tomé.
10) São Vicente.
11) Santo Amaro, inclusive as terras de Santana, ainda despovoadas.

b) Capitanias da Coroa

Portugal praticou no Brasil a política de *dividir, para povoar,* isto é, multiplicou as circunscrições administrativas, tendo em vista provocar o seu devassamento territorial e o conseqüente povoamento. Por êsse motivo, depois de recorrer à iniciativa particular, criando as donatarias, ainda no século XVI fundou as primeiras Capitanias pertencentes à própria Coroa, localizando-as em pontos onde houvessem malogrado as hereditárias, inclusive por abandono dos respectivos titulares.

Assim, na referida centúria, tiveram início oficial as seguintes Capitanias da Coroa:

1) *Bahia de Todos os Santos* — escolhida para sede do govêrno-geral e depois comprada ao herdeiro do primeiro donatário.
2) *São Sebastião do Rio de Janeiro* — encravada em território antes incluído na Capitania de São Vicente e conquistado aos franceses e tamoios.
3) e 4) *Paraíba e Rio Grande* (do Norte) — também conquistadas aos selvagens inimigos, muitas vêzes auxiliados pelos franceses contra os luso-brasileiros. Situadas, ambas, em zonas abandonadas pelos primitivos donatários. A conquista da Paraíba ultimou-se no govêrno de Manuel Teles Barreto; a do Rio Grande realizou-se no de D. Francisco de Sousa, o último do século XVI.

5 — *Primeiros municípios*

Sòmente com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa teve comêço, em 1532, como vimos, a instituição de municípios no Brasil. Apesar de regidos pelas vigentes *Ordenações Manuelinas,* nessa transplantação de Portugal para a América, opinou Varnhagen "que desde logo em uma e outra vila (S. Vicente e Piratininga) se organizasse um simulacro de *Câmaras Municipais,* com seus *Vereadores;* êstes provàvelmente seriam a princípio de nomeação, e não eleição; pois não se poderia esta fazer, sem se apurarem os *homens-bons* que, em conformidade das *Ordenações,* deviam ser os eleitores" ([3]).

Criadas por D. João III, em 1534/1536, quatorze Capitanias hereditárias na costa do Brasil, aos respectivos donatários concedeu o poder de criar vilas, ativamente participando das necessárias eleições, outorgando-lhes insígnias e direitos, êstes, expressos em adequados *forais.*

De acôrdo com essa autorização, foram as seguintes as mais importantes vilas das donatarias, fundadas no século XVI, em ordem geográfica, excluídas as que se malograram:

Conceição, na Capitania de Itamaracá.
Igaraçu e *Olinda,* na Capitania de Pernambuco.
São Jorge dos Ilhéus, na Capitania dos Ilhéus.
Pôrto Seguro, na Capitania do mesmo nome.
Espírito Santo e *Nossa Senhora da Vitória,* na Capitania do Espírito Santo.
São Vicente (fundada antes da criação da Capitania), *Todos os Santos* (ou *Pôrto dos Santos,* depois simplesmente *Santos*), *Santo André da Borda do Campo,* cujos habitantes foram transferidos para *São Paulo do Campo de Piratininga, Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém* — tôdas na Capitania de São Vicente.

Criado o govêrno-geral, embora ao Governador do Brasil não fôsse inicialmente concedido o mesmo direito dado aos donatários, de erigir

(3) Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) — *História Geral do Brasil,* 4.ª edição integral (São Paulo, 1948), tomo I (5.ª ed.), p. 192/193.

vilas, sòmente podendo fazê-lo mediante expressas ordens reais, de acôrdo com esta regra fundaram-se mais alguns municípios, no mesmo século XVI, de que tratamos.

Salvador, instituída por Tomé de Sousa, em 1549, para sede do govêrno, foi a primeira de nossas cidades reais; seguiram-se-lhe *São Sebastião do Rio de Janeiro,* fundada por Estácio de Sá, em 1565; *Filipéia de Nossa Senhora das Neves,* depois Paraíba (hoje João Pessoa), em 1585, pelo ouvidor Martim Leitão; *São Cristóvão do Rio de Sergipe,* em 1590, por Cristóvão de Barros; e *Natal,* no Rio Grande, ao findar a centúria, mas que sòmente em 1611 teve organizada sua Câmara.

Convém notar que tôdas as fundações litorâneas acompanharam as respectivas conquistas regionais. Mais significativo foi o desenvolvimento autônomo, no planalto, de *São Paulo do Campo de Piratininga,* porta de entrada do Sertão. Como as municipalidades brasileiras adquiriram maior importância no século XVII, nêle será estudada, mais detidamente, a sua organização e vicissitudes (4).

(4) Helio Vianna — *Op. cit.*, p. 30/31.

IX

O RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XVI

1 — O Rio de Janeiro antes do estabelecimento dos franceses

Coube à primeira expedição exploradora da Costa Leste do Brasil realizar o descobrimento, a 1.º de janeiro de 1502, da magnífica Baía de Guanabara. Pela data e pelo costume, então vigente, de ser chamado *rio* qualquer embocadura, mesmo não sendo de caráter estritamente fluvial, a esta foi dada a denominação, sempre mantida, de Rio de Janeiro. O excelente abrigo ali oferecido às embarcações, numa época em que a necessidade de escalas, na navegação marítima, era muito superior à de hoje, não teria escapado aos descobridores, que vinham tomando *as conhecenças da terra,* como então se dizia.

Além dessa utilização, outra marcou, desde logo, o predestinado local. A existência, em suas vizinhanças, de abundantes exemplares do precioso pau-de-tinta, a madeira que deu o nome ao país, fêz com que aí se criasse uma das várias feitorias cedo instaladas na costa atlântica do Brasil, com o objetivo de facilitar o resgate com os indígenas. Trocando os desbastados troncos de *ibirapitanga* por úteis ferramentas, avelórios (vidrilhos), cascavéis (guizos), panos e simples bugigangas, estabeleceu-se o primitivo escambo, origem de relações longamente disputadas por franceses e portuguêses. Macacos e gatos-do-mato, além de araras, papagaios e periquitos, aliados aos próprios escravos indígenas, completavam as cargas marítimas dêsse original comércio.

Não foi, entretanto, duradoura, a prosperidade da feitoria portuguêsa do Rio de Janeiro, destruída, segundo consta, em represália dos indígenas ao mau comportamento de um de seus encarregados. Quando por aqui passou, em 1519, Fernão de Magalhães, na primeira viagem de circunavegação, na baía então denominada de Santa Luzia sòmente encontrou vestígios do anterior estabelecimento, dentre êles alguma cana-de-açúcar, a futura riqueza do país. Um de seus pilotos, João Lopes de Carvalho, português como o chefe da expedição espanhola, daqui levou nessa ocasião o filho que tivera de uma índia, em anterior passagem pela região. Nenhum dos dois figurou, porém, entre os que sobreviveram ao aventuroso circuito.

Ainda abandonado encontrava-se o Rio de Janeiro quando em 1531 ao seu pôrto chegou a expedição exploradora, de guarda-costa e colonizadora, comandada por Martim Afonso de Sousa. Aí permanecendo durante três meses, instalou-se em terra uma ferraria, construíram-se

dois bergantins e penetrou-se um pouco pelo interior, recolhendo-se notícias da existência de riquezas minerais em certo Rio de "Peraguay".

Criada pouco depois a Capitania hereditária de São Vicente, concedida àquele navegador, em seu território foi incluída a região do Rio de Janeiro, sem que se cogitasse, porém, do respectivo povoamento, apesar da excelência de sua posição.

2 — *Os franceses no Rio de Janeiro*

A existência de várias povoações de portuguêses na Costa Leste do Brasil, em meados do século XVI, diminuiu, mas não extinguiu a freqüência de navegadores franceses aos portos em que pudessem carregar madeira, pimenta, algodão e outros produtos indígenas. Um dêles era o Rio de Janeiro, onde apenas algumas sesmarias haviam sido concedidas por um preposto do donatário de S. Vicente, em 1554.

A êsse tempo lembrou-se um ilustre marinheiro francês, o Vice-Almirante Nicolau Durand de Villegagnon, de criar no Brasil uma colônia definitiva, a que pudessem acolher-se os calvinistas. Nesse sentido dirigiu-se ao Almirante Gaspar de Coligny e, obtendo sua proteção, conseguiu do govêrno de Henrique II dois navios, auxílio financeiro e licença para trazer criminosos. Completando o capital da expedição com recursos pertencentes a particulares, ao Rio de Janeiro chegou a 10 de novembro de 1555. Colocando uma bateria no Ilhéu da Laje, à entrada da barra, fortificou-se na Ilha de Sirigipe, hoje denominada de Villegagnon, estabelecendo boas relações com os tamoios da região, há muito tempo amigos dos franceses. Êstes, porém, foram submetidos a um regime disciplinar que não tardou a provocar descontentamento, sufocando o chefe, com energia, uma conspiração entre êles tramada.

Em 1557 trouxe seu sobrinho Bois-le-Comte, em três navios, um refôrço de quase trezentos colonos, inclusive algumas mulheres. Enviados pelo próprio Calvino, vieram também dois teólogos, além de vários genebrinos, o que deu motivo a muitas divergências com os católicos. Delas ativamente participando Villegagnon, tantas foram as queixas contra sua conduta que abandonou a emprêsa, retirando-se para a França em 1559 (1).

3 — *Expulsão dos franceses*

a) *Expedição de 1560*

Não tinha recursos, o Governador D. Duarte da Costa, para desalojar os franceses do Forte Coligny, do Rio de Janeiro. Com essa missão veio, porém, o seu sucessor, Men de Sá, que em 1559 recebeu do Reino dois navios com aquêle objetivo, comandados pelo Capitão-Mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha. Acrescentando-lhes oito embarcações

(1) O franciscano Frei André Thevet, que veio com Villegagnon, e o calvinista Jean de Léry, vindo na viagem de Bois-le-Comte, escreveram obras interessantes à história dessa tentativa francesa no Rio de Janeiro: as *Singularidades da França Antártica*, de 1557, do primeiro; a *Viagem à Terra do Brasil*, de 1578, do segundo.

menores, reuniu tôda a gente de guerra disponível, inclusive indígenas aliados, e partiu para o Sul no início do ano seguinte. Na Barra do Rio de Janeiro novos reforços recebeu da Capitania de São Vicente, vindos em um bergantim e várias canoas. Dispondo-se ao ataque, intimou os franceses à rendição. Negando-se êstes, durante dois dias e uma noite foram combatidos pela artilharia das naus e na própria ilha onde desembarcaram os nossos, tomando-lhes o depósito de pólvora. Desanimados com o vigor do assalto, na segunda noite abandonaram os inimigos as suas posições, recolhendo-se em canoas às aldeias indígenas das vizinhanças. Depois de atacar também uma delas, não dispondo Men de Sá de recursos suficientes para guarnecer as fortificações tomadas, deliberou destruí-las e seguir para São Vicente, a fim de consertar os navios.

Um de seus companheiros, o jesuíta Manuel da Nóbrega, escrevendo ao Cardeal-Infante D. Henrique, não deixou de lembrar a conveniência da fundação, no local, de uma nova cidade, "porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que cavaram a picão, fàcilmente se pode tornar a reedificar e fortalecer muito melhor" (2).

A fortaleza não se reergueu na Ilha de Sirigipe, mas, abrigados os franceses nas aldeias dos tamoios, não tardaram a ocupar novas posições no litoral guanabarino, como na Ilha de Pernapuém, Paranapuã, Paranapecu ou do Gato (hoje denominada do Governador). Para definitivamente expulsá-los da região, novos recursos foram pedidos ao Reino.

b) *Expedição de 1563/1565*

Atendendo àquela necessidade, veio à Bahia, em 1563, uma frota comandada por Estácio de Sá, sobrinho do Governador. Recebendo, no Salvador e no Espírito Santo, todos os reforços possíveis, inclusive, na última Capitania, o respectivo Capitão-Mor e índios temiminós chefiados por Araribóia, chegou ao Rio de Janeiro no início do ano seguinte. Aí tomou logo uma nau francesa e transitòriamente ocupou a Ilha de Sirigipe, mas não demorou a reconhecer que lhe faltavam elementos para uma ação decisiva. Foi buscá-los em São Vicente, onde pouco antes os jesuítas Nóbrega e Anchieta haviam conseguido pacificar os indígenas do litoral.

Fortalecido com o socorro dos vicentinos, de tupiniquins de Piratininga e de outros índios de Cananéia, novamente partiu Estácio de Sá para o Rio de Janeiro, em fevereiro de 1565. A 1.º de março desembarcou à entrada da Baía de Guanabara, entre os Morros Cara de Cão (hoje, São João) e Pão de Açúcar, aí dando comêço à povoação de São Sebastião, simples acampamento militar a princípio.

Apenas desembarcados os expedicionários, mal iniciado o preparo do local para as edificações provisórias, registrou-se o primeiro ataque dos indígenas e franceses, a que logo se seguiram outros, numerosos, até a vitória final, quase dois anos depois. Aparecendo uma nau francesa,

(2) Serafim Leite, S. I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo I (Lisboa, 1938), p. 381.

combateu-a Estácio de Sá, com as embarcações de que ainda dispunha, conseguindo sua rendição, com o compromisso de que voltariam para a França os respectivos tripulantes.

Repelidos os primeiros assaltos, puderam os conquistadores tomar pé na língua de terra existente entre o Pão de Açúcar, o Morro Cara de Cão e o da Urca, construindo um baluarte de taipa de pilão, dotado de artilharia, protegido de cêrca e de algumas guaritas de madeira e taipa. Além das casas dos moradores, cobertas de telhas trazidas de São Vicente, construiu-se a primitiva Capela de São Sebastião, padroeiro da nova cidade, assim denominada em homenagem ao Rei. Em roças, situadas fora da cêrca, plantaram-se legumes e inhames, para sustento da guarnição. Sendo, porém, insuficientes, assim como os recursos trazidos e posteriormente chegados, padeceram fome, algumas vêzes, os fundadores. Para minorá-la, assaltavam plantações de mandioca dos tamoios, de que também trouxeram ramas, para formação das próprias.

Recebendo reforços de Cabo Frio, renovaram assaltos os franceses e seus aliados indígenas, utilizando canoas, em seus ataques de surprêsa. A todos resistiram Estácio de Sá e seus companheiros, revidando-os sempre que se oferecia ocasião.

c) *Expedição de 1566/1567*

Prolongando-se essa situação, foi expô-la ao Governador, na cidade do Salvador, o irmão José de Anchieta. Recebendo Men de Sá refôrço de três galeões, comandados por Cristóvão de Barros, em 1566, juntou-lhes mais dois navios e seis caravelões, preparou nova expedição e veio pessoalmente socorrer o sobrinho. Acompanhavam-no o segundo Bispo do Salvador, D. Pedro Leitão e, mais uma vez, o Padre Nóbrega.

Chegando ao Rio de Janeiro, deliberou-se o ataque às fortificações levantadas pelos franceses junto à foz do Rio Carioca, na aldeia do morubixaba Ibiraguaçu-mirim (na posterior Praia do Flamengo) e Morro do Leripe (hoje, da Glória), no próprio dia do padroeiro local, 20 de janeiro de 1567. Vencedores depois de ativo combate, nêle foi mortalmente ferido por uma flechada no rosto o primeiro Capitão e Conquistador Estácio de Sá, falecido no mês seguinte.

A fim de limpar tôda a região de franceses e seus aliados, pouco depois do primeiro combate, foram atacados os seus fortes redutos da Ilha de Paranapucu, obtendo-se, após três dias de luta, a rendição de seus defensores.

4 — Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Já vimos como Estácio de Sá, ao desembarcar entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão, a 1.º de março de 1565, deu logo comêço à nova cidade real de São Sebastião do Rio de Janeiro, assim denominada em indireta homenagem ao soberano português. "Arbitrou o Capitão-Mor que o têrmo da cidade se estenderia, como o da Bahia, até um raio, para cada lado, de seis léguas, e para patrimônio da Câmara

e rossio da povoação, doou légua e meia de terra. Por armas lhe concedeu um molhe de setas, alusivas às que haviam servido ao suplício do santo invocado" (3).

Apesar das atividades guerreiras, contínuas em seu govêrno, não se descuidou o Capitão-Mor da parte pròpriamente administrativa de sua incumbência. Assim, nomeou Juiz Ordinário da cidade a Pedro Martins Namorado, e Alcaide-Mor a Francisco Dias Pinto, êste empossado a 13 de setembro de 1566, com o cerimonial da época. Nomeou outras autoridades e funcionários, distribuiu terras de sesmaria e legislou proibindo, sob pena de multa, em favor da Confraria de São Sebastião, "os jogos de carta, dados e bola". Vencidos os franceses e morto o primeiro Capitão e Conquistador do Rio de Janeiro, por mais de um ano permaneceu na nova cidade o Governador Men de Sá. Embora houvesse nomeado para substituto daquele, outro parente seu, Salvador Correia de Sá, muitas providências tomou pessoalmente, relativas ao desenvolvimento da segunda Capitania da Coroa instalada no Brasil.

Tendo em vista, inicialmente, que o local da fundação, muito próximo da Barra, tinha-se escolhido por motivos meramente militares e ocasionais, ouvido o parecer de diversas pessoas resolveu transferir a sede da povoação para o interior da baía, para o Morro de São Januário depois denominado do Castelo (hoje arrasado) em conseqüência da fortificação aí também levantada. Fossos e muros, dotados de baluartes, completavam o sistema de defesa. Aí construiu a igreja dos jesuítas, como, nas imediações, a igreja que depois seria a matriz, Casa da Câmara, cadeia e armazéns. Concedendo novas sesmarias, para desenvolvimento da agricultura, uma delas, na Aldeia de São Lourenço (hoje Niterói), destinou-se a premiar os serviços do índio Martim Afonso Araribóia. Cuidou, ainda, da submissão de indígenas ainda rebeldes e da introdução do gado.

Retirando-se Men de Sá para a Bahia, em 1568, deixou sòlidamente lançados os fundamentos da futura capital do Brasil.

5 — Desenvolvimento da cidade até o fim do século XVI

Salvador Correia de Sá inaugurou, no Rio de Janeiro, verdadeira dinastia de Governadores, pois êle mesmo teve o cargo por duas vêzes (de 1567 a 1572 e de 1578 a 1598); seu filho Martim de Sá, aqui nascido, também governou por duas vêzes, já no século XVII, no qual por três vêzes deteve o govêrno carioca seu neto Salvador Correia de Sá e Benavides.

Em seu primeiro período, criou-se o Colégio jesuítico do Rio de Janeiro, de que foi Nóbrega primeiro Reitor. Nomearam-se novos funcionários, civis e eclesiásticos; instalou-se a Misericórdia. Um ataque de navios franceses e canoas indígenas que entraram na baía, não lhes

(3) Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) — *História Geral do Brasil*, 4.ª ed. (São Paulo, 1948), tomo I (5.ª ed.), p. 384. As setas figuram até agora, nas armas da cidade do Rio de Janeiro e Estado da Guanabara, lembrando, além do padroeiro, o próprio fundador. Note-se que há confusão, na citação de Varnhagen, pois atribui-se a Estácio de Sá a doação da sesmaria de légua e meia, e a Men de Sá, já em 1567, a de seis léguas.

trouxe o menor proveito. Recebendo reforços de São Vicente, Salvador Correia foi acometer êsses inimigos em Cabo Frio, conseguindo tomar-lhes uma nau, cuja artilharia aproveitou no nôvo Forte de Nossa Senhora da Guia (hoje Fortaleza de Santa Cruz), à entrada da barra.

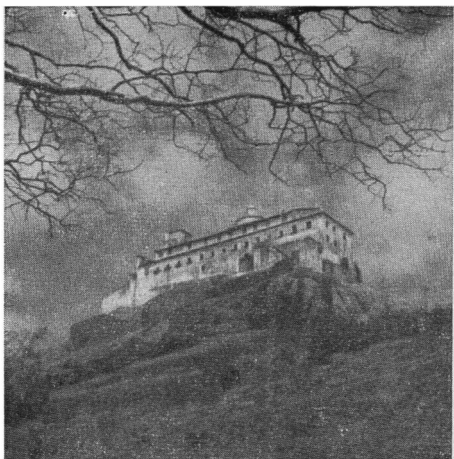
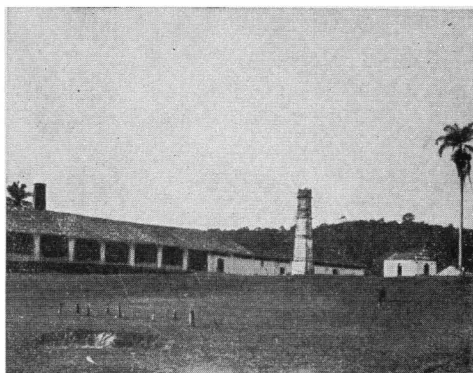
Nôvo Governador teve o Rio de Janeiro entre 1572 e 1574: Cristóvão de Barros, filho do antigo donatário do Ceará e Provedor-Mor da Fazenda, êle mesmo ex-comandante de uma frota de socorro, mais tarde conquistador de Sergipe d'El-Rei e Provedor-Mor da Fazenda. Cuidou das fortificações da cidade e de seu aproveitamento econômico, construindo um engenho de açúcar na região de Magé.

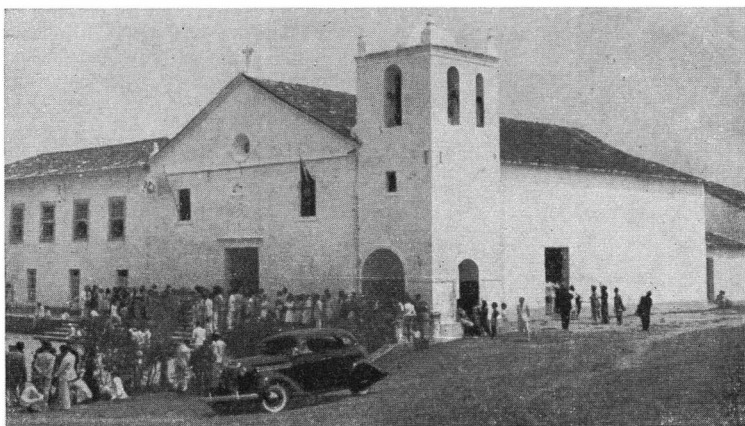
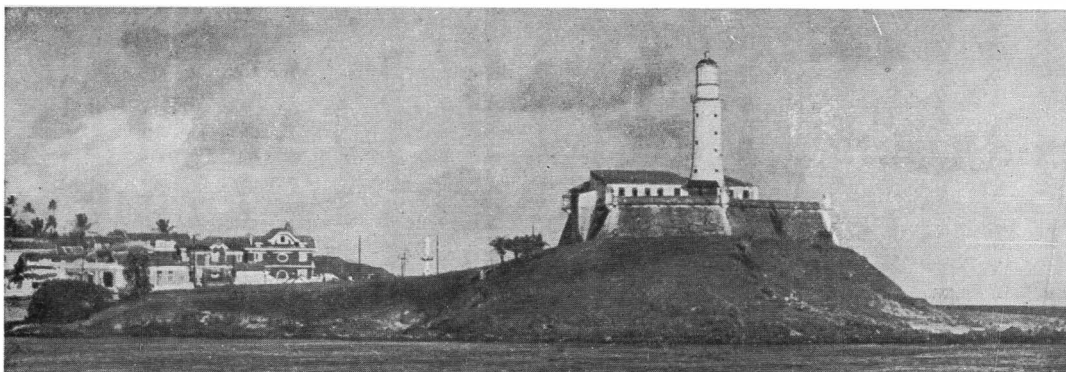
Entre 1574 e 1578 governou, não só o Rio de Janeiro, mas com jurisdição sôbre tôda a zona Leste e Sul, da Capitania de Pôrto Seguro, inclusive, até São Vicente, Antônio de Salema. Em seu período, como vimos ao tratar do govêrno-geral, a dura campanha que organizou contra os franceses e seus aliados indígenas de Cabo Frio, constituiu o principal acontecimento. Criou-se, também, em 1577, a Prelazia eclesiástica do Rio de Janeiro separada da Diocese do Salvador, de que foi primeiro Administrador Bartolomeu Simões Pereira. Outro engenho de açúcar, construído para o Rei, perto da lagoa que depois tomou o nome de um futuro proprietário, Rodrigo de Freitas, assinalou o desenvolvimento, na região, dessa atividade econômica.

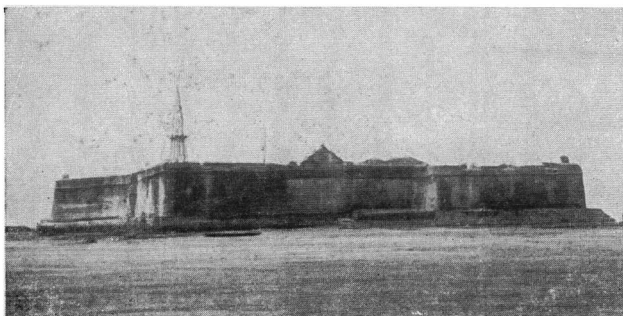
Durou vinte anos o segundo govêrno carioca de Salvador Correia de Sá. Muito progrediu, então, o Rio de Janeiro, devassando-se também o território da Capitania real, com entradas de exploração e pacificação de indígenas, inclusive até o Vale do Paraíba, conduzidas pelo próprio Governador e seus filhos, Martim e Gonçalo. Foi exatamente numa de suas ausências que três naus francesas chegaram ao Rio de Janeiro, apresentando-se os seus tripulantes como aliados de D. Antônio, Prior do Crato, candidato ao Trono de Portugal. Não se arriscaram, porém, a desembarcar, graças ao ardil planejado pelo referido Administrador eclesiástico e pela mulher de Salvador Correia, D. Inês de Sousa, que os iludiu com imaginários movimentos de tropas nas praias, conquanto para isso só pudessem contar com estudantes, velhos e mulheres, que permaneciam na cidade.

Novos templos foram então construídos no Rio de Janeiro, como os de Nossa Senhora do Ó, depois Sé, e Santa Luzia. No Morro de São Bento estabeleceram-se, como até hoje, os beneditinos.

O último Governador do Rio de Janeiro no século XVI foi Francisco de Mendonça e Vasconcelos, nomeado em 1598. Logo no ano seguinte tentaram desembarcar no Rio de Janeiro os holandeses comandados por Olivier van Noort, entretanto repelidos pelo Forte de Nossa Senhora da Guia.

Ao iniciar-se o século XVII teria a Capitania 3.850 habitantes, sendo 3.000 indígenas amigos, 750 luso-brasileiros e 100 escravos africanos. Um terceiro engenho já estava moendo cana na Ilha do Governador. Além de açúcar, distinguia-se o Rio de Janeiro pela produção de frutas e hortaliças e pela exploração da pesca.

Convento franciscano de Nossa Senhora da Penha, construído em meados do século XVII, no alto da entrada da Baía da Vitória, próximo à cidade do Espírito Santo. *À direita:* Portada do Convento de Nossa Senhora da Penha, perto da cidade do Espírito Santo. Na gruta, à esquerda, fechada por uma grade, consta ter-se abrigado o fundador da primitiva ermida, Frei Pedro Palácios, aí chegado em 1558.

Velho engenho de açúcar pernambucano, vendo-se à esquerda as fornalhas, ao centro a moenda, à direita a roda d'água. Gravura do livro *Travels in Brazil,* do inglês Henry Koster, de 1816. *À direita:* Engenho alagoano de "fogo morto", vendo-se à direita a capela.

Igreja jesuítica da cidade espírito-santense de Anchieta, ex-aldeia de Reritiba e vila de Benevente, em cuja residência faleceu, em 1597, o Padre José de Anchieta.

Ponta do Padrão, à entrada da barra da Baía de Todos os Santos, local da primeira fortificação de defesa da vila do Pereira, núcleo inicial da Capitania hereditária daquele nome. Transformada em Fortaleza de Santo Antônio da Barra, domina-a, há mais de um século, o farol do mesmo nome.

Forte de Cabedelo, à margem direita da barra do Rio Paraíba, no mesmo local do anterior de São Filipe, assim denominado em homenagem ao Rei Filipe II de Espanha (I de Portugal), destinado à defesa da cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa. Resistiu à invasão holandesa de 1634, denominando-se, nesse período, Margarida, posteriormente Santa Catarina.

Forte dos Reis Magos, junto à barra do Rio Potengi, destinado à defesa da vizinha cidade do Natal. Resistiu à invasão holandesa do Rio Grande, em 1633.

X

A IGREJA NO BRASIL, NO SÉCULO XVI

1 — Os primórdios da catequese (1500/1548)

Escrevendo a El-Rei D. Manuel I e referindo-se aos proveitos que poderiam resultar do descobrimento do Brasil, cristãmente colocou Pero Vaz de Caminha em primeiro lugar os que diziam respeito à conquista de seus indígenas para a fé católica: "o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente e tal deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar" (1).

Realmente, dando cumprimento a êsse generalizado desejo de dilatação da Fé e do Império, desde a primeira viagem de exploração teve comêço a obra de cristianização do gentio, aqui sem desfalecimentos mantida pelo clero, até os nossos dias. Em um trecho que confirma e amplia o discutido relato de Américo Vespúcio, diz, a propósito da expedição de 1501, o ato notarial de Valentim Fernandes: "uma outra armada do mesmo Cristianíssimo Rei, destinada a êsse fim, tendo seguido o litoral daquela terra por quase 760 léguas, encontrou nos povos uma só língua, *batizou a muitos* e, avançando para o sul, chegou até à altura do Pólo Antártico, a 53 graus, e tendo encontrado grandes frios no mar voltou para a pátria" (2).

Depois dêsse batismo inicial, durante o trintênio em que se sucederam as passagens pelo Brasil das armadas da Índia, as viagens de exploração do litoral, de tráfico de pau-brasil e as expedições de guarda-costa, até à primeira que reconhecidamente pode ser considerada colonizadora, a de Martim Afonso de Sousa, de 1530 a 1532, — durante todo êsse incerto período a catequese terá sido meramente acidental, descontínua e fragmentária.

Algumas referências, contudo, podem ser arroladas, embora imbuídas de imprecisão. "A primeira ação missionária no Brasil cabe, cronológica e substancialmente, às ordens religiosas, primeiro à de São Francisco, a seguir à Companhia de Jesus" (3). Franciscano era Frei Henrique

(1) Cf. a "versão em linguagem atual" da célebre carta, por Antônio Baião feita para *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral* (Lisboa, 1940), p. 101.

(2) Cf. a "Tradução do Ato Notarial de Valentim Fernandes, feito em Lisboa aos 20 de maio de 1503", incluída nas *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes, 1506-1508,* de A. Fontoura da Costa. (Lisboa, 1939), p. 93.

(3) Serafim Leite, S. I. — "A expansão portuguêsa no Nôvo Mundo pela ação missionária (1492-1580)", in *História da Expansão Portuguêsa no Mundo* (Lisboa, 1941), fascículo 26, p. 42.

Soares, ou Frei Henrique de Coimbra, companheiro de Cabral, celebrante das primeiras missas rezadas no Pôrto Seguro da Vera Cruz. Como franciscanos seriam dois outros sacerdotes que na mesma região estiveram alguns anos depois, um dêles perecendo afogado no rio que por isso se chamou do Frade ([4]), ou, de acôrdo com outra versão, "tendo zelosamente exercido o seu ministério, foram ambos trucidados pelos selvagens e assim se tornaram os protomártires do Evangelho no Brasil" ([5]). Do mesmo hábito seriam outros passageiros das armadas que aqui faziam escala, na rota para a Ásia e Oceania, onde tanta importância tiveram, simultânea à dos conquistadores portuguêses do Oriente, conforme a sedutora tese, defendida pelo historiador Jaime Cortesão, de ter o franciscanismo iniciado a cristandade e os portuguêses no amor da natureza ([6]), ativamente participando da epopéia gloriosa dos descobrimentos.

Ao lado de padres seculares, ainda franciscanos aparecem na referida expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa (um dêles logo flechado por um índio, ao atravessar um rio), como nas frotas armadas pelos donatários de 1534/1536 e em naufrágio de espanhóis, ocorrido na costa catarinense. Isoladamente aportando à nova terra, com funções que sòmente aos donatários às vêzes seria possível facilitar, embora as nomeações de vigários e capelães fôssem passadas por El-Rei, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo ([7]), — perderam-se, em grande parte, os esforços aqui desenvolvidos pelos sacerdotes das Capitanias hereditárias, antes da criação do govêrno-geral.

Entretanto, doando-as a particulares que as requeressem e que para tanto possuíssem títulos e haveres, em tudo agiu D. João III "considerando quanto serviço de Deus e meu e proveito dos meus Reinos e Senhorios, e dos naturais e súditos dêles é ser a minha terra e costa do Brasil mais povoada do que até agora foi, assim para se nela haver de celebrar o culto e ofícios divinos, *e se exaltar a nossa santa fé católica, com trazer e provocar a ela os naturais da dita terra infiéis e idólatras,* como por o muito proveito que se seguirá a meus Reinos e Senhorios, e aos naturais e súditos dêles, de a dita terra povoar e aproveitar" ([8]).

Como, porém, fôssem muitas as dificuldades a serem enfrentadas pelos donatários, em seus esforços, algumas vêzes heróicos e sôbre-humanos, empreendidos tendo em vista a realização, sòzinhos, de árdua tarefa colonizadora — é natural que também no setor da catequese houvessem falhado, a princípio, os religiosos dêle improvisadamente incumbidos.

Contribuiria primeiramente para êsse resultado, de maneira longamente insolúvel, a hostilidade dos aborígines, patenteada imediata-

---

(4) Serafim Leite, S. I. — *Op. cit.*, p. 43.
(5) Frei Basílio Röwer, O. F. M. — *Páginas de História Franciscana no Brasil* (Petrópolis, 1941), p. 25.
(6) Jaime Cortesão — "O caráter lusitano do descobrimento do Brasil", conferência publicada na revista *Ocidente*, Lisboa, n.º 39, julho de 1941, p. 94.
(7) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 3.ª ed. (Rio de Janeiro, 1934), p. 43.
(8) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 41.

mente após o início da colonização, por motivos fortuitos, devido a incidentes inevitáveis em todo contato de civilizados e silvícolas, ou ainda por razões mais graves, tentativas de sujeição à condição de escravos dos indígenas, por parte dos conquistadores de suas terras. Lutas, que desde logo se travaram, dificilmente vencidas na Nova Lusitânia como em São Vicente, altamente prejudiciais no Espírito Santo, plenamente vitoriosas para os naturais na Bahia de Todos os Santos e em São Tomé — mostraram, de modo cabal, o volume dos obstáculos com que se teriam de haver os colonizadores, no desempenho de sua missão desbravadora.

Ainda um fator de debilidade para a realização da catequese, seria a própria categoria inferior do não escolhido clero, súbita e arbitràriamente chamado a cumprir tão elevada incumbência, inçada de dificuldades a todos visíveis. Nesse assunto, excetuando-se uma ou outra figura, como a do Padre Gonçalo Monteiro, primeiro Vigário de São Vicente, lugar-tenente do Donatário Martim Afonso de Sousa, sôbre o qual tôdas as referências são favoráveis — abundam, em contrário, os lamentáveis exemplos de seculares de maus costumes, ambiciosos e intrigantes, contra os quais iria se pronunciar, pouco depois, com veemente indignação, sugerindo a criação de um Bispado que os contivesse em seus abusos, o grande jesuíta Manuel da Nóbrega. "Um sacerdote deu motivo a que rompesse a luta dos indígenas da Bahia de Todos os Santos contra os colonos do Donatário Francisco Pereira Coutinho; outros fomentaram as discórdias de que resultou a expulsão do esforçado Pero do Campo Tourinho da sua Capitania de Pôrto Seguro; e um "Padre do Ouro", alquimista, agitou, mais tarde, a Nova Lusitânia, sob a acusação de ter enfeitiçado o segundo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque" (9).

Desta forma, diante da quase irremediável impotência dos Senhores das Capitanias, entre as lutas dos colonos com os indígenas e a incompreensão dos padres quanto à obra que oficialmente lhes fôra atribuída, sem que lhes fôssem dados, entretanto, os meios necessários à sua realização — transcorreram os escassos anos que foram da chegada dos colonizadores iniciais à do primeiro Governador e dos jesuítas, ocorrida em 1549. Nesse curto período, apesar dos isolados esforços aqui apontados, permaneceu apenas entrevista a mais longa questão de nossa história colonial, que seria a catequese dos naturais da nova terra.

2 — *Os jesuítas do Brasil no século XVI*

Nascido à sombra da Cruz, o Brasil recebeu os jesuítas apenas nove anos depois da criação da Companhia de Jesus. Em 1549, com o Governador Tomé de Sousa, chegou à Bahia a primeira leva de inacianos.

(9) Helio Vianna — "Brasil Social", in *A Restauração e o Império Colonial Português* (Lisboa, 1940) p. 135; in *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948) p. 77/78.

Chefiava-a quem tinha qualidades de organizador, político e missionário: Manuel da Nóbrega. Por vinte e um anos seria êle o Superior, o Provincial, o Reitor, a quem tudo se ficou devendo; o trabalhador incansável das viagens pelo litoral, o arguto conselheiro da fundação do Rio de Janeiro, o fundador dos três Colégios que são as mais ricas jóias do verdadeiro tesouro que nos legaram os jesuítas.

Os primeiros inacianos "mandados a êste continente, sôbre cujos destinos tanto deveriam mais tarde pesar" — escreveu Capistrano de Abreu — "completaram harmoniosamente a administração, pois tanto como Tomé de Sousa e Pero Borges, o Padre Manuel da Nóbrega obedecia ao sentimento coletivo, trabalhava pela unidade da colônia, e no ardor dos seus 32 anos achava ainda pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na História" ([10]).

Esta terra seria, realmente, a sua "emprêsa", como profèticamente escreveu.

Agiram, desde logo, os companheiros de Nóbrega, como, depois, os que vieram nos anos seguintes, até o final do século XVI, com ardor de apóstolos e devotamento de mártires. De tal maneira se entregaram à incumbência, que desde logo perceberam ser a que lhes competia realizar no Brasil, que a sua ação se envolveu na própria vida do país, de modo a tornar impossível qualquer separação que entre uma e outra depois se quisesse fazer.

O Padre Manuel da Nóbrega foi, sem dúvida, a primeira grande figura da Companhia de Jesus no Brasil. Principalmente a êle podemos atribuir as iniciativas que marcaram, definitivamente, a ação de seus pares na colônia: a catequese, o ensino aos meninos órfãos mandados de Lisboa, como aos pequenos indígenas e aos filhos dos colonos, a expansão pelas Capitanias já criadas como pelas terras novas a serem ainda conquistadas, etc. Mesmo se a princípio apenas tivesse obedecido a ordens emanadas de Roma e Portugal, torna-se evidente que elas, por si mesmas, não seriam bastantes, nem poderiam prever as difíceis circunstâncias em que muitas vêzes se encontrou o Superior, pouco depois primeiro Provincial dos jesuítas no Brasil.

Seu arbítrio, sua capacidade de organização, seus dotes, mesmo, de improvisação, foram logo postos à prova, na árdua tarefa de criar, em ambiente tantas vêzes hostil, aquilo que seria, inegàvelmente, uma das maiores obras jamais realizadas por uma ordem religiosa, em qualquer parte do mundo. Na obtenção de favores de D. João III, e de seus sucessores, os Regentes durante a menoridade de D. Sebastião, isto é, a Rainha D. Catarina e o Cardeal D. Henrique, e, afinal, do próprio D. Sebastião; na utilização, insistente e frutuosa, da proteção aos jesuítas por seu intermédio dispensada pelos Governadores Tomé de Sousa e Men de Sá; na discreção diplomática com que se houve durante o dissídio ocorrido entre o segundo Governador, D. Duarte da Costa, e o primeiro Bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha — em tôdas

(10) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 52.

essas ocasiões, o gago, o rude, o trôpego Manuel da Nóbrega revelou-se político inigualável, apto a lançar em sólidas bases uma construção que afrontaria os séculos e, depois, a mais acesa perseguição de que tem notícia a história das lutas entre a Igreja e o Estado.

Como verdadeiro chefe, portanto, mesmo depois de sua substituição no provincialato, avulta Nóbrega entre os jesuítas do Brasil, no século XVI. Deve-se-lhe, com certeza, o pronto encaminhamento, aos seus gloriosos destinos, de companheiros que, como êle, não conheceram distâncias, nem dificuldades, no cumprimento dos mais penosos deveres: o Padre Leonardo Nunes — o ubíquo "Padre Voador" dos indígenas, primeiro jesuíta vitimado na evangelização do Brasil (11) e o Padre Aspilcueta Navarro — como o anterior um sertanista digno do título de precursor dos bandeirantes. Deve-se-lhe, sem dúvida alguma, a escolha do local e a iniciativa da fundação do Colégio e da povoação de São Paulo do Campo de Piratininga, hoje a maior cidade brasileira e segunda da América do Sul, missão por êle confiada ao Padre Manuel de Paiva, em 1554. Deve-se-lhe, ainda, do lado português, a primazia no plano de comunicação terrestre de São Vicente ao Paraguai, assunto que desde então acompanha a história da viação brasileira, até hoje. Deve-se-lhe, igualmente, a prioridade da idéia da fundação da cidade do Rio de Janeiro, manifestada em carta dirigida ao Cardeal-Infante D. Henrique, em 1560 (12), "sendo êle o que mais fêz na povoação dela", de acôrdo com o testemunho mais que todos autorizado, de José de Anchieta, que decisivamente acrescenta: "Porque com o seu conselho, fervor e ajuda, se começou, continuou e levou a cabo a povoação do Rio de Janeiro" (13).

Não é preciso exemplificar mais, certamente, em louvor da missão que no Brasil competiu ao primeiro titular da Província jesuítica que desde 1553 constituiu o nosso país. A personalidade forte do Padre Manuel da Nóbrega, se não é das que estão destinadas ao culto reservado aos mártires e aos santos, será, provàvelmente, daquelas que merecem dos historiadores a máxima consideração. O grande jesuíta português era da massa dos homens de ação que fizeram grande o pequenino Portugal; e dito isto, está dito tudo o que convém dizer a seu respeito.

Ao lado, porém, de Manuel da Nóbrega, em seu tempo como depois dêle, até o fim do século XVI, muitos outros inacianos trabalharam na "emprêsa do Brasil", a ela se dedicaram inteiramente, deram-lhe até mesmo a própria vida, como os Irmãos Pero Correia e João de Sousa, mortos pelos índios carijós em 1554. Provinciais como Luís da Grã, Antônio Pires, Inácio Tolosa, José de Anchieta, Marçal Beliarte e Pero Rodrigues; Visitadores como o Beato Inácio de Azevedo, que também auxiliou a fundação do Rio de Janeiro, em 1567, pouco depois morto

(11) Serafim Leite, S. I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Tomo I (Rio de Janeiro, 1938), p. 254.
(12) Manuel da Nóbrega — *Cartas do Brasil (1549-1560)*, (Rio de Janeiro, 1931), p. 227.
(13) *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre José de Anchieta S. J. (1554-1594)*, (Rio de Janeiro, 1933), p. 327.

por corsários, e como o Padre Cristóvão de Gouveia, cuja viagem nos proporcionou a presença do Padre Fernão Cardim, seu utilíssimo cronista na *Narrativa Epistolar* — eis alguns nomes de jesuítas que logo se distinguiram, tanto na hierarquia dos cargos como na dos serviços prestados, no Brasil quinhentista. Outros, nos Colégios como nas Missões, percorrendo as Capitanias já existentes, penetrando em sertões ainda desconhecidos, também ilustraram com sua participação, tantas vêzes anônima e malograda, a obra sem igual dos inacianos em nosso país, nessa meia centúria de sua gloriosa ação inicial. Reitores de Colégios, como os competentes Luís da Grã, Gregório Serrão e Quirício Caxa, além do próprio Nóbrega, no Rio de Janeiro. Devassadores de sertões, como o Padre Gaspar Lourenço e o Irmão João Saloni, primeiros a penetrar em Sergipe, além dos já citados Leonardo Nunes e Aspilcueta Navarro. Pacificadores de indígenas, como o Padre Francisco Pinto, no Rio Grande, depois primeiro devassador do Ceará, onde foi morto pelos tapuias e onde penetrou em companhia do Anchieta do Norte, Padre Luís Figueira, — isto, naturalmente, sem falar, nesse setor das relações com os índios, em Nóbrega e Anchieta, negociadores da paz de Iperoig, com os tamoios. Entre os jesuítas dessa época houve até mesmo um construtor de fortaleza, como o Padre Gaspar de São Peres, autor do primeiro plano do Forte dos Reis Magos, no Rio Grande, em 1598. Ou, para mostrar a mobilidade dos quadros da Companhia de Jesus no Brasil, um Antônio Rodrigues, que antes de vestir a roupeta dos inacianos foi soldado dos exércitos de Espanha e, "como tal, assistiu à fundação das cidades de Buenos Aires e Assunção, acompanhou Irala através do Chaco, e, foi, com Ribera pelo Paraguai, ao centro do Brasil" [14]; um Rodrigo de Freitas, alto funcionário da Fazenda Real, antes de chegar a primeiro Reitor do Colégio de Pernambuco; um Pero Correia, a princípio colono de vida aventurosa, grande "língua" e, depois, missionário dos mais devotados, um dos dois primeiros mártires da Companhia no Brasil.

Não é conveniente, entretanto, averiguar os coeficientes pessoais registrados nessa obra essencialmente coletiva. Ela atinge o próprio domínio do sobrenatural, com os milagres atribuídos a Anchieta, o Santo do Brasil. Para realizá-la, não foram muitos os seus encarregados, mas decerto foram dos melhores soldados da milícia de Santo Inácio os que aqui agiram, nessa segunda metade do século XVI.

Consolidando a vida espiritual das Capitanias do Sul; auxiliando, eficazmente, a conquista do Nordeste; mantendo boas relações, grandemente úteis à colônia, com os mais notáveis Governadores, Donatários e Capitães-Mores; regularizando a vida particular, naturalmente desregrada, dos primeiros povoadores; assenhoreando-se, principalmente, da tarefa, sôbre tôdas importante, da catequese dos indígenas — coube, em suma, aos jesuítas, a mais bela parte da História do Brasil na primeira centúria de existência política do país.

Criadores de nosso ensino, de nosso teatro e, de certo modo, de nossa

(14) Serafim Leite, S. J. — *Páginas de História do Brasil* (São Paulo, 1937), p. 117/136.

medicina e de nossa arquitetura; preservadores das línguas indígenas; cronistas de todos os acontecimentos aqui registrados; primeiros intelectuais que exerceram atividades literárias na colônia — desempenharam uma incumbência para a qual faltam qualificativos, tão grande e tão excepcional foi ela, entre tôdas que contribuíram para a formação do Brasil.

Êste país — na expressão de Ronald de Carvalho — "pode-se afirmar sem êrro, foi, em grande parte, um produto da vontade pertinaz e do sacrifício contínuo e superior dos discípulos da Companhia de Jesus. Aproximando o gentio do cristianismo, submetendo-o pela doçura ou pela fôrça às disciplinas da sua religião, evitando o seu escravizamento aos *"maganos de Portugal"*, obraram os jesuítas com refinado saber, concorrendo para o fortalecimento político e econômico da incipiente família brasileira" ([15]).

Ou, de acôrdo com as palavras finais do Prefácio da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil,* do insigne historiador Serafim Leite, S. I.: "Se os colonos e administradores portuguêses governavam a terra e a cultivavam como fonte de riqueza e elemento de soberania, os jesuítas da Assistência de Portugal amavam a terra e os sêres humanos que essa terra alimentara no decorrer dos séculos. Os primeiros apoderaram-se do corpo; os segundos, da alma. Do concurso de uns e outros, completando-se, nasceu o Brasil. Enquanto os Governadores, Capitães e funcionários iam estabelecendo as bases do Estado, o elemento religioso alicerçava o nôvo edifício com formas tão elevadas e nobres, que dariam ao conjunto a solidez da Eternidade" ([16]).

Para cumprimento dessa grande missão, não foram tão numerosos os seus agentes, como se poderia supor. Apenas 128 jesuítas vieram para o Brasil, de 1549 a 1598, em 23 expedições como apurou o mesmo eminente historiador português ([17]). 53 inacianos aqui não conseguiram chegar em outras viagens no mesmo período, inclusive os *40 Mártires do Brasil,* mortos pelo corsário francês Jacques Soria, em 1570, e os 12 assassinados pelos franceses e inglêses de Capdeville, no ano seguinte. Com as entradas na Companhia, aqui mesmo verificadas, ainda no século XVI, achamos o total de 183 jesuítas, existentes no Brasil a 1.º de janeiro de 1600, de acôrdo com o *Catálogo* então levantado pelo respectivo Provincial, Padre Pero Rodrigues ([18]). Para a obra que realizaram, pela influência que justamente obtiveram, não são muitos, mesmo considerado o total da população que se distribuía do Rio Grande a São Vicente, apenas algumas dezenas de milhares de habitantes.

Da mesma forma, os bens de que dispunham os jesuítas, durante êsse primeiro século de ação no Brasil, não estavam em proporção com

---

(15) Ronald de Carvalho — *Pequena História da Literatura Brasileira,* 6.ª ed. (Rio de Janeiro, 1937), p. 72.
(16) Serafim Leite S. I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil,* cit., tomo I, p. XVIII.
(17) Serafim Leite S. I. — *Op. cit.,* tomo I, p. 560/571.
(18) Serafim Leite S. I. — *Op. cit.,* tomo I, p. 578/584.

o que fizeram. Para cumprimento de seu programa, que ia da simples catequese de selvagens ao ensino em grau elementar, secundário e mesmo superior, necessitavam os inacianos dispor de recursos materiais suficientes, expressos em dotações, sesmarias, legados, etc. A seu respeito, concorda o mesmo notável autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil* que "eram bens avultados. Mas, perscrutando a fundo a complexa atividade dos jesuítas, o homem de bom-senso tem forçosamente de concluir que os seus bens eram, na realidade, pequenos para tão grande obra" ([19]).

Realmente, como avaliar em dados simplesmente materiais e estatísticos, uma tarefa como a que aqui se impuseram os jesuítas? Ter possuído um organizador como Nóbrega, foi felicidade para a Companhia e para a própria colônia. Mas ter sido o Brasil quinhentista campo de ação de um vulto como Anchieta, constitui benefício que não pode receber qualificativos. E por que preço, também poderiam ser pagos documentos como as cartas, os relatórios, as informações jesuíticas, indispensáveis ao historiador de hoje? E quanto vale, para o conhecimento do Brasil de fins do século XVI, o depoimento etnográfico, geográfico, histórico, religioso, econômico, político, folclórico, artístico etc., de um Fernão Cardim?

É com essa já inestimável contribuição dos jesuítas que o Brasil entra no século XVII ([20]).

3 — Padres seculares, carmelitas, beneditinos e franciscanos

Uma das primeiras iniciativas do Padre Nóbrega, ao verificar as condições da cleresia existentes no Brasil, pouco depois de sua chegada com o Governador Tomé de Sousa, foi sugerir a criação de um Bispado para o Brasil, independente do de Funchal, na Ilha da Madeira. Atendido êsse desejo, pelo Papa Júlio III, em 1551, não permitiram as divergências do primeiro Bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha, com o segundo Governador, D. Duarte da Costa, que desde logo se registrassem os bons efeitos visados pela providência centralizadora. Com os sucessores do infeliz náufrago de Coruripe, D. Pedro Leitão e D. Antônio Barreiros, pôde ser observada, porém, considerável melhoria de situação, permitindo até, com inteira justiça, a inclusão dos simples padres seculares entre os servidores da catequese em tôda a colônia então sèriamente empreendida. A criação de uma Administração Eclesiástica para as Capitanias do Sul, em 1576, confiada, nesse período, a Bartolomeu Simões Pereira, atendeu, ainda mais, a essa necessidade de assistência e fiscalização, com iguais proveitos para a vida espiritual da região e do mais relevante de seus aspectos, o problema das relações entre os colonos e os indígenas.

Também por outros motivos marcam uma época de grande impor-

---

(19) Serafim Leite S. I. — *Op. cit.*, tomo I, p. 186.

(20) Tôda essa parte sôbre os jesuítas do Brasil no século XVI cf. Helio Vianna — "Os Jesuítas no Brasil", na revista *Estudos Brasileiros*, do Rio de Janeiro, ns. 13-14, de julho a outubro de 1940, p. 85/95; e, do mesmo — *Estudos de História Colonial*, cit., p. 137/153.

tância na história religiosa do Brasil os dois últimos decênios do século XVI, quando já ia em progresso a obra dos jesuítas no país, e quando também o clero secular, dirigido pelos primeiros Bispos do Salvador, melhor cumprimento podia dar às suas obrigações eclesiásticas. Data de então a chegada ao país de outras ordens religiosas, que grande desenvolvimento iriam dar à catequese, além da brilhante execução que lhe vinham dando os inacianos. É que, com a conquista do Nordeste, do Norte e a penetração para o interior, com o incremento da indústria açucareira e o aumento da população branca e mestiça, maiores iam sendo os fatôres de agravação daquele problema fundamental, cada vez mais exigente de atenções por parte da Igreja.

Foram os carmelitas os segundos religiosos regulares a se estabelecerem no Brasil, depois dos jesuítas. Em 1580, preparando-se em Portugal a expedição conquistadora da Paraíba, organizada por Frutuoso Barbosa, determinou El-Rei D. Henrique que quatro religiosos da Ordem Carmelitana dela participassem ([21]).

Malograda, porém, por essa vez, a tentativa de posse da nova Capitania, permaneceram os carmelitas em Olinda, onde tiveram autorização de fundar um primeiro convento em 1583, pouco depois seguido pelo da Bahia, centro de sua irradiação para o Sul, como Pernambuco o seria para o Norte, de modo a abranger, nos dois séculos seguintes, quase todo o país. Na Amazônia, especialmente, a catequese empreendida pelos Carmelitas teve extraordinária importância para a incorporação daquelas imensas regiões à comunidade brasileira, motivo pelo qual a ela nos referiremos mais adiante.

Autorizados pelo Governador-Geral Lourenço da Veiga a fundar um mosteiro na cidade do Salvador, tiveram-no os beneditinos elevado à categoria abacial em 1584, dali iniciando sua imediata expansão por todo o litoral então conhecido: no mesmo ano estabelecidos em Ilhéus, em 1586 no Rio de Janeiro, em 1589 em Vitória, em 1592 em Olinda e em 1596 na Paraíba ([22]). No século seguinte, apesar de, temporàriamente, perdidas as suas posições no Nordeste, com a ocupação holandesa, compensaram-na com a fundação de novos mosteiros, dentre êles mais notável o de São Paulo.

Primeiros religiosos a virem ao Brasil, apenas isoladamente o fizeram os franciscanos, até 1585. A obra, hoje aureolada pela lenda, de um Frei Pedro Palácios, por exemplo, no Espírito Santo, de 1558 a 1570, só pôde ter seguimento regular depois que em 1584 resolveram os capuchos portuguêses criar uma Custódia no Brasil, em Pernambuco, fundando, no ano seguinte, o Convento de Nossa Senhora das Neves, com seis frades, tendo por superior Frei Melchior de Santa Catarina.

Dedicando-se, desde logo, à catequese dos indígenas, não tardaram

(21) Frei André Prat, O. Carm. — *Notas Históricas sôbre as Missões Carmelitanas no Norte do Brasil* (Recife, 1941), p. 24.

(22) D. Clemente Maria da Silva Nigra, O. S. B. — "Os holandeses e os beneditinos na Bahia", conferência publicada na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1940, vol. LXVI, p. 39/40.

os franciscanos a se expandir, por todo o território colonial. Estabelecidos desde 1587 na Bahia e desde 1591 no Espírito Santo, deixando como marcos para sua progressão para o Norte os conventos de Igaraçu (1588) e Paraíba (1589), progrediu extraordinàriamente, no século seguinte, a sua Província da Imaculada Conceição, no Sul, que então contou com os seguintes conventos, todos êles devotados centros de catequese e instrução: Santo Antônio, do Rio de Janeiro (1608); São Francisco e São Domingos, de São Paulo (1639); Santo Antônio, de Santos (1639); São Boaventura, de Macacu (na desaparecida Vila de Santo Antônio de Sá, em 1649); Nossa Senhora da Conceição, de Itanhaém (1654); Nossa Senhora do Amparo, do Bairro de São Francisco, em São Sebastião (1658); Santa Clara, de Taubaté (1674); Nossa Senhora dos Anjos, de Cabo Frio (1684) e São Luís, de Itu (1691) ([23]).

4 — Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591/1595)

Coube ao Rei D. João III conseguir do Papado a introdução do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e seus domínios ultramarinos. Destinava-se a Inquisição a combater a heresia, em todos os seus aspectos, e teve extraordinária importância, sòmente diminuída ao tempo do Ministério do Marquês de Pombal.

Embora nunca fôsse ostensivamente estabelecida no Brasil, até aqui chegava a sua ação, indiretamente, a princípio, depois por intermédio dos Bispos, de *visitações* e da ação dos chamados "Familiares do Santo Ofício".

Durante aquela primeira fase, registraram-se, em território brasileiro, o início de alguns processos afetos ao tribunal religioso. Dêles teve maior repercussão o relativo ao donatário de Pôrto Seguro, Pero do Campo Tourinho, acusado de heresia e blasfêmia, prêso e enviado ao Reino, onde foi autorizado a transferir a Capitania ao filho e sucessor ([24]). Também um francês, João Cointa, Senhor de Bolés, foi processado como herege, na Bahia pelo Bispo, em Lisboa pela Inquisição, sendo depois enviado à Índia. É, portanto, fantasiosa, a versão de que teria sido executado no Rio de Janeiro, com absurda participação de Anchieta ([25]). Prêso em Pernambuco, igualmente remeteu-se a Portugal certo "Padre do Ouro", Antônio de Gouveia, acusado de práticas heréticas. Consta, ainda sem maiores provas, ter sido queimado um herege francês na Bahia, em 1573.

No reinado do Cardeal D. Henrique, também Inquisidor-Geral, passou o Santo Ofício a ser representado, no Brasil, pelo Bispo do Salvador, com o auxílio dos jesuítas. Continuou-se, entretanto, o sistema anterior, de aqui serem apenas preparados os respectivos processos, a fim de se encaminharem a Lisboa, para julgamento final.

(23) Frei Basílio Röwer, O. F. M. — *Op. cit.*, p. 26/29.
(24) J. Capistrano de Abreu — "Atribulações de um Donatário", trabalho de 1917, incluído em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (Rio de Janeiro, 1930), p. 35/50.
(25) J. Capistrano de Abreu — "João Cointa, Senhor de Bolés", trabalho de 1903, incluído em *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*, 3.ª série (Rio de Janeiro, 1938), p. 11/30.

Já sob o domínio espanhol, ao Vice-Rei de Portugal, Cardeal-Arquiduque Alberto d'Áustria, também Inquisidor-Geral do Reino e Senhorios portuguêses, coube nomear o primeiro Visitador do Santo Ofício mandado ao Brasil, o Licenciado e Desembargador Heitor Furtado de Mendonça.

Chegando à cidade do Salvador em 1591, com o Governador D. Francisco de Sousa, deu início às *confissões* dos respectivos moradores, dentro do prazo de graça estabelecido em suas patentes. Estendeu-o, depois, aos do Recôncavo. Nelas, como nas *denunciações* e *ratificações* que se lhes seguiram, também se envolveram colonos das vizinhas Capitanias dos Ilhéus e de Pôrto Seguro. Em 1593, passou o Visitador a Pernambuco, onde, como nas Capitanias de Itamaracá e Paraíba, exerceu sua comissão até 1595.

Embora dos nove livros que contêm os resultados desta primeira Visitação do Santo Ofício às terras do Brasil apenas se conheçam seis, guardados no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, em Lisboa, além de peças avulsas e inéditas, de seu exame pode-se concluir pelo valor da contribuição, que trouxeram ao melhor conhecimento da sociedade brasileira de fins do século XVI.

Preliminarmente, convém notar certo relaxamento nos costumes, conseqüência do fácil concubinato com as indígenas e da menor quantidade de mulheres de origem européia. Numerosos eram, portanto, os pecados de natureza sexual.

O mesmo contato com os índios permitiu o aparecimento de práticas fetichistas, entre as quais as denominadas "santidades", em que reminiscências do culto católico aproximavam-se de manifestações primitivas de idolatria. Delas participou o senhor de engenho Fernão Cabral de Ataíde, por êsse motivo degredado por dois anos, para fora do Brasil [26].

Também eram numerosos, na sociedade das Capitanias visitadas, os *cristãos-novos,* antigos judeus batizados à fôrça, ou seus descendentes, acusados de, às ocultas, ainda praticarem o culto judaico. Um dêles, o poeta portuense Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia dirigida a Jorge de Albuquerque,* donatário de Pernambuco. Constou, mesmo, a existência de uma sinagoga, localizada em Matoim.

Confissões e acusações de blasfêmias, de infrações aos mandamentos da Igreja e de feitiçaria, não faltaram nos autos da primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil. E embora o Visitador estivesse autorizado a prender e sentenciar, inclusive determinando o uso da tortura e a entrega ao braço secular, para a execução da pena última, não consta que tivesse utilizado dessas prerrogativas, sendo, como a citada, bastante suaves, as condenações que proferiu [27].

---

(26) José Calasans — *A Santidade de Jaguaripe* (Salvador, 1952).

(27) J. Lúcio de Azevedo — *História dos Cristãos Novos Portuguêses* (Lisboa, 1922), p. 224/228; J. Capistrano de Abreu — Prefácio à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Confissões da Bahia,* 1591-92, 2.ª edição (Rio de Janeiro, 1935), p. I/XXIX; do mesmo — Prefácio à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denunciações da Bahia,* 1591-93, in *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*, 2.ª série (Rio de Janeiro, 1932), p. 305/322; Rodolfo Garcia — Introdução à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denunciações de Pernambuco,* 1593-95 (São Paulo, 1929).

XI

CICLO DO PAU-BRASIL

1 — O descobrimento do pau-de-tinta no Brasil

A preferência pelos tecidos de côres vivas, vigente durante a Idade Média, fêz com que a indústria européia de tintas lançasse mão de recursos fornecidos pelos artífices orientais, visando a obtenção de colorantes de origem vegetal.

O pau-brasil, assim chamado pela côr de brasa apresentada por seu cerne, desde o século IX era trazido da Índia pelos árabes, através do Mar Vermelho e Egito, distribuindo-se pelos centros manufatureiros da Europa. Notícias posteriores, do século XII, dão-no conhecido na Itália, França e Flandres, registrando-se sua entrada nas Alfândegas de Gênova e Ferrara, como na de Módena, no século seguinte, quando também a Espanha começou a importá-lo. Em Portugal, já no século XV, nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V, começaram a empregá-lo as tinturarias.

Descoberta a América e verificada a opulência de suas florestas, compreende-se que a procura de madeiras tintoriais fôsse uma das primeiras preocupações dos exploradores, atendendo-se ao valor que atingiam no mercado europeu.

Assim, já da viagem de Vicente Yáñez Pinzón, que em princípios de 1500 atingiu a costa Nordeste de nosso país, consta o carregamento de 350 quintais de pau-brasil. E, de acôrdo com Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia,* a própria nau da frota de Pedro Álvares Cabral que regressou da Vera Cruz para comunicar a notícia do descobrimento do Brasil, também daqui levou uma primeira partida de pau-brasil. Restringe, porém, o valor desta informação, o silêncio a respeito mantido pelo meticuloso Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao Rei D. Manuel I.

Se não data da primeira expedição portuguêsa ao Brasil a notícia da existência, aqui, da valiosa madeira, procede, entretanto, da segunda, essa divulgação. É o que consta das discutidas cartas de Américo Vespúcio, relativas à viagem de exploração de 1501/1502. É o que foi plenamente confirmado pelo chamado *ato notarial* de Valentim Fernandes, de 1503, ao dizer que da terra então descoberta pelos portuguêses "nos trouxeram os paus do brasil" (1).

(1) A. Fontoura da Costa — *Cartas da Ilha de Cabo Verde de Valentim Fernandes. 1506/1508* (Lisboa, 1939), p. 93.

2 — *Início da exploração do pau-brasil*

O resultado dessas verificações não se fêz esperar.

Em 1502 foi arrendada a exploração do pau-brasil a ser extraído nos domínios portuguêses da América a alguns negociantes de Lisboa, dentre os quais Fernão de Noronha. Comprometiam-se a mandar navios que anualmente descobrissem trezentas léguas de costa, a construir fortaleza na região, conservando-a durante três anos, tudo mediante isenção de direitos no primeiro ano, pagamento de um sexto do valor no segundo, de um quarto no terceiro.

Obedeceram, talvez, a êsse regime, os navios da segunda expedição exploradora, de 1503, que carregaram pau-brasil em Cabo Frio, onde se teria estabelecido a primeira feitoria armada, destinada ao resgate com os indígenas.

Terminado, em 1505, o trato com Fernão de Noronha e outros, há notícias de modificação no sistema de exploração da principal riqueza extrativa da nova terra. Falou-se, em relatório referente a 1506 e 1507, em contrato por dez anos, até o limite de 20.000 quintais anuais. Não seria mau o negócio, visto que cada quintal não ficava aos arrematantes por mais de meio ducado, vendendo-se por dois e meio a três.

Datam dessa época — 1505, 1506 e 1509 — as primeiras contas da feitoria de Antuérpia, encarregada da distribuição de pau-brasil — além de especiarias, drogas e açúcar de procedência portuguêsa, por tôda a Europa Central. Prosseguiu êsse movimento durante tôda a primeira metade do século XVI.

Ao regime de contrato eventual deve ter obedecido a viagem da nau *Bretoa,* em 1511, cujo *Regimento* esclarece as condições em que seria realizada por conta dos associados Bartolomeu Marchioni, Benedito Morelli, Fernão de Noronha e Francisco Martins. Na feitoria de Cabo Frio carregou 5.000 toros de 20 a 30 quilos cada um, além de alguns índios escravos, macacos, papagaios e periquitos.

Escassas são as notícias relativas à exploração do pau-brasil nos anos seguintes. Sabe-se, apenas, que em 1513 foi seu arrematante Jorge Lopes Bixorda.

Prosseguia, porém, o tráfico regular ou não.

Em 1514, por exemplo, o navio mencionado na *Nova Gazeta da Terra do Brasil* chegou à Ilha da Madeira carregado de pau-brasil. Em 1519 o mapa português atribuído a Lopo Homem era ilustrado com cenas do corte da madeira pelos indígenas.

Levada às feitorias, dentre as quais as de Cabo Frio, Pernambuco e Rio de Janeiro, aí era efetuado o *resgate,* isto é, a troca pela habitual mercadoria de escambo: espelhos, *avelórios* (vidrilhos), *cascavéis* (guizos), pentes, tesouras, facas e as ferramentas, como o machado e a foice, por suas utilidades muito desejadas pelos indígenas. Seriam simples galpões de depósito, cercados de estacadas para prevenir eventuais assaltos.

Além das citadas feitorias, também eram freqüentados e conhecidos, no primeiro têrço da centúria, outros pontos litorâneos, como a Ilha de Santo Aleixo, em Pernambuco, e a Bahia de Todos os Santos (2).

Por êsse tempo, foi a costa brasileira também procurada por navegadores franceses e espanhóis, participantes do comércio ilícito do pau-brasil.

3 — *Franceses e espanhóis no contrabando do pau-brasil*

Divulgada, na Europa, a existência do pau-de-tinta nos novos domínios portuguêses da América, navios de armadores franceses logo começaram a procurá-los, fraudando o monopólio a que, de acôrdo com os costumes da época, julgavam-se com pleno direito os lusitanos.

Data de 1504 sua primeira aparição nas costas do Brasil, com Binot Paulmier de Gonneville, que escrevendo, no ano seguinte, uma relação de sua viagem, referiu-se a antecessores de sua nacionalidade. Confirmou a asserção para o mesmo período, embora fazendo-o muito tempo depois, um escrito jesuítico.

A citada *Nova Gazeta* também mencionou a passagem de outros navegantes nas regiões visitadas pelos navios armados por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, dizendo-os barbirruivos, certamente franceses.

Pouco depois, também espanhóis eventualmente passaram a freqüentar o litoral brasileiro, quando tentaram alcançar o Oriente pelo Atlântico-Sul. Náufragos ou arribados, aproveitavam a oportunidade para carregar pau-brasil, a única riqueza da terra, de modo a diminuir as despesas de suas malogradas expedições.

Foi o que aconteceu, por exemplo, aos companheiros sobreviventes de João Dias de Solís, que de volta da expedição ao Rio da Prata, carregaram pau-de-tinta no litoral brasileiro. Reclamando D. Manuel, Rei de Portugal, contra êsse tráfico realizado sem licença, deu-lhe satisfações, em 1517, castigando os infratores, o govêrno de Carlos I da Espanha.

Idêntico resultado não obteve o soberano português junto a Luís XII e Francisco I de França, em 1514/1516, por intermédio de Jácome Monteiro, primeiro encarregado dessas reclamações. Resultou daí a vinda ao Brasil de Cristóvão Jaques, no comando da expedição de guarda-costa que iniciaria tôda uma série de providências para a vigilância da nova terra.

Apesar da violência empregada na repressão ao entrelopos, continuavam os franceses como principais violadores do monopólio português da *ibirapitanga,* a "madeira vermelha" dos indígenas. Assim, registrou-se em 1520 a viagem de Parmentier ao Brasil, decerto para buscar o apreciado "bois de Fernambouc", como no ano seguinte a de Hughes Roger.

Anunciando-se outra expedição francesa para 1522, comandada pelo florentino João de Verrazzano, resolveu o nôvo Rei português, D. João

(2) Helio Vianna — *História da Viação Brasileira* (Rio de Janeiro, 1949), p. 47/48.

III, mandar à Côrte de Paris outro emissário-reclamante, João da Silveira, que, como o antecessor, nada conseguiu e, pelo contrário, novos avisos transmitiu, em 1526 e 1528, quanto à vinda ao Brasil de mais navios de comércio armados em França.

Acidental, porém repetidamente, também continuavam os espanhóis a resgatar pau-brasil nos portos da terra que a êsse tempo já havia trocado sua segunda designação, de Terra da Santa Cruz, pela da preciosa madeira. D. Rodrigo de Acuña, comandando um dos navios da expedição de Frei Garcia Jofre de Loaysa, voltou em 1525 do Estreito de Magalhães e estêve na Bahia carregando pau-brasil; nas alturas do Rio São Francisco foi, porém, atacado e roubado por franceses concorrentes no ilícito tráfico.

Pela Capitulação de Saragoça, de 1529, celebrada entre Portugal e Espanha, chegaram os dois países a um acôrdo quanto à posse das Molucas, objeto da passagem, até então, de navios espanhóis pela costa brasileira, cessando, portanto, os conflitos entre êles, relativos ao comércio ilegal de pau-brasil.

Quanto aos franceses, agravou-se, porém, com a nova expedição repressora de Cristóvão Jaques, a situação criada pelos armadores de Dieppe, Honfleur, Ruão e outros portos. Amparados pelo govêrno de Francisco I, que não poupava hostilidades aos eventuais aliados de seu rival, o Imperador Carlos V da Alemanha (que era o mesmo Rei Carlos I da Espanha), ficava assim transformado em comércio organizado o que antes era fruto de expedições acidentais.

Marcou o ponto máximo da crise a concessão, em 1529, de uma *carta de marca* ao rico armador João Ango (hoje identificado como João Afonso, português de nascimento), pela apreensão de um navio seu, em que conduzia artigos do monopólio português. Segundo os seus têrmos, ficava êle autorizado, a título de represália e indenização, a apresar navios e mercadorias portuguêsas até o valor de 250.000 ducados.

Resolvendo com habilidade a ameaça, conseguiu D. Antônio de Ataíde, depois Conde da Castanheira, nôvo representante de D. João III, comprar a João Ango a referida carta de marca, mediante o pagamento de 50.000 francos, mais 10.000 dados "de luvas" ao Almirante Chabot de Brion, Conde de Charny.

À vista do bom negócio, não tardaram outros armadores, como o Barão de Saint-Blancard, a solicitar do Rei francês idênticas cartas de marca. Para reclamar os alegados prejuízos, a Portugal mandou Francisco I seu Rei d'Armas, Elias Angoulême. Premido, entretanto, por sua posição nas lutas com Carlos V, pediu emprestados 400.000 cruzados a D. João III, com o objetivo de resgatar os filhos dados como reféns e então retidos em Madrid. Prevalecendo-se da situação para obter a cessação do contrabando de pau-brasil, ofereceu-lhe o Rei português 100.000 cruzados, e mais 300.000, caso os armadores franceses pagassem igual quantia aos portuguêses, por êles espoliados...

Suspendeu-se assim, pela hábil política do Rei Colonizador, o comércio de contrabando do pau-brasil, por franceses e espanhóis praticado durante o primeiro têrço do século XVI, embora não fôsse de todo extinto.

4 — O pau-brasil nas Capitanias hereditárias do século XVI

Cedo compreendeu o govêrno português que sem o estabelecimento de povoações definitivas no litoral brasileiro não seria possível evitar que os entrelopos continuassem resgatando pau-brasil com os indígenas. Isto mesmo aconselhou o experimentado Cristóvão Jaques em carta a D. João III, oferecendo-se para pessoalmente vir iniciar o povoamento da nova terra.

Assim, para dar combate aos franceses, realizar explorações, estender a conquista lusitana na América e fundar um núcleo de povoamento, dando origem à colonização efetiva do Brasil, mandou o Rei, em 1530, a expedição comandada por Martim Afonso de Sousa.

Executando, no ano seguinte, a primeira parte da incumbência, com o apresamento de vários navios franceses, destinados ao tráfico do pau-brasil, completou sua missão de guerra o irmão Pero Lopes de Sousa, em 1532, tomando o fortim em Pernambuco estabelecido pelos tenazes concorrentes.

Quase ao mesmo tempo tomavam os portuguêses, na Europa, outra embarcação francesa carregada da madeira de tinturaria. E, para maior coincidência, a D. João III também aconselhava o sábio Diogo de Gouveia, notável professor português residente em França, que o único modo de evitar a continuação do contrabando seria a fundação de algumas povoações na costa brasileira.

Resolvido a promovê-la, ainda no mesmo ano escreveu o soberano a Martim Afonso, que permanecia em São Vicente, anunciando sua intenção de dividir o território brasileiro em Capitanias hereditárias, distribuindo-as às pessoas de qualidade que as requeressem e que se dispusessem a explorar por sua conta as largas extensões de terra que lhes fôssem concedidas. Era o recurso à iniciativa particular, de que o país já se utilizara, com bom êxito, no povoamento das ilhas desertas do Atlântico, descobertas e colonizadas no século XV.

Ao fazê-lo, menos de dois anos depois, a partir do início de 1534, à Coroa ficou reservado o monopólio do pau-brasil, única riqueza colonial até então comprovada. Aos donatários era entretanto assegurada a vintena do que fôsse apurado com a madeira cortada, por êles guardada em seus armazéns ou *passos,* transportada e vendida em Lisboa, correndo as respectivas contas pela Casa da Mina.

Não provou bem o regime misto, uma vez que diminuía o possível lucro do explorador. Em Pernambuco, por exemplo, reclamou Duarte Coelho contra os cortadores de madeira que alteravam, com incidentes, as boas relações que deveriam ser mantidas com os indígenas. E sugeriu, também, que se passasse a cortar pau-brasil do Cabo de Santo Agostinho

para o sul, rumo ao Rio São Francisco, não para o norte. Como compensação aos que quisessem povoar as Capitanias então abandonadas que ficavam entre a Paraíba e o Maranhão, lembrou, ainda, que lhes devia ser dado o direito de *"fazer" brasil.*

Exceções ao monopólio real logo apareceram, beneficiando donatários como o de São Tomé, Pero de Góis, autorizado a realizar o corte de 2.000 quintais por ano, a título de indenização por prejuízos sofridos em suas tentativas de colonização.

Com a criação do govêrno do Brasil, em 1548, regularizou-se a questão da concessão de licença para a extração da madeira, que passou a competir ao Governador e ao Provedor-Mor da Fazenda, de acôrdo com o *Regimento* então dado a Tomé de Sousa.

5 — O pau-brasil na bibliografia colonial

As primeiras referências ao pau-brasil que foram postas em livro devem-se aos franceses André Thevet e Jean de Léry, cronistas da malograda tentativa de Villegagnon, da fundação de um núcleo de colonização francesa na Baía de Guanabara.

Nas *Singularidades da França Antártica,* do primeiro, volume aparecido em 1557, como principalmente em sua *Cosmografia Universal,* publicada em 1575, várias informações, inclusive ilustradas, foram dadas sôbre o *arabutan,* como o chamavam os franceses, como era cortado e embarcado pelos indígenas, etc. Na *Viagem à Terra do Brasil,* do segundo, de 1578, o primeiro lugar entre as árvores do país foi reservado ao pau que lhe deu o nome, com interessante digressão de um velho índio, que não podia compreender como se abalavam os estrangeiros a buscar tão longe uma simples madeira.

Passando aos escritores portuguêses, Pero de Magalhães Gândavo, o primeiro dêles, na *História da Província Santa Cruz,* de 1576, assinalou a maior abundância da *ibirapitanga* na zona tórrida. Dizia-o mais fino e de melhor tinta quando produzido mais perto da linha equinocial, razão por que não existia na Capitania de São Vicente e daí para o Sul. Também Gabriel Soares de Sousa, na *Notícia do Brasil* ou *Tratado Descritivo do Brasil em 1587,* localizou o pau-brasil no baixo São Francisco, Rios Sergipe e Real, Pôrto Seguro e ilhas da Baía de Guanabara. A propósito da última localização, convém lembrar que um *Roteiro da Costa do Brasil,* também de fins do século XVI, registrou a existência de pau-vermelho no litoral guanabarino que fica na região do atual município fluminense de São Gonçalo (3).

Já no século XVII, boas informações sôbre a extração do pau-de-tinta nas Capitanias do Nordeste incluíram os *Diálogos das Grandezas*

(3) *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até ao Estreito de Fernão de Magalhães,* códice quinhentista, com mapas, existente na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.

do Brasil, de 1618. De acôrdo com os seus dados, produziam as três Capitanias da zona, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, 10.000 quintais anualmente, valendo cada um 4$000 e 5$000. Estava arrendada a sua exploração por 16:000$000 anuais, e existiam pessoas que punham nos *passos* de 1.000 a 2.000 quintais por ano, com o custo apenas de $700 e $800 cada quintal.

Frei Vicente do Salvador, primeiro brasileiro a escrever uma *História do Brasil,* em 1627, minuciosamente descreveu as lutas que em tôrno da valiosa madeira na centúria anterior travaram portuguêses e franceses no litoral que vai do Rio de Janeiro ao atual Rio Grande do Norte.

A primeira descrição científica da *ibirapitanga* fê-la Jorge Marcgrave, na *História Natural do Brasil,* de 1648. Retomaria o assunto Lamarck, em 1789, no *Dicionário Enciclopédico da Botânica,* onde lhe deu o nome de *Caesalpinia echinata.*

Autores que se ocuparam das lutas contra os holandeses no Nordeste, e ainda outros, posteriores, eventualmente mencionaram o pau-brasil. Fizeram-no, porém, sem o espírito de novidade e divulgação dos citados.

Encerrando a lista, ninguém melhor que André João Antonil, anagrama do jesuíta João Antônio Andreoni, que em 1711, em sua *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas,* deu o valor de 48:000$000 para a renda anual do pau-brasil; e o Padre Manuel Aires de Casal, o pai de nossa geografia, que na *Corografia Brasílica,* de 1817, descreveu as três espécies então mais conhecidas.

6 — O pau-brasil durante a união das monarquias ibéricas

Unidas as duas monarquias ibéricas, em 1580, cuidaram os governos dos Reis Filipes, II, III e IV, de regularizar a exploração do pau-brasil, monopólio real.

Alargando o campo de sua extração, duramente tomando-o aos franceses e aos indígenas inimigos, foram conquistadas a Paraíba e Rio Grande. Como, porém, não dispusesse a Coroa de agentes em número bastante para a adequada fiscalização, em 1588 nôvo arrendamento se fêz para o seu comércio, obrigando-se o contratador a pagar ao Erário régio, anualmente, a quantia de 13:600$000.

Nova transferência a particulares foi feita em 1602, sendo arrendado o monopólio pelo prazo de dez anos, mediante o pagamento anual de 21:000$000.

Codificando, afinal, quantas disposições houvessem aparecido, acrescentando-lhes novas, minuciosamente, decretou-se, em 1605, o *Regimento do Pau-brasil,* longamente vigente. Nêle se procurou, por tôdas as formas, pôr côbro aos descaminhos que sempre acompanhavam os estancos, sendo autorizados os Provedores da Fazenda a conceder licença para o

corte. Pretendia-se com isto, evitar o desaparecimento das matas, que a destruição sistemática do vegetal determinaria.

Vigorava, ainda, o regime do arrendamento. E como, em 1606, já devesse o arrematante mais de 60:000$000 à Fazenda Real, foi pela mesma processado, sendo-lhe apreendidos mais de 14.000 quintais da madeira, para cobrança da dívida. Quanto ao contrato, foi passado a outro, por 24:000$000 anuais, o que confirma o *Livro de Tôda a Fazenda*, de Cristóvão de Figueiredo Falcão.

Tantos eram, porém, os contrabandos do pau-brasil, com prejuízo do monopólio régio, que em 1607 veio devassá-los o Ouvidor Sebastião de Carvalho, que em Pernambuco efetuou várias prisões de comprometidos.

Excepcionalmente, em 1612 concedeu Filipe III ao fidalgo espanhol D. Rodrigo Calderón, Marquês de Sete Igrejas, licença para importar, livre de direitos, 8.000 quintais de pau-brasil de Pernambuco, à razão de 2.000 quintais em quatro anos [4].

Mesmo a outros estrangeiros continuava o comércio ilícito do pau-brasil oferecendo atração, como prova, para expulsá-los, a segunda expedição de conquista do Cabo Frio, enviada do Rio de Janeiro em 1615.

Ainda um nôvo contrato, com o regime de conservatória das matas, foi realizado em 1635, tendo sido o último registrado no período de união das monarquias ibéricas.

7 — *O pau-brasil no Nordeste, durante a ocupação holandesa*

Além do açúcar, também o pau-brasil constituía uma das riquezas do Nordeste brasileiro, região por isso mesmo cobiçada pelos mercadores flamengos que em 1630 empresaram a sua conquista, por intermédio da flibusteira Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais.

De 1631 a 1651, de acôrdo com os dados recolhidos pelo alemão Hermann Wätjen [5], exportaram os invasores 6.000.000 de libras-pêso da madeira, no valor de £ 5.000.000. Desde 1637 era êsse comércio monopólio da Companhia, que, tendo concedido matas para sua exploração, de Pernambuco ao Rio Grande, foi entretanto prejudicada por seus contratadores.

8 — *A exploração do pau-brasil sob a dinastia de Bragança*

Depois da restauração da monarquia portuguêsa, a fim de evitar os constantes descaminhos do pau-brasil, foram nomeados feitôres para as Capitanias produtoras de Ilhéus e Pôrto Seguro, em 1644. Três anos depois, foi abolido o regime das conservatórias.

Criada em 1649 a Companhia Geral do Comércio do Brasil, destinada a controlar todo o intercâmbio brasileiro, também o do pau-brasil pas-

(4) Cf. *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil* (Rio de Janeiro, 1958), p. 92/97.
(5) Hermann Wätjen — *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Um capítulo da História Colonial do Século XVII. Tradução brasileira de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (São Paulo, 1938).

sou à sua jurisdição. Competia-lhe sua condução do Estado do Brasil para o Reino, onde o vendia, embora por conta da Coroa, detentora do antigo monopólio.

Nesse caráter, mandou D. Afonso VI que da renda da madeira de tinturaria fôssem tirados 15.000 cruzados para a dotação do irmão, Infante D. Pedro, e 17.000 cruzados para a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Savóia. Seguindo-lhe o exemplo, o mesmo fêz o sucessor, já D. Pedro II de Portugal, mandando dar à nova Rainha, D. Maria Sofia de Neuburgo, 17.000 cruzados da renda anual do pau-brasil.

Antes de terminado o século, em 1697, uma transformação ocorreu no regime de exploração do pau-de-tinta. Resolveu-se que o estanco passaria a ser feito diretamente por conta da Fazenda, sendo administrado pelo Tribunal da Junta do Comércio.

Em Pernambuco, onde no início da centúria seguinte Antonil assinalou o rendimento de 48:000$000 anuais, já não existia pau-brasil nas proximidades do litoral, pelo desgaste da exploração contínua. Por isto teve o respectivo Governador, em 1712, de providenciar o transporte da madeira do interior, em carros de bois.

Ao Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, não escapou a necessidade de maior fiscalização na produção de pau-brasil. Estabeleceu contratos para três triênios, de 1753 a 1761, à razão de 34.000 quintais em cada um dêsses períodos, ao preço de $970 o quintal. Em 1758 determinou ao Governador de Pernambuco que preparasse 20.000 quintais para serem enviados a Londres, mercado importador do artigo.

Continuavam, porém, os descaminhos do pau-brasil, preocupando continuamente as autoridades portuguêsas. Em 1783, por exemplo, ao Presidente do Real Erário contra êles reclamou o respectivo Tesoureiro-Mor.

Ainda no reinado de D. Maria I, tentando dar aplicação ao pau-brasil nas fábricas portuguêsas de tecidos, estabeleceu normas a respeito o *Regimento* que lhes foi passado em 1790.

Nova aplicação teria tido o pau-brasil em fins do século XVIII se tivesse obtido ratificação o Tratado celebrado com a França em 1797. Porque, de acôrdo com uma de suas disposições, foi estabelecido que do indébito pagamento então exigido de Portugal, 2.500.000 francos seriam pagos em diamantes e pau-brasil, êste entregue em portos franceses.

Visando a preservação das matas remanescentes, em 1799 foram criadas conservatórias em Ilhéus e Alagoas.

Entrando o século XIX, mais uma vez se evidenciou o constante problema do descaminho do pau-brasil, quando em Caravelas, 1802, foi prêso um contrabandista da madeira, o inglês Lindley.

Em 1808, abrindo-se os portos brasileiros ao comércio das nações amigas, continuou estancado o pau-brasil. Em 1810 estabeleceu-se que o corte anual seria de 10.000 quintais, sendo a Inglaterra o mercado

importador, competindo ao Ministro português em Londres zelar pela colocação da já tradicional mercadoria.

Como últimas notas pode ser acrescentado que ainda em 1818 foi proposta a reforma do *Regimento do Pau-brasil,* de 1605, ainda vigente. Descoberto, porém, o sistema de fabricação de anilinas, foi o pau-brasil gradativamente eliminado do mercado importador, ao mesmo tempo que já muito reduzidas eram as existências da árvore que deu o nome ao país, em suas matas. Deixando de ser matéria-prima de colorantes, passou a ser considerada rara madeira de construção. Em 1859, afinal, foi extinto o monopólio do pau-brasil, depois de mais de três séculos de duração (6).

(6) Constituem boas fontes de informações a respeito do pau-brasil, os livros de Bernardino José de Sousa — *O Pau-brasil na História Nacional* (São Paulo, 1939) e *Terra de Ibirapitanga,* de Antônio Leôncio Pereira Ferraz (Rio, 1939/1941).

XII

CICLO DO AÇÚCAR

1 — O açúcar antes dos descobrimentos marítimos

Conhecida na Ásia desde duas centúrias antes da era cristã, a cana-de-açúcar da China, Java, Índia e Pérsia passou ao Egito depois do sétimo século e, por intermédio dos árabes e pelo norte da África, sucessivamente atingiu a Espanha, Provença e Sicília, tornando-se conhecida no sul europeu. Introduzida também na Síria e no Império Bisantino, outro fator de sua divulgação na Europa medieval forneceram as Cruzadas.

Todavia, não sendo produzido ou importado o açúcar senão em pequenas quantidades, constituía gênero de luxo, vendido nas boticas e usado como mezinha, objeto de presentes régios, figurando até em verbas testamentárias. Aumentada a produção siciliana e das distribuidoras cidades italianas alcançando o Santo Império Alemão e as Flandres, a França e a Inglaterra — generalizou-se nos séculos XIV e XV a idéia de seu valor como alimento, em substituição ao mel, principal matéria adoçante até então conhecida no mundo ocidental.

O descobrimento e o povoamento das ilhas do Atlântico, como da própria América, com a transplantação da cana já aclimada na Sicília, iria transformar o caro artigo de luxo em gênero de primeira necessidade, de consumo cada vez maior, em tôda parte.

2 — Introdução da cana-de-açúcar no Brasil

À administração do Mestrado da Ordem de Cristo, em Portugal e seus novos domínios ultramarinos pelo Papa confiada ao Infante D. Henrique, não escapou a vantagem da introdução da cana-de-açúcar nas Ilhas da Madeira e São Tomé, ainda no século dos descobrimentos. Daí a construção dos primeiros "lagares do Príncipe", moendas e engenhos d'água sujeitos a tributo, mas também incentivados pelo prático Mestre da milícia de Deus.

No Brasil, feita a verificação de que produtos exóticos aqui poderiam ser explorados, determinou D. Manuel I, em 1516, que o Feitor e oficiais da Casa da Índia procurassem um homem experimentado e

capaz de vir dar início a um engenho de açúcar, dando-se-lhe ajuda de custo e também o cobre, ferro e mais coisas necessárias a êsse fim.

Não se sabe se teve cumprimento essa ordem, mencionada por Varnhagen. Procedente da mesma fonte, mas sem confirmação por outra via, também consta que em 1526 pagou direitos na Alfândega de Lisboa certa quantidade de açúcar remetido "de Pernambuco e Itamaracá" (1).

3 — *O açúcar nas Capitanias hereditárias do século XVI*

Notícias mais seguras quanto ao estabelecimento de engenhos no Brasil são as que dizem respeito ao fundado por Martim Afonso de Sousa em São Vicente e que Pedro Taques de Almeida Pais Leme escreveu ter sido "o primeiro que houve em todo o Brasil". Juntamente com o irmão, Pero Lopes de Sousa, celebrou Martim Afonso, em Lisboa (provàvelmente em 1534), escritura de contrato de sociedade com João Veniste, Francisco Lôbo e o Pilôto-Mor Vicente Gonçalves, com o objetivo da construção de dois engenhos nas Capitanias concedidas àqueles donatários. Denominado primeiramente "Engenho do Senhor Governador", depois "dos Armadores" e de São Jorge, por ter passado, mais tarde, à propriedade do alemão Erasmo Schetz, começou a ser chamado de São Jorge "dos Erasmos".

Dêste poderia ter procedido o primeiro açúcar brasileiro entrado em Portugal, se dêle tivéssemos outras notícias.

Com o início do povoamento das demais Capitanias, acumulam-se informações quanto ao levantamento de engenhos, imprecisas, porém, na fixação de datas e comêço de produção.

Sabe-se, por exemplo, que no Espírito Santo, em 1540, já tinha o Donatário Vasco Fernandes Coutinho deixado em construção quatro engenhos. Dêles saiu o primeiro açúcar brasileiro de que se tem notícias positivas: a 26 de setembro de 1545, pelo navio de Brás Teles, mencionado em carta de Ambrósio de Meira a D. João III (2).

De Pernambuco, desde 1539 pedia Duarte Coelho para resgatar escravos de Guiné, decerto destinando-os à faina dos engenhos. Em 1542 já constava a existência de alguns na Capitania, nêles tendo o donatário conseguido interessar negociantes de Lisboa.

Da mesma época, mais ou menos, devem ser os de Pôrto Seguro e Ilhéus, devidos aos Donatários Pero do Campo Tourinho e Jorge de Figueiredo Correia, êste por intermédio de seu preposto Francisco Romero. Em Pôrto Seguro, em fins de 1546, já funcionaria o engenho pertencente ao Duque de Aveiro, depois donatário, pois aí tinha capelão, um dos denunciantes de Pero do Campo no processo que lhe foi intentado.

---

(1) Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil*, tomo I, 4.ª ed. integral (São Paulo, 1948), p. 107 e 122.
(2) *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVII, de 1935 (Rio de Janeiro, 1939), p. 15.

No mesmo ano Pero de Góis montou engenho d'água em sua Capitania de São Tomé, mediante o contrato de mestre do Espírito Santo. Desde 1545 havia pedido escravos negros ao sócio Martim Ferreira, certamente com o mesmo objetivo de Duarte Coelho e outros.

Com a criação do govêrno-geral, em 1548, e a respectiva instalação, no ano seguinte, encontraram incentivo e coordenação tantos esforços esparsos, obra de particulares provocada pela Coroa, mediante o recurso ao alvitre inteligente da instauração de Capitanias hereditárias.

4 — O açúcar nas Capitanias da Coroa

Estabelecia o *Regimento* dado ao primeiro Governador do Brasil que ficaria êle autorizado a distribuir de sesmaria, "livremente, sem fôro algum", as águas das ribeiras em que houvesse disposição para se poderem fazer engenhos de açúcar. Tais concessões, porém, deviam ser feitas apenas às pessoas que para tanto dispusessem dos avultados recursos necessários à emprêsa, inclusive os relativos à respectiva defesa e povoamento. Incumbia-lhes, ainda, a obrigação de aceitar em seus engenhos tôda a cana produzida pelos lavradores da vizinhança — medida precursora das que a respeito dispõe o vigente Estatuto da Lavoura Canavieira.

De como Tomé de Sousa e seus sucessores deram cumprimento a essas determinações, diz muito bem o fato de, ao tempo de Pero de Magalhães Gândavo (1570) serem já dezoito os engenhos da Bahia, elevando-se êsse número ao dôbro, treze e dezessete anos depois, quando apresentaram dados estatísticos o jesuíta Fernão Cardim e Gabriel Soares, de acôrdo com o quadro adiante levantado.

O grande engenho de Sergipe (do Conde), no Recôncavo baiano, que pertenceu ao Governador Men de Sá, seria, provàvelmente, o maior do Brasil, quando foi feito o seu inventário, em 1572 (3). Referindo-se aos engenhos da Bahia, pouco antes alegou Gândavo "que também se tira dêles muito açúcar, ainda que os moradores se lançam mais ao algodão que a canas-de-açúcar, porque se dá melhor na terra" (4). Mostrando o seu progresso, assinalou Gabriel Soares, alguns anos mais tarde, serem "vinte e um que moem com água e quinze moem com bois, e quatro que se andam fazendo. Tem mais oito casas de cozer meles, de muita fábrica e mui proveitosas. Saem da Bahia cada ano dêstes engenhos passante de cento e vinte mil arrôbas de açúcar e muitas conservas" (5).

Além da Bahia de Todos os Santos, também o Rio de Janeiro e a Paraíba figuram entre as Capitanias da Coroa que ainda no século

(3) José Wanderley de Araújo Pinho — *Testamento de Men de Sá*. Separata dos *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. III (Rio de Janeiro, 1941), p. 93/113. Posteriormente, publicou o Instituto do Açúcar e do Álcool o "Livro de Contas do Engenho Sergipe do Conde", de 1622/1653, nos *Documentos para a História do Açúcar*, vol. II (Rio, 1956).

(4) Pero de Magalhães Gândavo — *Tratado da Terra do Brasil* (Rio de Janeiro, 1924), p. 29.

(5) Gabriel Soares de Sousa — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, 3.ª ed. (São Paulo, 1938), p. 173.

XVI possuíram engenhos reais ou de particulares, "moentes e correntes", "rasteiros ou copeiros" — conforme a posição da roda d'água que os movia, ou ainda com as moendas simplesmente postas em movimento por bois — caso em que se denominavam "trapiches".

No Rio de Janeiro há notícia de três engenhos de açúcar iniciados na segunda metade da referida centúria: o da Ilha do Governador, de bois; o de água, que em Magé construiu o Governador Cristóvão de Barros; e o real, que Antônio de Salema deixou por concluir na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Na Paraíba, Capitania então conquistada para a Coroa, em terras nas quais não haviam os donatários conseguido tomar pé, pelo menos um engenho teve início antes de findar a era de quinhentos.

Para provê-los, a todos, de gente habilitada ao respectivo trabalho, teria sido necessário angariá-la nas ilhas portuguêsas do Atlântico, em que há mais de cem anos já se conhecia o cultivo da cana e o fabrico do açúcar. E para o plantio e mais labôres da produção intensiva, avolumava-se cada vez mais o recurso ao escravo africano. Não tardaria que mesmo quanto à qualidade cedesse o açúcar da Madeira ao do Brasil, cessando a produção de outro concorrente, a Sicília. Destinando-se às refinarias da Inglaterra, Flandres e Alemanha, dentro de pouco tempo dominaria o açúcar brasileiro os mercados europeus.

5 — O açúcar durante a invasão holandesa no Nordeste

Não resta dúvida de que o motivo essencial das tentativas de fixação dos holandeses no Nordeste brasileiro, de 1624 a 1654, por intermédio da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, foi o desejo de se apossarem dos rendimentos produzidos pela nova atividade econômica luso-brasileira. Se qualquer hesitação pudesse ser mantida a respeito, prontamente seria inutilizada pelos têrmos em que foi posta a questão no folheto de Jan Andries Moerbeeck, significativamente intitulado *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra do Brasil, e isto quanto antes,* seguido de uma "Lista de tudo o que o Brasil pode produzir anualmente" (6).

É verdade, porém, que antes da união das monarquias ibéricas, realizada em 1580, os flamengos, mantendo boas relações com os portuguêses, livremente freqüentavam os portos brasileiros e o de Lisboa, carregando açúcar em suas urcas, levando-o a refinar nas Flandres, depois distribuindo-o, por via terrestre e fluvial, por tôda a Europa Central. Daquela sua embarcação mais característica, ficou mesmo uma lembrança na toponímia carioca, através do morro que evoca a sua forma.

Passando, portanto, de amigos a inimigos, em conseqüência das medidas contra a continuação de seu comércio tomadas por Filipe II,

(6) Tradução brasileira publicada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (Rio de Janeiro, 1942).

desde 1587 iniciaram hostilidades que diretamente atingiam o tráfico do açúcar. Assim, nesse ano, marinheiros holandeses associaram-se a inglêses em assalto por êstes realizado no Salvador. O mesmo ocorreu em 1595, quando do ataque de Lancaster para o transporte do produto do assalto aos depósitos do Recife. Dois ataques registraram-se em 1599, no Recôncavo da Bahia e ao Rio de Janeiro, aquêle com boa prêsa, apesar da resistência que lhe foi oposta, o segundo malogrado pelo fogo do recente Forte de Nossa Senhora da Guia, hoje a Fortaleza de Santa Cruz. Em 1604 é Paulus van Caarden que novamente toma açúcar na Bahia.

Passado o período de tréguas negociado entre a Espanha e os Países-Baixos, e constituída, com o declarado objetivo do saque à propriedade do inimigo, a Companhia das Índias Ocidentais — uma fase de intensas lutas, em tôrno do açúcar e de suas zonas produtivas se iniciou e longamente se manteve, durante trinta anos, de 1624 a 1654, entre holandeses invasores e corsários e os luso-brasileiros defensores da terra e da produção que nela haviam criado. Pode-se dizer que foi esta a *Guerra do Açúcar.*

Na tomada e restauração da Bahia, como na conquista e expulsão do litoral do Nordeste, de Sergipe ao Maranhão, não têm importância apenas os aspectos político, militar e religioso, mas também o econômico. Êste se fêz sentir através de constantes saques aos "passos" ou depósitos de açúcar em terra, como aos próprios engenhos, particularmente os do desabrigado Recôncavo da Bahia, sem contar as abordagens às quase sempre pouco armadas embarcações de comércio, vítimas inermes dos assaltantes bem preparados para as atividades flibusteiras.

Difícil foi, entretanto, a fixação do invasor na estreita orla litorânea que vai do Rio Grande do Norte às Alagoas, sòmente depois de cinco anos de lutas conseguida, em 1635. Alargada até o Ceará em 1637, e temporàriamente compreendendo o Maranhão, entre 1641 e 1644, logo no ano seguinte rompeu a gloriosa Insurreição Pernambucana, tornando mais uma vez precária a tentativa de exploração dos engenhos empreendida pela aventureira Companhia das Índias Ocidentais.

Determinara esta, em 1637, o confisco de todos os engenhos que não estivessem funcionando, pela ausência de seus legítimos proprietários. Vendidos em arbitrários leilões, foram arrematados a crédito, principalmente pelos muitos judeus de origem portuguêsa que haviam acompanhado os invasores. Concedendo-lhes facilidades, para que os fizessem produzir, inclusive quanto ao fornecimento de escravos importados da África, convencionou-se que o respectivo pagamento fôsse feito em açúcar, nas safras futuras. Prorrogados os respectivos prazos, aumentavam essas dívidas, sem possibilidade de serem liquidadas. Em 1643 atingiam a cinco milhões de florins. Só o judeu Jorge Homem Pinto devia, em 1644, a quantia de 940.000 florins, sendo 700.000 à Companhia. Prometeu pagar em seis safras, mas em 1645 julgou melhor passar-se para os insurretos.

Devido às depredações dos *companhistas,* que incendiavam canaviais e engenhos, apoderando-se de escravos e gado, subia o preço do açúcar, cuja produção diminuía. Assim, dos 166 engenhos que em 1630 existiam nas quatro Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, sòmente 120 voltaram a moer, durante a ocupação flamenga. Ou, de acôrdo com outra estatística, eram 150 antes, e só 85 funcionaram em proveito dos invasores que dêles se apoderaram.

Não admira, portanto, que os impostos, arrendados em 1637 por 210.000 florins (a metade originada no açúcar), tendo atingido o máximo de 400.000 florins dois anos depois, desceram, em 1645, a 229.000 florins. Sòmente os dízimos do açúcar, arrendados em 1641 por 154.000 florins, caíram, em 1645, para 74.000 florins.

É visível, portanto, o malôgro da exploração econômica do açúcar pelos holandeses no Nordeste do Brasil, apesar dos radicais processos de apropriação indébita pelos mesmos praticados, hoje conhecidos de acôrdo com os próprios documentos da Companhia das Índias Ocidentais ([7]).

6 — O açúcar na obra de Antonil

Nenhuma obra é mais valiosa para o conhecimento de tôdas as condições em que se processavam a lavoura e a indústria canavieira no Brasil colonial que a de André João Antonil, criptônimo do jesuíta toscano João Antônio Andreoni. Publicada e imediatamente apreendida em Lisboa, 1711, a *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas,* quase um século depois, em 1800, foi reeditada pelo benemérito Frei José Mariano da Conceição Veloso, exatamente na parte referente aos engenhos de açúcar, tendo em vista comparar os métodos de fabricação, o antigo, exposto na raríssima obra, e o nôvo, então proposto.

Realmente, nas cento e poucas páginas das três partes dedicadas à "lavra do açúcar" em "engenho real moente e corrente", inúmeras são as informações úteis aos plantadores e beneficiadores da cana, oferecendo completo panorama da mais importante e mais prolongada atividade econômica daquele período da existência brasileira. De acôrdo com o respectivo subtítulo, trata-se, nessa seção do livro do esclarecido inaciano, "do senhor do engenho de açúcar, dos feitôres e outros oficiais que nêle se ocupam, suas obrigações e salários. Da moenda, fábrica e oficinas de engenho, e do que em cada uma delas se faz. Da planta das canas, sua condução e moagem; e de como se faz, purga e encaixa o açúcar no Recôncavo da Bahia no Brasil para o Reino de Portugal e seus emolumentos".

Fazendo-o, com tôda a minúcia necessária, de acôrdo com o estudo biobibliográfico de autoria do ilustre historiador Afonso de E. Taunay,

(7) Os dados acima citados foram extraídos da insuspeita obra de Hermann Wätjen — *O Domínio Colonial Holandês no Brasil,* traduzida do alemão (São Paulo, 1938).

começa expondo "que cabedal deveria ter o explorador de um engenho real, para depois ministrar os mais minudentes conselhos a quantos quisessem no Brasil estabelecer-se como fabricante de açúcar. Surgem os conselhos para a compra das terras, de modo a não adquirir o novel plantador chãos estéreis ou sequer inferiores por massapês, a famosa terra negra, adocicante por excelência do caldo sacarífero".

Recomenda, a seguir, o cuidado que deve ter com os títulos e marcos da propriedade, aguadas necessárias, etc.

"E assim continua o bom do autor a discorrer *ex abundantia cordis* com naturalidade e singeleza encantadoras, a ditar regras de elementar critério a bem dos seus possíveis consulentes, a quem só dá os mais leais e judiciosos conselhos, ora a lhes ensinar como se há de haver o senhor de engenho com os lavradores e outros vizinhos e êstes com o senhor, ora como se há de haver na eleição das pessoas e oficiais que admitir ao seu serviço e primeiramente da eleição do capelão, ora ainda na escolha do feitor-mor e dos outros feitôres menores, que assistem à moenda, fazendas e partidas da cana e como lhes determinará obrigações e soldadas.

"Finda esta primeira parte relativa ao govêrno do engenho passa a explicar a fabricação do açúcar, expondo quais os deveres do mestre do açúcar, e seu soto-mestre, a quem chamam banqueiro, e do seu ajudante, a quem chamam ajuda-banqueiro, e ainda os do purgador e caixeiro do açúcar, ou fiscal-mor da safra fabricada.

"Voltando a tratar da economia doméstica, grande capítulo consagra ao modo pelo qual se há de haver o senhor de engenho com os seus escravos, *mãos e pés do seu estabelecimento*. Curiosíssimas páginas estas, onde se lêem interessantes apanhados de pontos de vista coloniais sôbre as relações mútuas de servos e senhores. É nêle que o autor recolhe o adágio tão famoso e tão citado das nossas antigas eras; de que o Brasil *é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraiso dos mulatos e das mulatas*. Conselhos humanitários quanto possível ministra o autor aos seus leitores, apelando para os seus sentimentos religiosos, a fim de que fujam de castigar os servos em demasia, contrariando assim outro prolóquio popular antigo de que só precisam os negros de três P: pão, pau e pano.

"Um dos três livros destinou-o exclusivamente à exposição exaustiva dos assuntos referentes à indústria do açúcar, desde a escolha da terra, planta e limpa das canas, estudo das variedades agricultadas, pragas, corte e condução para o engenho, até à montagem desta casa de máquinas, movida a água, ensinando como se há de fazer a moagem e de quantas pessoas necessita a moenda. E ainda nos diz quais as melhores madeiras a empregar para o madeiramento do engenho, a fatura da moenda, canoas e barcos, o que se deve pagar aos carpinteiros e oficiais de outros ofícios, qual o aparelhamento das fornalhas e qual a melhor lenha, o que há de fazer com a cinza e sua decoada, como devem ser as caldeiras e cobres, de quanta gente hão mister e quais os

instrumentos que usam. Vem depois a descrição minudente dos processos de alimpar e purificar o caldo nas caldeiras e no parol de coar, até passar para os tachos, do modo de cozer e bater o melado nestes, das três têmperas que êste sofre, da passagem do açúcar para as fôrmas, do tendal para a casa de purgar, da descrição do pessoal ocupado em purgar, mascavar, secar e encaixar e dos instrumentos para isto necessários, tôdas as manipulações, enfim, até a conferência do pêso, repartição e encaixotamento do gênero. Estuda os tipos de açúcar que separadamente se encaixam, a marca das caixas e os modos de sua condução ao trapiche, lembrando providências para que se poupe a boiada do engenho e se examinem as condições de vendagem do gênero, os seus preços antigos e modernos, explicando as causas da crise que assoberbava a lavoura açucareira, a concorrência da nova indústria mineradora do ouro, empolgando tôdas as atenções, atraindo todos os negros importados da África por preços agora excessivos. Daí a enorme alta do gênero" (8).

7 — O açúcar nas estatísticas coloniais

Para dar uma impressão do aumento do número dos engenhos de açúcar e, conseqüentemente, da produção brasileira dêsse artigo, de 1570 até fins do período colonial, basta acompanhar os dados estatísticos esparsamente apresentados por numerosos autores.

Pero de Magalhães Gândavo, cronològicamente o primeiro, em seu *Tratado da Terra do Brasil,* redigido aproximadamente em 1570, registrou a existência, então, de 60 engenhos de açúcar espalhados de Itamaracá a São Vicente, com a produção anual de 70.000 arrôbas. 23 estavam situados em Pernambuco, 18 na Bahia, 8 em Ilhéus, 5 em Pôrto Seguro, 4 em São Vicente, 1 no Espírito Santo e 1 em Itamaracá, onde aliás mais 2 estavam em construção (9).

Fernão Cardim, o observador jesuíta que em 1583/1584 acompanhou uma Visitação de sua ordem pelas Capitanias brasileiras, registrou os seguintes algarismos em sua *Informação da Missão do Padre Cristóvão Gouveia às partes do Brasil, ano de 83, ou Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica:* 115 eram então os engenhos do país, produzindo anualmente 350.000 arrôbas de açúcar. Distribuíam-se da seguinte forma: 66 em Pernambuco, 36 na Bahia, 6 no Espírito Santo, 3 em Ilhéus, 3 no Rio de Janeiro, 1 em Pôrto Seguro (10).

Gabriel Soares de Sousa, com a autoridade de senhor de engenho na Bahia, a respeito prestou depoimento de valor, embora deficiente quanto ao total já alcançado por Pernambuco. Tendo omitido talvez 16 enge-

(8) André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.) — *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas.* Com um estudo biobibliográfico por Afonso de E. Taunay (São Paulo, 1923), p. 8/11 do referido estudo e p. 63.
(9) Pero de Magalhães Gândavo — *Op. cit.,* passim.
(10) Padre Fernão Cardim — *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* 2.ª ed. (São Paulo, 1939), passim.

nhos dessa Capitania, baixou o total de todo o país para 108 em sua *Notícia do Brasil* ou *Tratado Descritivo do Brasil em 1587,* subindo, porém, o volume da respectiva produção para 466.000 arrôbas anuais. Embora registrasse 3 engenhos em construção em Pernambuco, mais 4 nas mesmas condições na Bahia, era a seguinte a distribuição daquele total, pelas Capitanias: 50 em Pernambuco, 36 na Bahia, 6 em Ilhéus, 6 no Espírito Santo, 3 em São Vicente, 3 em Itamaracá, 2 em Pôrto Seguro, 2 no Rio de Janeiro ([11]).

Vê-se, pelos algarismos até agora citados, como foi rápido, ainda no século XVI, o desenvolvimento da lavoura e da indústria açucareira no Brasil.

Entrando a centúria seguinte, prosseguiu o aumento, como comprovou, apenas para o trecho que vai do Rio Grande (do Norte) a Pôrto Seguro, o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil,* elaborado em fins de 1612, mas com acréscimos posteriores, precioso códice que possui o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dá o total de 179 engenhos nas oito Capitanias que constituíram o govêrno separado do Norte, continuando no primeiro lugar Pernambuco com 99, no segundo a Bahia com 50, seguindo-se-lhes Paraíba com 12, Itamaracá com 10, Ilhéus com 5, Rio Grande, Sergipe e Pôrto Seguro com 1 engenho cada uma ([12]).

Também parciais são os dados estatísticos avulsamente apresentados por Frei Vicente do Salvador na primeira *História do Brasil* escrita por um brasileiro, terminada em 1627. Omitindo referências a várias Capitanias, deu o total de 230 engenhos, sendo 100 em Pernambuco, 50 na Bahia, 40 no Rio de Janeiro (onde sensível acréscimo fôra registrado), 18 a 20 em cada uma das Capitanias da Paraíba e Itamaracá ([13]).

Pouco difere dêsse total o que anotou Frei Luís de Sousa para os *Anais de D. João III,* em parte baseado em informações de Matias de Albuquerque: 235 engenhos de açúcar, "antes mais que menos" ([14]).

Já comentamos, anteriormente, os dados relativos às Capitanias açucareiras invadidas e transitòriamente ocupadas pelos holandeses, salientando como não conseguiram os intrusos pôr em funcionamento todos os engenhos que confiscaram aos seus legítimos proprietários.

Normalizada a situação com a expulsão dos invasores, sòmente em 1711, na citada *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas,* de Antonil-Andreoni, encontramos novos elementos que assinalam o extraordinário crescimento da produção açucareira. Calculando o total em 1.400.000 arrôbas anuais, limitou-se a especificar apenas o das três

(11) Gabriel Soares de Sousa — *Op. cit.,* também editada com o título *Notícia do Brasil* (São Paulo, 1945).

(12) Cf. Diogo de Campos Moreno — *Livro que dá Razão do Estado do Brasil,* edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna (Recife, 1958), p. 217.

(13) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil. 1500/1627.* Nova edição, revista por Capistrano de Abreu (São Paulo, 1918), passim.

(14) Frei Luís de Sousa — *Anais de D. João III,* vol. II (Lisboa, 1938), p. 311. — A "Informação de Matias de Albuquerque, sôbre as *Capitanias do Brasil e do que contêm, rendem e despendem*", contida no códice *Pernambuco,* da coleção Castelo Melhor, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi pela primeira vez publicada em nosso *Matias de Albuquerque,* Biografia (Rio de Janeiro, 1944), p. 65/74; depois em nossos *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948), p. 245/251.

Capitanias maiores produtoras: Bahia, com 146 engenhos, exportando 14.500 caixas de açúcar por ano; Pernambuco, com 246 engenhos (notem-se as diferenças na produção, por serem menores os engenhos pernambucanos), exportando 12.300 caixas; e o Rio de Janeiro, com 136 engenhos e a exportação de 10.220 caixas. Totais: 528 engenhos e 37.020 caixas exportadas nas três Capitanias mencionadas, no valor global de 2.535:142$800. Para que se tenha idéia do que representava o açúcar no cômputo da exportação brasileira, basta lembrar que o ouro, que já ocupava o segundo lugar, aí aparecia com o valor de 614:400$000; o fumo, em terceiro, valendo 344:650$000; e a sola, em quarto lugar, com o valor de 201:800$000 [15].

Avolumando-se, entretanto, o interêsse pela produção de ouro e, em seguida, também pela do diamante, decaiu a produção do açúcar, como pode ser verificado na *Informação Geral da Capitania de Pernambuco,* de 1749, onde foi assinalada a existência de 202 engenhos moentes, mais 39 de "fogo morto", isto é, sem funcionamento, na Capitania [16].

Sòmente com a criação, em 1759, da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba, e com o amplo financiamento que aí propiciou, pôde aumentar a respectiva produção açucareira [17].

Maiores acréscimos foram registrados no início do século XIX, como conseqüência das várias medidas de ordem econômica ligadas à transferência, para o Brasil, da sede da monarquia portuguêsa, inclusive a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, etc. Em 1818, só os engenhos de Pernambuco eram 500.

Esclarecendo, afinal, a significativa proporção com que figurou o açúcar no quadro das exportações coloniais levantado por Roberto C. Simonsen em sua *História Econômica do Brasil,* terminaremos registrando que num valor total da £ 536 milhões, a êsse principal produto brasileiro dos séculos XVI a XVIII couberam não menos de £ 300 milhões [18].

---

(15) André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.) — *Op. cit.,* p. 170/175 e 271.
(16) Nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,* vol. XXVIII, de 1906 (Rio de Janeiro, 1908), p. 477/478.
(17) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.,* tomo IV, p. 242. — Lemos Brito — *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil,* 2.ª ed. (São Paulo, 1939), p. 233/236.
(18) Roberto C. Simonsen — *História Econômica do Brasil. 1500/1820,* tomo II (São Paulo, 1937), p. 222.

XIII

UNIÃO DAS MONARQUIAS IBÉRICAS E CONSEQÜÊNCIAS NO BRASIL

1 — Política internacional portuguêsa no século XVI

Até que ocorresse a união das monarquias ibéricas, em 1580, caracterizou-se a política internacional portuguêsa dos reinados de D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião pela preservação do país às conseqüências dos dissídios religiosos que durante quase todo o século ensangüentaram a Europa. Para a obtenção dêsse notável resultado, tanto se utilizou o Reino da introdução da Santa Inquisição como de salutar isolamento político, relativamente às contemporâneas contingências européias.

Começou essa situação sob o prestígio resultante do descobrimento do caminho marítimo para as Índias, com todos os seus efeitos econômicos. Ultimou-se, ainda na era manuelina, a conquista de Marrocos, cujo abandono, em benefício do Brasil e do Oriente, começaria no reinado seguinte. As boas relações com a Espanha, inclusive por intermédio de sucessivos casamentos reais, não impediram que Portugal sustentasse com o Reino vizinho tanto a competição nos mares longínquos, temporàriamente resolvida pelo Acôrdo de Saragoça, como a sua conveniente neutralidade, durante os conflitos surgidos entre Carlos V e Francisco I da França. Pendências entretidas com êste último país, a propósito do ilícito tráfico de entrelopos na América, armadores franceses que aqui contrabandeavam pau-brasil, não chegaram à guerra, limitando-se às reclamações diplomáticas e recíprocos pedidos de indenizações. Preferiu D. João III negociar a lutar, embora a tanto chegasse a Regência da menoridade de D. Sebastião, para a conquista do Rio de Janeiro. Também quanto aos eventuais ataques inglêses, depois de reclamações aos governos de Maria Tudor e Isabel conseguiu Portugal a promessa de que respeitariam os seus corsários os navios portuguêses e as costas de seus domínios (1).

Esta situação, plenamente favorável aos interêsses da expansão portuguêsa no Brasil, seria modificada com a solução dada à questão dinástica surgida em 1578/1580, com a morte de D. Sebastião em África e o curto reinado do Cardeal D. Henrique.

---

(1) Amadeu Cunha — *Sertões e Fronteiras do Brasil* (Lisboa, 1945), p. 141/147.

2 — *Questão dinástica de 1578/1580*

El-Rei D. João III, que em Portugal foi chamado o Piedoso, mas que para o Brasil deve ser considerado o Colonizador, exemplifica a facilidade com que as dinastias se extinguem, pela falta de príncipes preparados para a ascensão ao trono, no momento oportuno. Treze filhos teve D. Manuel I, e dêles sòmente um, o Cardeal-Rei D. Henrique sobreviveu ao sucessor do irmão, o neto dêste, D. Sebastião I. Nove filhos teve o mesmo D. João III, e nenhum lhe sobreviveu, apesar de falecido aos cinqüenta e cinco anos de idade. D. Sebastião, neto e herdeiro, tinha sòmente três anos quando o avô morreu, e, por isso, durante sua menoridade governaram como Regentes a avó D. Catarina d'Áustria e o tio-avô Cardeal, até que completasse quatorze anos. Assumindo, então, suas funções, por dez anos as exerceu, até desaparecer, sem descendência, em 1578, na Batalha de Alcácer-Quibir, travada com os mouros de Marrocos.

Subindo ao Trono o prelado de sessenta e seis anos, logo se apresentou, premente, o problema da sucessão à Coroa. Embora inicialmente suas preferências se dirigissem à sobrinha D. Catarina, Duquesa de Bragança, legítima candidata portuguêsa, filha de seu irmão D. Duarte, Duque de Guimarães, não podia negar os direitos do pretendente Filipe II da Espanha, maiores que os apresentados por outros netos de D. Manuel, o bastardo D. Antônio, Prior do Crato, filho do Infante D. Luís, Duque de Beja, como os primos estrangeiros, Manuel Felisberto, Duque de Savóia, e Alberto, Príncipe de Parma, mais distantes na linha de sucessão. As Côrtes de Almeirim, convocadas por D. Henrique, nada resolveram de definitivo; êle, por seu lado, morreu sem indicar sucessor. Venceu, então, o mais forte, de nada valendo a resistência popular em favor de D. Antônio, no Reino, nem o interessado apoio que pouco depois lhe prestaram duas Rainhas ambiciosas, a de França, Catarina de Médici, e Isabel da Inglaterra.

O Brasil, que então já se anunciava como a parte mais rica da monarquia lusitana, estêve envolvido nas negociações e projetos dessa época incerta. Para obter a desistência da Duquesa de Bragança, inùtilmente oferecera-o Filipe II, com absoluta soberania e o título de Rei ao seu marido, D. João. "Nem êle, fazendo a oferta, nem o Duque, rejeitando-a, calculavam-lhe o alcance", comentou Southey (2). A idéia da vinda para o Brasil do Prior do Crato também se lhe aventou, com a hipótese de aqui estabelecer o Trono, com a precária ajuda dos inimigos da Espanha, mas foi por êle recusada (3). Apesar disto, não estêve fora dos objetivos da frota de Strozzi, em seu favor armada por Catarina de Médici, para a conquista dos Açôres, Madeira, Cabo Verde e do "próprio Brasil" (4). Vencida, porém, pelos espanhóis, falharam os seus intuitos.

(2) Roberto Southey — *História do Brasil*, tradução brasileira (Rio de Janeiro, 1862), tomo I, p. 43. Cf. D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira — *História de Portugal Restaurado* (Lisboa, 1679), vol. I, p. 16. — Ver, também, Queirós Veloso — *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, vol. I — *A Perda da Independência* (Lisboa, 1946).

(3) Cf. Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil*, 3.ª edição integral (São Paulo, 1927), tomo I, p. 409.

(4) Henri Hauser — *La Préponderance Espagnole* (1559-1660), (Paris, 1933), p. 141.

3 — Conseqüências imediatas da união das Coroas peninsulares

Realizada, afinal, a união das monarquias peninsulares, na opinião de Varnhagen "a metrópole vencida pela astúcia de Filipe II, e pelo apoio de uma nobreza egoísta e pouco patriótica, sujeitou-se a êste Rei, apresentando mui pouca resistência, e nas Côrtes de Tomar se resolveram as cláusulas da anexação. Portugal, aclamando o dito Rei, seguiria como Estado independente, governando-se por suas próprias leis, publicadas em português, e usando nelas o soberano simplesmente do ditado dos Reis portuguêses. No Reino e colônias, serviriam os cargos do Estado ùnicamente os filhos delas e dêles, e só portuguêses poderiam pela mesma forma ser delegados imediatos do soberano, quando não cometesse o cargo a Príncipes ou Princesas de sangue. Assim o Brasil continuava, e efetivamente continuou, colônia de Portugal, que sob o domínio castelhano conservou, em geral, como até ali, o monopólio do nosso comércio em favor dos seus portos e produtos. Mostrou-se, pois, o Brasil, absolutamente alheio à questão dinástica. Indiferente lhe parecia que o monarca fôsse desta ou daquela rama, e que morasse em Lisboa ou em Madrid, em Sintra e Almeirim, ou em Aranjuez e no Escorial" (5).

Para provar, porém, que não houve *anexação,* como escreveu o grande historiador, além de suas expressões acima transcritas basta recordar qual foi a situação jurídica de Portugal e seus domínios ultramarinos, durante os reinados dos Filipes II, III e IV, estabelecida nos chamados "capítulos de Duque de Osuna", confirmados pela "Patente das mercês, graças, privilégios, de que El-Rei D. Filipe Nosso Senhor fêz mercê a êstes seus Reinos". Assim, prometia êle que "todos os cargos superiores e inferiores, assim da Justiça como da Fazenda e do govêrno dos lugares se provejam a portuguêses e não a estrangeiros". "Que o mesmo se entenda em todos os outros cargos, grandes e pequenos, de qualquer qualidade e maneira que sejam, assim do mar como da terra, que agora há e se houverem de servir nestes Reinos e senhorios dêles, ou se criarem de nôvo. E que as guarnições de soldados que houverem de estar nas fortalezas dêles, sejam portuguêses". "Que os tratos da Índia, Guiné, e de outras partes pertencentes a êste Reino, assim descobertas como por descobrir, não se tirem dêles, nem haja mudança do que ao presente se usa. E que os oficiais que andarem nos ditos tratos, e navios dêles, sejam portuguêses". "Que no provimento das armadas da Índia, e das demais para defensão do Reino e castigo dos corsários e conservação das fronteiras da África, S. M. mandará tomar com êste Reino o assento que parecer que convém, inda que seja com ajuda dos outros seus Estados e muito mais custo de sua Real Fazenda".

"Nestes têrmos" — comentou o historiador português Manuel Múrias — "é bem de ver que os domínios portuguêses continuavam independentes do império ultramarino castelhano — senhorio da Coroa de Portugal e não da de Castela; continuavam independentes, ao menos em princípio, na ordem jurídica."

(5) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, tomo I, p. 466/467.

Ainda como conseqüência da união das Coroas — acrescentou o mesmo autor — quiseram logo os portuguêses obter licença para irem aos domínios espanhóis, cuja fama de riqueza corria mundo, de acôrdo com o capítulo IX do "Estado dos Povos", pedindo que "se habilitem os portuguêses para irem às conquistas dos Reinos de Castela, e os haja para êste efeito por naturais delas, havendo respeito aos outros naturais doutros Reinos vossos vassalos terem liberdades de poderem ir às Índias e conquistas de Portugal e nunca lhes ser defeso". A esta solicitação de reciprocidade respondeu Filipe II com evasivas: "Eu terei lembrança do que me parecer que mais convém a meu serviço e a bem dêstes meus Reinos".

A verdade, porém, concluiu Manuel Múrias, é que "os Estados não tinham em Tomar representantes dos domínios ultramarinos"; "e deixavam-se, por isso, vencer pelos interêsses comerciais: como desejavam poder enviar navios a comerciar nas Índias de Castela, por serem tão ricas já então de ouro, prata e pedrarias, não lhes importava de abrirem as portas dos domínios portuguêses às influências castelhanas".

"Assim, em princípio, os domínios portuguêses no Ultramar, como, aliás, a metrópole, mantiveram a independência, governados de Lisboa e com administradores portuguêses. As circunstâncias, porém, de fato, e apesar disso modificaram-se totalmente, em virtude da nova posição tomada na Europa" (6).

4 — Conseqüências internacionais da união das monarquias ibéricas

É geralmente bem conhecida a agitação em que se manteve quase tôda a Europa, conforme já assinalamos, durante a maior parte do século XVI, motivada principalmente pelas chamadas *Guerras de Religião,* subseqüentes à Reforma de Lutero e suas modificações. Portugal, excepcionalmente, conseguiu permanecer fora dêsses conflitos até 1580, mantendo boas relações com os demais Reinos da cristandade, mesmo quando êles ardorosamente se digladiavam. Com a própria França, tantas vêzes hostil aos seus domínios ultramarinos, especialmente ao Brasil, não chegou a entrar em guerra aberta, preferindo combater como particulares os seus entrelopos aqui encontrados, negociando junto à Côrte francesa a supressão dêsses cruzeiros de corso. Da Inglaterra das Rainhas Maria Tudor e Isabel, havia Portugal obtido promessas de que os corsários inglêses respeitariam os navios portuguêses e as costas de seus domínios.

Isolado quanto à política internacional do continente, pôde o país de D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião dedicar todos os seus esforços ao prosseguimento da expansão ultramarina, até que ocorresse o desastre de Alcácer-Quibir, causa da extinção da dinastia de Avis e da súbita mudança dessa situação.

(6) Cf. Manuel Múrias — "Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640" in *Revista dos Centenários,* de Lisboa, n.º 5, I, de 31 de maio de 1939, p. 1/2 e 4.

Realmente, com a aclamação de Filipe II como Rei de Portugal, passaram a ser inimigos dêsse país todos que o fôssem de Espanha, nada menos que a França, Inglaterra e Holanda, os dois últimos bons e antigos compradores de mercadorias portuguêsas de além-mar, inclusive açúcar brasileiro.

"As relações entre Portugal e Flandres — ensinou Capistrano de Abreu — iniciadas desde a Idade Média, continuaram ainda depois de descoberto o caminho marítimo das Índias e achado e colonizado o Brasil. Iam os flamengos a Lisboa adquirir as drogas e gêneros exóticos, apenas desembarcados, e retalhavam-nos pela vasta clientela do Norte e do Ocidente da Europa, poupando canseiras e garantindo lucros imediatos aos portuguêses; êstes, além do dinheiro de contado, proviam-se, graças aos seus fiéis freguêses, de cereais, peixe salgado, objetos de metal, aparelhos náuticos, fazendas finas.

"Modificou-se essa situação vantajosa para ambas as partes quando a monarquia espanhola abarcou a Península inteira e os inimigos de Castela passaram a ser os de Portugal. Em 85, Filipe II mandou confiscar os navios flamengos ancorados em seus portos, aprisionando-lhes as tripulações. O mesmo se fêz em 90, 95, 99" (7).

Além do fechamento dos portos ao comércio que não fôsse português ou espanhol, outras leis contra os estrangeiros não tardaram a aparecer, impedindo-lhes o acesso ao Brasil, proibindo-lhes o exercício do comércio, da agricultura e mineração, forçando-os, muitas vêzes, à repatriação.

A reação contra essas medidas exclusivistas não se fêz esperar.

Aproveitando a fraqueza dos recursos defensivos existentes nos domínios ultramarinos — no Brasil as poucas fortalezas litorâneas construídas sob os governos-gerais e os simples fortins das donatarias — passaram a atacá-los exatamente quando, para socorrê-los, se tornava cada vez menos suficiente a esquadra portuguêsa, sacrificada pela participação na *Invencível Armada* e pela desídia de administradores desinteressados ou impotentes. Debalde para reconstituir as frotas de guarda-costa criou Filipe II o *impôsto do consulado,* oneroso aumento de direitos alfandegários também destinado a assegurar o comboio dos navios de comércio; logo desviado de seus fins, continuou a ser cobrado mesmo quando deixou de existir qualquer proteção naquele sentido (8).

5 — Ataques de estrangeiros ao Brasil (1583/1654)

As primeiras tentativas de estrangeiros no litoral do Brasil, depois da união das monarquias ibéricas, ligaram-se às pretensões do candidato ao Trono, Prior do Crato, apoiadas pela Inglaterra e França. Dois galeões de guerra, sob o comando de Eduardo Fenton entraram em Santos no início de 1583, e "publicavam que El-Rei Católico era morto

(7) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 3.ª edição (Rio de Janeiro, 1934), p. 82.
(8) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, tomo II (São Paulo, 1930), p. 49 e 98, nota de Rodolfo Garcia.

e D. Antônio tinha o Reino de Portugal, oferecendo da parte da Rainha de Inglaterra grandes coisas" (9). Mas nada conseguiram dos vicentinos, sendo pouco depois atacados por naus espanholas, que puseram um dêles a pique, escapando o outro. Três navios franceses chegaram ao Rio de Janeiro, no mesmo ano, dizendo-se portadores de uma carta do mesmo Prior, dirigida ao respectivo Governador, então ausente. Convidados a abandonar o pôrto, fizeram-no sem relutância, por terem percebido preparativos de resistência dos habitantes que já haviam reconhecido o Rei espanhol como legítimo soberano.

A própria capital do Estado, a cidade do Salvador, foi atacada por duas naus e uma zavra dos inglêses Withrington e Lister, em 1587. Como sinal do que depois aconteceria com maior intensidade, obtiveram a adesão dos marinheiros holandeses de uma urca do mercador flamengo Osquer, ali residente. Não se animando a tentar um desembarque, pela resistência logo improvisada com cinco barcaças dos engenhos armadas em guerra, limitaram-se a ensaiar pilhagens pelo Recôncavo e Itaparica, delas desistindo "visto o pouco ganho que tinham", na expressão de Frei Vicente do Salvador, não se lhes permitindo nem mesmo que fizessem aguada em Camamu (10).

Outro inglês, o famoso Cavendish, em fins de 1591 conseguiu que destacamentos de três dos seus navios de surprêsa assaltassem o pôrto de Santos, quando a maior parte de sua população encontrava-se na igreja, assistindo às cerimônias do Natal. Chegando depois o próprio comandante dos corsários, com mais dois navios, fortificou-se em terra, e, com isto, "os assaltantes incendiaram vários engenhos no caminho de São Vicente e, ao cabo de dois meses, tomaram rumo do Sul, levando tudo quanto tinha algum valor. Voltaram a Santos no ano seguinte, mas todos os que desembarcaram então foram mortos". "No Espírito Santo, para onde se dirigiram depois, foram repelidos com grandes perdas, e na Ilha de São Sebastião sofreram pequenos reveses, como também na Ilha Grande" (11).

Os franceses, primeiros estrangeiros chegados ao Brasil como contrabandistas, continuaram, nesse fim de século, a freqüentar clandestinamente suas costas. Data de 1594 a passagem de Jacques Riffault pelo Nordeste do país, com três navios, dos quais naufragaram dois no Maranhão, o que motivou a permanência, aí, de parte da respectiva tripulação, com futuras conseqüências, numa nova tentativa de fixação gaulesa em terras hoje brasileiras. No ano seguinte atacaram Ilhéus, mas foram repelidos graças ao "valor de um môço boçal, que nem falar sabia", o mamaluco Antônio Fernandes, "por alcunha o *Catucadas,* porque assim chamava às estocadas na língua de sua mãe", conforme o autor do *Santuário Mariano* (12). Ainda em 1595, dois navios

---

(9) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil — 1500-1627* (São Paulo, 1918), p. 267.
(10) Frei Vicente do Salvador — *Op. cit.,* p. 331/333.
(11) Rodolfo Garcia — Nota à *História Geral do Brasil,* do Visconde de Pôrto Seguro, cit., tomo II, p. 99.
(12) Frei Agostinho de Santa Maria — *Santuário Mariano* — IX — 231/232, em trecho que segundo Capistrano de Abreu teria aproveitado dos capítulos posteriormente perdidos da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, ed. cit., p. 423/427.

franceses foram ter a Sergipe e Bahia, voluntàriamente entregando-se os tripulantes dêste, e sendo aprisionados os daquele, comandados por certo Capitão *Pain de Mil,* para exemplo enforcado com alguns de seus companheiros na cidade do Salvador (13).

Rendoso assalto havia realizado ainda no mesmo ano, no Recife, notável centro de exportação de açúcar e pau-brasil, verdadeiro consórcio de corsários inglêses e franceses de Lancaster, Wenner e Noyer. Tão grande foi o saque obtido, que para transportá-lo tiveram de fretar navios holandeses que no pôrto ainda encontraram. Contìnuamente hostilizados pelos moradores de Olinda, depois de uma derrota parcial no istmo que separa as duas povoações, retiraram-se os assaltantes (14).

Não se conformando os franceses aliados dos indígenas com a conquista luso-brasileira da Paraíba, tentaram um ataque ao forte que defendia a sua barra, em 1597, sendo repelidos. Como ainda se localizassem no Rio Grande (do Norte), serviu êsse fato para apressar a respectiva expulsão e conseqüente incorporação de mais êsse trecho nordestino aos domínios portuguêses, no ano seguinte.

Coube aos holandeses, agora de amigos transformados em inimigos, encerrarem a lista de assaltos dêsse fim de centúria. Em 1599 tentou desembarcar fôrças no Rio de Janeiro, sem consegui-lo devido ao fogo do Forte de Nossa Senhora da Guia, depois Fortaleza de Santa Cruz, a esquadrilha de Olivier van Noort. No mesmo ano, por cinqüenta e cinco dias assolaram o Recôncavo da Bahia as sete naus dos Capitães Hartman e Broer, apesar da resistência dos Governadores interinos retirando-se com boa prêsa (15).

Entrando o século XVII, em 1604 novamente assaltaram o Recôncavo outras sete naus flamengas, estas sob o comando de Paulus van Caarden, durante quarenta dias, e impedidas de obter maiores proveitos pela ação do Governador-Geral Diogo Botelho. Note-se, porém, que nestes e noutros casos prejudicou-nos a largura da barra da Baía de Todos os Santos, tornando-a indefensável e, por isso mesmo possibilitando repetidos ataques a engenhos de açúcar e navios isolados.

Pela mesma época, prosseguindo a conquista do Nordeste, novos encontros com franceses deveremos registrar no Ceará, com seus pioneiros portuguêses Pero Coelho e Martim Soares Moreno, e no Maranhão, em 1614/1615, até sua definitiva incorporação à América portuguêsa.

Apesar da trégua de doze anos, em 1609 convencionada entre espanhóis e holandeses, também êstes freqüentaram o referido litoral. Assim, na Ilha Grande e em São Vicente, foi hostilizada a frota flamenga de Joris van Spilberg, em 1614/1615. E no ano seguinte, ao chegarem os luso-brasileiros à entrada da Amazônia, no Grão-Pará, logo tiveram notícia da freqüência de holandeses e irlandeses na região, o que também acontecia com inglêses, uns e outros gradativamente expulsos, gra-

(13) Idem, p. 423/425.
(14) Cf. Robert Southey — *Op. cit.,* tomo II, p. 21/30.
(15) Rodolfo Garcia — Notas à *História Geral do Brasil,* cit., tomo II, p. 107/108.

ças a sucessivas expedições marítimas, fluviais e terrestres, destinadas à consolidação da conquista, até 1646 (16).

Encerrado aquêle armistício holandês-espanhol, em 1621 organizou-se nos Países-Baixos, para operar como corsária e conquistadora na América, a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Para incentivar seus apetites de ganho, quanto ao Brasil, acrescidos da alegação de facilidade da emprêsa, pela pouca defesa de que dispúnhamos em nosso extenso litoral, nenhum depoimento melhor que o folheto de 1624, de Jan Andries Moerbeeck, significativamente intitulado — *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil, e isto quanto antes* (17).

Iniciou-se, no mesmo ano, a maior de nossas campanhas militares, a *Guerra do Açúcar,* que, com interrupções não isentas de hostilidades, durou trinta anos, até 1654, estendendo-se por todo o litoral que vai do Espírito Santo ao Maranhão, isto é, a maior parte do Brasil então conhecido.

Começou pelo ataque à cidade do Salvador, tomada em 1624 e restaurada no ano seguinte, graças a uma grande expedição espanhola-portuguêsa e napolitana, aos socorros vindos de outras capitanias brasileiras e aos esforços dos próprios baianos.

Seguiram-se alguns anos de assaltos parciais, a engenhos e embarcações de açúcar. Prevendo novos perigos, prestou o ex-Governador-Geral Matias de Albuquerque, em fins de 1627, esclarecedoras informações sôbre a "diminuição dos frutos do Brasil" e a urgente necessidade de defendê-lo melhor (18). Apesar disso, em 1630 teve início a conquista do litoral do Nordeste pelos holandeses, a princípio de Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande e Paraíba, depois atingindo a foz do Rio São Francisco e o Ceará, transitòriamente abrangendo a orla marítima de Sergipe e Maranhão, além de incursões costeiras ao Espírito Santo, Ilhéus e Bahia. Difícil era a defesa a ser organizada contra êsses ataques, sobretudo porque não se podia saber a que ponto do vasto litoral dirigir-se-ia cada um dêles. Tudo isto, entretanto, ocorreu apesar da heróica resistência dos colonos luso-brasileiros, de seus escravos negros e dos indígenas amigos, sempre atacados por inimigos mais numerosos e mais bem aparelhados para a luta.

Rompendo, afinal, a gloriosa Insurreição Pernambucana, foram sucessivamente derrotados os invasores, até sua definitiva expulsão, quatorze anos depois de findo o período de união das Coroas ibéricas, em 1654. Além de ter servido para demonstrar a capacidade de resistência dos portuguêses e brasileiros a uma tentativa de absorção estrangeira, teve a *Guerra do Açúcar* outra conseqüência da maior importância:

---

(16) Cf. Artur C. F. Reis — *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira.* 1.º tomo: "A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa" (Rio de Janeiro, 1947), p. 26/45.

(17) Tradução brasileira (Rio de Janeiro, 1942).

(18) Informações transcritas em anexo à biografia *Matias de Albuquerque,* de Helio Vianna (Rio de Janeiro, 1944), p. 62/65; em *Estudos de História Colonial,* do mesmo (São Paulo, 1948), p. 242/244.

mostrou como se torna necessária a solidariedade de todos os habitantes do Brasil, quando ameaçada qualquer uma de suas regiões. Da vitória obtida nasceu certo espírito nativista, que mais tarde produziria resultados.

6 — O domínio espanhol e a expansão territorial do Brasil

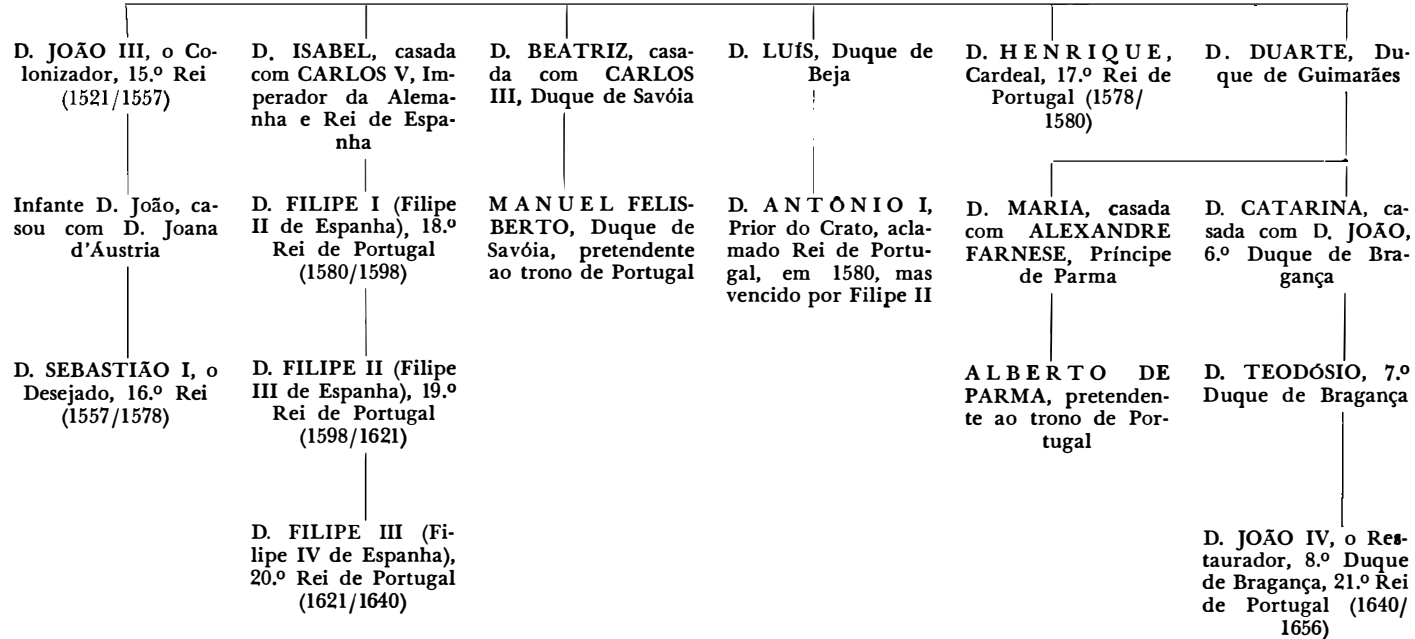
Além dos ataques litorâneos dos inimigos de Espanha, que os luso-brasileiros souberam repelir com energia, também conseqüências na formação das fronteiras terrestres do Brasil produziu a junção das Coroas ibéricas. É que sendo os mesmos os soberanos daquele país e de Portugal, embora teòricamente continuassem separados os respectivos domínios ultramarinos, verificou-se, por motivo dessa união pessoal, verdadeira suspensão temporária dos efeitos do Tratado de Tordesilhas, pela natural tolerância com que as autoridades encaravam as infrações no que fôra convencionado quando as duas monarquias peninsulares eram concorrentes na mesma obra de expansão territorial, e não estavam unidas pelo mesmo Rei, como então ocorria.

Assim, enquanto muitos espanhóis com facilidade se estabeleciam em povoações brasileiras, o que antes lhes era defeso, por seu lado muitos luso-brasileiros, em *entradas* e *bandeiras,* também penetravam em regiões anteriormente atribuídas à Espanha, com isto obtendo títulos de prioridade e posse que seriam respeitados pela diplomacia posterior. Atingiam, dessa forma, as futuras fronteiras terrestres do Brasil.

Pela orla marítima, fixaram-se os portuguêses, durante o domínio espanhol, até 1640, da Baía de Paranaguá ao Rio Oiapoque, enquanto em 1580 apenas estavam contidos entre Cananéia e Itamaracá. Efetivou-se, portanto, dentro do período de sessenta anos de união das Coroas peninsulares, não só a *conquista do Nordeste e Norte,* da Paraíba ao Grão-Pará, como a de quase tôda a *Amazônia,* de Cametá, no Tocantins, ao Rio Napo, em território da atual República do Equador, com a célebre *entrada* fluvial do Capitão Pedro Teixeira, em 1637/1639. Para o *Sul,* pelo interior, avançaram as bandeiras vicentinas de caça ao índio, destruindo as reduções jesuíticas espanholas do *Guairá,* no atual oeste paranaense, do *Tape,* no centro do Rio Grande do Sul, e do *Itatim,* no sudoeste mato-grossense de hoje, muito contribuindo para a definitiva incorporação dessas regiões fronteiriças no conjunto nacional brasileiro (19), conforme veremos em várias unidades seguintes.

(19) Cf. Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil* (Rio de Janeiro, 1948), p. 44/55.

QUADRO GENEALÓGICO DA QUESTÃO DINÁSTICA DE 1578/1640

D. MANUEL I, o Venturoso, 14.º Rei de Portugal (1495/1521).
Filhos de seu segundo casamento, com D. Maria de Castela:

XIV

CONQUISTAS DE SERGIPE D'EL-REI, DO NORDESTE E GRÃO-PARÁ

1 — Expansão pela costa do Nordeste e Norte, durante a união das monarquias ibéricas

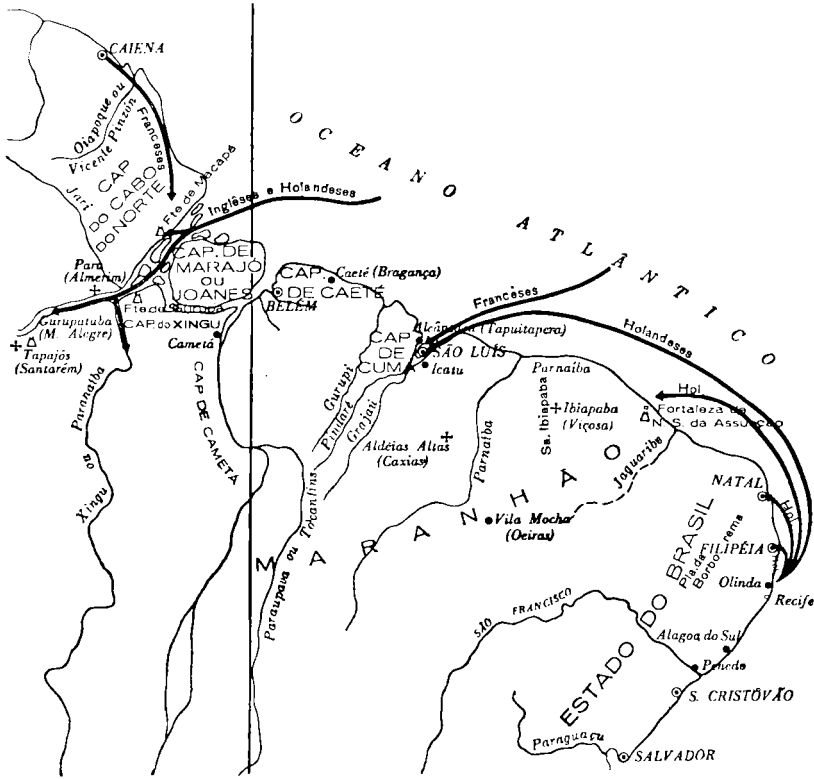
Malogrando-se a colonização das Capitanias hereditárias do Nordeste do Brasil, do Rio Grande ao Maranhão, tentada pelos primeiros donatários, permaneceu abandonada, durante vários decênios do século XVI, tôda essa extensa região. A ela devemos acrescentar a de Sergipe, situada na Costa Leste, a qual, apesar dos esforços dos jesuítas e de uma campanha oficial, longamente se manteve alheia ao povoamento luso-brasileiro.

Sòmente depois de iniciado o período de união das Coroas ibéricas (1580/1640) é que pôde ser empreendida a definitiva conquista da orla litorânea que vai da Paraíba ao estuário do Rio Pará, com o acréscimo da citada zona sergipana. O devassamento devido às donatarias, como vimos, apenas atingia, até o início dessa fase, a Capitania de Itamaracá, daí para o norte mostrando-se hostis os indígenas, muitas vêzes em boas relações com os entrelopos franceses, inclusive em Sergipe.

As conquistas, sucessivamente realizadas, entre 1580 a 1616, em um período, portanto, relativamente curto, da Paraíba, Sergipe d'El-Rei, Rio Grande, Ceará, Maranhão e Grão-Pará — ocorreram em conseqüência da gradativa execução de um plano político do maior alcance. Impediu êle, entre nós, a repetição do apossamento ilegítimo em terras espanholas da América do Norte efetivado por outros povos europeus.

A elas deve ser acrescentada, em seguida à do Grão-Pará, a conquista da Amazônia, estudada noutra unidade desta *História do Brasil,* a XVIII.

2 — Conquista de Sergipe d'El-Rei

Apesar de povoadas as Capitanias de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos, ao tempo dos três primeiros governos, ainda faltava assegurar a comunicação terrestre entre as mesmas, pois a marítima era mais

Conquistas de Sergipe d'El-Rei, do Nordeste e Grão-Pará.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

fácil apenas em um sentido, em certas épocas do ano (1). Navegando em época imprópria, em junho de 1556, aí naufragou, nos baixios de D. Rodrigo, quase à foz do Rio Coruripe, na costa hoje alagoana, o primeiro Bispo do Salvador, D. Pedro Fernandes Sardinha. Morto, com os seus companheiros perto do Rio São Miguel, pelos índios caetés, foram êstes declarados inimigos. Posteriormente, em 1568, aí se acolheram escravos fugidos da Bahia. Para maior gravidade da situação, era a zona do Rio Real freqüentada por entrelopos franceses, traficantes de pau-brasil.

Partiu dos próprios indígenas, o pedido de catequese. Em 1574 foram alguns à Bahia, a fim de solicitar a fundação de igrejas em suas terras. Atenderam-nos o Provincial dos jesuítas e o Governador do Norte, Luís de Brito de Almeida, enviando ao Rio Real, no início do ano seguinte,

(1) De abril a julho as correntes e ventos favoreciam a navegação do Rio Grande do Norte para o sul, até o Cabo Frio; de outubro a janeiro as monções ajudavam os navios em sentido inverso. (Cf. o mapa de Bonne, da *América Meridional*).

o Padre Gaspar Lourenço e o irmão João Saloni, acompanhados de um Capitão e vinte soldados. São Tomé, Santo Inácio e São Paulo foram os primeiros templos em território sergipano, acolhendo-se à amizade dos padres morubixabas prestigiosos, como Tipitã e Surubi. Surgiram, porém, intrigas contra os inacianos, movidas por colonos desejosos de reaver os antigos escravos fugidos. Apesar de reforçados, com a ida do Padre João Pereira e do Irmão Pero Leitão, não puderam evitar que o Governador, em fins do mesmo ano de 1575, fôsse guerrear o chefe Aperipê, inimigo dos portuguêses, como o próprio Surubi, que temeroso do ataque deixara a sua aldeia. Vencidos os indígenas, mortos e escravizados em grande número, foram conduzidos para a Bahia cêrca de 1.200. Aí pereceram, entretanto, quase todos, vitimados por doenças epidêmicas, como sarampo e varíola. Abandonadas aquelas igrejas, falhou assim, por essa guerra injusta, a primeira tentativa pacífica de integração de Sergipe à comunhão brasileira (2).

Em 1586 foi derrotada pelos indígenas de Baepeba uma entrada partida da Bahia. Em represália contra êles declarou-se a "guerra justa". Em fins de 1589 partiu do Salvador, por mar e por terra, a expedição comandada por Cristóvão de Barros, Provedor-Mor da Fazenda e um dos Governadores interinos do Brasil, a fim de realizar a definitiva conquista daquela região. Conseguiu-o, vencendo os caetés em várias de suas aldeias e fundando, no início do ano seguinte, a cidade real de São Cristóvão do Rio de Sergipe.

Distribuídas, até o Rio São Francisco, numerosas sesmarias, não tardou que a criação de gado se tornasse a principal atividade econômica de Sergipe.

Garantida, pelo povoamento luso-brasileiro, a passagem terrestre da Bahia para Pernambuco, com êle ficavam também livres da freqüência de franceses os portos sergipanos, como o do Rio Real.

3 — *Conquista da Paraíba*

Como vimos, o povoamento luso-brasileiro apenas alcançava, ao tempo do início da união das monarquias ibéricas, a Capitania hereditária de Itamaracá. A povoação de Goiana era a última, em direção ao norte. Os petigoares, indígenas da atual Paraíba, dividiam-se, quanto às relações com os colonos, em dois grupos distintos: os do interior com êles mantinham pacíficas trocas de alguns produtos, permitindo a visita às suas aldeias; os do litoral, entretanto, eram amigos dos franceses, com os quais resgatavam pau-brasil e âmbar, freqüente nas praias nordestinas.

Desde 1574 foram, porém, interrompidas aquelas boas relações; devido a um incidente, romperam os petigoares do Sertão com os goianenses, iniciando hostilidades que durariam, com interrupções, até o fim do século.

(2) Trouxe novos dados para o conhecimento das preliminares da conquista de Sergipe a *História da Companhia de Jesus no Brasil,* de Serafim Leite, S. I., tomo I (Lisboa, 1938), p. 439/450.

Coube ao Ouvidor-Geral Fernão da Silva, enviado pelo Governador do Norte, Luís de Brito de Almeida, a primeira tentativa de acomodação do gentio fronteiriço. Retirando-se êste, à aproximação da autoridade, limitou-se o magistrado a lavrar autos de pacificação que não deram qualquer resultado.

Um rico morador de Pernambuco, Frutuoso Barbosa, ofereceu-se em 1579 para realizar a conquista da Paraíba, caso lhe concedessem o respectivo govêrno e rendas, por dez anos. Aceitas as condições, partiu por mar, mas um temporal fêz com que sua embarcação fôsse ter às Antilhas, de onde passou à Europa e voltou ao Brasil. Em segunda tentativa, limitou-se a queimar navios franceses, que traficavam em pau-brasil.

Aportando à Bahia os navios da esquadra espanhola de Diogo Flores Valdez, pensou-se na utilização de alguns dêles naquela emprêsa. Fazendo-o, já em 1584, tiveram a cooperação de embarcações portuguêsas e de fôrças pernambucanas que seguiram por terra. Tomados mais alguns navios franceses, venceram-se outras resistências e a missão pareceu cumprida, com a fundação do Forte de São Filipe, na embocadura do Rio Paraíba, e da terceira cidade do Brasil, Filipéia, igualmente em homenagem ao soberano da época, Filipe II de Espanha, I de Portugal. Daquele ficou encarregado o espanhol Castrejon, da povoação, Frutuoso Barbosa.

Surgiram, entretanto, dissensões entre os conquistadores. E guiados pelos franceses privados de seus navios, reagiram os indígenas, tornando insustentáveis aquelas fundações. Apesar de terem recebido socorros de Pernambuco, tantas foram as dificuldades que a conquista teve de ser abandonada, sucessivamente retirando-se o chefe civil e o militar.

A solução foi encontrada por uma autoridade persistente, o Ouvidor-Geral Martim Leitão. Conseguiu atrair à aliança dos luso-brasileiros os índios tabajaras, e, com êles, pôde combater eficazmente os petigoares. Com a cooperação dos morubixabas Piragibá e Zorobabe renovou-se a guerra em 1586/1587, tornando impossível a continuidade do predomínio dos franceses. Assaltadas, no litoral e no interior, as aldeias inimigas, destruídas suas plantações, impedido o tráfico de pau-brasil, ainda assim longa foi a resistência dos petigoares.

Contudo, povoou-se novamente Filipéia de Nossa Senhora das Neves, foi reguarnecido o Forte de Cabedelo, teve comêço o cultivo da cana e o preparo do açúcar na nova Capitania real, Paraíba.

Distinguiu-se nesse período ainda cheio de lutas, o Capitão Feliciano Coelho. Para a pacificação dos indígenas muito contribuiu o jesuíta Padre Simão Travassos, também narrador dêsses acontecimentos, no *Sumário das Armadas que se fizeram e Guerras que se deram na Conquista do Rio Paraíba*.

Dez anos depois da vitória de Martim Leitão, em 1597, ainda era aquêle Forte inùtilmente atacado por navios franceses vindos do Rio Grande, sua nova base no Nordeste.

4 — Conquista do Rio Grande

Para garantia da paz na Paraíba e prosseguimento da expansão para o norte, tornava-se necessária a supressão do último reduto francês-petigoar da costa Leste do Brasil, o Rio Grande, onde o estuário do Potengi repetia o do Paraíba como abrigo permanente de navios dos entrelopos. Profundamente ligados aos indígenas, inclusive pelo cruzamento racial, os traficantes de pau-brasil consideravam sua aquela costa, que há vários decênios freqüentavam.

Para expulsá-los, e simultâneamente substituí-los na região, organizou-se em Pernambuco uma expedição marítima e terrestre, comandada pelo Capitão-Mor Manuel de Mascarenhas Homem, preposto do donatário. Acompanhavam-no Alexandre de Moura e o segundo Jerônimo de Albuquerque. Por terra seguiu o Capitão-Mor da Paraíba, Feliciano Coelho, cujas fôrças sofreram, entretanto, terrível epidemia de bexigas, também sofrida pelos inimigos. O grosso da expedição alcançou, porém, o Potengi, nos últimos dias de dezembro de 1597 ou primeiros de 1598, razão da escolha das denominações da futura cidade real, Natal, e do forte que a defendia, dos Reis Magos.

Deixando êste sob o comando do mamaluco Jerônimo, regressaram a Pernambuco e Paraíba, com novas lutas, Mascarenhas e Feliciano Coelho. A pacificação do Rio Grande foi, portanto, obra daquele pernambucano junto aos petigoares, depois de afastados os franceses. Para ela também contribuiu o jesuíta Padre Francisco Pinto. Em 1599 celebraram-se as pazes, na cidade Filipéia, sob os auspícios do Governador D. Francisco de Sousa. Como a Paraíba, passou o Rio Grande à categoria de nova Capitania da Coroa.

5 — Conquista do Ceará

Terminada, no Rio Grande, a conquista do litoral de Leste, impunha-se a continuidade do movimento expansionista também pela costa impròpriamente denominada *Leste-Oeste,* rumo ao Maranhão, onde haviam falhado as tentativas colonizadoras dos donatários.

Constando que a freqüentavam franceses, ofereceu-se para incorporá-la aos domínios portuguêses Pero Coelho de Sousa, cunhado de Frutuoso Barbosa. Partiu da Paraíba, com numerosa expedição e atingiu o Rio Jaguaribe, em terras hoje cearenses, em 1603. Prosseguindo pela praia, sòmente na Serra de Ibiapaba, já no início do ano seguinte, encontrou resistência dos indígenas, incentivados por franceses; venceu-a e continuou em direção ao Rio Punaré, o atual Parnaíba, de onde teve de regressar.

Na viagem de volta cometeu Pero Coelho um êrro que iria atrasar a definitiva conquista da região: apresou índios tabajaras e petigoares, levando-os para o trabalho forçado nos engenhos da Paraíba e Pernambuco. Voltando ao Ceará, em 1606, daí teve de retirar-se em péssimas

condições, sofrendo os rigores da primeira sêca de que se tem conhecimento. A custo, alcançaram os sobreviventes o Rio Grande.

Como acontecera em Sergipe d'El-Rei, também no Ceará coube aos jesuítas a pacífica tentativa de aproximação com os indígenas. Fizeram-na, em 1607, os Padres Francisco Pinto e Luís Figueira, igualmente incumbidos de atingir o Maranhão. Hàbilmente, levaram em sua companhia, para restituí-los às suas aldeias, alguns dos indígenas indèbitamente apresados por Pero Coelho. Passaram a Serra de Uruburetama e atingiram a de Ibiapaba. Nesta, porém, já no início do ano seguinte, em um ataque de tacarijus, foi morto o Padre Francisco Pinto, o que forçou o regresso de seu companheiro.

A conquista do Ceará foi, finalmente, realizada, graças aos esforços de Martim Soares Moreno, jovem Tenente do Forte dos Reis Magos, sobrinho de Diogo de Campos Moreno, Sargento-Mor do Estado do Brasil. Tendo participado da primeira expedição de Pero Coelho, aprendeu a língua dos indígenas, várias vêzes estêve entre êles, obteve a amizade do chefe petigoar Jacaúna, conseguindo restabelecer a necessária confiança. Com o seu auxílio, pôde repelir um desembarque de estrangeiros. Ao Governador-Geral D. Diogo de Meneses, levou, afinal, um filho ali nascido, como prova de que já poderia ter comêço o povoamento luso-brasileiro do Ceará. Iniciou-o realmente, em 1611, fundando, na foz do Rio Ceará, a pouca distância da atual Fortaleza, o Forte de São Sebastião (3).

A fim de ser alcançado o Maranhão, outro Forte foi estabelecido mais além, ainda na costa cearense, o de Nossa Senhora do Rosário, na enseada das Tartarugas ou de Jericoacoara, próximo a Camocim. Fundou-o, por ordem do Governador-Geral Gaspar de Sousa, o segundo Jerônimo de Albuquerque, em 1613.

6 — Conquista do Maranhão

a) *Os franceses no Maranhão*

Malogradas as tentativas portuguêsas de conquista do Maranhão, no século XVI, por longo tempo permaneceu abandonado o seu litoral.

Em 1594 perderam-se nos baixios da ilha depois denominada de Santana dois navios franceses, que faziam parte de uma frota de três, comandada por Jacques Riffault. Parte da tripulação foi deixada em terra, iniciando relações com os habitantes indígenas.

Já vimos como na conquista do Ceará alguns franceses incentivaram a resistência dos índios, na Serra de Ibiapaba. Outros, foram aprisionados na Paraíba, pelo Capitão-Mor Feliciano Coelho. Um dêles, Charles des Vaux, regressando à França, tornou-se propagandista da idéia de ser criada, no Maranhão, uma colônia francesa.

---

(3) Martim é o "guerreiro branco" do livro *Iracema* (*Lenda da Fundação do Ceará*), de José de Alencar, verdadeiro poema em prosa, em que foi agradàvelmente romanceado êsse episódio da conquista do Nordeste.

Adotou-a, com entusiasmo, Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, que em 1604 havia participado de uma exploração das costas da Guiana. Obteve, com aquêle objetivo, em 1610, uma concessão para estabelecê-la ao sul da linha equinocial, com cem léguas em tôrno da fortificação que construísse. Organizou, para isso, uma emprêsa de que participaram Francisco de Rasilly, Senhor des Aumels, e Nicolau de Harlay de Sancy, Barão de la Molle e de Gros-Bois, como êle nomeados pela Rainha Maria de Médici, Regente na menoridade de Luís XIII, Tenentes-Generais do Rei nas Índias Ocidentais e Terras do Brasil. Fidalgos e aventureiros alistaram-se na expedição, que, composta de três navios, em 1612 partiu para o Maranhão. Dela faziam parte quatro capuchinhos, vindos como missionários (4).

Passando pela Ilha de Fernando de Noronha, aí recolheram um português e alguns indígenas, degredados de Pernambuco. Chegando à Ilha do Maranhão, construíram o Forte em homenagem ao Rei chamado de São Luís, designação que também teve a povoação fundada com o auxílio dos tupinambás.

b) *Expulsão dos franceses*

Conhecida da Côrte de Madrid e dos luso-brasileiros a presença de franceses no Maranhão, não tardaram a tomar providências para sua efetiva expulsão. Nesse sentido, já mencionamos a fundação, no litoral cearense, do Forte de Nossa Senhora do Rosário, sentinela avançada em direção ao Maranhão. Recebendo reforços levados por Manuel de Sousa d'Eça, pôde repelir um ataque francês, em 1614.

Coube ao nôvo Governador-Geral, Gaspar de Sousa, organizar a primeira expedição mandada à conquista do Maranhão. Comandaram-na o segundo Jerônimo de Albuquerque e o Sargento-Mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno. Composta de algumas centenas de portuguêses, brasileiros e indígenas, partiu de Pernambuco por mar, desembarcando e fortificando-se em Guaxenduba, na Baía de São José, onde se levantou o Forte de Santa Maria, fronteiro à ilha ocupada pelos invasores.

Não tardaram êstes a atacar os expedicionários, sendo, entretanto, mais uma vez repelidos, em novembro daquele ano. Sem recursos, ambos os contendores, para uma ação decisiva, entraram em negociações La Ravardière e Diogo de Campos, resolvendo a celebração de uma trégua, durante a qual cada um manteria suas posições, à espera de uma decisão das respectivas Côrtes, quanto à definitiva posse da região maranhense. Com êsse objetivo mandaram emissários a Madrid e Paris.

Não concordou o govêrno de Filipe III com a discussão de matéria

(4) Dois dêsses frades escreveram relatos que constituem preciosas fontes de informações da malograda tentativa francesa no Maranhão: a *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas,* de Claude d'Abbeville (Paris, 1614) e a *Suitte de l'Histoire des Choses plus Mémorables advenues en Maragnan ès années 1613 et 1614,* de Yves d'Évreux (Paris, 1615).

em que eram líquidos os direitos da Coroa de Portugal e determinou que nova expedição fôsse enviada ao Maranhão, a fim de expulsar os intrusos.

A êsse tempo, tendo recebido reforços, passou-se Jerônimo para a Ilha do Maranhão, onde levantou o Fortim de São José de Itapari.

Maiores fôrças levou de Pernambuco o nôvo comandante, Alexandre de Moura, que se aproximou de São Luís, fêz ocupar posições estratégicas e se dispôs ao ataque. Mais uma vez preferiu negociar La Ravardière, que conveio na entrega da fortificação francesa e na retirada para a Europa de seus ocupantes, em novembro de 1615, ultimando-se desta forma a conquista do Maranhão.

7 — Conquista do Grão-Pará

Alexandre de Moura viera também incumbido do apossamento de um ponto vizinho da abandonada foz do Amazonas. Encarregou dessa missão Francisco Caldeira de Castelo Branco, que numa pequena expedição marítima seguiu costeando de São Luís para o Pará nos últimos dias de dezembro de 1615 e primeiros de janeiro de 1616. Subindo o Rio Pará, junto à Baía de Guajará, próximo à embocadura do Rio Guamá fundou o Forte do Presépio, origem de Nossa Senhora de Belém, cabeça da nova Capitania que se quis denominar Feliz Lusitânia, mas para a qual por muito tempo prevaleceu o nome de Grão-Pará, hoje simplesmente Pará.

XV

OS HOLANDESES NO BRASIL

1 — Os holandeses no Brasil (1587/1654)

Desde o reinado de D. Manuel mantinha Portugal uma política de paz com os países europeus, não se imiscuindo nas lutas que os separavam, notadamente as de religião. Ativamente comerciava com vários dentre êles, inclusive através de feitorias desde o início do século XVI localizadas em cidades das Flandres, encarregadas de distribuir na Europa Central as mercadorias do Oriente trazidas pelos navios portuguêses. Posteriormente, passaram os flamengos a freqüentar o pôrto de Lisboa, onde se abasteciam de especiarias e drogas, aí deixando, em troca, produtos manufaturados e alimentícios. O pau-brasil e o açúcar, como vimos em unidades anteriores, figuravam nesse intercâmbio, conveniente a ambas as partes.

Mesmo no tráfico de escravos negros da África para o Brasil, salientaram-se os armadores da Holanda, cujas embarcações típicas, as *urcas,* deixaram lembrança na toponímia carioca — o Morro da Urca, próximo ao Pão de Açúcar da entrada da barra guanabarina. Realizavam, êsses navios, devidamente autorizados, contínuas viagens triangulares: da Europa à África, carregando artigos manufaturados, tecidos, etc. Trocavam-nos, aí, por escravos, êstes no Brasil cambiados pelo açúcar, daqui levado aos portos flamengos, para distribuição em vários países europeus.

Essa vantajosa situação, mantida nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique, iria modificar-se com a união das monarquias ibéricas, ocorrida em 1580, quando a questão dinástica portuguêsa terminou com a ocupação do trono de Lisboa por Filipe II de Espanha, desde alguns anos em acesa luta contra os Países-Baixos, então unidos. Como vimos na unidade XIII, quando estudamos aquêle importantíssimo acontecimento da História de Portugal, com êle passaram a ser inimigos dêsse país todos que o fôssem da Espanha, ao contrário do que antes acontecia.

Em conseqüência, desde 1585 determinou o nôvo Rei o confisco dos navios flamengos que estivessem nos portos de seus novos domínios, europeus, africanos, asiáticos e americanos. Idênticas medidas foram determinadas em 1590, 1595 e 1599, no último ano já no reinado de seu sucessor, Filipe III.

a) *Ataques de entrelopos e corsários holandeses (1587/1646)*

Quando se registraram aquelas sucessivas medidas filipinas contra o comércio marítimo até então mantido por portuguêses e holandeses, navios de armadores flamengos ainda freqüentavam portos brasileiros, como provam acontecimentos de 1587 e 1595.

Ocorrendo, no primeiro dêsses dois anos, o ataque de duas naus e uma zavra dos inglêses Withrington e Lister à cidade do Salvador, marinheiros flamengos de uma urca pertencente a um seu patrício, certo Duarte Osquer ou Osquis, casado com portuguêsa e há muito residente na terra, aos atacantes entregaram a embarcação, passando-se para o seu comando (1).

Maior participação holandesa aconteceu no assalto que associados corsários inglêses e franceses fizeram ao Recife, em 1595. Um dêles, Venner, dispunha de "três grandes navios holandeses". E, falhado o ataque a Olinda, para o transporte do açúcar e mais mercadorias saqueadas, serviram-se de outras embarcações flamengas e francesas "que no próprio pôrto fretaram" (2).

Reagindo às proibições dos espanhóis, resolveram os holandeses atacá-los em seus próprios domínios ultramarinos. Assim, em 1599, quatro navios comandados por Olivier van Noort apareceram em frente à barra do Rio de Janeiro. Desembarcando um contingente para fazer aguada, foi repelido em emboscada que se lhe preparou, atirando sôbre as lanchas e um dos navios o nôvo Forte de Nossa Senhora da Guia (depois, Santa Cruz). Reembarcados, velejaram todos para a Ilha de São Sebastião, no litoral da Capitania de São Vicente.

Dois outros navios flamengos que no mesmo ano isoladamente arribaram a São Vicente e ao Salvador, nesses portos foram tomados e aprisionadas suas tripulações.

Ainda em fins de 1599, sete navios participantes de grande esquadra holandesa mandada à África e América, sob o comando dos Capitães Hartman e Broer chegaram à Bahia. "Durante cinqüenta e cinco dias assolaram os corsários o Recôncavo, e, apesar da resistência que lhes opôs o Governador interino Álvaro de Carvalho, retiraram-se com boa prêsa" (3).

Êsses fatos cabalmente demonstram os intentos de expansão ultramarina dos armadores das Províncias Unidas dos Países-Baixos. Daí a organização, em 1602, sob os auspícios dos Estados Gerais que as dirigiam, da Companhia das Índias Orientais, destinada a atacar, em proveito próprio, como emprêsa de corso, os domínios das unificadas Coroas de Espanha e Portugal.

Em 1604 uma frota oficial de sete navios, comandada por Paulus van Caarden, veio hostilizar a Bahia, por quarenta dias mantendo-se

(1) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, 2.ª ed. (São Paulo, 1918), p. 331 e 376.
(2) Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) — *História Geral do Brasil*, 4.ª ed. integral, tomo II (São Paulo, 1948), p. 50/51, inclusive nota 38, de Rodolfo Garcia.
(3) Rodolfo Garcia, nota à *História Geral do Brasil* cit., de Varnhagen, 4.ª ed., tomo II, p. 102.

à vista do Salvador, bombardeando a cidade e tomando cargas de açúcar e pequenas embarcações, não as maiores que em tempo puderam ser avisadas por diligências do Governador Diogo Botelho e do Sargento-Mor do Estado, Diogo de Campos Moreno. A defesa que realizaram impediu maiores prejuízos e tornou inútil a tentativa de resgate tentada pelos assaltantes. De regresso, não se animaram êstes a atacar Pernambuco, onde foram repelidas suas vedetas (4).

Em 1609 convencionou-se uma trégua de doze anos, entre os Países-Baixos e a Espanha. Suspensa, assim, a guerra na Europa, o mesmo não ocorreu no Ultramar, onde continuaram a exercer suas atividades tanto a Companhia das Índias Orientais quanto entrelopos e corsários isolados. No Brasil, dentro do referido período, registraram-se várias lutas contra holandeses, a começar no Ceará, onde os combateu o conquistador da região, Martim Soares Moreno. Mantida a proibição de com êles comerciar, foi hostilizada a frota da Companhia que em 1614/1615, sob o comando de Joris van Spilberg e destinando-se às Molucas, desembarcou doentes e por algum tempo permaneceu na Ilha Grande. Aportou, em seguida, a São Vicente, e, diante da fidelidade dos moradores, ocupou um engenho de açúcar e um velho baluarte de Santos, incendiando aquêle e retirando-se depois de outro combate (5).

Desde o ano seguinte, 1616, temos notícias de holandeses estabelecidos em terras paraenses, nesse mesmo ano tomando-lhes um navio Pedro Teixeira. Conforme será mais bem estudado mais adiante, na unidade XVIII, dedicada à conquista da Amazônia, não menos de trinta anos, embora com grandes intervalos, duraram os esforços dos luso-brasileiros para do Grão-Pará e Amapá definitivamente expulsar os flamengos, contra os quais foram mais ativas as lutas aí travadas em 1623, 1625, 1629, 1639 e 1646.

Foi, porém, na Costa Leste e especialmente no Nordeste brasileiro que mais intensamente agiram os holandeses como invasores do nosso território, também durante trinta anos, de 1624 a 1654, devido à organização de uma Companhia das Índias Ocidentais, destinada a agir, como a anterior, das Índias Orientais, em domínios ultramarinos das Coroas de Espanha e Portugal.

b) *A Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*

Aproximando-se de seu têrmo a trégua de doze anos, em 1609 convencionada pelos Estados Gerais e a Espanha, criou-se na Holanda, em 1621, a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Teria um capital de pouco mais de sete milhões de florins e a duração de vinte e quatro anos. Agiria na costa oeste da África, em tôda a América e, no Pacífico, até o Estreito de Anian, limite da zona de ação da Companhia das Índias Orientais.

(4) Alfredo de Carvalho — "O corsário Paulus van Caarden na Bahia (1604)", trabalho de 1909, in *Aventuras e Aventureiros no Brasil* (Rio, 1930), p. 129/152.

(5) Afonso de E. Taunay — "Um assalto a Santos", cap. de *Na era das bandeiras*, trabalho primeiramente publ. na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 84, de 1918, vol. 138 (Rio, 1919), p. 428/448.

Era o que hoje denominamos uma emprêsa de economia mista, ou para-estatal. Porque os Estados Gerais "obrigaram-se a subvencioná-la, para ficar com direito a certa parte dos dividendos; forneceriam soldados e naus de guerra em condições especificadas". Concederam-lhe, ainda, a "faculdade de construir fortes na região outorgada, contrair tratados com príncipes e povos indígenas, nomear autoridades e funcionários". "Constaria de cinco Câmaras, representando os acionistas de Amsterdão, Zelândia, cidades do Maas, o distrito do Norte e a Frísia; os Diretores, em número de dezenove, funcionariam alternadamente em Amsterdão e Midelburgo" (6).

O Brasil seria, naturalmente, pelos antecedentes já expostos e pelo interêsse consistente na riqueza de sua indústria açucareira, alvo imediato da ação da Companhia. É o que claramente revela o folheto de Jan Andries Moerbeeck, na Holanda editado em 1624 e significativamente intitulado — *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra do Brasil, e isto quanto antes.* Além de assinalar as más condições de defesa militar das regiões cuja conquista o autor veementemente aconselhava, acrescentou-se a êsse trabalho sugestiva "Lista de tudo o que o Brasil pode produzir anualmente" (7).

À vista de depoimentos como êste, e de inúmeros outros expressivos dados, não será descabido aceitar-se a denominação de *Guerra do Açúcar,* para a longa campanha em 1624 pela Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais iniciada no Estado do Brasil.

2 — *Primeiros ataques da Companhia das Índias Ocidentais à Bahia (1624/1627)*

a) *Ataque ao Salvador*

Governava o Brasil, desde 1621, Diogo de Mendonça Furtado, que, à vista da cessação da trégua vigente entre Espanha e Holanda, cuidou de melhorar as deficientes fortificações da cidade do Salvador, inclusive cercando-a, pela parte da terra, de uma vala de torrões e dando início a uma no pôrto, a de São Filipe e São Tiago, que se tem confundido com o posterior Forte do Mar.

Em 1623 preparou a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais a expedição que deveria dar comêço às suas atividades na América, atacando o Brasil. Disto teve notícia o govêrno de Filipe IV, que mandou aviso ao da Bahia, para que se prevenisse e aos demais do Estado. Fê-lo Diogo de Mendonça, dentro de suas possibilidades, juntando, à pequena tropa disponível, também moradores do Recôncavo.

Reuniu a Companhia a maior parte de seus navios na Ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde. Somavam vinte e seis embar-

(6) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 4.ª ed. (Rio, 1954), p. 145.
(7) Tradução brasileira, publ. pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (Rio, 1942).

cações, metade dos Estados Gerais, metade de particulares, com 509 canhões e tripulados por 1.600 marinheiros e 1.700 soldados de desembarque. Comandava a expedição Jacó Willekens, tendo como Vice-Almirante o depois famoso Pieter Pieterszoon Heyn. Seria Governador da conquista o Coronel Johan van Dorth.

A 8 de maio de 1624 a esquadra apareceu à vista do Salvador, motivo pelo qual distribuiu Diogo de Mendonça a sua gente pelos pontos mais convenientes à resistência, inclusive o pôrto da Vila Velha, próximo à larga barra da Baía de Todos os Santos, que o Forte de Santo Antônio era insuficiente para defender.

Entrando o inimigo no dia seguinte, aí conseguiu desembarcar, com grande superioridade numérica, causa da pequena oposição havida, e do pânico que atingiu a cidade, logo bombardeada. Duramente atacado foi o forte do pôrto, ainda em construção, mas já com alguns canhões. Resistiu quanto pôde, mas teve de ser abandonado. Dos navios que se encontravam no pôrto alguns foram incendiados, para não cair em poder do inimigo suas valiosas cargas, outros também abandonados. Aproximando-se os holandeses do centro da povoação, maior foi o temor dos moradores e mesmo de muitos de seus defensores, que durante a noite a deixaram.

No dia 10, entraram os invasores sem encontrar resistência senão na própria casa do Governador, que foi prêso com os poucos que o acompanhavam e depois remetido para a Holanda.

Senhores da capital do Estado do Brasil, foi esta amplamente saqueada, como tomados muitos navios que depois a ela se dirigiam, sem notícia da ocupação. Assumiu seu govêrno Johan van Dorth.

b) *Reação e primeiros socorros*

Os moradores do Salvador que haviam abandonado a cidade recolheram-se às aldeias de indígenas e engenhos vizinhos. Em uma delas, a do Espírito Santo, reuniram-se os oficiais da Câmara e abriram a via de sucessão do Governador prêso, nela achando indicado para ocupar o cargo, em sua falta, o nome do Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, irmão e preposto do respectivo donatário, Duarte de Albuquerque Coelho. Mandaram-lhe aviso do sucedido, mas, enquanto não assumia o cargo, escolheram para Capitão-Mor interino o Desembargador Antão de Mesquita, Ouvidor-Mor, pouco depois substituído no mando pelo Bispo D. Marcos Teixeira.

Era êste homem enérgico e adequado à situação. Tinha sido encarregado de uma Visitação do Tribunal do Santo Ofício na Bahia, antes de sua nomeação para a diocese. Mantivera divergências com o Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado, apresentara-se para combater os invasores, mas também abandonara a cidade, quando se aproximaram os inimigos. Redimiu essa atitude organizando ativamente a resistência que impediu qualquer progressão dos holandeses para o

interior, desde logo por guerrilhas ficando limitados ao recinto urbano, sem possibilidade de obter provisões nas vizinhanças.

Diante da dificuldade de expulsar imediatamente os invasores, criaram-se Companhias de emboscada e recorreu-se aos indígenas amigos. Em pequeno encontro havido, conseguiu Francisco de Padilha matar o Coronel van Dorth. Substituiu-o Albert Schouten.

Matias de Albuquerque, nôvo Governador português do Brasil, avisado dos acontecimentos, quis partir de Pernambuco para a Bahia, a fim de combater pessoalmente os intrusos. Ponderaram-lhe, porém, que mais útil seria sua permanência em Olinda, de onde poderia enviar reforços ao Recôncavo, impedindo, ainda, que em sua ausência fôsse também atacada a mais rica Capitania produtora de açúcar. Acedeu aos conselhos recebidos e mandou como Capitão-Mor, com alguns socorros, Francisco Nunes Marinho, que em setembro apresentou-se no arraial organizado pelo Bispo. Êste, esgotado por sua atividade, faleceu no mês seguinte.

Maior auxílio chegou do Reino, chefiado pelo brasileiro D. Francisco de Moura, nomeado Capitão-Mor do Recôncavo (8). Reforçado em Pernambuco, pelo Governador Matias, apertou o cêrco do Salvador, onde os invasores sòmente se mantinham pelas fortificações que melhoraram e pela superioridade de que gozavam no mar. Falecendo seu segundo comandante, Albert Schouten, teve como sucessor o irmão, Willem Schouten.

c) *"Jornada dos Vassalos"*

Na Espanha e Portugal foi muito intensa a repercussão da ocupação da capital do Estado do Brasil pelos mercenários da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Resolveu-se que um grande e decisivo socorro fôsse enviado à Bahia e o próprio Filipe IV e seu principal Ministro, o Conde-Duque de Olivares, multiplicaram providências nesse sentido. Organizou-se, assim, com o generoso auxílio de particulares, a *Jornada dos Vassalos,* a maior e mais brilhante expedição militar enviada à América no século XVII, de pouco mais de 12.000 homens.

Comandava-a D. Fadrique de Toledo Osório, Marquês de Vilanueva de Valdueza, da família dos Duques d'Alba. Trazia como Almirante da frota de 70 navios, dos quais 52 de guerra, espanhóis, portuguêses e napolitanos, D. João Fajardo de Guevara, General do Estreito. Como Mestre de Campo-General da emprêsa veio o Marquês de Cropani. Além das tropas dos países ibéricos, vinha um Têrço (Regimento) de Nápolis (também ligado à Coroa de Espanha), sob a direção do Marquês de Torrecuso. Dêle participava, como Sargento-Mor, o Conde de Bagnuoli, João Vicente São Félix, mais tarde comandante da resistência contra os holandeses no Brasil.

(8) Não foi êste Governador-Geral do Brasil, como, devido a engano de Varnhagen, na *História Geral do Brasil,* cit., repetiram vários historiógrafos. Amplamente o demonstramos em nossa biografia de *Matias de Albuquerque* (Rio, 1944), p. 18/21, depois reproduzida em nossos *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948), p. 209/211; e em "Acréscimos à biografia de Matias de Albuquerque", na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 251, de abril-junho de 1961 (Rio, 1962), p. 45/46.

Notável era a contribuição portuguêsa à Jornada dos Vassalos. Comandava-a, como General, D. Manuel de Meneses. Dela participavam numerosos fidalgos, como os Condes de Tarouca, Vimioso e São João; D. Afonso de Noronha e D. Francisco de Almeida; o donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, e o depois de Caeté, Álvaro de Sousa; representantes das famílias dos donatários de Ilhéus e de Itanhaém; os Senhores de Oliveira, Pombeiro, Belas, Alcáçovas, Felgueiras, Melo, Almourol, Louriçal e Póvoa, além de numerosos herdeiros e descendentes das principais famílias do Reino.

Antes de chegar à Bahia essa poderosa expedição, a 22 de março de 1625, cumpre mencionar outro malogrado ataque holandês, chefiado por Pieter Heyn, ocorrido no Espírito Santo, dias antes. Chegando aí, a caminho da Bahia, o socorro enviado pelo Governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, sob o comando de seu filho Salvador Correia de Sá e Benavides — auxiliou êste o donatário da capitania, Francisco de Aguiar Coutinho, na resistência contra os invasores, assim vencidos e reembarcados, com muitas perdas.

Na Bahia, chegada a Jornada dos Vassalos, resolveu-se o desembarque de parte das fôrças, tendo em vista apertar o cêrco da cidade, ao mesmo tempo que eram atacadas, destruídas ou apresadas as embarcações holandesas ainda no pôrto de Salvador. Essa ação, plenamente desenvolvida durante todo o mês de abril, teve como resultado a completa rendição dos sitiados, a 1.º de maio. Comandava-os, então, Ernesto Kijf, que substituíra o incapaz Schouten. Entregaram-se, com as armas e munições de que ainda dispunham, assenhoreando-se espanhóis, portuguêses, napolitanos e brasileiros, da cidade.

Durante o sítio, chegaram à Bahia novos socorros de Pernambuco, mandados pelo Governador Matias e trazidos por Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque.

Dias depois da rendição, apareceu na barra o socorro holandês, de trinta e quatro naus, comandadas por Boudewijn Hendrikszoon. Percebendo a retomada do Salvador, não se animaram a tentar a luta com os navios de D. Fadrique. Voltaram para o norte, realizando um desembarque no litoral da Paraíba, na Baía da Traição, de onde os mandou desalojar o Governador Matias de Albuquerque, que continuava em Pernambuco.

Pela mesma época, em agôsto de 1625, deixou D. Fadrique a Bahia, de regresso à Espanha, ali deixando alguma tropa de guarnição. Continuou no govêrno da região o Capitão-Mor D. Francisco de Moura, até à chegada do nôvo Governador-Geral, Diogo Luís de Oliveira, que em Olinda, em fins de 1626, recebera o pôsto de Matias.

Duas vêzes voltaram os navios holandeses de Pieter Heyn à Bahia, em 1627. Em março com proveito assaltou as embarcações que, carregadas de açúcar, fumo, couros e algodão, encontravam-se no pôrto do Salvador. Em junho e julho atacou e saqueou navios e engenhos no Recôncavo, apesar de heróica resistência do Capitão Francisco de Padilha, morto na ação.

3 — *Invasões de Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande e Paraíba (1630/1636)*

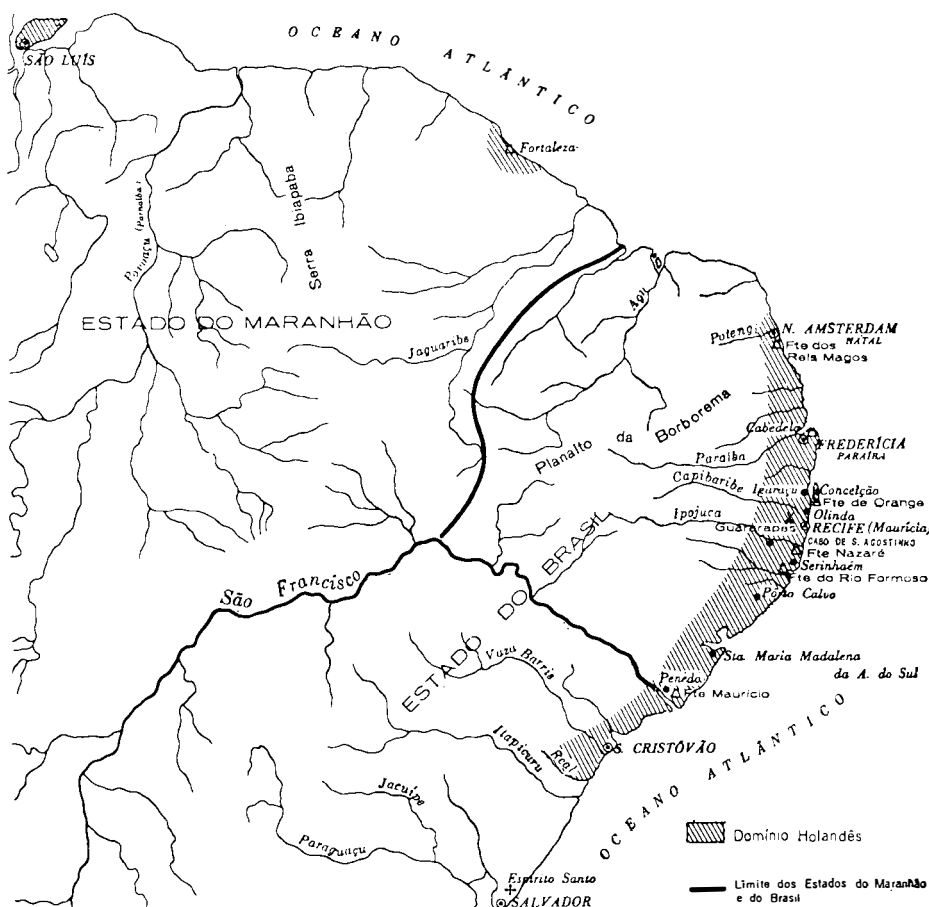
a) *Invasão de Pernambuco. O Arraial do Bom Jesus e o Cabo de Santo Agostinho*

Em 1628 conseguiu a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais obter grandes lucros, com o frutuoso assalto por Pieter Heyn realizado ao largo da costa de Cuba contra a frota espanhola que conduzia riquezas da América à Espanha, sobretudo prata. Com os amplos recursos então acumulados, resolveu empreender nôvo ataque ao Brasil, para êle organizando, no ano seguinte, com êsse fim, uma forte expedição de conquista.

Teve conhecimento dêsses preparativos a Côrte de Madrid. E, atendendo à necessidade de defender a região nordestina, rica produtora de açúcar, de eventual invasão, nomeou Matias de Albuquerque para os cargos de Superintendente da Guerra na Capitania de Pernambuco, Visitador e Fortificador das Capitanias do Norte. Encontrando-se o nomeado na Europa, em Lisboa recebeu pequeno contingente de soldados e munições e em uma caravela partiu para o Recife e Olinda, onde, mais uma vez, assumiu o govêrno da donataria pertencente ao irmão, Duarte de Albuquerque Coelho. Em Pernambuco ativamente cuidou das fortificações e aprestos necessários, dentro dos limitados recursos de que dispunha (9).

Conduzia a nova e grande expedição da Companhia das Índias Ocidentais uma armada de cinqüenta e seis navios e iates, fortemente artilhados, trazendo 3.780 tripulantes e 3.500 soldados. Chefiava-a Diederik van Waerdenburch, competindo a Hendrick Corneliszoon Lonck o comando da frota.

Chegou esta à vista de Pernambuco em fevereiro de 1630. Dias antes Matias de Albuquerque havia recebido aviso de sua vinda e, conseqüentemente, tomara tôdas as providências convenientes à defesa da Capitania, apesar da desigualdade das fôrças que iam encontrar-se. Chegada à barra do pôrto do Recife, também defendido por dois pequenos fortes, não puderam transpô-la os invasores, que foram desembarcar tropas mais ao norte, no Pau Amarelo. Daí, guiadas por quem conhecia a terra (o judeu Antônio Dias Papa-robalos), avançaram para Olinda, ocupando-a e saqueando-a apesar de heróica resistência de seus defensores. No Recife, para que não caíssem em poder dos holandeses, por ordem de Matias foram incendiados navios e armazéns, êstes cheios de açúcar, pau-brasil e outras mercadorias. Resistiram mais alguns dias os Fortes de São Jorge e São Francisco, graças ao valor de Antônio de Lima e seus comandados, porém no início de março tiveram de capitular, não podendo suportar a pressão do ataque de fôrças imensamente superiores.

(9) Helio Vianna — *Matias de Albuquerque,* cit., p. 22/31; nos *Estudos de História Colonial,* cit., p. 212/219.

Invasões holandesas, Bahia (1624-1625), Nordeste (1630-1654).

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

Dominada a capital e ocupado o pôrto, abrigaram-se os moradores nos engenhos das vizinhanças, recolhendo-os Matias em um alto quase eqüidistante de Olinda e Recife, e que seria, por mais de cinco anos, o núcleo de admirável resistência — o Real ou Arraial fortificado do Bom Jesus. Aí se reuniram os primeiros elementos com que contou para a longa campanha então começada, inclusive senhores de engenhos e escravos, indígenas amigos, etc. Entre os últimos, logo avultaria o petigoar Antônio Filipe Camarão.

Fortificando-se os holandeses no Recife, contra êles iniciou Matias uma série de guerrilhas, tendo em vista impedir o aproveitamento da conquista, mediante a impossibilidade de progressão para o interior,

a começar pelos próximos engenhos de açúcar da rica Várzea do Capibaribe. Em emboscadas e ataques de surprêsa manteve a insegurança do inimigo, de modo a compensar a desigualdade de fôrças pelo melhor conhecimento do país e pela utilização de métodos de luta mais adequados.

Depois dos socorros ao Arraial chegados de vários pontos da própria Capitania de Pernambuco, também de outros lugares começaram a afluir elementos úteis à campanha: da Paraíba, Ceará, Bahia, das ilhas portuguêsas do Atlântico, como de Portugal e Espanha (10). Eram, porém, limitados em quantidade, embora valiosos, às vêzes, quanto à qualidade. Mais numerosos eram, certamente, os reforços ainda em 1630 recebidos pelo inimigo, que no Recife consolidava sua posição.

Sòmente em 1631 uma armada espanhola-portuguêsa, sob o comando de D. Antônio de Oquendo, trouxe recursos mais consideráveis para a defesa do Brasil. Foi ter primeiramente à Bahia, onde deixou tropas e recebeu embarcações mercantes para comboiar à Europa. Quando já se destinava a Pernambuco, derivando para o sul encontrou-se nas alturas do Arquipélago dos Abrolhos, com a frota holandesa de Adriaen Janszoon Pater. Travou-se a batalha a 12 de setembro daquele ano, perdendo os hispano-portuguêses três navios e os flamengos dois, inclusive a capitânia com o comandante, morto na ação. Retomando sua rota, Oquendo desembarcou na Barra Grande, ao norte das Alagoas, os reforços vindos para Pernambuco e Paraíba, prosseguindo viagem. Comandava os referidos socorros o Conde de Bagnuoli. Com êles veio o quarto donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho.

Supondo o inimigo que fôssem maiores aquêles reforços, resolveu concentrar-se no já bem fortificado Recife, abandonando e incendiando Olinda.

No ano seguinte, percebendo os holandeses a importância do pôrto próximo ao Cabo de Santo Agostinho, pelo qual recebiam provisões e auxílios os defensores do Arraial, inùtilmente foram atacá-lo, defendendo a importante posição o Capitão Bento Maciel Parente. Nôvo comandante para ela foi nomeado, o citado Bagnuoli, construindo-se-lhe, ao norte, o Forte de Nazaré.

Em abril de 1632 melhorou a situação dos invasores, por terem recebido a adesão do mulato contrabandista Domingos Fernandes Calabar, que, conhecedor da região e do sistema de combate de seus defensores, pôde prestar àqueles consideráveis serviços, traindo os antigos companheiros.

Em conseqüência da nova situação criada por essa defecção, passaram os holandeses a atacar com maiores resultados outras povoações pernambucanas, começando por Igaraçu, saqueada e incendiada com morte de muitos de seus habitantes, a 1.º de maio seguinte. Comandou o assalto o próprio Waerdenburch, no mesmo ano substituído no govêrno

(10) Cf. Helio Vianna — "Quanto custaram a Portugal os socorros enviados ao Brasil em 1630/1632", in *Estudos de História Colonial,* cit., p. 292/299.

dos intrusos por dois Diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Matias van Ceulen e João Gijsselingh, passando o comando militar a Laurens van Rembach.

Outro ponto da Capitania de Pernambuco foi com êxito atacado pelos holandeses, em fevereiro de 1633: Rio Formoso, cujo pôrto, já anteriormente ameaçado, fôra fortificado por um reduto, confiado a Pedro de Albuquerque. Defendido por apenas vinte e um homens, heròicamente conseguiram êstes repelir quatro assaltos, morrendo, porém, dezenove dos defensores, ficando ferido o bravo comandante e escapando outro, também ferido.

Aumentando suas posições nas vizinhanças do Recife, ocuparam os invasores, pouco depois, Afogados, onde construíram mais um forte, tornando insegura a região da Várzea e ameaçado o próprio Arraial. Atacado, êste, em março seguinte, conseguiu repelir os assaltantes, saindo mortalmente ferido o Comandante Rembach.

A êsse tempo ali se organizou um corpo de prêtos comandados por Henrique Dias, ao qual, como ao dos indígenas de Camarão, competiria grande participação, em tôda a campanha.

A ocupação, porém, daqueles dois pontos ao sul do Recife, Rio Formoso e Afogados, iria ampliar-se, no mesmo ano, com a conquista de outros, ao norte: a Ilha de Itamaracá e o Rio Grande; e em 1634, com o apossamento da Paraíba. O resultado seria, em 1635 e 1636, como veremos, a perda de nossas últimas posições pernambucanas.

b) *Invasões de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba*

Além de uma incursão à região das Alagoas, em outubro, com o incêndio da Vila de Nossa Senhora da Conceição (depois Alagoas e hoje Marechal Deodoro), registraram-se, em 1633, como já antecipamos, as conquistas, pelos holandeses, de Itamaracá e Rio Grande.

Na primeira haviam tomado pé desde 1631, quando lançaram os fundamentos, numa ponta a sueste da ilha, à entrada de seu canal, do Forte de Orange, cujo comando foi confiado ao mercenário polonês Cristóvão d'Artischau Arciszewsky. Do nôvo forte partiu o ataque a Igaraçu, no ano seguinte. Contra êle foi depois assestar uma bateria o Conde de Bagnuoli, retirando-a ao evidenciar-se sua inutilidade.

Governava a Capitania de Itamaracá, em 1633, como preposto do Donatário Conde de Monsanto, o valente Capitão Salvador Pinheiro. À vista da perigosa vizinhança representada pelo forte holandês, procurou fortificar a pequena Vila da Conceição, cabeça da donataria, situada numa elevação sôbre o Canal de Santa Cruz, o do sul da ilha. Não dispunha, porém, de guarnição suficiente para a defesa de todo o recinto e, assim, quando foram assediá-lo os holandeses, com fôrças muito mais numerosas, sob o comando do mercenário alemão Sigismundo von Schkoppe — teve de render-se.

A fim de evitar que dêsse ponto passassem à vizinha e pernambucana Vila de Igaraçu, mandou tropas que a defendessem Matias de Albu-

querque. Mas não pôde evitar que passassem os invasores a outros pontos da Capitania de Itamaracá, como Goiana, mais ao norte, onde pilharam e queimaram engenhos de açúcar.

Ocupada a Vila da Conceição, em homenagem ao respectivo conquistador deram-lhe os holandeses o nome de Vila Schkoppe, cuidando melhor de sua fortificação.

Também desde fins de 1631 visavam os holandeses apossar-se da Paraíba e Rio Grande, Capitanias da Coroa situadas ao norte das hereditárias Pernambuco e Itamaracá, e, como estas, produtoras de açúcar, além de criadoras de gado, necessário ao abastecimento de ambos os contendores.

Assim, em dezembro daquele ano, fôrças comandadas pelo Tenente-Coronel Callenfels, embarcadas no Recife, tentaram fixar-se nas vizinhanças do Forte de São Filipe, em Cabedelo, que defendia a barra do Rio Paraíba. Contra-atacados com eficiência pelo respectivo Comandante, João de Matos Cardoso, tiveram de retirar-se, com numerosas perdas.

No mesmo mês saiu de Pernambuco outra expedição visando aquelas Capitanias nordestinas, sob o comando do próprio Waerdenburch. Mas, passando à vista da Paraíba para o norte, prontamente acorreu ao Rio Grande, com um refôrço, Matias de Albuquerque Maranhão, o que determinou a desistência da emprêsa.

Sòmente em dezembro de 1633 nova expedição holandesa partiu do Recife para conquistar o Rio Grande. Compunham-na oito Companhias de fuzileiros e mosqueteiros. Chefiava-a o Tenente-Coronel Byma. Levou-a uma esquadrilha sob o comando de Lichthardt. Acompanhou-a o próprio Comissário van Ceulen.

Desembarcou fôrças no Cabo Negro, a três léguas ao sul do Natal, seguindo os navios para atacar o Forte dos Reis Magos, na Barra do Potengi, ao mesmo tempo que o faziam por terra aquêles soldados. "Aberta a brecha e ferido o Capitão Pedro Mendes de Gouveia, a guarnição veio a capitular, no dia 12 de dezembro, com as honras da guerra" (11).

Posteriormente, àquele Forte foi dado o nome de Ceulen. Convém notar que se aos defensores luso-brasileiros das Capitanias do Nordeste não faltou, desde o primeiro momento, o auxílio de indígenas amigos, aí no Rio Grande ocorreu a aliança, com os holandeses, de alguns de seus índios, no caso os janduís, de nome tirado ao chefe Janduí.

Ocupada pelos invasores a Ilha de Itamaracá e tomado o Rio Grande, não poderia manter-se por muito tempo a Paraíba, situada entre uma e outra posição, apesar dos esforços defensivos de seu valente Capitão-Mor Antônio de Albuquerque Maranhão, filho do conquistador do Maranhão.

Segundo ataque aí ocorreu, em fevereiro de 1634, dirigido ao Forte de Santo Antônio, na margem esquerda da foz do Paraíba, fronteiro ao de Cabedelo, da margem direita. Repelidos os holandeses pelo Ca-

(11) Francisco Adolfo de Varnhagen — *Op. cit.*, tomo II, p. 281.

pitão Lourenço de Brito Correia, graças aos reforços enviados pelo referido Capitão-Mor, mais uma vez desistiram da emprêsa, tentando outra contra o Cabo de Santo Agostinho.

"Neste pôrto" — explicou Capistrano de Abreu — "desembarcavam os socorros vindos da Bahia; ali embarcavam os frutos da terra destinados ao comércio; apossar-se dêle era senão impossibilitar de todo, pelo menos paralisar qualquer resistência ulterior" (12).

Desta vez conseguiram os holandeses aí se estabelecer, apesar da defesa do Sargento-Mor Pedro Correia da Gama e das Companhias de emboscadas que do Arraial pessoalmente levou ao Cabo Matias de Albuquerque.

Recebidos outros reforços da Europa, trazidos por Arciszewsky, nova e decisiva investida foi feita contra a Paraíba, em novembro e dezembro do mesmo ano. Coube o respectivo comando a von Schkoppe, competindo a parte naval a Lichthardt. Com a habitual superioridade de fôrças, foram sucessivamente vencidas as resistências apresentadas por Antônio de Albuquerque, nos fortes da barra como na própria cidade Filipéia. O Capitão-Mor "ainda tentou fundar um arraial à semelhança do de Bom Jesus; não encontrou companheiros; os que não quiseram se sujeitar ao domínio estrangeiro emigraram com êle para Pernambuco, e foram batalhar com Matias" (13). Filipéia passou a ser Frederícia, em homenagem ao *Stathouder* holandês Frederico Henrique de Nassau.

c) *Da perda da Paraíba à chegada do Conde João Maurício de Nassau-Siegen*

Enquanto ocorriam as conquistas litorâneas holandesas de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba, não passava sem hostilidades a região do Recife e Arraial do Bom Jesus. Assim, em março de 1634 audaciosamente foi o Recife atacado por Martim Soares Moreno, o conquistador do Ceará, que viera auxiliar Matias. E, aproveitando a ausência dêste, no Cabo, mais uma vez assaltaram os holandeses o Arraial, sem êxito.

Já em 1635, mais dois ataques aí foram repelidos por Luís Barbalho. Entretanto, tendo Arciszewsky consolidado a ocupação holandesa da faixa costeira situada entre a Paraíba e o Recife, aos luso-brasileiros só restava a manutenção da posse das terras situadas do Arraial para o sul. Conseqüentemente, enquanto ali deixava no comando André Marin, seguia Matias de Albuquerque para Vila Formosa de Serinhaém, mandando Bagnuoli para Pôrto Calvo e ficando Pedro Correia da Gama e Luís Barbalho no Cabo. Visava, dêste modo, manter comunicações terrestres com a Bahia, atendendo à constante superioridade marítima do inimigo.

A falta de recebimento de novos recursos, da parte dos nossos, fêz com que não pudessem ser sustentadas essas posições. Em março, atacado por Lichthardt, com o auxílio de Calabar, Bagnuoli perdeu Pôrto

(12) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 156.
(13) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 157.

Calvo. Em junho, depois de sitiado por Arciszewsky, encontrando-se já sem víveres e munições, rendeu-se André Marin no Arraial. Acompanhavam-no João Fernandes Vieira e Henrique Dias. Em julho, prejudicado pela vizinhança de fortes holandeses, também não pôde manter-se o de Nazaré, atacado por von Schkoppe.

A Matias de Albuquerque, depois que se tornara impossível a continuação da luta de emboscadas, sustentada durante anos, não restava outra solução senão ordenar a retirada para as Alagoas, de todos que não quisessem ficar sob o jugo dos invasores. Realizou-a em boa ordem, em julho e agôsto. De caminho, obteve sua última vitória no Brasil. Retomou Pôrto Calvo, onde aprisionou e mandou executar o traidor Calabar.

Sòmente em novembro de 1635 chegou às Alagoas o esperado refôrço comandado por D. Luís de Rojas y Borja, Duque de Ganja, trazido por navios espanhóis de D. Lope de Hozes y Córdoba e portuguêses de D. Rodrigo Lôbo. Àquele transmitiu Matias a chefia das fôrças da heróica resistência de quase seis anos e, de acôrdo com ordens recebidas, partiu para o Reino, onde foi prêso e processado, libertando-se sòmente com a restauração da monarquia portuguêsa em 1640 [14].

Tomando imprudentemente a ofensiva, D. Luís foi vencido e morto no combate da Mata Redonda, em janeiro de 1636. Substituiu-o no comando o Conde de Bagnuoli, que retomou o sistema de guerrilhas, único possível enquanto se mantivesse nossa inferioridade numérica e naval. Até o fim do ano, em incursões pela zona açucareira de Pernambuco, até à Paraíba, inclusive em assaltos, depredações e incêndios de engenhos e povoações, auxiliaram-no Henrique Dias, Sebastião do Souto, Francisco Rebêlo, André Vidal de Negreiros e outros capitães. Em conseqüência, os holandeses abandonaram Alagoas.

Na Europa, supondo a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais que com a nomeação de um Governador-Geral poderia consolidar sua conquista no Brasil, resolveu contratar para o cargo o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, fidalgo alemão pertencente a um ramo subalterno da família dos *Stathouders* dos Países-Baixos, ex-combatente da Guerra dos Trinta Anos, como outros mercenários por ela enviados à América. Contratado por 5 anos, além de seus vencimentos teria 2 % nas prêsas a serem feitas. Em janeiro de 1637 chegou ao Recife.

4 — Govêrno do Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1637/1644)

a) *Reconquista holandesa das Alagoas e ocupação do Ceará (1637)*

Recebendo consideráveis reforços e decidido a iniciar com êxito militar o seu govêrno, resolveu João Maurício retomar Pôrto Calvo, o que

(14) Helio Vianna — *Matias de Albuquerque*, cit., p. 42; nos *Estudos de História Colonial*, cit., p. 227. — Convém lembrar que na Guerra da Restauração de Portugal venceu Matias aos espanhóis na Batalha de Montijo, em 1644, sendo feito Conde de Alegrete pelo Rei D. João IV.

fàcilmente conseguiu, no mês seguinte ao de sua chegada, graças à enorme superioridade de fôrças. Bagnuoli prudentemente esquivou-se de qualquer encontro decisivo, e Miguel Giberton, comandante da praça já desprovida de víveres, não pôde senão render-se.

Até à margem esquerda do São Francisco, onde o donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque, havia pouco antes erigido uma vila com aquêle nome, chegou o Conde João Maurício, que aí mandou construir um forte, em homenagem ao *Stathouder* Maurício de Nassau, seu primo, denominado Maurício. Do local, onde hoje existe a cidade de Penedo, regressou ao Recife.

Bagnuoli, tendo como base São Cristóvão, posteriormente mandou companhistas às terras alagoanas, para novas emboscadas. Para desalojá-lo, como para arrebanhar gado, aí foi ter, já em novembro, Sigismundo von Schkoppe, que, não o encontrando, no mês seguinte incendiou e abandonou a cidade sergipana.

Não podendo manter-se na região e prevendo próximo ataque holandês à própria Salvador, retirou-se o comandante napolitano para a Tôrre de Garcia d'Ávila, na costa norte da Bahia.

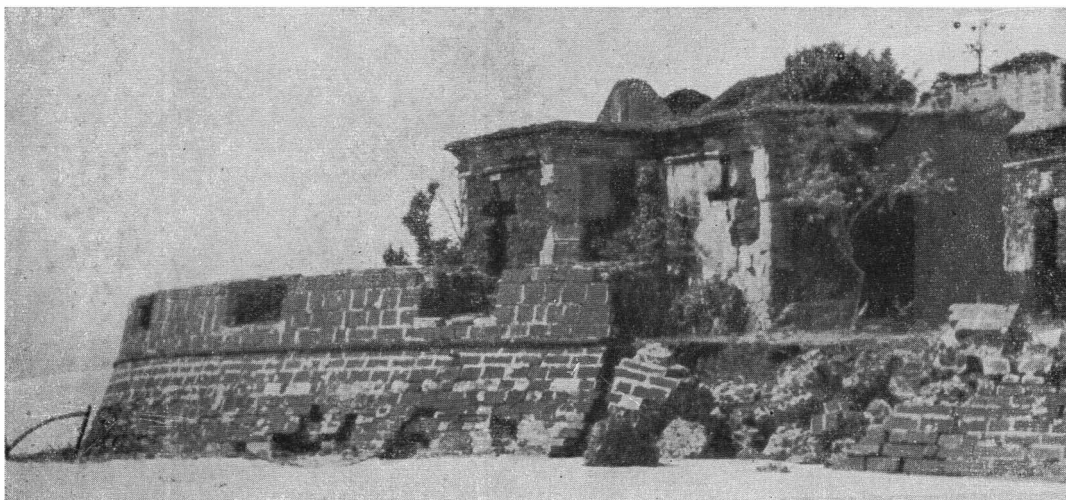
Ainda em 1637, a fim de estender em direção ao norte a região costeira ocupada pela Companhia das Índias Ocidentais, mandou o Conde João Maurício que também fôsse ocupada a pequena povoação e fortificação luso-brasileira do Ceará. Fàcilmente foi conseguido mais êste objetivo, atendendo-se à superioridade numérica da fôrça atacante, relativamente à reduzida guarnição local.

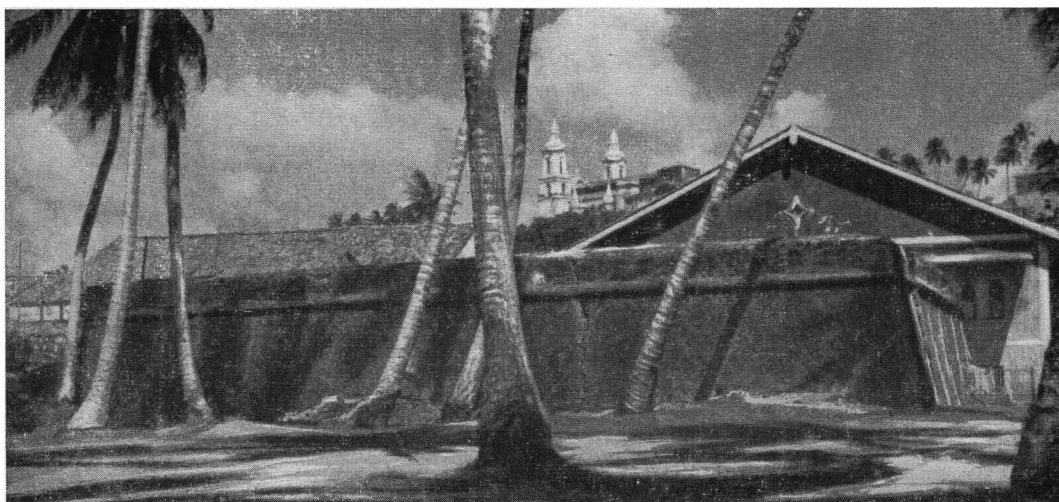
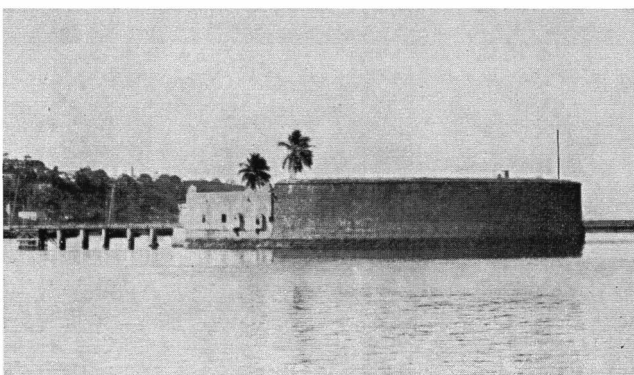
Por mar mandou que Lichthardt hostilizasse Camamu e Ilhéus, apresando navios carregados de açúcar e tentando saquear as referidas povoações.

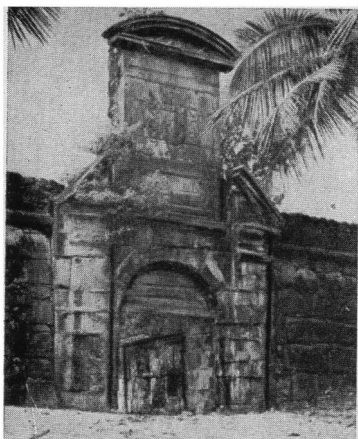
b) *Segundo ataque à Bahia (1638)*

Grandes fôrças, navais e terrestres, reuniu o Conde João Maurício, em abril de 1638, para tentar um segundo grande ataque holandês à capital brasileira. Mais de 4.000 homens, inclusive indígenas, em 30 navios, fàcilmente transpuseram a larga barra da Baía de Todos os Santos, indo desembarcar junto à Ponta de Itapagipe, adiante da cidade, a fim de evitar o fogo de suas fortificações.

Nessa medida continha-se o primeiro êrro dos atacantes, pois, colocando-se na saída terrestre do Salvador para o Recôncavo e para o interior, impediam a possível retirada dos moradores, ao contrário do que ocorrera em 1624, tornando inevitável sua resistência até o esgotamento dos recursos de defesa.

Êstes foram, porém, muito bem dispostos pelo Comandante Bagnuoli, que contou com integral apoio do Governador Pedro da Silva, antes insatisfeito com sua prudente retirada de Sergipe para a Tôrre. Falharam todos os ataques durante um mês dirigidos pelos assaltantes contra a cidade. Salientaram-se, especialmente, em sua defesa, Luís Barbalho, André Vidal de Negreiros, Pedro Correia da Gama, o índio Camarão,

Forte da Ponta d'Areia, à entrada da Baía de São Marcos, destinado à defesa de São Luís do Maranhão.

Forte do Mar, também denominado de Nossa Senhora do Pópulo e de São Marcelo, em frente à Cidade Baixa do Salvador. Estava em construção, em suas proximidades, junto à praia, o de S. Filipe e S. Tiago, por ocasião da primeira invasão holandesa da Bahia, em 1624, contra a qual entretanto resistiu. Posteriormente, ligou-se a acontecimentos da história da Província e do Estado, na revolta de 1833 e bombardeio de 1912.

Entre os redutos que pela praia defendiam a antiga capital pernambucana, Olinda, estava o Forte de São Francisco, vulgarmente chamado do Queijo, hoje destruído, que mostra a fotografia.

Em cima: Em 1624, estando a barra da Baía de Todos os Santos defendida apenas pelo Forte de Santo Antônio, puderam os invasores holandeses desembarcar perto dêle, motivo pelo qual posteriormente se construíram outras fortificações no litoral do Salvador, inclusive o Forte de Santa Maria, que mostra a fotografia, entre aquêle e o de São Diogo.

À esquerda: Entrada do Forte de Orange, construído pelos holandeses em 1631, na Ilha de Itamaracá, reconstruído pelos luso-brasileiros em 1777, data colocada abaixo das armas de Portugal.

Embaixo: Forte de Orange, na ponta sueste da Ilha de Itamaracá.

Henrique Dias, Francisco Rebêlo (o Rebelinho) e outros, como Sebastião do Souto e Estêvão de Távora, mortos em ação. A luta foi mais difícil nas trincheiras de Santo Antônio (além do Carmo), flanqueadas por outras situadas no local onde depois se ergueu o Forte de Barbalho, em lembrança de seu comandante. Entre as duas inùtilmente procuraram atingir a cidade os invasores, que a 18 de maio tentaram um último e maior assalto, em que suas perdas foram acima de 500 homens.

Desanimados com a grande resistência encontrada, reembarcaram os holandeses e antes do fim do mês estava evidenciado o completo malôgro de mais essa tentativa contra o Salvador, por mar, retirando-se os intrusos para Pernambuco. Aos defensores da capital galardoou o Rei Filipe IV com títulos, condecorações e promoções militares.

c) *Expedição do Conde da Tôrre (1639/1640)*

À vista do bom resultado da defesa do Salvador, preparou o govêrno luso-espanhol a vinda de uma forte expedição que tentasse a definitiva expulsão dos holandeses do Brasil. Chefiou-a o nôvo Governador do Brasil, D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Tôrre, que com muitos navios passou à vista do Recife no início de 1639 e foi ter à Bahia, a fim de obter maiores recursos para o ataque. Demorou muitos meses a sua reunião, em navios, gente, armas, munições e provisões, de modo a permitir que também o inimigo pudesse se preparar, recebendo reforços trazidos pelo polonês Arciszewsky.

Isto, embora durante todo aquêle ano continuasse atacado por Companhias de emboscada, em guerrilhas que impediam sua progressão para o interior e o aproveitamento de muitos engenhos de açúcar. Nessas incursões chegou André Vidal à Paraíba, Camarão até à Várzea do Capibaribe, nas vizinhanças do Recife, também muito se distinguindo João Lopes Barbalho.

Afinal, já em época imprópria à navegação, em janeiro de 1640 chegou às alturas de Pernambuco a grande frota do Conde da Tôrre, de 86 embarcações de guerra e transporte, com mais de 11.000 soldados e tripulantes. Não conseguiu desembarcar fôrças no Pau Amarelo. Desde Itamaracá começou, levada pelas correntes e com mau tempo, o contato com a esquadra dos inimigos. Perdeu esta seu Comandante Willem Corneliszoon Loos, substituído por Jacó Huygens. Prosseguiram a luta naval e a recíproca dispersão dos navios à altura das costas da Paraíba e do Rio Grande. Apenas mil homens puderam desembarcar próximo à ponta dos Touros, sob o comando de Luís Barbalho. Os Condes da Tôrre e de Bagnuoli conseguiram regressar à Bahia, onde pouco depois faleceu o segundo, já intitulado Príncipe de Monteverde, e foi substituído o primeiro. Outros navios tomaram rumos diversos.

Falhando assim a tentativa de contra-ataque na própria região ocupada, a Luís Barbalho não coube outro recurso senão a retirada

por terra, do Rio Grande à Bahia, através de grandes dificuldades e vários combates. Em maio atingiu o Rio São Francisco, depois a Bahia.

Aí, renovaram ataques marítimos os holandeses, que com Lichthardt atacaram engenhos do Recôncavo, sob o comando de Koin assaltaram o Rio Real, Camamu e novamente o Espírito Santo, onde aliás foram repelidos. O apresamento de embarcações e especialmente o roubo de açúcar eram seus objetivos.

Ao nôvo Governador do Brasil e primeiro Vice-Rei, D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, chegado no mesmo ano, competiria receber, no seguinte, a notícia da aclamação do Duque de Bragança como Rei D. João IV de Portugal, o que pôs têrmo ao período de união das monarquias ibéricas.

d) *Ocupação de Sergipe. Invasão e expulsão do Maranhão (1641/1644)*

A restauração de Portugal em 1640 traria grandes conseqüências às suas relações com os Países-Baixos, visto que, entrando aquêle em guerra contra a Espanha, inimiga dêstes, aos holandeses iria aliar-se, contra o adversário comum. Êste fato de 1641 determinou a suspensão das hostilidades no Brasil, antes da assinatura de um armistício válido por dez anos.

Embora conhecesse aquela situação, dela deslealmente se prevaleceu o Conde João Maurício para fazer com que fôsse fàcilmente ocupada mais a região brasileira de Sergipe d'El-Rei, até o Rio Real. E a fim de assegurar escravos mais baratos aos engenhos de que se apropriara a Companhia, mandou que uma expedição marítima fôsse ocupar São Paulo de Luanda, em Angola, e a Ilha de São Tomé, no Gôlfo da Guiné.

Prevaleceu-se ainda, o Governador holandês, da natural demora na chegada das ratificações do armistício para estender os seus domínios até o Maranhão. Contra êle preparou uma expedição de mil soldados, que seguiram em 19 embarcações, sob a direção geral do Conselheiro Político Pedro Jansen Bas. Não dispunha o Governador daquele Estado, o veterano Bento Maciel Parente, para sua defesa, de guarnição superior a 130 soldados e, além disso, era conhecedor da nova situação das relações entre Portugal e as Províncias Unidas dos Países-Baixos.

Surpreendido com a aproximação da esquadra da Companhia, recebeu-a a princípio com tiros de advertência, de pólvora sêca, depois de bala, insuficientes, entretanto, para impedir sua entrada na baía de São Marcos e desembarque em São Luís. Mandando emissário aos holandeses, certificaram-se êstes não ter êle conhecimento das referidas ratificações, motivo pelo qual ràpidamente transformaram em ocupação efetiva o que antes haviam convencionado ser acôrdo provisório, sujeito à aprovação das respectivas metrópoles. Ocuparam os invasores as fortificações e os engenhos de açúcar, prenderam e remeteram para Pernambuco e para outros destinos o Governador e a guarnição do Ma-

ranhão, dando início à mesma opressão sôbre os moradores que já se havia verificado em outros pontos do Brasil.

Estendendo o seu domínio sôbre as aldeias indígenas da ilha, o Baixo Itapecuru e a vizinha Donataria de Tapuitapera, tão duramente agiram os holandeses que no ano seguinte rompeu contra êles a sublevação, dirigida pelo senhor de engenho Antônio Moniz Barreiros. Tomaram logo o Forte do Calvário, no Itapecuru, passaram à Ilha de São Luís e aí eficazmente hostilizaram os intrusos. Já em 1643 receberam úteis reforços do Pará, embora maiores recebessem os holandeses de Pernambuco. Morreu, porém, num encontro, o chefe dos maranhenses, logo substituído por Antônio Teixeira de Melo. Tantas foram entretanto as dificuldades enfrentadas, que tiveram de passar para o continente, à região de Alcântara, naquela Capitania hereditária.

Recebendo novos reforços do Pará voltaram à ilha e retomaram a ofensiva, conseguindo, afinal, em fevereiro de 1644, que abandonassem São Luís os holandeses, rumo ao Ceará, e daí, por terra, ao Rio Grande, terminando, assim, a efêmera ocupação do Maranhão.

e) *Administração nassoviana*

Tem sido objeto de exagerados louvores, inclusive por parte de escritores brasileiros, a administração durante pouco mais de sete anos exercida na precária Nova Holanda pelo Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Numerosos são os erros veiculados a seu respeito, inclusive os que o dão como Príncipe holandês e descendente de Guilherme, o Taciturno, promotor da reunião de nossa primeira Assembléia Legislativa, etc. Se tinha, como fidalgo, algumas qualidades que o colocavam acima de seus mais modestos antecessores, não foi, como o demonstram seus atos, o extraordinário administrador que se quer apresentar. Trata-se, antes, de homem inteligente que, embora mercenário, interessou-se pela tarefa que lhe foi confiada e procurou realizá-la de acôrdo com as próprias tendências, conquanto nem sempre atendendo às conveniências apenas utilitárias da Companhia das Índias Ocidentais. O médico Pies, o botânico Marcgrav, os pintores Post, Eckhout e Wagener, que aqui com êle estiveram, prestaram serviços úteis ao Brasil, que lhe devemos agradecer, sem que daí resulte qualquer benemerência à emprêsa corsária que superintendia o assalto à colônia portuguêsa, exclusivamente tendo em vista o apossamento de suas riquezas, em primeiro lugar a do açúcar, criadas pelos que realmente a descobriram, povoaram e colonizaram.

Quanto ao Conde João Maurício, como registrou Frei Manuel Calado e resumiu Capistrano de Abreu, era "fidalgo de raça, capaz de sentir uma injustiça e repará-la, amante de festas e esplendores, inclinado a farsas nem sempre do gôsto mais delicado, admirador das belezas tropicais, isento da preocupação de voltar a terras mais civilizadas. Em limpeza de mãos ficou infinitamente abaixo de Matias de Albuquerque: está provado o seu conluio em contrabandos com Gaspar Dias

Ferreira, que, como era natural, logrou-o no ajuste das contas feito em Holanda, quando o Príncipe já não governava" [15].

Não se lhe negará, porém, que cuidou da povoação em honra de seu primo, o *Stathouder*, denominado Maurícia, o atual Recife. Mas, como também registrou Capistrano, da "obra do administrador nada sobrevive; seus palácios e jardins consumiram-se na voragem de fogo e sangue dos anos seguintes; suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa" [16].

Quanto à sua ação militar, já vimos como foram fáceis e inglórias a reconquista das Alagoas, as ocupações do Ceará, Sergipe e Luanda, malograda a tentativa contra a cidade do Salvador e transitória a conquista do Maranhão, em seu tempo de govêrno empreendidas.

Econômicamente, beneficiou-se o seu período da relativa paz ou diminuição de hostilidades de que gozou durante certo tempo. Aumentaram em alguns anos a produção e as rendas do açúcar, embora nunca tenham conseguido os holandeses pôr a funcionar nem dois terços dos engenhos antes dêles existentes na área ocupada. Mas ainda antes de seu regresso não tardaram a diminuir aquêles índices estatísticos, conforme documentadamente apurou Hermann Wätjen [17].

Outro fato da fase nassoviana que tem sido objeto de exageradas interpretações, é o relativo à reunião, no Recife, em 1640, de uma assembléia de vereadores das antigas Câmaras municipais da região ocupada, então denominados *escabinos*, à maneira holandesa. Nisso já se tem querido ver as origens do sistema representativo ou parlamentar no Brasil, embora seja evidente o absurdo da proposição. Note-se, apenas, que as reclamações aí formuladas pelos luso-brasileiros, quanto à perseguição religiosa e excessos e abusos cometidos pelas autoridades e prepostos da Companhia, não foram de nenhum modo atendidas, tornando-se inteiramente inútil a referida reunião.

Também não foi João Maurício, como errôneamente tem sido apresentado, tolerante quanto à religião católica, dominante em tôda a região ocupada. Interesseiramente protegeu os judeus, que para isso pagavam-lhe uma contribuição, a ponto de suscitar reclamações. E teve motivos inconfessáveis para amparar os calvinistas, pois uma de suas amantes no Brasil foi exatamente a filha do respectivo pastor. Quanto aos católicos, se por interêsse político durante algum tempo permitiu seu culto, não tardou a persegui-los, expulsando do território ocupado todos os frades franciscanos, beneditinos e carmelitas que nêle ainda se encontravam.

---

(15) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 168. — Note-se que João Maurício só teve o título de Príncipe não reinante, do Santo Império Alemão, muitos anos depois de sua retirada do Brasil.

(16) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 167.

(17) Em *O domínio colonial holandês no Brasil*, tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti (São Paulo, 1938), passim.

5 — Insurreição Pernambucana (1645/1654)

O regime a que a Companhia das Índias Ocidentais submeteu as regiões ocupadas "era duro, as extorsões contínuas" escreveu Capistrano de Abreu ([18]). Além dos prejuízos materiais, sofriam os moradores os da intolerância religiosa dos adventícios. Natural foi, portanto, que surdamente lavrasse o descontentamento, apesar da vigência do armistício e aliança convencionados por Portugal e os Estados Gerais dos Países-Baixos.

Ainda antes da saída do Conde João Maurício do Brasil, ocorrida em 1644, já se sabia da tendência à insurreição. Ela se tornou mais veemente depois que com permissão do nôvo Governador português, Antônio Teles da Silva, foi à Paraíba André Vidal de Negreiros e começou a articular um movimento nesse sentido. Circulando rumores do que se tramava, mandaram emissários à Bahia, a fim de reclamar junto à autoridade colonial, os governantes holandeses do Recife. Negou Teles da Silva qualquer auxílio aos conspiradores, embora secretamente fôsse conhecedor da situação.

Agravou-se esta em 1645, quando deixaram a Bahia, rumo a Pernambuco, Henrique Dias e seus prêtos, como "fugitivos", depois D. Antônio Filipe Camarão e seus indígenas, "em perseguição" àqueles. Confirmava-se, assim, a boa vontade oficial, quanto à reação que se planejava.

Para seu bom êxito constituiu fator decisivo a participação e a chefia do madeirense João Fernandes Vieira, poderoso senhor de engenho, que combatera os intrusos ao lado de Matias de Albuquerque, mas que com êles proveitosamente convivera nos últimos anos, comerciando e enriquecendo. Graças às suas providências e fortuna, armas e munições puderam ser prèviamente reunidas, em locais seguros. Além dêle, entraram na conspiração Antônio Cavalcânti e outros senhores de engenho, desejosos da "restauração da pátria" e da "liberdade divina", isto é, da livre prática de sua religião.

A 13 de junho rompeu na Várzea do Capibaribe a gloriosa Insurreição Pernambucana, amplo movimento coletivo de rebeldia contra o herege invasor e contra as espoliações que por parte da Companhia das Índias Ocidentais sofriam os moradores das regiões brasileiras por ela indèbitamente ocupadas.

a) *Retomada de grande parte do território invadido*

Reunidos os insurretos, foi dar-lhes combate, perto da atual Vitória de Santo Antão, no monte das Tabocas, fôrças mais bem armadas do coronel Haus. Reagiram muito bem os comandados de João Fernandes Vieira e do Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, militar de carreira, que a 3 de agôsto conseguiram vencê-las, tomando-lhes armamentos e munições indispensáveis à continuação da luta.

(18) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 168.

Evidenciando o auxílio do Governador Teles da Silva, dois Terços de tropa paga vieram da Bahia, sob o comando do veterano Martim Soares Moreno e de André Vidal de Negreiros, desembarcando perto de Serinhaém, cujo Forte se lhes rendeu.

Reunidas aos vencedores das Tabocas as fôrças de Henrique Dias e Camarão, nova vitória alcançaram a 16 de agôsto, no engenho de D. Ana Pais, em Casa Forte, já às portas do Recife, onde fizeram 243 prisioneiros e libertaram mulheres e filhos de luso-brasileiros, aí recolhidos.

Pouco depois, rendeu-se às nossas fôrças o Forte do Pontal, no Cabo de Santo Agostinho. Com isto, reavemos o pôrto pelo qual podiam vir recursos por via marítima, como ocorrera de 1630 a 1635. "Assim a restauração começava por onde findara a conquista" (19).

No mesmo mês de setembro Alagoas e Sergipe voltaram à nossa posse, com as rendições dos holandeses de Pôrto Calvo, graças a Cristóvão Lins; de Penedo, devida a Nicolau Aranha; de São Cristóvão, obtida por D. João de Sousa. Ficava, assim, em nosso poder, todo o Sul de Pernambuco, concentrando-se os intrusos em suas praças de guerra, novamente sem tirar proveito de sua permanência no litoral.

Nem só de triunfos constou essa primeira parte da campanha restauradora. A frota de Jerônimo Serrão de Paiva, que havia trazido da Bahia os Terços de Moreno e Vidal, foi surpreendida e batida por Lichtardt, na Baía de Tamandaré. Em Itamaracá e na Paraíba falharam as nossas tentativas de apossamento e rebelião. No Rio Grande os prisioneiros luso-brasileiros foram entregues pelo judeu Jacó Rabbi aos indígenas, para que êstes os massacrassem, em Cunhaú.

Para consolidação da reconquista e para inquietar os encurralados do Recife, fundou-se na Várzea, um pouco ao sul do Capibaribe, o segundo Real do Bom Jesus, o Arraial Nôvo que seria o definitivo centro da reação libertadora. Aí se firmou, pelo povo, nobreza e clero, a 7 de outubro, a aclamação de João Fernandes Vieira como Governador dos insurretos.

Durante o ano de 1646 mantiveram êstes as suas posições, conseguindo ampliá-las com a retomada das Vilas de Olinda e da Conceição, esta em Itamaracá, onde entretanto continuaram os holandeses de posse do Forte de Orange. Recebendo reforços, inùtilmente tentaram retomar a antiga capital pernambucana. Não o conseguindo, permanecia quase completamente cercado pelos nossos o Recife, onde se estabeleceu Henrique Dias na Estância, ficando Camarão e seus índios próximo ao Forte dos Afogados.

Por algum tempo apenas conseguiram os intrusos reocupar Penedo, até março de 1647.

Por essa época, tendo em vista apresar embarcações que compensassem os prejuízos que sofriam em Pernambuco, resolveram os holandeses ocupar a Ilha de Itaparica, fronteira à cidade do Salvador, na Baía

(19) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, p. 171.

de Todos os Santos. Fizeram-no por muitos meses, com algum proveito, embora aí fôssem atacados pelo Governador Teles da Silva. Tornou-se necessário o pedido de reforços ao Reino e sabendo-se que êstes viriam com o nôvo Governador, Conde de Vila-Pouca de Aguiar, já no início de 1648 abandonaram Itaparica os seus ocupantes.

b) *As duas batalhas dos Guararapes (1648/1649)*

Recebendo os holandeses de Pernambuco novos reforços, resolveram tentar uma surtida em direção ao centro abastecedor de mantimentos que era Muribeca, ou visando a retomada de nossa base de reaprovisionamento, a barra do Cabo de Santo Agostinho.

Com 4.500 homens, distribuídos em sete Regimentos, saiu do Recife seu principal chefe militar, o mercenário alemão Tenente-General Sigismundo von Schkoppe, em direção ao sul. Tiveram notícia da tentativa os insurretos do Arraial Nôvo, que prontamente o deixaram, tendo em vista impedir a passagem do inimigo, cortando-lhe o passo nos Montes Guararapes, na estrada para Muribeca, a 19 de abril de 1648. Dispunham apenas de 2.200 homens, cujo comando, há pouco, tendo João Fernandes Vieira como colateral, assumira o Mestre-de-Campo-General Francisco Barreto, para isto nomeado por D. João IV e que, aprisionado em Itaparica e conduzido para o Recife, daí conseguira fugir, apresentando-se no Bom Jesus. Dividiam-se, nossas fôrças, nos Terços e Companhias de Vieira, André Vidal, Henrique Dias e D. Antônio Filipe Camarão.

Colocadas sôbre os montes, aí aguardaram o ataque dos holandeses. Infiltraram-se, êstes, em direção às tropas de Camarão, que chegaram a recuar, mas, reforçadas por outras, conseguiram repelir o ataque, depois concentrando-se a luta em um boqueirão, fronteiro a um dos montes, onde os nossos, inclusive combatendo à arma branca, levaram a melhor, fazendo com que os holandeses com grandes perdas se retirassem. Tentou ainda um ataque dirigido às fôrças de Henrique Dias a reserva de que dispunham os holandeses, comandada pelo Coronel Haus. Socorridas, aquelas, por Vieira e Vidal, tiveram os holandeses de abandonar as alturas que haviam atingido. Não se animou von Schkoppe a ordenar nôvo contra-ataque, preferindo retirar-se para o Recife, com perdas de mais de 500 mortos e outros tantos feridos, tendo sido muito inferiores as nossas baixas. Não houve, entretanto, perseguição depois da vitória.

Alguns meses depois, uma expedição preparada no Rio de Janeiro por seu Governador, Salvador Correia de Sá e Benavides, dirigiu-se a Angola e conseguiu retomar São Paulo de Luanda, tirando assim aos holandeses sua base de remessa de escravos negros para o Brasil.

No início de 1649, decidiu o nôvo comandante holandês, Coronel Brinck, tentar outra surtida do Recife para o sul, com os mesmos objetivos da anterior. Dispunha de 3.510 homens e 6 canhões.

Como dez meses antes, do plano tiveram notícia os nossos, que contavam com 2.600 homens. Os comandos ainda pertenciam a Francisco

Barreto, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Henrique Dias, com o acréscimo do Têrço das Ilhas, do Mestre-de-Campo Francisco de Figueiroa, e a substituição, na chefia dos índios, de D. Antônio Filipe Camarão, falecido no ano anterior, por seu sobrinho D. Diogo Pinheiro Camarão. Alguma cavalaria era comandada por Antônio Silva.

A 18 de fevereiro daquele ano saíram do Recife os intrusos, e no mesmo dia os nossos partiram do Arraial, ao seu encontro. Desta vez, porém, aquêles chegaram primeiro aos Montes Guararapes e prontamente os ocuparam e fortificaram. Resolveu-se, em conselho, que nosso ataque se faria pelo sul, no dia seguinte. Neste, começaram as preliminares da batalha com simples reconhecimentos, sem que se decidisse o inimigo a deixar as alturas em que estava bem colocado, nem nós a tentar desalojá-los delas. Assim transcorreu tôda a manhã e só depois de 1 hora da tarde, resolveram-se êles a descê-las, sendo prontamente atacados. A luta duramente se travou na várzea, nas elevações e boqueirões vizinhos e veio finalmente a decidir-se a nosso favor, inclusive em ativa perseguição até à Barreta, com mais de 1.000 baixas dos holandeses, inclusive a morte do Comandante Brinck.

c) *Expulsão dos holandeses do Nordeste*

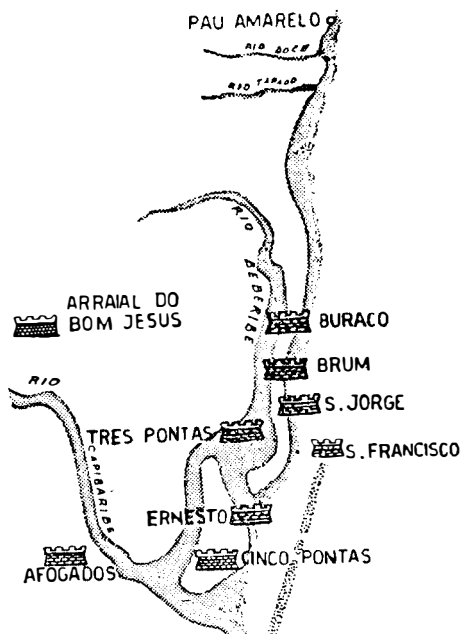
Depois da segunda Batalha dos Guararapes limitaram-se os holandeses à defensiva dentro das praças fortificadas que ainda se encontravam em seu poder, no Recife como em Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Fernando de Noronha. Não dispondo Portugal de poderio naval correspondente ao holandês, nem os insurretos de artilharia que pudesse dominar aquelas fortificações, prolongava-se a situação sem decisão em favor de qualquer dos beligerantes.

Ainda em 1649 uma providência tomou o govêrno português que seria de grande influência na definitiva saída dos holandeses de nosso território. Por sugestão do Padre Antônio Vieira criou a Companhia Geral do Comércio do Brasil, que tinha como um de seus mais importantes objetivos a obtenção de maior segurança no respectivo tráfico marítimo, que sòmente com aquela expulsão seria possível.

Assim, no ano seguinte, já a primeira frota da emprêsa, que trouxe nôvo Governador para o Brasil, o 2.º Conde de Castelo Melhor, também conduziu socorros militares para Pernambuco. Faltavam, êstes, aos sitiados holandeses do Recife, cuja situação cada ano se tornava mais precária, inclusive por ter sobrevindo, pouco depois, uma guerra dos Países-Baixos contra a Inglaterra, que diminuiria, ainda mais, os recursos da Companhia das Índias Ocidentais, em sua já falhada tentativa no Brasil. Pelo famoso *Ato de Navegação,* de Cromwell, ficaram os holandeses sem liberdade de ação no mar, onde, até aí, haviam gozado de inegável supremacia.

Aconteceu, entretanto, em 1653, que alguns corsários conseguiram tomar quatro navios da Companhia Geral do Comércio do Brasil, resolvendo-se que esta, em represália, tornaria mais forte o seu auxílio

aos insurretos de Pernambuco, aprestando uma esquadra mais poderosa, que viesse agir em cooperação com os que assediavam o Recife.

Foi o que se fêz em fins dêsse ano, vindo a referida frota sob o comando de Pedro Jaques de Magalhães, posteriormente Visconde de Fonte Arcada. A 20 de dezembro apareceram seus navios em frente ao Recife. Entrou o Comandante em entendimento com o Mestre-de-Campo-General Francisco Barreto e começou a bombardear, pelo lado do mar, os fortes que defendiam a povoação, enquanto por terra apertavam o cêrco os insurretos.

Fortificações luso-brasileiras e holandesas na região do Recife, por ocasião da expulsão dos invasores, com exceção do Arraial do Bom Jesus, que é o primeiro dêsse nome.

Em janeiro seguinte, um a um foram se rendendo os fortes e baluartes de defesa dos holandeses. Era desesperadora a sua situação, quando no dia 23 solicitaram a suspensão das hostilidades, o que foi aceito, assinando-se a respectiva Capitulação a 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, próximo ao Forte das Cinco Pontas. Cessava, assim, em Pernambuco, a luta iniciada há 24 anos. Completa era a vitória dos luso-brasileiros, duramente conseguida.

De acôrdo com as disposições da rendição final, os vencedores comprometeram-se a respeitar as propriedades dos vencidos; concediam-lhes o prazo de três meses para que ultimassem seus negócios no Brasil; teriam transporte para a Europa; entregariam tôdas as outras praças ainda em seu poder, com a respectiva artilharia e munições de guerra.

Conseqüentemente, no dia 27 foram ocupados pelos nossos os demais fortes do Recife. E no dia seguinte Francisco Barreto e seus comandados entraram vitoriosos na povoação. Foi recebê-los o próprio Tenente-General Sigismundo von Schkoppe, que o Mestre de Campo-General tratou com tôda a consideração.

Seguiram-se as ocupações da Paraíba e Rio Grande, já abandonadas pelos holandeses, como de Itamaracá, Ceará e Fernando de Noronha.

Para levar a notícia da restauração de Pernambuco a Portugal foi comissionado André Vidal de Negreiros, recebendo-a com grandes demonstrações de alegria e recompensas aos vitoriosos o Rei D. João IV.

6 — Paz de Portugal com a Holanda (1661)

Longas e difíceis foram as negociações de paz entre Portugal e os Estados Gerais dos Países-Baixos. Começadas em 1641, logo depois da restauração da monarquia lusitana, sòmente terminaram vinte anos depois, em 1661. Por seu interêsse relativamente ao Brasil, aqui resumiremos êsses agitados entendimentos diplomáticos, que compreendiam não só a situação política dos dois países na Europa, como a questão da posse dos domínios portuguêses na África, Ásia e Oceania.

a) *Entendimentos diplomáticos*

Já mencionamos o armistício, válido por dez anos, em 1641 assinado por representantes dos dois países. Como deveria entrar em vigor sòmente depois da respectiva ratificação, e esta, pelas vigentes dificuldades de comunicações, não podiam ser rápidas, disto se aproveitou o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, Governador da precária Nova Holanda, para, deslealmente, aumentar os respectivos domínios, ocupando Sergipe, Ceará, Luanda e Maranhão.

Posteriormente, estando Portugal em guerra contra a Espanha, para manutenção de sua Independência, chegou a auxiliá-lo a Holanda, inclusive enviando tropas a Portugal [20].

D. Francisco de Sousa Coutinho foi o hábil Embaixador português na Haia que, em conseqüência da Insurreição Pernambucana de 1645 teve de enfrentar difíceis negociações relativas à impossível manutenção do armistício e a permanência dos flamengos no Brasil. Tendo como Secretário o jesuíta Antônio Vieira, êste, à vista do nôvo perigo e dos grandes prejuízos resultantes da ocupação holandesa da ilha de Itaparica, em 1647, redigiu o famoso "Papel Forte", em que aconselhava a D. João IV a cessão de Pernambuco, em favor dos invasores, para preservação do resto do Brasil. Resgatou êsse êrro, com o conselho da criação da Companhia de Comércio, que viria a ser um dos fatôres da definitiva expulsão dêles, de nosso território.

(20) Na Batalha de Montijo, que em 1644 travou contra os espanhóis, vencendo-os, teve Matias de Albuquerque, sob seu comando, fôrças holandesas de cavalaria. (Cf. Helio Vianna — *Matias de Albuquerque*, cit., p. 51, nos *Estudos de História Colonial*, cit., p. 234).

Antes dêsse ato de 1649, já o resultado da primeira batalha dos Guararapes havia contribuído para reforçar a convicção de que os próprios moradores do Brasil de nenhum modo se conformariam com a ocupação holandesa do litoral do Nordeste.

Depois da segunda batalha dos Guararapes, nôvo e notável representante português foi enviado a Haia, o escritor Antônio de Sousa de Macedo, encarregado de obter a paz quando terminasse o prazo do já obsoleto armistício. Apesar das concessões, monetárias e outras, que estava autorizado a oferecer, nada conseguiu.

Quando surgiram para os holandeses as dificuldades resultantes do conflito com a Inglaterra, a êles coube enviar emissários a Lisboa, com propostas em que sustentavam o seu desejo de manter-se no Brasil, o que foi preliminarmente recusado por D. João IV.

Com a Capitulação de 1654 criou-se uma situação de fato, quanto ao Brasil, mas não quanto a outros domínios portuguêses, nos quais também tinha e manteve pretensões a Holanda.

Daí a continuação das referidas negociações diplomáticas, que pouco depois chegaram a positivo rompimento, com hostilidades navais dos flamengos contra Portugal, quando governava como Regente, na menoridade de D. Afonso VI, a Rainha-viúva D. Luísa de Guzmán.

b) *Tratado de Paz da Haia*

Retomados os entendimentos, renovou-se a idéia do pagamento de uma indenização pela desistência, por parte dos holandeses, de territórios brasileiros. Com a mediação inglêsa, graças à aliança resultante do casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II, chegaram à conclusão as negociações dirigidas pelo Embaixador Conde de Miranda, celebrando-se, afinal, em 1661, um Tratado de Paz.

De acôrdo com suas disposições, desistiam os holandeses de suas pretensões a quaisquer pontos do Brasil, mediante o pagamento de uma indenização de quatro milhões de cruzados (correspondentes a 1.600 contos de réis), pagos anualmente em prestações de 250.000 cruzados. Dêstes, competiria ao Brasil pagar 120.000, mais 20.000 de contribuição para o dote daquela Infanta. Outras concessões, como a de comerciarem e residirem os holandeses em domínios portuguêses, aqui não tiveram efeito. Muito poucos foram os que aqui permaneceram, inclusive por terem contraído matrimônio com portuguêsas e brasileiras.

Diminutas, foram, portanto, as conseqüências materiais da tentativa de fixação no Brasil, durante um trintênio do século XVII sustentada pela holandesa Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Grandes foram, porém, as conseqüências morais dessa insólita invasão e emprêsa de corso, que jamais chegou a revestir-se das características de verdadeira colonização. Mostrou que os luso-brasileiros sabiam resistir às pretensões de aventureiras emprêsas estrangeiras, e que os descendentes de portuguêses, aliados a negros e indígenas, já iam formando uma pátria, consciente de sua grandeza e unidade.

XVI

ÓRGÃOS METROPOLITANOS DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Para a administração dos domínios ultramarinos, contaram os reis portuguêses e espanhóis com a colaboração de vários altos funcionários e repartições especializadas, durante o período colonial. Agiram, êsses auxiliares administrativos, não só na América mas igualmente na Europa, principalmente em Lisboa, e apenas durante a união das monarquias ibéricas também na Espanha. Daí a designação, que lhes cabe, de órgãos metropolitanos da administração colonial.

Vejamos, em ordem cronológica, êsses influentes fatôres de nossa história anterior à Independência.

1 — Secretários Reais e Secretários de Estado

Os reis portuguêses e espanhóis, anteriores a D. João IV, tiveram como principais auxiliares, inclusive quanto aos negócios coloniais, diversos *secretários* diferentemente designados. Pelas providências que sugeriram ou que lhes foram atribuídas, são constantemente mencionados na História do Brasil, nos reinados de D. Manuel I e D. João III, os nomes de Antônio Carneiro, Senhor da Ilha do Príncipe; seu filho Pero de Alcáçova Carneiro, depois Conde de Idanha; e D. Antônio de Ataíde, 1.º Conde da Castanheira. Ao tempo de Filipe II, foi D. Cristóvão de Moura, Conde e Marquês de Castelo Rodrigo, principal encarregado dos negócios de Portugal e Brasil. Filipe III e IV tiveram como predominantes Ministros, respectivamente, o Duque de Lerma e o Conde-Duque de Olivares.

Restaurada a monarquia portuguêsa, distinguiu-se como conselheiro de D. João IV, nos assuntos brasileiros, o Padre Antônio Vieira. O 3.º Conde de Castelo Melhor foi o principal Secretário de D. Afonso VI; como o 3.º Conde da Ericeira e o Duque de Cadaval, de D. Pedro II; Diogo de Mendonça Côrte Real e Marco Antônio de Azevedo Coutinho, de D. João V, que também teve como destacado auxiliar o brasileiro Alexandre de Gusmão. Nenhum *Secretário de Estado* português teve, porém, a importância e a influência do Marquês de Pombal, no reinado de D. José I. De D. Maria I, foi Martinho de Melo e Castro o mais qualificado Ministro da Marinha e Ultramar. Estudo especial merecerão os auxiliares de D. João VI.

Ao lado dêsses depositários da confiança real, como órgãos técnicos, consultivos, executivos e fiscais, existiram, porém, desde o século XVI, várias instituições típicas do sistema colonial português e espanhol. Sua intervenção na história brasileira foi das mais ativas, antes, durante e depois do período de que estamos tratando, motivo pelo qual merecem circunstanciada referência.

2 — *Casa da Índia*

Antes da criação de qualquer órgão metropolitano dotado de funções que atingissem o Brasil, sabe-se que teve intervenção em seus assuntos, ainda nos primeiros tempos da exploração e colonização da nova terra, a *Casa da Índia.*

Era esta, no dizer de Almeida d'Eça, "essencialmente, e ao mesmo tempo, alfândega e capitania do pôrto, para nos servirmos de expressões modernas. Mas a Casa da Índia era também Ministério das Colônias; por ela passavam todos os negócios da administração ultramarina, desde a nomeação de funcionários até à promulgação dos regimentos gerais e dos simples alvarás individuais" (1).

Coube a Varnhagen registrar a participação da Casa da Índia nas primeiras providências relativas à colonização do Brasil, assinalando ter sido ordenado, em 1516, por um alvará dirigido aos respectivos feitor e oficiais, que fornecessem "machados e enxadas e tôda a mais ferramenta às pessoas que fôssem a povoar o Brasil", e que "procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre e ferro e mais coisas necessárias" para a fatura do dito engenho (2).

3 — *Vedores da Fazenda*

A fim de "disciplinar melhor o tráfico ultramarino, centralizando a superintendência sôbre as suas receitas e despesas nos *Vedores da Fazenda",* no mesmo ano de 1516 a êstes foi dado nôvo regimento, competindo-lhes "prover à boa arrecadação das rendas, direitos e mais coisas que ao Rei pertençam, ainda que existam fora do Reino e seus domínios. Despachavam na Casa da Fazenda e todos juntos formavam a Mesa da Fazenda, assistida de seus escrivães". — "Superintendendo na atividade das feitorias, na remessa das armadas e seu provimento, na venda das mercadorias recebidas do Ultramar e na mantença dos armazéns — era dêles que dependia a Casa da Índia e se nos lembrarmos do importantíssimo papel que as feitorias representavam na expansão

(1) Almeida d'Eça — *Normas Econômicas da Colonização Portuguêsa,* p. 77, apud Marcelo Caetano — "Notas para uma memória sôbre o Conselho Ultramarino", in *Estudos Gerais,* publicação da 5.ª Seção do I Congresso de História da Expansão Portuguêsa no Mundo (Lisboa, 1938), vol. II, p. 174.

(2) Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil,* 4.ª ed. integral, tomo I (São Paulo, 1948), p. 106/107.

portuguêsa, logo abrangeremos a vastidão das atribuições que cabiam aos vedores na administração do Ultramar" (3).

Talvez por conhecerem, em razão de seus cargos, as possibilidades de exploração prática que oferecia o Brasil, requereram capitanias em sua costa, quando D. João III as distribuiu, João de Barros, o historiador, Feitor da Casa da Índia, e Fernando Álvares de Andrade, Tesoureiro-Mor do Reino e, como tal, um dos referidos Vedores da Fazenda Real.

4 — Mesa da Consciência e Ordens

Ao mesmo Rei Colonizador coube a criação da Mesa da Consciência, em 1532, que ampliou para *Mesa da Consciência e Ordens,* quando em 1551 à Coroa definitivamente se agregou, por decisão papalina, o mestrado das Ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, Santiago da Espada e São Bento de Avis. Um breve de Pio IV, de 1563, confirmou o respectivo regimento, expedido em nome de D. Sebastião. Reformou-o, em 1608, Filipe III.

Grande foi a intervenção do nôvo organismo na vida colonial. Para que se veja a sua extensão basta lembrar que à Mesa competia opinar em tôda a matéria eclesiástica em que intervinha o poder real, aconselhando o soberano em todos os assuntos que tocassem à sua consciência, além de prover à administração das Ordens Militares.

Distinguindo o que era da competência da Mesa da Consciência e Ordens do que cabia ao Conselho da Índia, estabeleceu-se em alvará de 1606 que lhe pertencia a provisão dos ofícios das fazendas dos defuntos e ausentes e da redenção dos cativos e arrecadação delas, bem como a "jurisdição judicial e contenciosa entre quaisquer partes; a qual, por ser concedida aos Senhores Reis dêste Reino, meus predecessores, como governadores e perpétuos administradores das Ordens Militares, por bulas apostólicas dos Santos Padres (sem as quais não se podia exercitar) e por virtude delas se cometeu à dita Mesa, se não pode nisto alterar coisa alguma sem concessão de nova graça" (4).

Vê-se, por aí, a razão de ter a Mesa subsistido a tôdas as reformas, não alcançando as suas atribuições em negócios eclesiásticos, ou de defuntos e ausentes, nem mesmo as posteriores incumbências do poderoso Conselho Ultramarino.

Pelo citado regimento, em 1608 dado à Mesa da Consciência e Ordens, foram ratificados os encargos que lhe competiam, sendo os seguintes os que tinham qualquer ligação com a vida colonial brasileira:

"O tribunal devia conhecer dos negócios e papéis da Provedoria-Mor dos que morressem fora do Reino, dos respectivos ministros, Tesoureiros-Gerais e particulares das ilhas, Brasil e Guiné, que arrecadassem sua fazenda.

---

(3) Marcelo Caetano — *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império* (Lisboa, 1943) p. 13.
(4) Marcelo Caetano — "Notas" cits., p. 176.

Devia também conhecer dos negócios das três Ordens, pessoas do hábito delas, seus ministros, beneficiados, e tudo o que conviesse ao seu bom govêrno no espiritual e temporal, no Reino, como fora dêle, nas Índias Orientais, Estado do Brasil e mais partes ultramarinas.

"Pertencia-lhe igualmente tudo o que tocava à Provedoria dos Cativos e seus resgates, bem como à arrecadação da fazenda dos vassalos que falecessem fora do Reino, salvo dispondo em testamento que na execução dêle não entenderia o Provedor dos Defuntos.

"Conhecia, enfim, das coisas espirituais que os prelados do ultramar escrevessem a El-Rei, e a que fôsse necessário dar resposta, tanto no que tocava à conversão dos infiéis, como ao acrescentamento do culto divino e bem de suas prelazias" (5).

5 — *Conselho da Fazenda*

Para substituir os antigos Vedores da Fazenda Real e aperfeiçoar a administração das finanças públicas, criou Filipe II, em 1591, o *Conselho da Fazenda,* cuja participação nos negócios coloniais ficou patenteada na própria organização, contida em Regimento de 20 de novembro do mesmo ano.

Reunia êsse tribunal (designação então dada a todos os órgãos coletivos da justiça como da administração régia), a jurisdição até então dispersa por três tribunais separados, imprecisamente designados como do Reino, Índia, África e Contos (6).

Compunham-no um Vedor da Fazenda, que o presidia, e quatro Conselheiros, dois dos quais deviam ser letrados, isto é, graduados em ciências jurídicas, todos com direito de voto e assistidos por quatro escrivães da Fazenda. Repartia-se o Conselho em quatro Seções, "das quais a primeira tinha a seu cargo os negócios do Reino; a segunda, os das Índias, da Mina, Guiné, Brasil, São Tomé e Cabo Verde; a terceira, os das Ordens Militares e das Ilhas da Madeira e Açôres; a quarta, finalmente, os de África (Marrocos) e o contencioso".

Apesar da existência e das atribuições do Conselho da Fazenda, quando, em 1604, criou o Duque de Lerma, Ministro de Filipe III, o Conselho da Índia, deixou ao da Fazenda "a direção do comércio colonial e o recebimento das rendas da Guiné, do Brasil e das ilhas do Atlântico; o que é certo é que essa divisão de atribuições originou numerosos conflitos entre os dois Conselhos, proibido o das Índias de intervir na administração colonial, onde mais graves eram os abusos".

"Embora os negócios da Fazenda de Ultramar passassem, posteriormente, a pertencer ao Conselho Ultramarino, tôda a fazenda que fôsse remetida para o Reino seria entretanto administrada pelo Conselho da Fazenda, o qual corria também com o emprêgo e retôrno das carregações.

(5) Rodolfo Garcia — Aula no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, em 1932, posteriormente publicada em seu *Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil* (Rio de Janeiro, 1956), p. 231/232.
(6) Marcelo Caetano — *Op. cit.*, p. 174.

"Do que resolvesse o Conselho Ultramarino sôbre as consultas que lhe fôssem feitas, mandava êle participação ao Conselho da Fazenda, por tocar a êste as despesas respectivas" (7).

6 — Conselho da Índia e Conquistas Ultramarinas

Quanto ao *Conselho da Índia e Conquistas Ultramarinas,* que, como indica o seu nome abrangia tôdas as possessões de Portugal, inclusive o Brasil; sua criação, naquele ano de 1604, resultou da verificação de que não convinha misturar os negócios coloniais aos da metrópole, no mesmo órgão administrativo. Imitaria, além disto, o que, com idêntica denominação, funcionava na Espanha desde 1524, com extensa jurisdição sôbre tôda a América Espanhola.

O tribunal era composto, de acôrdo com o seu regimento, de um Presidente, dois Conselheiros de capa e espada e dois letrados, um dos quais seria clérigo canonista, visto que também assuntos eclesiásticos seriam estudados pelo Conselho.

"Competia ao tribunal o conhecimento de tôdas as matérias e negócios de qualquer natureza, tocantes aos Estados da Índia e do Brasil e mais domínios ultramarinos, à exceção das Ilhas dos Açôres e da Madeira, e dos lugares da costa oriental da África e no Mediterrâneo. No mesmo Conselho da Índia se tratariam e consultariam os provimentos de todos os bispados e ofícios da Justiça, Fazenda e Guerra, expedindo-se por êle as respectivas provisões, bem como os despachos que deviam levar os Vice-Reis, Governadores e Capitães, com exceção sòmente das cartas de nomeação e apresentação dos bispados, que tinham de ser enviadas a Roma, as quais continuariam a ser despachadas pelo Secretário de El-Rei.

"Competiam-lhe também os despachos e mercês por serviços prestados.

"Ser-lhe-iam dirigidas tôdas as cartas e despachos dos ministros, prelados, funcionários, de quaisquer outras pessoas dos domínios ultramarinos.

"Os negócios eram tratados em seções ou turmas distintas, conforme a sua natureza, militar, administrativa, judiciária ou eclesiástica.

"Discutidos os mesmos negócios, o Conselho remetia os papéis com seu parecer a El-Rei, por intermédio do Vice-Rei ou Governadores do Reino (visto que vigorava então a união das duas coroas ibéricas), a fim de se resolver sôbre êles, segundo a forma praticada com os outros tribunais" (8).

De acôrdo com a opinião de Varnhagen, a criação do Conselho da Índia foi de grande auxílio ao melhor govêrno do Brasil, embora pouco tivesse durado, apenas até 1614, ao que consta (9).

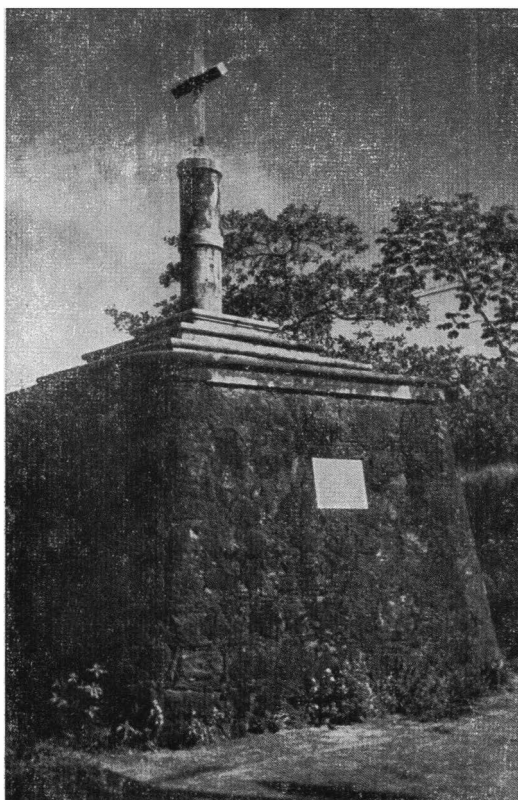
(7) Rodolfo Garcia — "Explicação" preliminar aos "Índices de Consultas do Conselho da Fazenda", nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,* vol. LVIII, de 1936 (Rio de Janeiro, 1939), p. 4. — E, do mesmo autor — *Op. cit.,* p. 228/229.

(8) Rodolfo Garcia — *Op. cit.,* p. 226/228. — O "Regimento do nôvo tribunal da Índia e mais Estados ultramarinos" (1604) — acha-se transcrito em anexo à obra cit., de Marcelo Caetano — *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império,* à p. 93/99.

(9) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.,* tomo II, p. 75/76.

Esta moderna vista aérea da cidade do Recife dá idéia da respectiva topografia, distinguindo-se, à esquerda, o bairro daquele nome; ao centro, a Ilha de Antônio Vaz, em cuja extremidade o atual Palácio do Govêrno, cercado de vegetação, está perto do local do antigo Forte Ernesto, dos invasores holandeses.

O Forte do Brum, destinado à defesa do bairro portuário e comercial do Recife, foi construído pelos invasores holandeses contra os luso-brasileiros que tornaram sempre precária sua estada no Brasil.

O Forte das Cinco Pontas, hoje tendo em seu recinto um quartel, foi um dos construídos pelos holandeses no Recife, situando-se na extremidade sul da Ilha de Antônio Vaz, próximo ao local da rendição de 1654.

Em cima, à esquerda: Monumento no outeiro da Cruz, nas vizinhanças de São Luís, que celebra uma vitória dos luso-brasileiros sôbre os invasores holandeses do Maranhão.

Em cima, à direita: Mestre-de-Campo João Fernandes Vieira (1610-1681), chefe da gloriosa Insurreição Pernambucana, de 1645. Retrato no *Castrioto Lusitano,* de Frei Rafael de Jesus (Lisboa, 1679).

À esquerda: Mestre-de-Campo-General Matias de Albuquerque, Conde de Alegrete (1595-1647), Capitão-Mor de Pernambuco de 1620 a 1627), Governador-Geral do Brasil de 1624 a 1626, chefe da resistência pernambucana contra os holandeses de 1630 a 1635, vencedor da batalha de Montijo, contra os espanhóis, em 1644. Retrato na Galeria de Arte Antiga, de Florença, conforme cópia oferecida ao Palácio Itamarati pelo Barão do Rio Branco, autor da respectiva legenda manuscrita.

7 — *Conselho Ultramarino*

A necessidade da existência de um órgão do tipo do Conselho da Índia faria com que o restaurasse D. João IV, com designação e atribuições ainda mais amplas, no decreto de 14 de julho de 1642, que criou o *Conselho Ultramarino,* a partir de então o mais importante elemento metropolitano da administração colonial.

Os motivos mais imediatos de sua criação, bem como sua composição, longamente mantida, aparecem nas primeiras linhas do referido decreto:

"Pelo estado em que se acham as coisas da Índia, Brasil, Angola e mais conquistas do Reino, e pelo muito que importa conservar e dilatar o que nelas possuo, e recuperar o que se perdeu nos tempos passados, e ser precisamente necessário antes que os danos que ali tem padecido esta Coroa passem adiante, prover de remédio com tôda aplicação, e por todos os meios justos e possíveis: Me resolvi a nomear Tribunal separado em que particularmente se tratem os negócios daquelas partes, que até agora corriam por Ministros obrigados a outras ocupações, sendo as das Conquistas tantas e da qualidade que se deixa entender, e que êste Tribunal tenha no Paço a casa que se lhe assinará e se chame Conselho Ultramarino, em que servirá de Presidente o Vedor da Fazenda da Repartição da Índia, e de Secretário o Escrivão da mesma Repartição, com ordenado, prós e percalços que cada um dêles tinha no Conselho da Fazenda em que até agora me serviram, e dois Conselheiros de capa e espada e um letrado, pessoas que tenham serviços e notícias das Conquistas, de tal satisfação que possa e deva esperar de sua prudência, indústria e trabalho conseguir o fim que pretendo", etc.

Embora reproduzisse muitas atribuições que antes competiam ao Conselho da Índia, algumas inovações continha o regimento na mesma data baixado, relativo ao funcionamento do Conselho Ultramarino.

Assim as resumiu o douto mestre Rodolfo Garcia:

"Os negócios da Fazenda do Ultramar passavam a ser da competência do Conselho Ultramarino, com a declaração, porém, de que a fazenda que viesse remetida para o Reino seria administrada pelo Conselho da Fazenda, o qual corria também com o emprêgo e retôrno das carregações. Competia ainda ao Conselho Ultramarino a consulta das naus e navios que deviam ir às conquistas, do tempo da sua partida e como apercebidas de armas e gente. Do provimento dos empregados ficavam excetuados não só a apresentação dos bispados, mas também os mais lugares e negócios eclesiásticos, a cujo respeito continuava a prática até então observada. Aos outros tribunais ficava expressamente vedado entender nos negócios pelo regimento atribuídos ao Conselho Ultramarino, ainda que por costumes, regimentos e provisões até aquela data corressem por êles" [10].

---

(10) Rodolfo Garcia — *Op. cit.,* p. 228/229.

"Aos dois Conselheiros fidalgos pertencia especialmente o conhecimento dos negócios da guerra e as cartas e papéis dos Vice-Reis, Governadores e Capitães que a ela tocarem; ao letrado competiam os negócios da Justiça".

Na distribuição de seus dias de trabalho, resolveu o Conselho Ultramarino, em 1645, que às quintas e sextas-feiras fôssem tratados os negócios do Brasil.

"O Conselho era ouvido sôbre os negócios que tinham de ser objeto de resolução régia. Umas vêzes era El-Rei que consultava, ou interpunha-se parecer oficiosamente nos negócios vindos do Ultramar: havia uma *consulta de serviço real*. Outras vêzes, o processo formava-se no Conselho, por iniciativa dos interessados, para subir depois à consideração do soberano: eram as *consultas de partes*.

"Numerosíssimas foram as habilitações dos soldados e capitães do ultramar, regressados ao Reino e que aí pretendiam fazer valer os seus direitos para obterem algum benefício: as *consultas de mercês* tinham processo especial, regulado pelo Regimento de 19 de janeiro de 1681. Quando a consulta era feita por El-Rei, mas sôbre negócio a um tempo de interêsse público e particular (v.g. a graduação dos pretendentes a certo lugar), produzia uma *consulta mista* (ou *mística*).

"O parecer do Conselho era dado em regra com brevidade e, sendo unânime, assinado por todos que nêle haviam intervindo; se, porém, houvesse divergências de opiniões, deveria cada um declarar o seu voto, dizendo-se quantos eram de cada parecer.

"Seguia o parecer para o Secretário de Estado, ou das Mercês, conforme os casos (a partir de 1736 para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar), que o apresentava a despacho de El-Rei.

"A resolução real era comunicada pelos Secretários ao Conselho, para êste lhe dar cumprimento, expedindo os diplomas necessários" ([11]).

Com o alargamento de suas atribuições — assinalou Rodolfo Garcia — "sucessivamente foi o govêrno determinando que só se guardassem nas conquistas as ordens e provisões expedidas pelo Conselho Ultramarino, ou pelas Secretarias de Estado e Expediente. Dessa regra foram, contudo, excetuadas as ordens do Contador-Mor dos Contos de Réis e Casa, relativas a contas; e as da Mesa da Consciência e Ordens, relativas a negócios eclesiásticos ou de defuntos e ausentes. As de todos os mais tribunais, e especialmente do Desembargo do Paço, salvo, quanto a êste, as ordens dirigidas aos Ouvidores, foram rigorosamente proibidas, pelas perturbações e conflitos que delas se originavam. É o que consta das provisões do mesmo Conselho, de 17 de maio de 1716, de 24 de dezembro de 1717, de 14 de dezembro de 1724, de 19 de novembro de 1744, de 18 de setembro de 1778 e de diversas outras, bem como de vários Regimentos dados a Governadores e Capitães-Mores.

"O Conselho Ultramarino era assim um tribunal poderoso e respeitado por todos os que dêle dependiam. De quase todos os contratos

(11) Marcelo Caetano — "Notas" cits., p. 180 e 181.

recebia propinas, como eram os contratos dos dízimos, da dízima das alfândegas, das baleias, subsídio dos vinhos, aguardentes e azeites, sal, couros, passagens dos rios, direitos dos escravos, tabaco, etc." ([12]).

Apesar das muitas acusações que também lhe são feitas, inclusive a de ter sido, inevitàvelmente, um aparelho moroso, para que se tenha idéia da extraordinária importância pelo Conselho Ultramarino assumida na administração colonial, basta percorrer qualquer relação de documentos históricos referentes ao Brasil, e verificar o número surpreendente de consultas em que foi ouvido e o grande conhecimento de causa com que opinavam os seus membros. Dêstes, muitos eram ex-Governadores dos domínios de Ultramar, que para o Conselho levavam a sua experiência e conhecimento dos homens e dos longínquos ambientes em que haviam agido.

Foi êste o caso, por exemplo, do primeiro Presidente do Conselho Ultramarino, Marquês de Montalvão, que também havia sido primeiro Vice-Rei do Brasil. Como também dos 11.º, 12.º e 13.º Presidentes, Condes da Cunha e de Resende e D. Fernando José de Portugal e Castro (depois Conde e Marquês de Aguiar) — todos três ex-Vice-Reis do Brasil. E, se não foi Governador-Geral, Salvador Correia de Sá e Benavides, três vêzes Governador do Rio de Janeiro, filho e neto de antecessores no cargo, de 1644 a 1680 muito trabalhou pelo Brasil, como membro do Conselho Ultramarino. Fechando, porém, a lista das referências pessoais, com a omissão de numerosos ex-Governadores de Capitanias depois Conselheiros, nenhum nome melhor que o do brasileiro Alexandre de Gusmão, também membro do Conselho.

(12) Rodolfo Garcia — *Op. cit.*, p. 228/231.

XVII

O ESTADO DO MARANHÃO NO SÉCULO XVII

1 — Capitania do Maranhão

Conquistada a Ilha do Maranhão aos franceses e indígenas seus aliados, em 1614/1615, aí deixou Alexandre de Moura, como Capitão-Mor da nova capitania da Coroa, com sede em São Luís, Jerônimo de Albuquerque, que ao sobrenome acrescentou a palavra Maranhão, conservada por seus descendentes.

A fim de submeter os indígenas do continente, várias entradas foram então organizadas. Sob o comando de Bento Maciel Parente penetraram os luso-brasileiros pelos Rios Mearim e Pindaré. Martim Soares Moreno, e depois Matias de Albuquerque Maranhão, filho do capitão-mor, devassaram a região vizinha de Cumá, ao segundo cabendo submeter os índios aí rebelados. Francisco de Azevedo explorou, pela primeira vez, os Vales do Turi-Açu e Gurupi. Pedro Teixeira foi o primeiro a vir, por terra, do Pará ao Maranhão, com a notícia da fundação de Nossa Senhora de Belém.

Falecendo Jerônimo em 1618, teve como sucessor o filho Antônio de Albuquerque Maranhão. Não quis êste, porém, governar assessorado por dois capitães designados pelo pai e, protestando um dêles, Bento Maciel Parente, prendeu-o e enviou-o para Pernambuco. Retirando-se também o outro, Diogo da Costa Machado, manteve-o como adjunto do Capitão-Mor do Maranhão, o Governador-Geral D. Luís de Sousa, motivo pelo qual preferiu Antônio abandonar o pôsto.

No govêrno de Costa Machado comandou Bento Maciel nova expedição contra os tupinambás, desde Tapuitapera até o Pará. Voltando ao Maranhão, fundou um forte próximo à foz do Itapecuru, dando início ao povoamento da região.

Por essa época, chegando ao Maranhão quatro embarcações que traziam numerosos casais de açorianos trazidos por Jorge de Lemos Bittencourt e Antônio Ferreira Bittencourt, recebeu incremento a sua colonização, tornando possível a organização da vida municipal, com a criação da Câmara de São Luís. Designados os eleitores, a êstes competiu a escolha dos juízes, vereadores e procurador. Também se determinou que fôssem encaminhados para o Maranhão degredados anteriormente destinados a outros pontos do Brasil.

Nomeando-se, em 1619, um Ouvidor-Geral para o Maranhão, ficou

estabelecido que de seus atos haveria apelação, não para a Relação, já existente na Bahia, mas para a Casa da Suplicação, de Lisboa, atendendo-se à maior facilidade das comunicações marítimas diretas, de São Luís para Portugal.

Ao nôvo Capitão-Mor, Antônio Moniz Barreiros, coube a fundação do primeiro engenho de açúcar do Maranhão, à margem do Itapecuru. Em seu tempo desenvolveu-se a agricultura e progrediu a cidade de São Luís.

2 — *Criação do Estado do Maranhão*

A maior facilidade das comunicações marítimas diretas da chamada costa Leste-Oeste com a Europa, e não com a Bahia, sede do govêrno-geral do Brasil, determinou a criação, em 1621, do Estado do Maranhão, separado daquele. Compreenderia as capitanias do Ceará, Maranhão e Grão-Pará, tôdas pertencentes à Coroa, a primeira e a terceira com Capitães-Mores dependentes do Governador do nôvo Estado, com sede em São Luís. Para o cargo foi nomeado, em 1623, Francisco Coelho de Carvalho, antigo Capitão-Mor da Paraíba, que no ano seguinte chegou a Pernambuco. Aí foi, entretanto, retido pelo Governador-Geral Matias de Albuquerque, que por motivo da ocupação da cidade do Salvador, pelos holandeses, resolveu servir-se dos soldados destinados ao Maranhão, que trazia Francisco. Sòmente em 1626 pôde êle chegar a São Luís e tomar posse do cargo.

Em sua companhia vieram alguns missionários capuchinhos, chefiados por Frei Cristóvão de Lisboa, encarregados, inclusive, de obstar a continuidade da administração de indígenas, arbitràriamente exercida pelos colonos. Pondo em execução o Alvará de 1624, que o determinava, tiveram algum êxito no Maranhão, não no Gão-Pará.

a) *Capitanias hereditárias do Estado do Maranhão*

A fim de fomentar o povoamento do Estado do Maranhão, de acôrdo com anterior sugestão de Bento Maciel Parente, vinha Francisco Coelho de Carvalho autorizado a criar capitanias hereditárias em seu território, distribuindo-as a pessoas habilitadas a promover o seu desenvolvimento.

Criou, assim, em 1633, nas terras de Cumá ou Cumã, a de Tapuitapera, concedendo-a ao irmão, o Desembargador Antônio Coelho de Carvalho. E entre os Rios Turi-Açu e Caeté, êste no atual Estado do Pará, a Capitania de Caeté ou Gurupi, destinada a seu filho Feliciano Coelho de Carvalho. Contra esta última concessão reclamou Álvaro de Sousa, filho do ex-Governador-Geral Gaspar de Sousa, alegando ter sido a êste prometida, desde 1622, como prêmio aos seus serviços, uma capitania no Maranhão. Obteve resultado o protesto, ficando a referida Donataria de Caeté para o reclamante, recebendo Feliciano uma nova capitania hereditária à margem do Rio Tocantins, a de Cametá, em 1636.

Instaladas as novas unidades administrativas, foram suas vilas capitais Alcântara, fronteira a São Luís, na Capitania de Tapuitapera ou Cumã; Caeté (atual Bragança, no Pará) e Cametá, nas donatarias dos mesmos nomes.

Em 1637 doou a Rei Filipe IV a Bento Maciel Parente, militar, sertanista e administrador, na região onde hoje fica o Território Federal do Amapá, a Capitania do Cabo do Norte.

A Ilha Grande de Joanes ou Marajó foi em 1665 por D. Afonso VI concedida ao diplomata e escritor Antônio de Sousa de Macedo, cujos descendentes donatários foram Barões da Ilha Grande de Joanes.

A última capitania hereditária criada no Brasil colonial foi a do Xingu, de vinte léguas à margem direita dêsse rio, sem qualquer efeito em 1685 por D. Pedro II doada a Gaspar de Abreu de Freitas, para seu filho Luís.

Foram, portanto, em número de seis, as capitanias hereditárias no século XVII concedidas no Estado do Maranhão.

3 — *Principais Governadores*

Do primeiro Governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, já mencionamos a criação, no respectivo território, de suas três primeiras capitanias hereditárias. Em São Luís cuidou do melhoramento das fortificações e construiu casa para residência dos Governadores. Foi também ao Grão-Pará, capitania real, subalterna ao Maranhão. Em Cametá, sede da donataria pertencente ao filho Feliciano, faleceu o Governador, em 1636.

Substituído por Jácome Raimundo de Noronha, a êste coube iniciativa de grandes conseqüências para a expansão territorial brasileira: determinou a viagem do Capitão Pedro Teixeira, águas acima, até Quito, no atual Equador, em terras então pertencentes ao Vice-Reino espanhol do Peru — conforme adiante estudaremos, na Conquista da Amazônia.

Nomeado em 1637, no ano seguinte tomou posse do govêrno maranhense o militar e sertanista Bento Maciel Parente, que em 1641 fêz aclamar, no Estado, o Duque de Bragança, como D. João IV de Portugal. No mesmo ano não teve, porém, elementos para resistir à invasão dos holandeses no Maranhão, realizada apesar da trégua convencionada na Haia, sendo aprisionado e levado para Pernambuco, morrendo quando daí era conduzido para o Rio Grande.

Apenas até 1644 durou a ocupação da Ilha do Maranhão pelos mercenários da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, que graças aos esforços dos moradores, chefiados, a princípio por Antônio Moniz Barreiros, depois por Antônio Teixeira de Melo, conseguiram expulsá-los naquele ano. Pela mesma época faleceu, em Belém, Pedro de Albuquerque, o heróico defensor do Forte de Rio Formoso, que do Grão-Pará exercia o govêrno do Estado.

Substituiu-o outro Francisco Coelho de Carvalho, o Sardo, sobrinho do primeiro do mesmo nome.

Em 1652, a pedido dos maranhenses, foi transitòriamente extinto o Estado do Maranhão, separando-se as capitanias dêsse nome e do Grão-Pará, ficando cada uma com seu Capitão-Mor. Durou pouco o nôvo regime, pois em 1654 restaurou-se o Estado, com a nomeação, para seu govêrno, de outra grande figura da luta contra os holandeses no Nordeste, André Vidal de Negreiros.

Progrediam, então, o Maranhão e o Pará, tendo passado o Ceará à dependência de Pernambuco, depois da expulsão dos holandeses. Além da produção do açúcar, exportava-se algodão, fumo, e, com a perda de domínios portuguêses do Oriente, crescia o interêsse pelas chamadas *drogas do sertão,* inclusive as provenientes da pujante flora amazônica, como o cravo, canela, castanha e cacau. A vinda, para a região, de novas levas de açorianos, contribuiu para o seu desenvolvimento, e para o das cidades de São Luís e Nossa Senhora de Belém.

Entre 1667 e 1671 Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o Velho, da família do primeiro Governador, dirigiu o Estado.

Em 1677 criou-se o Bispado do Maranhão, sufragâneo do Arcebispado de Lisboa, não do da Bahia, pela maior facilidade de comunicações.

A necessidade da introdução de escravos africanos, a fim de impedir ou dificultar a escravização dos indígenas, ali sempre praticada, apesar de tôdas as proibições, determinou a criação, em 1682, da Companhia do Comércio do Estado do Maranhão.

Instalada no govêrno de Francisco de Sá de Meneses, contra ela ocorreu a revolta de 1684, dominada pelo nôvo Governador Gomes Freire de Andrada, conforme será estudado mais adiante, quando tratarmos das Companhias de Comércio.

No último decênio do século XVII, governou o Estado do Maranhão um quarto e último representante da família Carvalho, outro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, um dos mais notáveis administradores do Brasil colonial. Coube-lhe tomar medidas que garantissem ao domínio português as regiões da margem esquerda do Rio Solimões e do Cabo do Norte (atual Amapá), sôbre as quais revelavam pretensões, pacíficas ou armadas, respectivamente, os jesuítas espanhóis de Maynas e os franceses de Caiena.

No primeiro têrço do século XVIII registrou-se a inferiorização do Maranhão, pròpriamente dito, relativamente ao Grão-Pará, pela maior importância, política e econômica, da Amazônia. Bernardo Pereira de Berredo, o historiador, João da Maia da Gama e Alexandre de Sousa Freire, foram Governadores entre 1718 e 1728. Afinal, em 1737 transferiu-se a sede do Estado para Belém, motivo pelo qual prosseguiremos sua história no capítulo relativo à *Conquista da Amazônia.* Registre-se, porém, desde já, que a dissolução do Estado do Maranhão, separando-se esta Capitania do Pará, ocorreu em 1774, por iniciativa do Marquês de Pombal.

4 — A escravidão dos indígenas no Estado do Maranhão

Conforme veremos em unidade especial referente à *Escravidão no Brasil colonial,* desde o século XVI havia sido decretada a proibição da escravização dos indígenas. As exceções permitidas pelas leis, autorizando o cativeiro dos aprisionados nas guerras ditas *justas,* ou o resgate dos que já se achassem condenados à morte, conduziam, freqüentemente, a abusos e interpretações forçadas, que implicavam na vigência do regime da escravatura também dos naturais do país, além da que sofriam os africanos importados.

Como já ocorrera na Capitania de São Vicente (o que será estudado na unidade XX desta *História*), também no Estado do Maranhão atingiu vários pontos de crise o magno problema da utilização da mão-deobra indígena, devido à ação em sentido contrário, inicialmente dos capuchinhos, chefiados por Frei Cristóvão de Lisboa, depois dos jesuítas.

Chegaram, êstes, ao Maranhão, com o conquistador Alexandre de Moura, mas pouco puderam fazer, a princípio. Uma leva mais considerável, chefiada pelo Padre Luís Figueira, pereceu em naufrágio, ou às mãos dos índios, na Ilha de Marajó, em 1643.

Coube a Antônio Vieira iniciar, realizar, perder e renovar duras campanhas, nesse difícil setor da luta contra os colonos escravizadores, as autoridades coniventes e mesmo sacerdotes de outras ordens ou seculares, mais transigentes com a imposição econômica. Enviando alguns missionários em 1652, chegando êle mesmo ao Maranhão, no ano seguinte, estabeleceram-se os inacianos em São Luís e Belém, participaram de entradas, infiltraram-se pela Amazônia.

Apesar do prestígio de que gozava Vieira junto a D. João IV, e da mão forte que lhe prestou o Governador Vidal de Negreiros, enérgica foi, alguns anos depois, a reação dos moradores aos obstáculos pela Lei de 1655 e pelos jesuítas opostos à escravização dos silvícolas. Protestando por intermédio das Câmaras de São Luís e Belém, terminaram prendendo os padres do Pará, inclusive aquêle, assim os remetendo ao Maranhão, e daí a Lisboa, em 1661. Na Côrte, não mantendo Vieira a mesma situação privilegiada junto ao nôvo Rei, D. Afonso VI, triunfaram os procuradores municipais, novas disposições obtendo a favor de suas entradas de resgate, em 1663.

Já na Regência do Príncipe D. Pedro, em 1680, outra lei novamente proibiu a escravização dos indígenas. Para compensar a falta de braços, competiu a assentistas (contratantes), depois à Companhia do Comércio do Estado do Maranhão, a introdução de escravos africanos. Mas, falhando esta também nesse setor, quando contra ela se revoltaram os maranhenses, em 1684, mais uma vez transitòriamente expulsaram-se os jesuítas.

Em 1686 expediu D. Pedro II de Portugal o Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Pará e, dois anos depois, um alvará regulamentando os resgates de indígenas.

XVIII

CONQUISTA DA AMAZÔNIA

"Nada, nas conquistas de Portugal, é mais extraordinário que a conquista do Amazonas", escreveu Joaquim Nabuco (1), referindo-se a tôda a Amazônia brasileira. Realmente, se a grande bacia fluvial alcança um têrço da área sul-americana, constitui, também, quanto à sua parte brasileira, mais da metade da superfície do país. Conquistar êsse grande trecho do continente foi uma das mais notáveis emprêsas dos portuguêses e seus descendentes na América.

1 — Os espanhóis na Amazônia

Quando os conquistadores espanhóis devassavam o território do atual Peru tiveram notícia da existência, a leste, de uma região rica em canela. Para explorá-la organizou-se, em fins de 1539, uma expedição comandada por Gonçalo Pizarro.

Atravessando os Andes e grandes florestas atingiu, no ano seguinte, o Rio Coca, afluente do Napo. Descendo-os, alcançou Francisco de Orellana, lugar-tenente de Pizarro, o Rio Amazonas, que também desceu, até o oceano, em 1540/41. Daí seguiu para as Antilhas e depois para a Espanha, com a notícia do descobrimento do mais volumoso dos rios. Nomeado Governador das novas terras, perdeu-se na foz do Amazonas a expedição organizada na Europa para o início de seu povoamento.

Frei Gaspar de Carvajal (2), Capelão de Orellana, em relato famoso, deu origem à lenda da existência, nas margens do grande rio, de mulheres guerreiras, donde resultou o nome das Amazonas para todo o seu curso, embora também recebesse as denominações parciais de Marañón, em seu trecho hoje peruano, e de Solimões, daí até à foz do Rio Negro.

Outras lendas de não localizadas riquezas minerais na bacia amazônica determinaram a partida do Peru, em 1559, de nova expedição exploradora, dirigida por Pedro de Ursúa. Na selva foi êste assassinado por Lope de Aguirre, o famoso *Peregrino,* que aclamou Príncipe do Peru, em franca rebeldia ao Rei de Espanha, o fidalgo D. Fernando de Guzmán.

---

(1) Joaquim Nabuco — *O Direito do Brasil* (São Paulo-Rio de Janeiro, 1941), p. 8.
(2) Gaspar de Carvajal — "Descobrimento do Rio de Orellana", em *Descobrimento do Rio das Amazonas,* trad. e notas de C. de Melo-Leitão (São Paulo, 1941), p. 58/60.

Assassinado também êste, prosseguiu o aventureiro águas abaixo do Amazonas, chegando à Venezuela, onde novos crimes cometeu, sendo afinal executado, em 1561.

Por mais de setenta anos não se realizaram outras explorações espanholas no Amazonas. Sòmente em 1636 dois leigos franciscanos de Quito, Frei Domingos de Brieva e Frei André de Toledo, com seis soldados, achando-se na região dos indígenas encabelados, resolveram descer pelas águas que levavam ao grande rio, alcançando o Pará e o Maranhão, já povoados pelos portuguêses, no ano seguinte (3).

2 — *A Feliz Lusitânia*

Já estudamos, na unidade XIV, a conquista do Grão-Pará e a fundação, na Baía de Guajará, de Nossa Senhora de Belém e da Capitania com o nome que não prevaleceu, de Feliz Lusitânia, em 1616, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, por incumbência de Alexandre de Moura, conquistador do Maranhão aos franceses.

Não foram fáceis os primeiros tempos da nova Capitania, onde as relações com os indígenas, boas a princípio, não tardaram a tornar-se más. Dissenções entre os próprios colonos assumiram aspecto de crise quando, em 1618, o Capitão-Mor quis proteger um criminoso, sendo entretanto deposto, prêso e substituído por uma junta.

Governou, a seguir, o Pará, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, que prendeu os sediciosos e lutou contra os tupinambás. Outros capitães da conquista do Maranhão passaram depois, pelo mesmo govêrno, lutando contra os estrangeiros que freqüentavam ou se achavam estabelecidos nas vizinhanças da foz do Amazonas. Entre êles, Pedro Teixeira, Bento Maciel Parente e Manuel de Sousa d'Eça. Apesar das dificuldades que tiveram de vencer, inclusive contra os indígenas inimigos, conseguiram firmar o predomínio português na região.

3 — *Expansão territorial*

a) *Conquista da foz do Amazonas aos estrangeiros*

Antes da chegada dos conquistadores luso-brasileiros ao Grão-Pará, já tinham êles notícia da freqüência de estrangeiros na região. Por isso mesmo, levaram instruções para expulsá-los. Desde 1613 o Rei Jaime I, da Inglaterra, havia arbitràriamente concedido terras sul-americanas, situadas entre o Essequibo e o Amazonas, a fidalgos de sua Côrte. No mesmo ano da fundação de Belém, em suas proximidades tomou Pedro Teixeira uma embarcação de holandeses. Soube-se, então, que patrícios seus estavam estabelecidos no Rio Jenipapo (hoje Paru), explorando, com os indígenas, tabaco, algodão, madeiras e urucu. Ir-

(3) Alonso de Rojas, S. J., e Cristóbal de Acuña, S. J. — "Descobrimento do Rio das Amazonas e suas dilatadas Províncias" e "Nôvo descobrimento do grande Rio das Amazonas", em *Descobrimentos do Rio das Amazonas*, cit., passim.

Conquista da Amazônia.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

landeses e inglêses, vindos com Bernardo O'Brien, também se encontravam em outro ponto do interior, em Cocodival. Indo à Holanda, Bernardo deixou em seu lugar outro irlandês, Purcell.

Em 1622 veio combater os intrusos o Capitão Luís Aranha de Vasconcelos, que no ano seguinte atacou e destruiu os fortins holandeses de Orange e Nassau, próximos à foz do Xingu. Prosseguindo a campanha, na margem esquerda do Amazonas tomou feitorias fortificadas dos inglêses, na região dos tucujus, em 1625, o Capitão-Mor Bento Maciel Parente. Na margem direita da foz, para a sua defesa fundou o Forte de Santo Antônio do Gurupá e, na esquerda, o de Nossa Senhora do Destêrro.

Renovadas, na Inglaterra, as concessões de terras amazônicas a fidalgos de sua nacionalidade, prepostos seus, como o Capitão North, vieram ao Pará, inùtilmente atacando Gurupá mas conseguindo estabelecer-se, por algum tempo, em Cumaú, perto da atual Macapá. Da mesma forma, na Holanda, conseguiu O'Brien interessar na emprêsa amazônica Conselheiros da Zeelândia e armadores, trazendo nova expedição à zona dos tucujus, para o Forte Tauregue.

Atacados, os holandeses em 1629, os inglêses em 1631/1632, por fôrças luso-brasileiras, foram todos vencidos, abandonando a foz do Amazonas.

Em 1639 e 1646 registraram-se as últimas tentativas de holandeses na Amazônia, estas, porém, no litoral do Cabo do Norte e prontamente vencidas.

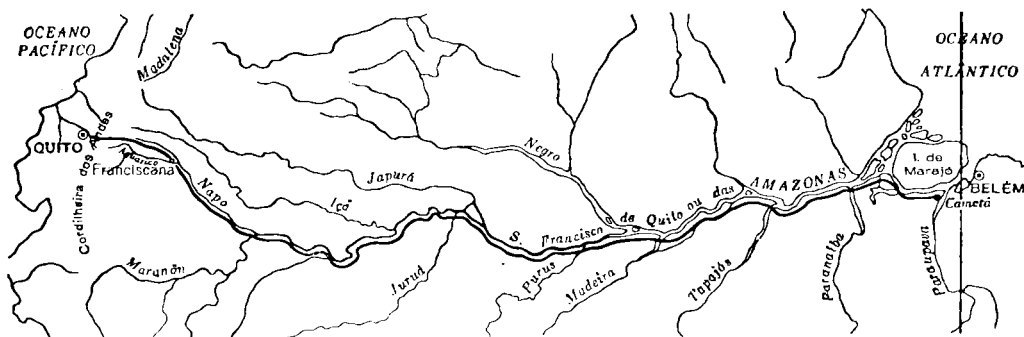
b) *Lutas contra os indígenas*

Já registramos que muitas foram as lutas pelos colonos do Grão-Pará empreendidas contra os indígenas de diversas regiões da Amazônia.

Rebelaram-se contra êles, primeiramente, os tupinambás das vizinhanças de Belém, submetidos por Pedro Teixeira e cruelmente punidos por Francisco Caldeira de Castelo Branco. Chegaram, depois de deposto êste Capitão-Mor, a cercar a povoação.

Combateram-nos, várias vêzes, o mesmo Teixeira, além de Bento Maciel Parente, Pedro da Costa Favela e outros. Castigados foram, também, os ingaíbas da foz do Amazonas, amigos dos inglêses, por Feliciano Coelho de Carvalho.

Assim foram se alargando, gradativamente, as zonas de incursões dos luso-brasileiros. Do Tocantins ao Tapajós, do Cabo do Norte ao Jari, nos primeiros decênios. Em 1660 Favela atingiu o Araguari; depois o Urubu e o Negro, em cuja foz se fundou, mais tarde, um fortim. Guilherme Valente, seu Sargento, subiu o rio até o Cabori e aliou-se aos manaus, abrindo mais uma região aos sertanistas. Conhecidos, também, o Madeira e o Solimões, ao fim do século XVII estava devassada, ao longo de seus grandes rios, graças, principalmente, às lutas contra os indígenas, a maior parte da Amazônia brasileira.

Nessa emprêsa tiveram especial significação as chamadas *tropas de resgate,* expedições de apresamento de indígenas, que subiam os rios

Expedição do Capitão Pedro Teixeira (1637-1639).

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

em canoas, sob fúteis pretextos ou mesmo sem êles, devastando as aldeias e à fôrça trazendo seus moradores para o trabalho nas povoações, fazendas e engenhos do Pará e Maranhão. Sob a alegação de que iam resgatar índios já escravizados por outros indígenas ou condenados à morte por seus inimigos, provocavam-nos a fim de poder apresentar a guerra como *justa,* submetendo à escravidão os vencidos, de acôrdo com a permissão contida na legislação da época.

Contra êsse movimento despovoador muito se esforçaram os missionários das várias ordens religiosas, principalmente jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercenários (padres das Mercês), que procuraram catequizar e aldear os silvícolas, evitando que fôssem apresados pelas tropas de resgate. De acôrdo com uma determinação de 1693, aos jesuítas caberiam as Missões da margem direita do Amazonas; aos franciscanos as da antiga Capitania do Cabo do Norte, até o Rio Urubu; aos carmelitas as do Rio Negro e, depois, as do Madeira. Essas delimitações foram posteriormente modificadas.

Às lutas contra os estrangeiros, às tropas de resgate e às Missões de religiosos ficamos devendo, portanto, a posse luso-brasileira da maior parte da bacia amazônica.

c) *Expedição de Pedro Teixeira*

A chegada ao Maranhão, em 1637, dos leigos franciscanos espanhóis Brieva e Toledo, fêz com que o Governador Jácome Raimundo de Noronha resolvesse enviar uma expedição ao Amazonas, rumo a Quito, no atual Equador, a fim de tomar posse, para a Coroa de Portugal, da maior extensão de terras que fôsse possível. Confiou o seu comando ao experimentado Pedro Teixeira, que de Cametá, no Tocantins, no mesmo ano partiu com 47 grandes canoas, 70 soldados, alguns religiosos e 1.200 indígenas. Passando por Gurupá, subiu o Amazonas e o Rio Negro, onde deixou parte da expedição, depois do Solimões subiu o Napo e passou a Quito.

De volta, já em 1639, a vinte léguas abaixo da confluência dêsse último rio com o Aguarico, na região dos encabelados, fundou uma povoação, a que denominou Franciscana, "que também servisse de baliza aos domínios das duas Coroas (de Espanha e Portugal), conforme as instruções de seu Regimento". Em nome da segunda aí tomou posse de tôdas as terras e rios que para leste corressem. Êste fato, da maior importância para a história da expansão territorial portuguêsa na América do Sul, contrariava as anteriores disposições do Tratado de Tordesilhas, desde 1637 abandonado pelo próprio Rei Filipe IV, ao criar, para Bento Maciel Parente, a Capitania hereditária do Cabo do Norte, em terras que correspondem, mais ou menos, às do atual Território Federal do Amapá.

d) *Drogas da Amazônia*

A base econômica para o apossamento da Amazônia pelos luso-brasileiros foi constituída de início, pelas imprópriamente chamadas *drogas do sertão,* especiarias, plantas alimentícias, medicinais, aromáticas e outras que, com o tabaco, o algodão e as madeiras, já eram exploradas por holandeses, inglêses e irlandeses, em contato com os indígenas da foz do grande rio, quando aí se estabeleceram os conquistadores vindos do Maranhão. Além das *tropas de resgate,* para obtenção de trabalhadores forçados, também subiam os rios da Amazônia, à procura de seus produtos extrativos vegetais, desde os primeiros tempos, os *droguistas do sertão.*

O urucu foi a primeira daquelas especiarias exportadas para a Europa, como, mais tarde, o cacau e a castanha, então dita "do Maranhão". Canela e cravo indígenas, apareceram mais tarde, além da pimenta. O cultivo da mandioca, para alimentação, também baseada na caça e pesca, seria o mais importante da região, onde pouco progrediam os engenhos de açúcar. O gado foi introduzido em Marajó, depois nos campos do Rio Branco. Nas Missões, cultivava-se a mandioca, o milho e o cacau, além do fumo e algodão. Donde se conclui ter sido a Amazônia, sempre, a mais indígena das regiões econômicas do Brasil.

e) *Divergências com os jesuítas espanhóis no Solimões*

Em 1687 chegou a Belém, vindo do Peru, pela via fluvial, o jesuíta Samuel Fritz, natural da Boêmia, mas ligado aos inacianos espanhóis de Maynas, que tendiam a expandir-se até à margem esquerda do Rio Solimões. Por ordem do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1691 Antônio de Miranda e Noronha levou-o de volta àquela região, notificando os padres espanhóis de que a zona do Solimões pertencia a Portugal. A ela foi novamente em 1695, o mesmo Noronha, a fim de investigar sôbre a penetração espanhola. Em conseqüência determinou o citado Governador que José Antunes da Fonseca em 1697 tomasse posse do Solimões para a Coroa portuguêsa, confiando a catequese de seus indígenas aos carmelitas.

Alguns anos depois, já no início do século XVIII, jesuítas espanhóis de Quito começaram a reduzir indígenas cambebas, na mesma região, hoje brasileira, do Solimões. Ao Governador do Estado do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, Senhor de Pancas, determinou D. João V, em 1708, que mandasse notificar os inacianos ser aquela zona de catequese atribuída a sacerdotes portuguêses. Cederam os padres, não as autoridades quitenhas, que em 1709 ali enviaram tropas, aprisionando alguns carmelitas descalços. Em represália, no mesmo ano contra elas mandou fôrças o citado Governador, comandadas por José Antunes da Fonseca, conseguindo êste a definitiva reconquista das aldeias luso-brasileiras do Solimões.

f) *Lutas contra os franceses no Cabo do Norte*

Conforme será estudado na unidade XXVIII desta *História,* em conseqüência de divergências surgidas entre os franceses de Caiena e os luso-brasileiros do Grão-Pará, quanto à extensão dos respectivos domínios na região do Cabo do Norte, hoje do Território do Amapá, atacaram aquêles, em 1697, os Fortins de Macapá e do Paru, ocupando o primeiro e arrasando o segundo. Sabedor do fato, mandou o Governador Antônio de Albuquerque que aquêle fôsse retomado, o que prontamente fêz Francisco de Sousa Fundão, enviado de Gurupá.

Terminava, assim, o século XVII com a solidificação da conquista da Amazônia em dois pontos extremos: o Cabo do Norte e o Solimões.

XIX

ENTRADAS E BANDEIRAS

1 — Entradas e bandeiras

As entradas e as bandeiras, movimentos de expansão territorial característicos do Brasil, proporcionaram ao país a sua configuração geográfica.

Embora às vêzes tendendo aos mesmos fins — exploração da terra, escravização dos indígenas, procura de metais e pedras preciosas, realizaram-se em épocas e regiões quase sempre diferentes.

O movimento entradista partiu no século XVI de vários pontos da Costa Leste para o interior ainda desconhecido; na centúria seguinte, além do maranhense, tornou-se notável, pela extensão devassada, o que se fêz na Amazônia, por via fluvial, que se prolongou pelos séculos XVIII e XIX, sendo seu último capítulo a conquista do Acre, já no Brasil imperial e republicano.

Inicialmente as entradas tiveram como principais pontos de partida determinados portos da costa atlântica brasileira. Dentre elas podemos distinguir, do Sul para o Norte, as entradas vicentinas (anteriores às *bandeiras*), cariocas, capixabas (caracterizadas pela procura de pedras preciosas, inclusive esmeraldas), de Pôrto Seguro, baianas (inclusive as partidas da vizinha Capitania dos Ilhéus), sergipanas (notabilizadas por infrutíferas pesquisas de prata), pernambucanas, cearenses, maranhenses e amazônicas (estas saídas do Grão-Pará).

O *bandeirantismo,* designação dada ao movimento de penetração realizado principalmente por moradores da Capitania de São Vicente (depois denominada de São Paulo), começou com o *ciclo da caça ao índio,* ainda na segunda metade do século XVI; entrou no setor da mineração com o *ciclo do ouro de lavagem;* assumiu, depois, o original aspecto apresentado pelo *ciclo do sertanismo de contrato;* continuou já em fins do século XVII e primeira metade do seguinte, com o *grande ciclo do ouro,* e terminou, ainda na era de setecentos, nos *ciclos de povoamento.*

Quanto à localização, ocorreram as bandeiras do *ciclo da caça ao índio* principalmente nas regiões do Sul e Oeste do Brasil, de São Vicente ao futuro Rio Grande do Sul e Mato Grosso, excepcionalmente atingindo, antes do grande ciclo do ouro, as do Centro do país (Minas Gerais e Goiás); o *ciclo de ouro de lavagem* foi essencialmente vicentino, compreendendo zona depois pertencente ao Estado do Paraná; o *ciclo de sertanismo de contrato* consistiu nas expedições que para repressão aos indígenas sublevados dirigiram-se às Capitanias da Bahia e Ilhéus, posteriormente às do Rio Grande (do Norte) e Ceará, bem

como na expedição de Domingos Jorge Velho contra os negros aquilombados nos Palmares, ao sul da Capitania de Pernambuco, principalmente em terras depois alagoanas; o *grande ciclo do ouro* realizou-se nas Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, também atingindo regiões centrais da Bahia e Ilhéus; ao *ciclo das bandeiras de povoamento* coube, afinal, passado o fastígio da mineração, povoar, notadamente com fazendas de criação de gado, os campos dos atuais Paraná e Santa Catarina. Alguns esquemas, adiante incluídos, e unidades seguintes a esta (XX, XXI, XXII, XXIII, XXIX, XXXI e XXXVI), precisarão melhor as zonas de ação das bandeiras vicentinas.

Quanto aos objetivos das bandeiras, estão expressos nos próprios títulos atribuídos aos respectivos ciclos. Vão, entretanto, especificados mais adiante.

Deve ser observado que tem variado muito a opinião de historiadores brasileiros quanto à significação exata do movimento bandeirantista, e, sobretudo, quanto ao paralelismo entre êle e as entradas. Assim, *em 1899,* referindo-se apenas às bandeiras de caça ao índio, acentuou Capistrano de Abreu que elas "concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra", pois "os bandeirantes iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos" (1). A propósito, conviria lembrar a opinião do sociólogo Oliveira Viana: "Em regra, nas regiões de conquista, antes que os grupos pròpriamente colonizadores se localizem, aparecem os primeiros grupos de exploradores transitórios e instáveis" (2).

Em 1914, ao I Congresso de História Nacional apresentou Basílio de Magalhães um ensaio sôbre a "Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII" (3) em que se incluíram alguns erros de interpretação, prejudiciais ao estudo das entradas e bandeiras. As enumerações que então apresentou estão hoje quase inteiramente obsoletas. Dez anos depois, ao iniciar sua benemérita *História Geral das Bandeiras Paulistas,* não quis Afonso de Escragnolle Taunay proceder à classificação de vários aspectos do movimento. Igual atitude manteve depois de completa essa grande obra, de 11 vols., ao resumi-la e revê-la na *História das Bandeiras Paulistas,* de dois tomos, em 1953.

Capistrano de Abreu, pouco antes de sua morte, ocorrida em 1927, forneceu a Paulo Prado, que o divulgou *em 1928,* um "esquema das bandeiras", no qual aproximou-as das entradas, a umas e a outras certamente considerando como um só movimento de penetração territorial, embora com denominações diferentes, extensivo a todo o país. É o que se conclui do quadro então apresentado, mas infelizmente não explicado, em que expressa e localizadamente figuram *"bandeiras* paulistas, baianas, pernambucanas, maranhenses e amazônicas" (4).

(1) J. Capistrano de Abreu — "Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil", ensaio de 1899, refundido em 1924 e incluído em vol. do mesmo título (Rio, 1930), p. 65.

(2) Oliveira Vianna — *Populações Meridionais do Brasil,* 3.ª ed. (São Paulo, 1933), p. 127.

(3) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo especial do I Congresso de História Nacional, parte II (Rio, 1915).

(4) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.,* p. 189/190. Convém notar que desde 1899 Capistrano denominou "bandeira" a entrada de Francisco de Melo Palheta, de Belém do Pará ao Rio Madeira, em 1722/1723 (Cf. *Caminhos Antigos,* cit., p. 192).

Retomou o assunto no sentido da diversidade dos dois movimentos, entradista e bandeirista, e da inferiorização qualitativa do primeiro, o Sr. Alfredo Ellis Júnior, em 1938, na tese de concurso intitulada *Meio Século de Bandeirismo (1590-1640),* e em trabalhos posteriores. Em 1950, na *Revista de História,* de São Paulo (5), esclareceu melhor suas opiniões a respeito, mantendo, porém, o mesmo ponto de vista de restrições às entradas.

Em 1949, ao IV Congresso de História Nacional, apresentou o Sr. Alfredo Gomes uma tentativa de classificação "do bandeirismo e suas formas" (6), concordando, de um modo geral, com as conclusões do Professor Ellis Júnior, esclarecendo-as quando necessário.

Aproveita, em pequena parte, as classificações anteriores, delas discordando ou ampliando-as em muitos aspectos, a que adiante apresentamos, em esquemas explicativos, depois de comparativamente assinalar as características geográficas, históricas e econômicas, tanto das entradas como das bandeiras.

Um ponto de essencial diferenciação que se tem apresentado para as entradas e bandeiras é o da alegação de que as primeiras fôssem de origem e organização *oficial,* dos governos e autoridades coloniais, e as segundas resultantes da ação *de particulares,* sem influxo ou auxílio oficial. Tantas são, entretanto, as exceções que num e noutro caso podem ser apresentadas, que está hoje sem nenhum valor aquela afirmativa. Numerosíssimas foram as entradas empreendidas por particulares, sem qualquer ajuda ou intervenção dos governantes; e muitas foram as bandeiras vicentinas e paulistas oficialmente incentivadas, auxiliadas ou organizadas. Bastaria lembrar no primeiro caso, muitas entradas amazônicas; e, no segundo, as bandeiras promovidas pelo Governador D. Francisco de Sousa e a de Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhangüera,* para Goiás. Nem cabe, ao nosso ver, quanto a esta e a de Fernão Dias Pais nas Minas Gerais, por exemplo, a classificação que lhes foi sugerida, de "entradas semi-oficiais".

Também errôneamente se tem dito e repetido que as entradas foram movimentos de penetração que não ultrapassaram a linha demarcatória resultante do Tratado de Tordesilhas, circunstância que sòmente competiria às bandeiras. Para provar a inanidade da asserção, basta lembrar que quase tôda a expansão luso-brasileira na Amazônia se realizou fora e além do citado limite, que, como se sabe, passaria nas proximidades de Belém do Pará. A oeste dessa hipotética divisa ficam as imensas regiões devassadas pelas *tropas de resgate,* pelos militares, administradores, missionários e *droguistas,* — como vimos na unidade anterior desta *História.*

a) *Características geográficas, históricas e econômicas*

A história do Brasil colonial é, essencialmente, a história de sua expansão territorial, por portuguêses e seus descendentes realizada, com

(5) "Bandeiras e Entradas", na *Revista de História,* cit., n.º 2, de abril-junho de 1950.
(6) "Do bandeirismo e suas formas", nos *Anais* do IV Congresso de História Nacional, vol. XI (Rio, 1951).

o auxílio de indígenas e negros africanos e também de seus descendentes, através de descobrimentos e explorações marítimas, terrestres e fluviais, das entradas e bandeiras. Como a êstes dois últimos tipos de penetração compete a parte mais importante da dilatação geográfica e política aqui ocorrida, muito importa o conhecimento de suas diferenças e pontos de contato. Essas características são de ordem geográfica, histórica e econômica. Tão importante se nos afigura o papel por ambas desempenhado na formação nacional que julgamos necessário o respectivo confronto, para que se assinalem as suas desigualdades e semelhanças, tendo em vista o esclarecimento das zonas de ação de umas e outras, objetivos visados, meios de realização, etc. É o que pode ser visto, embora resumidamente, no seguinte quadro:

Características geográficas

ENTRADAS

No Nordeste, as caatingas, espinhentas, quentes e áridas, dificultaram tanto o abastecimento quanto a locomoção e orientação dos que se aventuraram a penetrá-las. A falta dágua, por si mesma, já constituía grande empecilho à penetração entradista. As sêcas, logo conhecidas e registradas, tornaram-se características da região.

Na Amazônia, ao contrário, a excessiva umidade não conseguiu impedir o aproveitamento do fácil acesso permitido por inúmeros cursos navegáveis.

O mesmo não ocorria no Nordeste, onde os pequenos rios, raramente navegáveis, dificultaram a penetração feita pelos respectivos vales.

Daí decorreu o fato de ter sido principalmente realizada em canoa a penetração amazônica, fazendo-se a pé a penetração nordestina e sertaneja, com a exceção em parte oferecida pelo Rio São Francisco.

BANDEIRAS

Os campos, que se estendem ao sul de São Vicente, até o Rio Grande de São Pedro e mesmo em certas partes das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, facilitaram a penetração bandeirante.

Além da facilidade parcialmente oferecida pela ausência de grandes matas e montanhas, também a alimentação, fornecida por pinhões e outros frutos, caça e pesca abundantes — contribuíram para aquela expansão. O melhor clima do Sul e Centro também constituiu fator não desprezível para a extensão do movimento bandeirantista.

Os rios, como o Tietê, Paranapanema, Paraná e Pardo, facilitaram a penetração vicentina e paulista ao Sul e Oeste, como os Rios Sapucaí, Verde, das Mortes, Pará, Paraopeba, das Velhas e São Francisco o fizeram no Centro. E, em Goiás e Mato Grosso, os afluentes e sub-afluentes do Paranaíba, Tocantins, Araguaia, Paraguai e Madeira.

Características históricas

A luta contra os indígenas foi muito dura em todo o litoral de Leste e na chamada costa Leste-Oeste, do Rio de Janeiro até o Pará, e em tôda Amazônia. Tamoios, goitacases, aimorés, tupinambás, gueréns, caetés, tabajaras, petigoares, cariris, além de numerosos tapuias, dificultaram, por muito tempo, a penetração branca, aí verificada.

E ao mesmo tempo que os índios, muitas vêzes tiveram os povoadores de combater estrangeiros invasores. Êstes, bem armados, foram encontrados do Rio de Janeiro ao Grão-Pará, do século XVI aos

O apresamento de indígenas fêz-se, até 1639, com relativa facilidade, graças à superioridade de armas e de técnica militar dos bandeirantes. Não lhes ofereceram resistência séria nem os tupiniquins e guaianases de São Vicente, nem os guaranis ou carijós do Guairá, Uruguai, Tape e Itatim. Os residentes espanhóis do Guairá também não lhes opuseram impedimentos de nota, reservados aos jesuítas da Província do Paraguai, que obtiveram licença para armar os seus neófitos contra os preadores de São Vicente.

fins do XVII, enchendo de lutas internacionais as conquistas do Leste, Nordeste, Norte e Amazônia. A defesa contra os holandeses, durante trinta anos, também impediu, longamente, a possibilidade de avanços para o Sertão, facilitando, até, a formação de quilombos como os dos Palmares.

Isolados no planalto, cuja comunicação com o litoral pôde ser fàcilmente impedida, muitos vicentinos estavam livres da possibilidade de ataques de estrangeiros, o que facilitava sua expansão para o interior. Estavam sujeitos àquele perigo apenas as povoações litorâneas, por isso mesmo menos expansionistas.

Características econômicas

A prosperidade da indústria açucareira no Leste e Nordeste diminuía a ambição de procurar riquezas minerais no Sertão. Escravos, podiam receber da África, melhores que os indígenas. A maior proximidade da Europa facilitava a exportação, a imigração, e eventual auxílio militar contra piratas, corsários e invasores. Como os engenhos obrigatòriamente se localizavam perto do litoral, a penetração para o interior era, nos primeiros tempos, quase desnecessária aos cariocas, baianos e nordestinos.

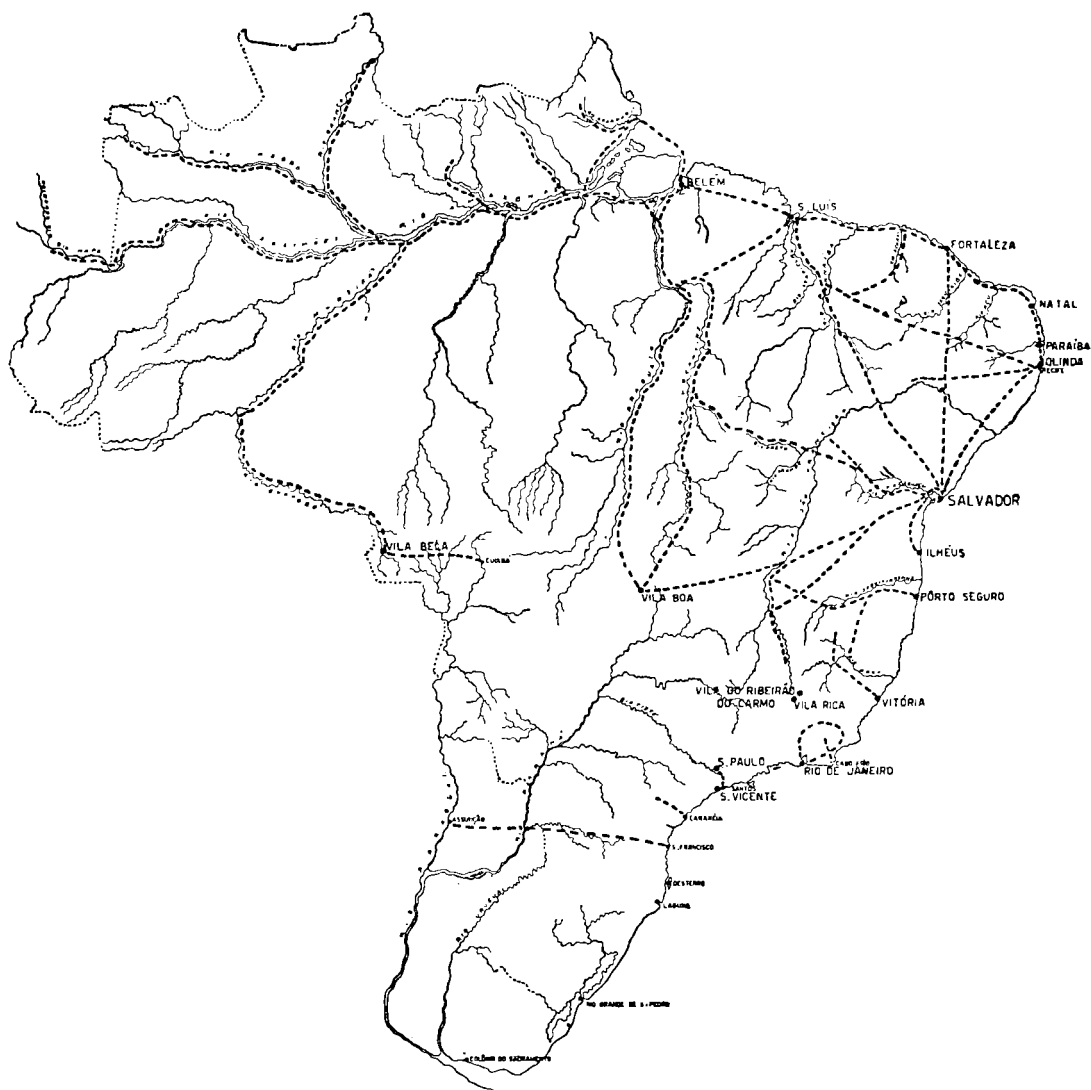
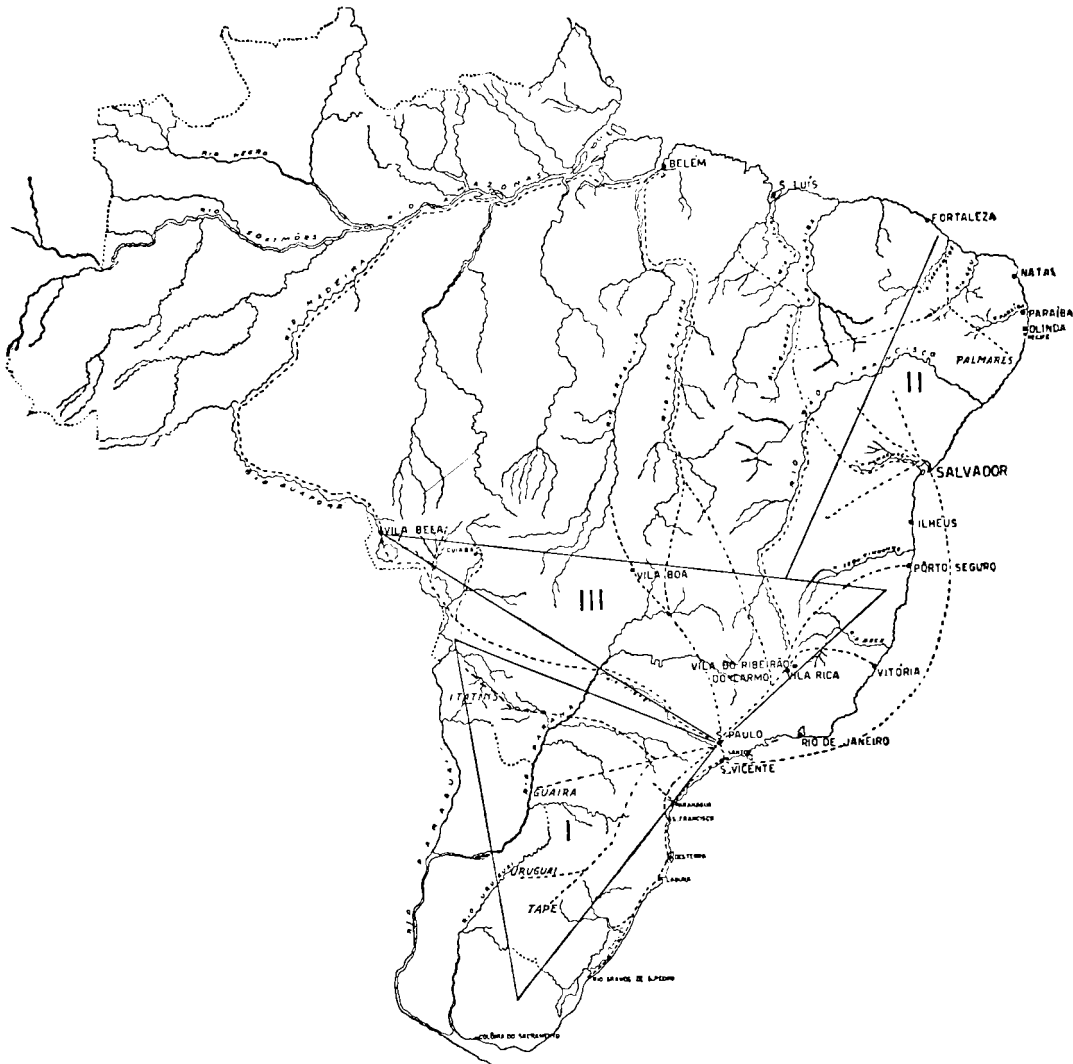
A pobreza dos vicentinos, sem agricultura notável, sem poderem exportar seus produtos de clima temperado, pelo isolamento no planalto e maior distância marítima — fomentava sua ambição por outras riquezas — índios vendáveis como escravos, o ouro ou a prata com que acenavam os imaginosos e as próprias autoridades. Verificou-se, cedo, que sòmente no interior poderiam ser encontrados, uns e outros. Daí os ciclos da caça ao índio, o do ouro de lavagem e o grande ciclo do ouro (7).

À vista do panorama de conjunto apresentado pelas entradas e bandeiras, nenhuma conclusão é mais simples e grandiosa que a relativa ao seu papel histórico. Umas e outras, embora sob denominações e processos diferentes, efetivando-se, quase sempre, em ambientes também diversos, mas tendendo, muitas vêzes, a encontrar-se, principalmente nos grandes rios do interior, cooperaram com as autoridades do Reino e da colônia, os militares, diplomatas e sacerdotes portuguêses e brasileiros, para dar ao Brasil a expansão territorial, a configuração geográfica e a unidade política que hoje possui.

b) *Esquemas das entradas e bandeiras*

Para maior clareza de nossa exposição quanto a êste tema ainda insuficientemente consolidado da História do Brasil, julgamos conveniente a apresentação, a seguir, de alguns esquemas relativos aos pontos de partida das entradas, aos vários tipos de bandeiras, e aos objetivos e localizações de ambos os movimentos de penetração.

Entradas {
- vicentinas (anteriores às bandeiras)
- cariocas
- capixabas
- de Pôrto Seguro
- de Ilhéus
- baianas
- sergipanas
- pernambucanas
- cearenses
- maranhenses
- amazônicas.

(7) *Helio Vianna* — Extrato de aulas dadas na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; *História das Fronteiras do Brasil* (Rio, 1948), cap. V; *História da Viação Brasileira* (Rio, 1949), cap. VII.

Esquema das Entradas. Litorâneas, Vicentinas, Cariocas, Capixabas. Baianas, Pernambucanas, Maranhenses e Amazônicas.

Esquema das Bandeiras Paulistas. I Ciclo de Caça ao Índio, II Ciclo do Sertanismo de Contrato, III Grande Ciclo do Ouro.

Bandeiras:
- Ciclo de caça ao índio
- Ciclo do ouro de lavagem
- Ciclo do sertanismo de contrato
- Grande ciclo do ouro
- Ciclos de povoamento.

Quanto aos seus *objetivos,* classificam-se as entradas e bandeiras:

Objetivos das entradas:
1. Exploração geográfica
2. Pesquisas minerais
3. Apresamento de indígenas
4. Exploração econômica — Indústria extrativa [vegetal]; Agricultura; Criação de gado.
5. Abertura de vias de transporte

Objetivos das bandeiras:
1. Apresamento de indígenas
2. Pesquisas minerais
3. Combate aos indígenas rebelados e negros aquilombados
4. Povoamento de novas terras
5. Abertura de vias de transporte.

Quanto às respectivas *localizações,* as entradas já as têm definidas nas próprias indicações de seus pontos de partida, conforme o quadro anterior.

Foram as seguintes, em linhas gerais, as localizações das bandeiras:

a) No Sul
- Ciclo da caça ao índio
  - Capitania de São Vicente
  - Guairá (oeste do Estado do Paraná)
  - Tape (centro do Rio Grande do Sul)
  - Itatim (sudoeste de Mato Grosso)
- Ciclo do ouro de lavagem
  - Capitania de S. Vicente (inclusive terras do atual Estado do Paraná)
- Ciclos de povoamento [8]
  - Litorâneo
    - Paranaguá
    - S. Francisco do Sul
    - Destêrro
    - Laguna
  - Interno
    - Curitiba
    - Tibagi
    - Guarapuava
    - Palmas
    - Lajes

(8) Note-se que as bandeiras povoadoras do litoral sulino dos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina, são do século XVII, enquanto as do respectivo interior (excetuando-se Curitiba, ligada ao ciclo do ouro de lavagem), são do século XVIII, simultâneas e posteriores à diminuição dos rendimentos do grande ciclo do ouro e integradas no ciclo do gado, atividade econômica que, com a agricultura, possibilitou e fixou o povoamento.

<table>
<tr><td rowspan="2">b) No Leste
e
Nordeste</td><td>Ciclo do sertanismo de contrato</td><td>Bahia e Ilhéus
Rio Grande e Ceará (Guerra dos Bárbaros)
Pernambuco (Palmares)</td></tr>
<tr><td>Ciclos de povoamento (9)</td><td>Rio S. Francisco
Bahia
Piauí
Pernambuco (Palmares)</td></tr>
<tr><td>c) No Centro</td><td>Grande ciclo do ouro</td><td>Minas Gerais
Mato Grosso (pelas monções)
Goiás</td></tr>
</table>

2 — Primeiras entradas

A primeira entrada no interior brasileiro de que se tem notícia, embora vaga, é a que Américo Vespúcio escreveu ter sido realizada a partir de Cabo Frio, por trinta pessoas, que percorreram quarenta léguas em fins de 1503 ou princípio de 1504.

Penetração idêntica foi ordenada por Martim Afonso de Sousa em 1531, no Rio de Janeiro. Durante dois meses, quatro de seus companheiros caminharam cento e quinze léguas, por montanhas e campinas. No mesmo ano, ainda por sua ordem, embora por sugestão de certo Francisco de Chaves, habitante do país, oitenta homens, chefiados por Pero Lôbo, entraram no sertão de Cananéia à procura de prata e ouro. Não havendo mais notícias dêles, supõe-se que foram destroçados pelos carijós.

Criado o govêrno-geral, maiores incentivos receberam as providências no mesmo sentido tomadas. Ao primeiro Governador, Tomé de Sousa, recomendou D. João III que aqui mandasse procurar minas.

De acôrdo com essas ordens, em 1553 mandou o Provedor-Mor da Fazenda que o Feitor da Capitania de Pôrto Seguro fornecesse ao castelhano Francisco Bruza de Espinosa as mercadorias de resgate necessárias à entrada que o mesmo iria realizar ao Sertão.

Fazendo-o, naquele ano, com doze companheiros, inclusive o jesuíta João de Aspilcueta Navarro, penetrou essa expedição mais de 200 ou 300 léguas pelo Rio Jequitinhonha, atingindo uma região de serras e, afinal, o Rio das Velhas ou o próprio São Francisco, ao norte do atual Estado de Minas Gerais.

Seguiu-se-lhe, saindo da cidade do Salvador e entrando pelo Rio Paraguaçu apenas 60 ou 70 léguas, em 1561, Vasco Rodrigues de Caldas.

Antes de 1568, moradores de Pôrto Seguro, chefiados por Martim Carvalho, tendo notícias da existência de pedras verdes no Sertão, nêle

---

(9) Bandeirantes vicentinos que atingiram o interior do Piauí e participaram do Ciclo do Sertanismo de Contrato, estabeleceram-se, principalmente como criadores de gado, no vale do Rio São Francisco, no norte do atual Estado de Minas Gerais, na Bahia (inclusive nas então Donatarias de Ilhéus e Pôrto Seguro) e em capitanias nordestinas, notadamente em Pernambuco, depois da destruição dos quilombos dos Palmares, onde lhes foram doadas sesmarias, inclusive em terras hoje alagoanas.

Em cima, à esquerda Mestre-de-Campo-General Francisco Barreto (1616-1688), comandante das fôrças luso-brasileiras vencedoras das duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649, Restaurador de Pernambuco, em 1654, Governador dessa Capitania e do Brasil. Retrato na Galeria de Arte Antiga, de Florença.
Em cima, à direita: Padre Antônio Vieira (1608-1697), o mais notável jesuíta do século XVII, conselheiro e diplomata de D. João IV, promotor da criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil, missionário no Maranhão e Pará, grande orador sacro e escritor, educado e falecido na Bahia.
À direita: Salvador Correia de Sá e Benavides (1594-1688), comandante do socorro carioca, enviado ao Espírito Santo e Bahia em 1625, três vêzes Governadòr do Rio de Janeiro, Administrador das Minas, Restaurador de Angola, membro do Conselho Ultramarino. Retrato na Galeria de Arte Antiga, de Florença. Na legenda manuscrita, escrita pelo Barão do Rio Branco, em dedicatória ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é declarado ser Salvador "natural do Rio de Janeiro", mas posteriormente apurou-se que nasceu em Cádis, na Espanha.

O Almirante Salvador Correia de Sá.
natural do Rio de Janeiro
Reconquistador de Angola em 1648

Copia de um retrato a oleo na Galeria
de Arte Antiga de Florença
Off.º ao Instit.º Hist.º e Geog.º Brazileiro
[illegible] Rio Branco

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja primitiva capela foi construída em Guararapes, colina ao sul do Recife, pelo Governador Francisco Barreto, em lembrança das duas vitórias ali obtidas contra os invasores holandeses. *À direita:* Mestre-de-Campo-General João Vicente São Félix, Conde de Bagnuoli e Príncipe de Monteverde, militar napolitano vindo para o Brasil em 1625, para a Restauração da Bahia, de 1636 a 1638 comandante das fôrças luso-brasileiras e espanholas que lutaram contra os invasores flamengos, inclusive repelindo no Salvador, naquele último ano, o ataque do Conde João Maurício de Nassau-Siegen.

Portão de entrada da grande Fortaleza de São José de Macapá, por ordem do Marquês de Pombal mandada construir para defesa da barra norte do Rio Amazonas, em substituição a um forte anterior. Situada junto à capital do atual Território Federal do Amapá.

inùtilmente penetraram umas 230 léguas, inclusive em direção ao sul, pois atingiram o Rio Cricaré, hoje o mineiro e capixaba São Mateus.

Também partindo de Pôrto Seguro, duas expedições de Sebastião Fernandes Tourinho alcançaram, antes de 1573, terras agora mineiras. Subindo a primeira o Rio Jequitinhonha e seu maior afluente, o Araçuaí, subiu a segunda o Rio Doce e um de seus tributários, talvez o Suaçuí.

De acôrdo com indicações de Tourinho, retomou a emprêsa em 1574, pelo Rio das Caravelas, outra expedição chefiada por Antônio Dias Adôrno [10]. Organizada com o auxílio do Governador do Norte, Luís de Brito de Almeida, depois de atingir a região leste de Minas, aí encontrou interessantes amostras mineralógicas e voltou para a Bahia.

Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho no Recôncavo, candidatou-se, na Côrte de Madrid, a retomar aquelas promissoras explorações. Para esclarecimento das autoridades e visando a obtenção das necessárias licenças e facilidades, redigiu valioso conjunto de informações geográficas, históricas e econômicas, o "Roteiro Geral da Costa Brasílica" e o "Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia", que, publicados com os títulos de *Notícia do Brasil* e *Tratado Descritivo do Brasil em 1587,* constituem, na opinião do Visconde de Pôrto Seguro, quanto ao nosso país, "talvez a mais admirável de quantas obras em português produziu o século quinhentista".

Chegando à Bahia o último Governador-Geral do século XVI, D. Francisco de Sousa, trouxe a incumbência de favorecer a expedição projetada por Gabriel Soares, "Capitão-Mor e Governador da Conquista e Descobrimento do Rio São Francisco". Subindo êste o Rio Paraguaçu, ou diretamente rumando ao Rio Salitre, faleceu antes de atingir o São Francisco, em 1592, não prosseguindo no empreendimento o seu substituto, Mestre-de-Campo Julião da Costa [11].

Retomou-o, em 1592, noutra direção, Belchior Dias Moréia, fazendeiro no Rio Real, que, daí partindo, teria atingido a Chapada Diamantina e o São Francisco, permanecendo longamente no Sertão e dando origem à lenda do descobrimento de fantásticas minas de prata [12].

3 — Entradas maranhenses e amazônicas

Lutas contra os indígenas caracterizaram os primeiros anos da colonização do Maranhão e do Grão-Pará. Diversas entradas contra êles realizaram os respectivos Capitães-Mores e seus prepostos, assim se devassando as regiões marginais dos Rios Itapecuru, Mearim, Pindaré,

(10) Cf. J. Capistrano de Abreu — "Os primeiros descobridores de Minas" in *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (Rio de Janeiro, 1930), p. 145/186.

(11) Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) — Prefácio ao *Tratado Descritivo do Brasil em 1587,* de Gabriel Soares de Sousa, 3.ª edição (São Paulo, 1938), p. XIX/XXIV.

(12) Francisco de Assis Carvalho Franco — *Os Companheiros de D. Francisco de Sousa* (Rio de Janeiro, 1930), p. 7/8 — Helio Vianna — *História da Viação Brasileira,* cit., p. 42/44. A documentação sôbre a aventura mineral de Belchior Dias Moréia encontra-se no *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil — 1607-1633* (Rio, 1958).

Turi-Açu, Gurupi e Pará, além do estuário do Amazonas, Rios Tocantins, Araguari, Jari, Paru, Tapajós, Urubu, Madeira, Negro, Solimões e outros.

Na Amazônia, foram especialmente numerosas as chamadas *tropas de resgate,* expedições de apresamento de indígenas, as quais subiam os rios da região em canoas, devastando e despovoando as aldeias, à fôrça trazendo seus habitantes para as povoações, fazendas e engenhos paraenses e maranhenses.

Contra êsse movimento despovoador muito se esforçaram os missionários das várias ordens religiosas, principalmente jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercenários (padres das Mercês), que procuraram catequizar os silvícolas, evitando que fôssem aprisionados pelas tropas de resgate. A estas, e aos chamados *droguistas do Sertão,* ficamos devendo o devassamento da maior parte da grande região amazônica, conforme foi estudado na unidade XVIII, relativa à Conquista da Amazônia.

XX

CICLO DA CAÇA AO ÍNDIO

1 — Relações dos vicentinos com os indígenas, no século XVI

Em todo o Brasil se estabeleceu, desde o século XVI, o problema das relações dos colonos adventícios com os habitantes indígenas. Amistosas ou violentas, tiveram fundamental importância para o futuro do país; no primeiro caso, pela miscigenação então iniciada, e pelas contribuições do íncola à vida social e econômica dos portuguêses do Brasil e seus descendentes; no segundo caso, pelas lutas que suscitou e pelos novos aspectos trazidos à questão do trabalho escravo e respectiva legislação reinol, quanto aos indígenas brasileiros.

Na Capitania de São Vicente, compreendendo terras hoje principalmente paulistas e paranaenses, verificaram-se os dois tipos de relações entre os colonos e os índios, pacíficas e guerreiras, estas integrando-se no movimento bandeirantista com o chamado *ciclo de caça ao índio.*

Sem entrar em desnecessárias minúcias, basta lembrar que graças aos primeiros moradores do litoral, como João Ramalho e Antônio Rodrigues, obtiveram os vicentinos, desde o seu aparecimento na região, a amizade dos tupiniquins da costa. Os guaianases do planalto, também amigos graças a morubixabas como Tibiriçá e Caubi, tiveram de ser combatidos, em parte, quando algumas de suas tribos realizaram ataques à nascente povoação de São Paulo do Campo de Piratininga. Os carijós do Sul — denominação que abrangia todos os guaranis que se localizavam nessa direção — foram declarados inimigos desde o tempo de Martim Afonso de Sousa, quando se lhes atribuiu a destruição da entrada de Cananéia enviada em 1531, talvez ao sertão do Iguaçu, à procura de ouro e prata. Foram, portanto, apresados e escravizados, como também aconteceu a outros indígenas adversos, ribeirinhos do Anhembi ou Tietê, nesse primeiro século. Os tamoios do litoral, que se estendiam de Bertioga ao Cabo Frio (portanto também em regiões hoje fluminenses e cariocas) foram, como já vimos, durante muito tempo mais amigos dos entrelopos e moradores franceses que dos portuguêses. Na parte vicentina, de que agora tratamos, ameaçaram povoações vizinhas de seu limite sulino, como Santos e São Vicente, até serem pacificados graças aos esforços de Nóbrega e Anchieta, conforme também já estudamos.

2 — *Relações dos vicentinos com os espanhóis, no século XVI*

Já vimos, quando estudamos a Capitania hereditária de São Vicente no século XVI (na unidade VII), e veremos, quando examinarmos a conquista da costa e do interior do Sul, na mesma centúria e na seguinte (na unidade XXI), que os espanhóis que se destinavam a atingir o Oriente navegando pelo Estreito de Magalhães e pelo Mar do Sul (o Oceano Pacífico) ou que tinham em vista explorar e povoar o Rio da Prata e o Paraguai — passavam e várias vêzes deixaram remanescentes no litoral então vicentino, hoje paulista, paranaense e catarinense.

Espanhóis foram encontrados por Martim Afonso em Cananéia; outros, localizados em Iguape, chegaram a atacar a nascente Vila de São Vicente. Expulsos da região do atual sul de São Paulo, pouco depois revelou-se a possibilidade da comunicação terrestre direta entre a costa de Santa Catarina e Assunção, pela viagem do Governador do Paraguai Álvar Núñez Cabeza de Vaca, em 1541/1542 realizada pelo rumo dos Rios Itapocu e Iguaçu, nesse sentido. Uma arribada de 1550 permitiu que outros espanhóis precàriamente se estabelecessem na Ilha de São Francisco. E, divulgada aquela via pelo interior, várias foram as travessias num e noutro sentido efetivadas, em meados do século, algumas das quais tendo chegado ou partido de São Paulo e São Vicente.

Embora fôssem amistosas as relações então iniciadas, certamente previu o Governador Tomé de Sousa que no futuro chegariam a originar conflitos entre as jurisdições espanhola e portuguêsa no interior da América do Sul, motivo pelo qual proibiu a continuidade do uso dessa via de acesso terrestre do Paraguai, através do Brasil.

a) *Os espanhóis no Guairá*

Álvar Núñez Cabeza de Vaca pretendeu criar uma Província paraguaia de Vera nas regiões hoje catarinenses e paranaenses que percorreu. Não o fêz e o plano espanhol de dominar quase tôda essa zona, e mais as atualmente gaúcha e uruguaia, até o Rio da Prata, apareceu, de nôvo, no projeto governamental de Jaime Rasquin, felizmente falhado, como veremos, quanto à parte costeira.

No interior, entretanto, outro Governador do Paraguai, êste um mais dotado realizador, Martínez de Irala, havia dado um passo decisivo para o apossamento das terras que constituem o atual oeste paranaense, onde transitòriamente existiu o Território Federal de Iguaçu. Em 1553 explorou êle o Rio Paraná, subindo-o provàvelmente até à Corredeira do Jupiá, próximo à foz do Tietê [1]. Em conseqüência, resolveu fomentar o povoamento espanhol também no curso médio do grande rio, mandando, no ano seguinte, que seu preposto Vergara fundasse, a montante das Sete Quedas, a precária povoação de Ontiveros. Mudou-a, em 1557,

(1) Não o fêz até o Salto do Avanhandava, no Tietê, como depois assegurou o demarcador espanhol de limites Félix de Azara, mas conseguiu desmentir Eduardo Prado, em "Os espanhóis no Salto do Avanhandava no século XVI", trabalho de 1899, incluído em *Coletâneas*, vol. III (São Paulo, 1906), p. 145/171. — Para localização das regiões de Guairá, Tape e Itatim, ver o mapa da pág. 198.

para três léguas acima, perto da foz do Piquiri, outro auxiliar de Irala, Ruy Díaz Melgarejo. Fê-lo, porém, com maiores objetivos e com a nova e mais pomposa denominação de Ciudad Real del Guairá, vindo o último nome de um chefe indígena da região daquelas cataratas do Rio Paraná.

Penetrando para o interior, na confluência do Ivaí com o Corumbataí fundou o mesmo Melgarejo, em 1576, Villa Rica del Espiritu Santo. Formava, com a Ciudad Real, a base da futura província paraguaia do Guairá.

Em 1588 aí estiveram, vindos de Assunção, os jesuítas Ortega e Filds, que planejaram a reunião, em grandes aldeamentos, pelos inacianos espanhóis do Paraguai, dos numerosos indígenas da região. Fizeram-no ativamente, em fins do século XVI como nos primeiros anos da centúria seguinte. Treze foram essas missões que alcançaram a oeste o Rio Tibagi, ao norte o Paranapanema, a leste o Rio Paraná, ao sul o Iguaçu.

Não conseguiram organizá-las os jesuítas sem entrar em choque com os moradores daquelas anteriores cidade e vila, que aí pretendiam aplicar, quanto aos indígenas, o regime das *encomiendas,* vigente noutros domínios espanhóis. Contra êles conseguiram manter os padres suas reduções, embora o mesmo não conseguissem, pouco depois, quando começaram a ser atacadas e destruídas pelos bandeirantes vicentinos preadores de indígenas já aldeados.

3 — Ataques dos vicentinos às reduções jesuíticas espanholas do Guairá

Desde os primeiros anos do século XVII encetaram alguns moradores da Capitania de São Vicente suas incursões por terras da região do Guairá, a fim de nelas prear índios destinados às suas fazendas. Registra-se, em 1602, a bandeira de Nicolau Barreto que, autorizada pelo Governador D. Francisco de Sousa, a pretexto de procurar ouro e prata, desceu os Rios Tietê e Paraná, atingiu o Guairá, onde apresou numerosos indígenas, que trouxe a São Paulo, dois anos depois. Contra a sua realização inùtilmente protestaram os espanhóis do Paraguai, junto àquele ex-Governador-Geral, então Governador apenas do Sul do Brasil.

Em 1611, autorizada pelo nôvo Governador do Sul, D. Luís de Sousa (Henriques), nova bandeira com o mesmo objetivo foi ao Guairá, chefiada por Pedro Vaz de Barros, que à região voltou outras vêzes, mais tarde, em companhia de outros preadores.

Figuram entre êstes, no segundo e terceiro decênios do século, Sebastião Prêto, que lá morreu, seu irmão Manuel Prêto e, principalmente, Antônio Rapôso Tavares. Verificaram, êles, a grande vantagem que havia no apresamento de indígenas já aldeados, com hábitos de trabalho rural, em grande número, nas reduções dos jesuítas espanhóis, em vez de buscá-los em suas esparsas tabas, sempre de muito menor população.

Para atingi-las, além da via de acesso fluvial do Tietê e Paraná, já mencionada, duas outras tornaram-se conhecidas: uma que ligava diretamente êsses dois rios, atingindo o segundo nas alturas das Sete Quedas, e outra que das cabeceiras do Paranapanema chegava às do Ivaí e, por êste, ao Piquiri e Paraná. Denominava-se *Caminho do Piabiru.*

Em 1628, organizou Rapôso Tavares uma grande bandeira, com quatro companhias de portuguêses e vicentinos, notadamente mamalucos, e grande número de índios auxiliares. Chefiava-as, além de Rapôso Tavares, Pedro Vaz de Barros, Brás Leme e André Fernandes. Dirigiu-se diretamente à região do Tibagi, onde, surgindo um conflito com os jesuítas e espanhóis da redução de Santo Antônio, determinou o seu ataque, já em 1629 e, em seguida, o de outras, sendo aprisionados milhares de aldeados. Conduzidos a São Paulo, vieram acompanhados de dois daqueles inacianos, os Padres Mansilla e Masseta, que protestaram contra a incursão, junto aos seus colegas portuguêses.

Em conseqüência dêsses ataques dos bandeirantes vicentinos, resolveram os jesuítas espanhóis abandonar o Guairá, levando os seus restantes neófitos para o sul, para as regiões do *Uruguai* e do *Tape,* e para oeste, zona de *Itatim.*

Decaíram, simultâneamente, as povoações de Ciudad Real e Villa Rica, que até 1632 foram abandonadas por seus habitantes, depois de atingidas pelos vicentinos em suas incursões.

4 — Ataques dos vicentinos às reduções jesuíticas espanholas do Tape e Uruguai

Depois dos ataques dos bandeirantes vicentinos às reduções jesuíticas espanholas do Guairá, resolveram os inacianos levar os neófitos que puderam preservar para outras regiões ainda não atingidas pelos preadores, inclusive a do Tape, no centro do atual Rio Grande do Sul. Mais ou menos limitava-se essa zona, ao norte pela Serra Geral, a leste pelo Rio Caí, ao sul pela Serra dos Tapes, a leste pelo Rio Ibicuí. Para atingi-la, passariam pelo Rio Uruguai em um trecho que nada tem a ver com o atual país dêsse nome, exatamente no ponto em que mais se aproxima do Rio Paraná, onde estão hoje o Território argentino de Misiones e o noroeste daquele Estado brasileiro. Foi essa a região então denominada *Uruguai,* na qual também vieram a estabelecer novas reduções os jesuítas espanhóis, inclusive, mais tarde, os *Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai,* em terras hoje nossas.

Na época de que tratamos, no quarto decênio do século XVII, quinze foram as reduções estabelecidas no Tape e nove as do Uruguai, congregando não sòmente os neófitos trazidos do Guairá mas também outros daquelas regiões, hoje gaúchas.

Sabedores, os vicentinos, dessa migração e nôvo estabelecimento dos inacianos, ao Tape foi ter, em 1635, em exploração, o bandeirante Luís Dias Leme. Seguiu-se-lhe, no ano seguinte, com 120 brancos e

mamalucos, e 1.000 índios amigos, Antônio Rapôso Tavares, que atacou as reduções das vizinhanças do Rio Jacuí, apresando muitos aldeados, que levou a São Paulo.

Outra bandeira, chefiada por Francisco Bueno, começando pelo Rio Taquari, no Tape, em 1637, atingiu as reduções do Uruguai, atacando-as e vencendo-as, até regressar dois anos depois, com numerosas prêsas.

Provocaram, essas incursões, verdadeiro pânico entre os indígenas, determinando providências dos padres no sentido de aldeá-los em menor número de reduções, no citado Uruguai, onde pudessem armar os neófitos para a defesa contra os preadores.

Nesse sentido solicitaram e obtiveram licença do Rei Filipe IV para fazê-lo, muito se distinguindo, na respectiva preparação guerreira, o Padre Diogo de Álfaro.

Dotados de armas de fogo, puderam rechaçar os vicentinos que comandados por Pascoal Leite Pais em 1639 os atacaram, em Caasapaguaçu. O derrotado fazia parte de bandeira que, chefiada por seu irmão Fernão Dias Pais, desde 1637 havia atacado reduções do Ibicuí.

O mesmo aconteceu, em 1641, à margem do rio Mbororé ou Onze Voltas, à bandeira de Manuel Pires. E, em 1651, nos Pinhais de Santa Teresa, a Domingos Barbosa Calheiros.

Em conseqüência dessas derrotas, deixaram os bandeirantes vicentinos de freqüentar a referida região do Uruguai, única, aliás, no Brasil, em que por mais tempo puderam florescer as reduções dos inacianos espanhóis.

5 — Ataques dos vicentinos às reduções jesuíticas espanholas do Itatim

No atual sul de Mato Grosso, onde há poucos anos existiu o Território Federal de Ponta Porã, também tentaram estabelecer uma povoação e reduções jesuíticas os espanhóis do Paraguai.

Aquela foi a de Santiago de Xerês, à margem do Rio Mbotetey (hoje Miranda), fundada por Ruy Díaz Melgarejo em 1580, mas de precária duração. Aí pretendiam criar uma Província, que se denominaria Nueva Viscaya.

Quanto às reduções, subindo os inacianos o Rio Paraguai, já em 1632, foram organizar quatro na região denominada Itatim, situada acima da confluência do Rio Apa, portanto em território depois brasileiro, a oeste da serra, hoje limítrofe, de Amambaí. Não tardaram a ser atacadas pelos bandeirantes vicentinos, no ano seguinte, o que motivou sua concentração em duas, mais para o sul.

Depois do êxodo do Guairá, aumentaram essas reduções do Itatim. Teriam eventualmente atingido o Rio Pardo. Consta, entretanto, que em 1644 chegou à margem do Rio Paraguai o bandeirante Francisco Bueno, aí falecido.

Quatro anos depois coube a Antônio Rapôso Tavares o decisivo ataque e destruição das reduções do Itatim, em uma bandeira de duzentos brancos e mamalucos e mais de mil indígenas. Atacados no Rio Mboimboi, apesar de resistirem foram vencidos os padres e neófitos. Ao seu auxiliar André Fernandes coube destruir as reduções da Serra de Maracaju.

Foi depois dessa incursão de 1648 que Rapôso Tavares realizou, até 1651, sua famosa volta por todo o oeste do Brasil e Amazônia, subindo o Rio Paraguai e descendo o Grande ou Guapaí (na atual Bolívia), o Mamoré, Madeira e Amazonas, do Pará regressando a São Vicente. Ao chegar a Gurupá a bandeira estava reduzida a, apenas, 59 brancos e alguns índios.

6 — Os jesuítas e a escravidão dos indígenas ao Sul do Brasil

Logo depois dos primeiros ataques dos vicentinos às reduções do Guairá, não deixaram os jesuítas espanhóis do Paraguai de protestar, junto às autoridades civis do govêrno-geral, na Bahia, contra êles, para isso obtendo o apoio de seus irmãos de roupeta portuguêses, o que motivou imediata reação das populações vicentina e carioca, interessadas na manutenção dos apresamentos, contra todos os inacianos. As autoridades civis não deram, porém, grande atenção a êsses protestos, a começar pelo Governador-Geral Diogo Luís de Oliveira.

Em vista disso, resolveram os jesuítas espanhóis enviar emissários, com suas queixas, diretamente ao Rei de Espanha, Filipe IV, como ao Papa Urbano VIII.

A Madrid foi enviado o Padre Antônio Ruiz de Montoya, que levou documentos das autoridades do Paraguai, atestando os ataques dos vicentinos e seus grandes prejuízos aos domínios espanhóis da região platina. Atendendo à reclamação, autorizou o Rei a que se armassem para sua defesa os neófitos, fazendo-o por intermédio de cédula dirigida ao Vice-Rei do Peru, do qual dependia o govêrno do Paraguai. Já vimos, acima, as conseqüências dessa autorização na região do Uruguai, onde passaram a ser repelidos os atacantes vicentinos.

A Roma foi mandado o Padre Francisco Díaz Taño, que do citado pontífice obteve um breve mandando publicar no Brasil a bula *Veritas ipsa,* do Papa Paulo III, de 1537, em que se determinava a liberdade dos indígenas da América, com a proibição de serem escravizados.

Chegando ao Rio de Janeiro, em 1640, apresentou o Padre Taño o referido breve ao Administrador Eclesiástico do Sul do Brasil, Pedro Homem Albernaz, para que fôsse tornado público. Motivou essa providência tais protestos da Câmara e do povo que o Governador da Capitania, Salvador Correia de Sá e Benavides, teve de tomar sob sua proteção o emissário jesuítico, negociando um acôrdo segundo o qual os inacianos do Rio de Janeiro assumiram o compromisso de não se imiscuir na administração dos indígenas, exercida por leigos, limitando-se a cuidar dos que já se encontrassem nas aldeias a seu cargo. Também

na Vila de São Vicente celebrou-se acôrdo idêntico, entre os jesuítas e os moradores, por intermédio da respectiva Câmara.

Na Vila de São Paulo, principal ponto de partida das bandeiras de preação, não foi conseguido entendimento semelhante. De Santos o Governador, que também era Administrador das Minas, ameaçou castigar os habitantes do planalto, caso não fôsse obedecido. A resposta dos paulistas foi a resolução de guarnecer o Caminho do Mar, que comunicava a vila com o litoral, elegendo-se 48 representantes do povo e resolvendo-se que dela seriam expulsos os inacianos. O Governador, à vista dessa atitude, desistiu de atacá-los e, sob certas condições, também resolveram os paulistas permitir a permanência dos jesuítas na vila. Em maio de 1641, depois, portanto, da elevação ao trono português do Duque de Bragança, como D. João IV, renovando-se a hostilidade entre êles, realizou-se, em São Paulo, a "botada dos padres fora", isto é, sua expulsão, de acôrdo com a linguagem da época.

No ano seguinte, aproveitando a nova situação política, de Guerra de Portugal contra a Espanha, representaram os vicentinos junto ao nôvo Rei, mostrando os maus efeitos da liberdade dos indígenas em outras Capitanias brasileiras, onde se haviam aliado a invasores estrangeiros, atacado povoações e fazendas, etc. Queixaram-se, também, da proteção que aos inacianos dispensava Salvador Correia de Sá e Benavides.

Providenciando, a respeito, mandou o Conselho Ultramarino que fôssem ouvidas as autoridades civis e eclesiásticas das Capitanias em causa, devendo, porém, retornar ao Colégio de São Paulo os jesuítas dêle expulsos. Por intervenção de vários paulistas foi realizada essa volta.

Em 1647, pondo têrmo, provisòriamente, à questão, decretou-se uma anistia para todos os que cumprissem ordens reais referentes à liberdade dos indígenas no Brasil.

XXI

CONQUISTA DO SUL. CICLO DO OURO DE LAVAGEM

1 — Conquista do Sul

a) *O litoral sulino no século XVI*

Discute-se, ainda, até onde teria chegado a primeira viagem de exploração do litoral sul-americano, ordenada pelo Rei D. Manuel I, de Portugal, em 1501. As contestáveis asserções de Américo Vespúcio, até pouco tempo seu quase exclusivo cronista, receberam, entretanto, surpreendente confirmação, e mesmo algumas valiosas corrigendas e acréscimos, com a divulgação do "Ato Notarial de Valentim Fernandes de Morávia", tabelião dos mercadores alemães de Lisboa, feito nessa cidade, aos 20 de maio de 1503 (1). Aí se diz, de modo claro e definitivo que depois do descobrimento oficial do Brasil "uma armada do mesmo Cristianíssimo Rei, destinada a êsse fim, tendo seguido o litoral daquela terra por quase 760 léguas, encontrou nos povos uma só língua, batizou a muitos e, avançando para o sul, chegou até à altura do pólo antártico a 53 graus, e tendo encontrado grandes frios no mar voltou para a pátria" (2). Quer isto dizer que já na primeira viagem portuguêsa de exploração da costa atlântica da América do Sul foram atingidos, ou pelo menos avistados, indeterminados trechos do litoral agora do Sul do Brasil e das Repúblicas Oriental do Uruguai e Argentina.

Embora também baseada em documentos incontestáveis, ainda não é aceita pela unanimidade dos historiadores platinos a plausível hipótese de ter alcançado o Rio e Cabo de Santa Maria a armada portuguêsa, de caráter comercial, de D. Nuno Manuel, de 1513, revelada pela *Nova Gazeta da Terra do Brasil.* Preferem adotar como ponto de partida para o conhecimento do Rio da Prata a expedição oficial espanhola de 1515/1516, de João Dias de Solís, o *Bofes de Bagaço,* que, em caminho, teria passado pelas Ilhas de São Francisco, a que deu nome, e de Santa Catarina (3), onde também se acolheriam, depois de seu desastre, alguns dos sobreviventes dessa tentativa.

(1) Incluído como Anexo às *Cartas da Ilha de Cabo Verde* de Valentim Fernandes, 1506/1508, publicadas pelo historiador português A. Fontoura da Costa, em edição da Agência Geral das Colônias (Lisboa, 1939).
(2) *Op. cit.,* p. 93.
(3) J. F. de Almeida Prado — *Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530),* 2.ª ed. (São Paulo, 1939), p. 67.

Alguns anos mais tarde, em 1520, depois de sua estada no Rio de Janeiro, caberia a um português a serviço da Espanha, Fernão de Magalhães, a passagem pelo Cabo de Santa Maria e a primeira referência a Montevidéu (4).

Várias expedições espanholas, aí mandadas em conseqüência do descobrimento do nôvo caminho para as ilhas das especiarias, seriam registradas no decênio seguinte, com desembarques e naufrágios nessa costa entre São Vicente e o Rio da Prata. A frota de Frei Garcia Jofre de Loaysa, de 1525, desbaratada junto ao Estreito de Magalhães, de que um navio, sob o comando de D. Rodrigo de Acuña, temporàriamente se abrigaria em Santa Catarina; a do veneziano Sebastião Caboto, de 1526, que também "tocó en la isla de Patos, llamada después Santa Catarina, la que es hoy costa brasilera e que fué antes española" (5); a de Diogo Garcia, ainda um português contratado pela Espanha, do mesmo ano, porém, com longa parada em São Vicente — são as que antecederam tanto o Acôrdo de Saragoça, celebrado pelas duas monarquias ibéricas em 1529, como a mais notável das viagens portuguêsas de exploração, defesa e povoamento das costas brasileiras, a de Martim Afonso de Sousa, de 1530/1532.

Fundada por êle, nesse litoral, a Vila de São Vicente, em 1532, não tardou que diante da posse portuguêsa que havia mandado celebrar proximo à foz do Rio Paraná, resolvessem os espanhóis fundar, pela primeira vez, Buenos Aires, à margem direita do Rio da Prata, em 1536, por D. Pedro de Mendoza. Apesar dêsses atos, continuou pràticamente abandonada, durante muitos anos, essa costa situada entre os dois pontos povoados.

Ainda em 1532, como vimos na unidade VII, pensou D. João III distribuir as terras do Brasil em capitanias hereditárias, *entre Pernambuco e o Rio da Prata.* Significativamente, fê-lo, porém, em 1534/1536, *entre o Maranhão e Santa Catarina.* Baseava-se essa modificação, provàvelmente, nos resultados dos reconhecimentos litorâneos feitos por Martim Afonso de Sousa e Diogo Leite, e tinha em vista a limitação dos domínios portuguêses exclusivamente à zona prefixada no Tratado de Tordesilhas. Atingiriam, aí, as chamadas terras de Santana, a 28° 20′ de latitude Sul, nas proximidades de Laguna (6).

Aconteceu, porém, que ainda dentro da circunscrição portuguêsa encontravam-se espanhóis como os de Iguape, afinal expulsos pelos moradores de São Vicente, e os que diversas expedições haviam deixado nas costas hoje catarinenses, então denominada dos Patos. Cananéia era, assim, o ponto extremo dos estabelecimentos litorâneos do Sul do Brasil.

---

(4) Cf. Queirós Veloso — *Fernão de Magalhães — A Vida e a Viagem,* na revista *Ocidente,* de Lisboa, n.º 36, de abril de 1941, p. 21/22.

(5) Vicente Fidel López — *Manual de la Historia Argentina* (Buenos Aires, 1936), p. 39. A Caboto deve-se a denominação da Ilha de Santa Catarina.

(6) "Só por considerações internacionais se poderia explicar a fixação tácita dos limites do Brasil em 28°20′. O Rio da Prata fôra descoberta portuguêsa; mas os espanhóis já aí tinham estado bastante tempo, derramado sangue e arriscado emprêsas: a êles competia por todos os direitos, a começar pelo Tratado de Tordesilhas", J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial (1500/1800),* 3.ª ed. (Rio de Janeiro, 1934), p. 44.

Em 1550 dois navios de uma frota espanhola destinada ao Paraguai naufragaram na costa catarinense. Na atual São Francisco do Sul permaneceram, durante algum tempo, os sobreviventes, entre os quais mulheres. Socorridos por ordem do Governador Tomé de Sousa, recolheram-se a São Vicente, de onde seguiram depois por terra, para Assunção.

Não sendo conhecido o ponto dêsse litoral em que deveria passar a linha de demarcação prefixada no Tratado de Tordesilhas, julgou o govêrno espanhol que dêle poderia apossar-se, o que tentou por intermédio de uma expedição em 1559 mandada à América do Sul sob o comando de Jaime Rasquin.

De acôrdo com as cláusulas da respectiva Capitulação, deveria êle fundar, nas terras que vinha governar, quatro povoações, das quais a primeira em São Francisco, a segunda no pôrto dos Patos, a terceira em São Gabriel, perto do local onde depois estabeleceram os luso-brasileiros a Colônia do Sacramento, a quarta na atual República Argentina. Ficaria dentro de sua jurisdição a povoação do Guairá, pouco antes fundada pelos espanhóis de Assunção à margem do Rio Paraná, conforme vimos na unidade anterior.

Falhou, entretanto, essa tentativa, não conseguindo os navios de Rasquin alcançar as costas do Brasil, indo ter às Antilhas (7).

Continuou, portanto, abandonado, tanto pelos espanhóis como pelos portuguêses, o litoral de que tratamos.

Desde 1570 fôra nomeado *Adelantado* da imprecisa *Gobernación* do Rio da Prata Juan Ortiz de Zárate, que, apesar de ter passado pela Ilha de Santa Catarina, em 1572 (8), preferiu estabelecer-se em território hoje uruguaio, perto da futura Colônia do Sacramento, no ano seguinte (9).

Repovoada Buenos Aires, em 1580, por Juan de Garay, estava estabelecida, afinal, a base definitiva dos espanhóis, no Rio da Prata.

Continuava abandonada pelos portuguêses tôda a costa ao sul de Cananéia. Com a união das monarquias ibéricas, ocorrida naquele mesmo ano, suspendia-se a idéia de competição territorial entre espanhóis e portuguêses, visto que passaram a ter o mesmo Rei.

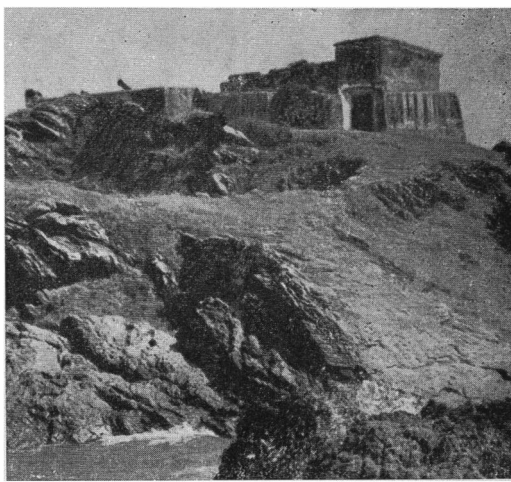
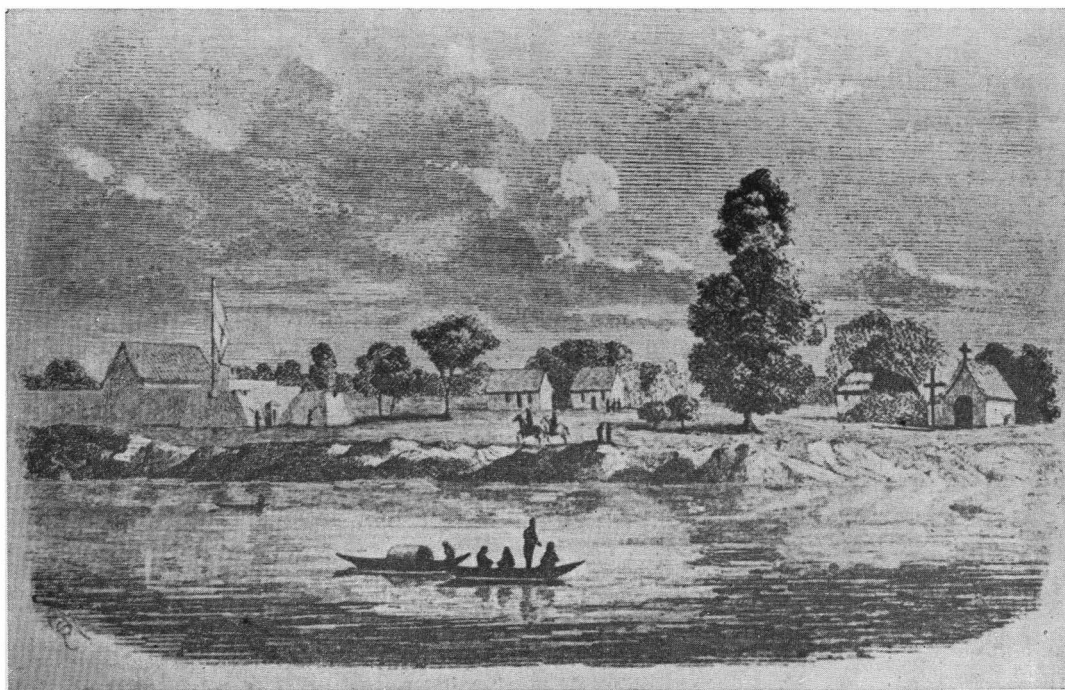
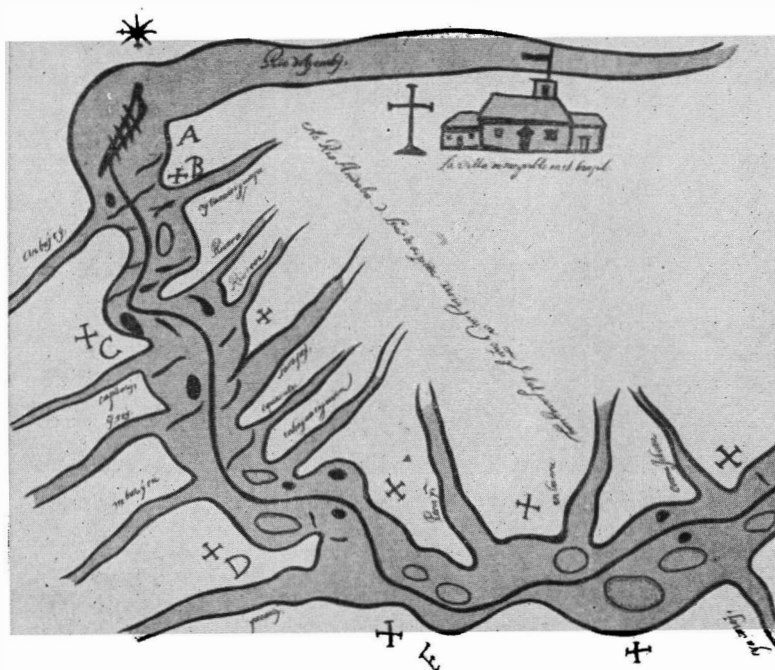
b) *O interior sulino no século XVI*

Apesar de algumas incursões de vicentinos em terras agora pertencentes ao interior do Estado do Paraná, ainda em dias do século XVI, permaneceram abandonadas dos portuguêses e seus descendentes, nessa centúria, não sòmente estas, mas também as que hoje fazem parte de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

---

(7) Cf. Enrique de Gandía — "Jaime Rasquin y su expedición del año 1559", no *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, de Buenos Aires, ano XIII, tomo XVIII, ns. 61/63, de julho de 1934 a março de 1935, passim; Helio Vianna — "Uma expedição espanhola ao Sul do Brasil (1559)", nos *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948), p. 170/196.

(8) Robert Southey — *História do Brasil*, tradução brasileira de Luís Joaquim de Oliveira e Castro (Rio de Janeiro, 1862), I-489. Vicente Fidel López — *Op. cit.*, p. 71.

(9) Eduardo Acevedo — *Anales Históricos del Uruguay*. (Montevidéu, 1933), I-12.

À entrada dos grandes rios amazônicos construíam os luso-brasileiros dos séculos XVII e XVIII fortificações que os defendessem tanto das incursões de estrangeiros como de ataques dos indígenas. A que se vê aqui, da qual já não restam nem mesmo êstes grandes muros, dominava a foz do Rio Tapajós, em Santarém, no Grão-Pará. *À direita:* Cabo Frio, feitoria de pau-brasil no início do século XVI, sòmente na centúria seguinte, em 1615, foi definitivamente conquistado aos estrangeiros aliados a indígenas, que freqüentavam a região. Para defender a barra da Lagoa de Araruama, aí foi construído o Forte de São Mateus, que mostra a fotografia.

Na confluência do Uraricoera e Tacutu, formadores do Rio Branco, construiu-se, no último quartel do século XVIII, o Forte de São Joaquim, o mais setentrional do Brasil. Assim foi visto em 1840 pelo alemão Schomburgk, o principal causador do futuro dissídio anglo-brasileiro quanto à fronteira com a Guiana Britânica, conforme gravura de seu livro *A Description of British Guiana.*

Parte do roteiro de D. Luís de Céspedes Xeria, Governador do Paraguai, que pelos Rios Anhembi (Tietê) e Paraná, foi até a Ciudad Real del Guayrá, em 1628. Guarda-se no Archivo General de Indias, em Sevilha, essa primeira representação gráfica daqueles dois rios. Note-se o edifício que deve representar a Casa da Câmara da então vila de São Paulo.

Assinala êste mapa de João Teixeira, "Cosmógrafo de Sua Majestade", de 1642, numerosos acidentes da costa do Brasil, do Grão-Pará ao Rio da Prata, região, esta, que coloca dentro da jurisdição portuguêsa, pelo proposital afastamento da linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas. Note-se, no Rio Araguaia, a Ilha do Bananal, prova de que já se tinham informações do interior hoje goiano. Original da Biblioteca da Ajuda, de Lisboa.

Não quer isto dizer que ficassem as mesmas completamente desconhecidas de espanhóis de Assunção e de portuguêses da Capitania de São Vicente. Conforme vimos na unidade XX, em 1541/1542 um Governador do Paraguai, Álvar Núñez Cabeza de Vaca, tendo desembarcado em Santa Catarina, daí conseguiu penetrar por terra, até à sede de seu govêrno.

Tornando-se conhecida essa possibilidade, outros viajantes das duas nacionalidades utilizaram a mesma via terrestre no decênio seguinte. E, apesar da proibição com que logo procurou impedir essa comunicação o Governador Tomé de Sousa, acentuou-se o tráfico entre Assunção e São Vicente. Assim, a propósito da chegada, aí, do alemão Ulrico Schmidl, vindo do Paraguai, em 1553, registrou Capistrano de Abreu as seguintes viagens: "em 51 de Christoval Saavedra, pelo mesmo caminho de Cabeza de Vaca; em 52 de Hernando de Salasar pelo Rio Itabuca e Hubay; em 54 chegam ao Paraguai cartas e avisos de São Vicente; em 55 Irala recebeu cartas de São Vicente e Francisco Gambarota foi do Paraguai a São Vicente; em 56 chegam ao Paraguai Juan de Salasar e Cipriano de Góis" ([10]).

Aos espanhóis coube a primeira tentativa de fixação no atual oeste paranaense. Como vimos na unidade anterior, desde 1554 haviam fundado, próximo às Sete Quedas do Rio Paraná, a precária povoação de Ontiveros, em 1557 transferida para montante, perto da foz do Piquiri, como Ciudad Real del Guairá. Em 1576, no Ivaí, fundou-se Villa Rica del Espiritu Santo. Não tardou que ainda em fins do século XVI e início do XVII na região então denominada do Guairá se estabelecessem os jesuítas espanhóis, que aí organizaram reduções de indígenas destinados à catequese. Localizaram-se estas, inicialmente, entre o Rio Tibagi a oeste, o Paranapanema ao norte, o Rio Paraná a oeste, e o Rio Iguaçu ao Sul.

2 — *Ciclo do ouro de lavagem*

a) *Pesquisas minerais no século XVI*

O descobrimento de ouro, prata e pedras preciosas na América Espanhola, na primeira metade do século XVI, impeliu os portuguêses à ativa procura de tais riquezas também nos territórios sul-americanos que lhes pertenciam. Como era natural que acontecesse, não tendo sido achadas perto da costa, de acôrdo com o relato das primeiras expedições exploradoras, o desejo de encontrá-las levou-os à penetração pelo interior, quer seguindo as trilhas e vagas informações fornecidas pelos indígenas, quer acompanhando os rios navegáveis que encontrassem.

Descoberto o Rio *da Prata* e aparecida a esperança do achamento, não só dêsse metal, mas também de ouro, no interior do continente,

(10) J. Capistrano de Abreu — Nota à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Pôrto Seguro, 3.ª ed. integral Tomo I (São Paulo, 1927), p. 324.

não tardou que terras hoje brasileiras fôssem incluídas nas pesquisas de minas então empreendidas. É o caso, por exemplo, da expedição de Aleixo Garcia, que com alguns remanescentes da frota de João Dias de Solís e muitos guaranis, entre 1521 e 1526 teria penetrado da Costa dos Patos (agora Santa Catarina) até além do Rio Paraguai e do Chaco, obtendo lendárias riquezas, perdidas na viagem de regresso. Também Martim Afonso de Sousa, ao passar pelo Rio de Janeiro, em 1531, de um chefe indígena recolheu a notícia da existência de muito ouro e prata no rio "de Peraguay". Mais adiante, em Cananéia, não resistiu à confirmação dêsse boato, então transmitido por moradores europeus, e inùtilmente determinou que 80 homens, comandados por Pero Lôbo, entrassem "pela terra dentro", de onde em dez meses deveriam voltar, de acôrdo com as miríficas informações do "língua" Francisco de Chaves, "com 400 escravos carregados de prata e ouro". Consta, vagamente, que foram todos mortos pelos indígenas do Rio Iguaçu.

Dividida a costa brasileira em Capitanias hereditárias, um dos objetivos da providência de D. João III foi a procura de minas. Aos donatários ficou reservada a dízima do quinto pago à Coroa por qualquer espécie de pedrarias, pérolas, aljôfares, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou outro metal que aqui fôsse encontrado. Apesar da determinação, nada obtiveram a respeito.

Criado o govêrno-geral, maiores incentivos receberam as providências no mesmo sentido tomadas. Ao primeiro Governador, Tomé de Sousa, recomendou D. João III que aqui mandasse procurar minas.

Conforme estudamos na unidade XIX, ao relacionar as principais entradas da segunda metade do século XVI, várias foram as empreendidas por iniciativa do govêrno-geral estabelecido na cidade do Salvador, partindo da Bahia como da vizinha Capitania de Pôrto Seguro, algumas das quais tendo atingido terras do atual Estado de Minas Gerais.

Foi o que ocorreu com a entrada chefiada por Francisco Bruza de Espinosa, de 1553.

Seguiu-se-lhe a de Vasco Rodrigues de Caldas, no Rio Paraguaçu, em 1561.

Moradores de Pôrto Seguro, levados por Martim Carvalho, atingiram, à procura de pedras preciosas, antes de 1568, o Rio Cricaré, hoje o mineiro e capixaba São Mateus.

Mais duas expedições dali partidas, de Sebastião Fernandes Tourinho, igualmente atingiram terras hoje mineiras.

Retomou a emprêsa, em 1574, Antônio Dias Adôrno, que no atual Leste de Minas conseguiu recolher interessantes amostras mineralógicas.

Mais conhecida, embora não tenha deixado os sertões baianos, foi a expedição em que perdeu a vida, em 1592, o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, um dos mais notáveis escritores do Brasil quinhentista.

Grande incentivo às entradas de pesquisas minerais trouxe o último govêrno do século XVI, o de D. Francisco de Sousa, conforme vimos ao tratar de seu período administrativo, na unidade VIII. Nesse sentido agiu na Bahia, no Espírito Santo e principalmente na Capitania de São Vicente, como veremos a seguir.

b) *Descobrimento de ouro na Capitania de São Vicente*

Os moradores de São Vicente foram os primeiros a se estabelecer, com caráter definitivo, na planalto. Conseqüentemente, suas entradas no interior passaram a ter como ponto de partida a nova Vila de São Paulo do Campo de Piratininga, depois que para ela foram transferidos os habitantes de Santo André da Borda do Campo.

Embora se dirigissem, essas penetrações, principalmente ao apresamento de indígenas destinados à escravidão, também compreendiam as pesquisas minerais. Desde meados do século circulavam notícias mais ou menos fantasiosas sôbre a existência de metais preciosos na Capitania e, para investigá-las, mandou o govêrno português, em 1559, um mineiro prático, Luís Martins. Por ordem do Governador Men de Sá, no ano seguinte, em São Vicente, partiu êle para indeterminados pontos do interior, em uma leva organizada e dirigida por Brás Cubas. Regressando êste a Santos, em 1562, com algumas amostras de metais e pedras, que enviou ao Reino, fêz com que no mesmo ano o mineiro voltasse às suas pesquisas. Não muito longe, ainda em terras vicentinas, em Jaraguá, talvez em Caatiba, hoje Bacaetava, encontrou, afinal, o desejado ouro. Explorou-o, inicialmente, o próprio Brás Cubas, depois associado ao Capitão-Mor Jerônimo Leitão.

Seu continuador nas pesquisas de ouro na capitania — escreveu o historiador Carvalho Franco — foi o mamaluco Afonso Sardinha, o Môço. Examinando regiões vizinhas de São Paulo, por iniciativa pessoal, descobriu ouro de lavagem na Serra da Mantiqueira, em Guarulhos, Jaraguá e São Roque. Seus descendentes prosseguiram na exploração das minas do Jaraguá.

Outras informações sôbre as minas vicentinas, também as localizaram nas terras de Paranapiacaba, Guaramumis, Nossa Senhora de Monserrate, Ibituruna (Parnaíba) e Ibiraçoiaba (Sorocaba). De 1598 é a primeira referência a certos "montes de Sabaroason", de onde um mamaluco teria extraído amostras de metal que, levadas à Bahia, ao Governador D. Francisco de Sousa, determinaram a vinda dêste a São Vicente (11).

Grande incremento às pesquisas minerais trouxe a presença do representante do Rei, acompanhado de mineiros habilitados. Tão notável foi o seu interêsse pela matéria, aliás já demonstrado também na Bahia e Espírito Santo, que terminado o seu período no govêrno-geral,

(11) Carvalho Franco — *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo* (São Paulo, 1940) p. 35/38.

permaneceu em São Vicente por mais algum tempo. Sendo nomeado Governador da Divisão do Sul do Brasil e Administrador das respectivas Minas, depois de ter incentivado a partida de várias bandeiras à procura de metais, faleceu em São Paulo, 1611.

c) *As minas de Paranaguá e Curitiba*

Com o povoamento, no litoral vicentino, de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, Iguape e Cananéia, aproximavam-se os luso-brasileiros das terras da Capitania de Santana, situadas entre a Baía de Paranaguá e Laguna, e que durante todo o século XVI haviam permanecido abandonadas.

Descoberto algum ouro de lavagem também na região de Iguape, constituiu êsse fato um incentivo para a extensão dêsse povoamento, além da preação de indígenas destinados à escravidão. Assim, em fins daquela centúria e início da seguinte, começou o devassamento da zona entre Paranaguá e Curitiba. Também aí se descobriu ouro. Referindo-se antes ao de São Vicente, assegurou Antonil-Andreoni que "muito mais, e por muitos anos se continuou a tirar em Paranaguá e Curitiba, primeiro por oitavas, depois por libras, que chegaram a alguma arrôba, pôsto que com muito trabalho para ajuntar, sendo o rendimento no catar limitado; até que se largaram, depois de serem descobertas pelos paulistas as Minas Gerais" (12), isto é, em fins do século XVII.

3 — *Povoamento do Paraná e Santa Catarina*

a) *Litoral*

Durante a segunda metade do século XVI povoaram-se, na costa sul do atual Estado de São Paulo, Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, Iguape (de onde já haviam sido expulsos os espanhóis) e Cananéia.

Um dos exploradores da região, em direção à costa hoje paranaense foi o alemão Heliodoro Eobanos, que havia tomado parte na conquista do Rio de Janeiro. Outra bandeira, a de Jerônimo Leitão, também atingiu a zona de Paranaguá. Por aí passaram, em 1605, rumo à Laguna dos Patos (ao sul do atual Estado de Santa Catarina), alguns jesuítas que visavam a catequese de seus indígenas. Pouco depois, aos companheiros de Jerônimo distribuíram-se terras de sesmaria na região de Paranaguá.

O aparecimento, aí, do ouro de lavagem, ocasionou a afluência de moradores de modo a justificar a elevação de Paranaguá à categoria de vila, em 1648. Determinou-a o 1.º Marquês de Cascais, Donatário da Capitania de Santana, que pouco depois nomeou Gabriel de Lara Capitão-Mor de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Atendendo, porém, à circunstância de possuírem essas terras riquezas minerais, inter-

(12) André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.). — *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (São Paulo, 1923), p. 206.

veio na Capitania o Governador do Rio de Janeiro e Administrador das Minas Salvador Correia de Sá e Benavides.

Prosseguindo o avanço de vicentinos pela costa Sul, com autorização do Marquês de Cascais, em 1658 Manuel Lourenço de Andrade foi povoar São Francisco, hoje São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Gabriel de Lara, preposto do donatário, elevou-a, pouco depois, à condição de vila.

A outro morador de São Vicente, Francisco Dias Velho, coube explorar e depois povoar a Ilha de Santa Catarina, aí se estabelecendo, com moradores, entre 1673 e 1678, dando origem à povoação de Nossa Senhora do Destêrro, a atual Florianópolis.

Continuando para o sul, Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco em 1688 fundaram Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

No ano seguinte um pirata atacou a povoação do Destêrro, matando o seu fundador. Os sobreviventes recolheram-se a Laguna.

b) *Interior*

O descobrimento do ouro de lavagem também na região de Curitiba, determinou a criação no planalto hoje paranaense de mais essa povoação, que em 1693 alcançou foros de vila.

A destruição, pelos bandeirantes vicentinos, das reduções jesuíticas espanholas do Guairá, estudada na unidade anterior, não foi seguida de seu imediato povoamento pelos portuguêses e seus descendentes brasileiros. Sòmente no século XVIII, quando se evidenciou a diminuição do rendimento das minas de ouro das Gerais, de Mato Grosso e Goiás, começaram os moradores da nova Capitania real de São Paulo, a que estiveram sujeitas terras hoje paranaenses e catarinenses, a povoar o respectivo interior, integrando-o no ciclo econômico da criação do gado.

Nesse sentido procederam à pacífica conquista de grande trecho do interior sulino, por intermédio de bandeiras, povoadores e penetrações isoladas que atingiram o Vale do Tibagi, as regiões em que se estabeleceram os núcleos criadores de gado de Guarapuava e Palmas, em território hoje do Estado do Paraná, e Lajes, no de Santa Catarina.

XXII

CICLO DO SERTANISMO DE CONTRATO

Um dos aspectos originais do bandeirantismo é constituído pelo que denominamos *ciclo do sertanismo de contrato,* isto é, a ação de bandeirantes contratados pelo govêrno-geral para combater indígenas inimigos, primeiramente nas Capitanias da Bahia de Todos os Santos e Ilhéus, depois nas do Rio Grande (do Norte) e Ceará, além de igualmente contratados para destruir os quilombos de negros fugidos dos Palmares, ao sul da Capitania de Pernambuco, inclusive em terras hoje alagoanas. Liga-se a êsse ciclo o devassamento do território do atual Piauí, em que vicentinos participaram do povoamento, iniciado por entradistas partidos da Bahia.

É uma fase que decorre principalmente na segunda metade do século XVII, entrando nos primeiros anos da centúria seguinte. Nela aconteceu o aproveitamento do Rio São Francisco para a ligação entre o Centro, Leste e Nordeste do Brasil. Revelou e confirmou o mérito de grandes sertanistas vicentinos, tais como Estêvão Ribeiro Baião Parente, seu filho João Amaro Maciel Parente, Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, Manuel Álvares de Morais Navarro, Cristóvão de Mendonça Arrais, Antônio Gonçalves Figueira, Antônio Cubas, André Furtado de Mendonça, Francisco Dias de Siqueira e outros. Ou não vicentinos, como os Rodrigues Adôrno, Domingos Afonso Mafrense, Fernão Carrilho, Bernardo Vieira de Melo e outros.

1 — Lutas contra os indígenas na Bahia e Ilhéus

a) *Ataques dos indígenas a engenhos e fazendas*

Apesar de povoada por portuguêses e seus descendentes, ainda em dias do século XVI, a região do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos, inclusive terras que lhe são vizinhas, pertencentes à Capitania dos Ilhéus, mantiveram-se refratários ao convívio com os colonos certos indígenas das proximidades. Sabe-se que ainda naquela centúria, esta última e a Capitania de Pôrto Seguro foram assoladas por assaltos dos aimorés, que muito prejudicaram seus engenhos de açúcar e povoações, de modo a baixar ou suprimir a produção dos primeiros e grandemente diminuir o número de moradores das segundas. Foram prolongamentos

dêsses assaltos os que antes do fim do século, realizados pelos mesmos aimorés, também começaram a atingir os vales dos Rios Jequiriçá e Paraguaçu, e que conseguiu obstar, com oportuna pacificação, Álvaro Rodrigues Adôrno, morador da Cachoeira (1).

Entrando o século XVII, novas perturbações da ordem começaram a provocar indígenas da região, que assaltavam engenhos de açúcar, fazendas de criação de gado e roças de mantimentos, às vêzes com o auxílio e a participação de escravos negros fugidos aos seus senhores e reunidos em *mocambos* ou *quilombos,* inclusive nas denominadas "santidades", em que uns e outros misturavam seus ritos, em estranho sincretismo (2). Assim, "em tôrno do Paraguaçu reuniram-se tribos ousadas e valentes, aparentadas aos aimorés convertidos no princípio do século, que invadiram o distrito de Capanema, trucidaram os moradores e vaqueiros do Aporá, e avançaram até Itapororocas" (3).

Com as dificuldades resultantes das lutas contra os holandeses, aumentou a audácia dos indígenas da Bahia, ocorrendo novos assaltos a engenhos e fazendas nos governos de Antônio Teles da Silva e do 6.º Conde de Atouguia. Mandou êste que os gueréns, um ramo dos aimorés, fôssem contra-atacados por Gaspar Rodrigues Adôrno e Tomé Dias Laços. Haviam êles chegado à região litorânea de Cairu e, embora fôssem afugentados até o sertão, foram precários os resultados desta entrada de castigo.

b) *Expedições vicentinas de combate aos indígenas*

Renovaram-se os assaltos dos índios e as expedições punitivas mandadas ao interior, sempre com transitório êxito, no govêrno-geral de Francisco Barreto. Êste, que havia comandado a guerra contra os flamengos, em sua fase final, lembrou-se do socorro por mais de uma vez ao Nordeste enviado pelos vicentinos contra os invasores estrangeiros e, conhecendo seus dotes de sertanistas afeitos à luta contra os indígenas, a êles resolveu recorrer, solicitando o seu auxílio, mediante contrato, para obtenção do domínio sôbre as regiões freqüentemente assaltadas.

Registrou-se, assim, em 1658/1660, a primeira expedição de vicentinos aos sertões baianos, contra os indígenas inimigos. Chefiou-a o bandeirante Domingos Barbosa Calheiros, que embarcando em Santos foi ter ao Salvador, de onde, com mais de duzentos brancos e mamalucos, partiu para o interior, dirigindo-se à região de Jacobina. Deixou-se enganar, porém, pelos guias paiaiás, e nada conseguiu de útil, perdendo-se no sertão a maior parte de seus companheiros.

---

(1) Cf. Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil,* 2.ª ed. (São Paulo, 1918), p. 378/379.

(2) As "santidades", cerimônias fetichistas inicialmente indígenas, tiveram depois a participação de escravos negros e até de brancos. Foram mencionadas por jesuítas como Nóbrega, e Aspilcueta Navarro, além de Jean de Léry e Diogo de Campos Moreno, êste no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil, de 1612* (Recife, 1958) p. 110. Determinou providências a seu respeito o Regimento dado ao Governador Gaspar de Sousa, em 1612, contido no códice *Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,* do Ministério das Relações Exteriores. Foram estudadas por J. Capistrano de Abreu, no prefácio das "Confissões da Bahia", de 1591/92, da *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil* (São Paulo, 1922). E pelo Prof. José Calasans, em *Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade do Jaguaripe* (Bahia, 1952).

(3) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial,* 4.ª ed. (Rio de Janeiro, 1954), p. 186.

Anos depois, renovaram-se os ataques de tapuias, de modo a ser-lhes declarada "guerra justa", em 1669. Contra êles pediu nôvo socorro vicentino o Governador Alexandre de Sousa Freire, conseguindo-o seu sucessor Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (Visconde de Barbacena). Em seus governos haviam os assaltos dos indígenas atingido vasta região ao sul da Baía de Todos os Santos, de Camamu e Boipeba aos Rios Jaguaribe e Paraguaçu, pertencente às Capitanias dos Ilhéus, Paraguaçu e Bahia.

Para combatê-los chegou contratada, também por mar, em 1671, a forte expedição vicentina comandada por Estêvão Ribeiro Baião Parente, composta de mais de 400 homens e cuja vanguarda levou Brás Rodrigues de Arzão. Tomando Cachoeira como base de longas operações, pelas duas margens do Paraguaçu sucessivamente combateram os indígenas, ao norte também pelo Vale do Jacuípe, ao sul pelo do Jequiriçá, rumo às respectivas cabeceiras. Até 1673 durou a enérgica repressão, sendo os prisioneiros remetidos, como escravos, para casas-fortes especialmente construídas, depois distribuídos aos que os comprassem e quisessem utilizar-se de seus serviços. João Amaro Maciel Parente, filho de Estêvão, que com outros ali permaneceu, legou seus prenomes aos "sertões de João Amaro". A êle coube, mais tarde, abrir uma via de penetração de Ilhéus ao Rio São Francisco.

Depois dessas expedições do ciclo do sertanismo de contrato que atingiram a Bahia por via marítima, outras, também vicentinas, agindo isoladas e particularmente, começaram a descer o Rio São Francisco, inclusive lutando com os muitos indígenas de suas margens, tendo em vista escravizá-los. Talvez a primeira tenha sido a de Domingos de Freitas de Azevedo, que combateu os índios aniós, depois os das cabeceiras do Paraguaçu, no que foi sucedido por Francisco de Chaves Leme.

Muitos dos vicentinos que em expedições oficiais ou particulares, na segunda metade do século XVII atingiram os territórios das maiores Capitanias baianas (Bahia, Ilhéus e Pôrto Seguro) aí se estabeleceram com grandes fazendas de criação de gado, em que punham a trabalhar os indígenas que escravizavam. Alguns, como Domingos Leme de Moraes em Pôrto Seguro, tornaram-se verdadeiros régulos e nessa capitania teve de mandar processá-los e julgá-los, por tropelias que cometeram, o Governador-Geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que em 1692 severamente os puniu.

2 — *Devassamento do Piauí*

Na história da formação geográfica dos Estados brasileiros, a do Piauí constitui exceção, por ter sido feita pelo interior, *por dentro,* não a partir do litoral, como ocorreu nos demais. É verdade que desde o início do século XVII, com a expedição exploradora de Pero Coelho tornou-se conhecido o Punaré, Rio Grande dos Tapuiuçus ou Paraoaçu, o atual Parnaíba, mas, apesar de seu volume, não se tornou logo uma via de acesso para o futuro interior hoje piauiense e maranhense.

Partiu da Bahia a penetração nessa região e deve-se à expansão de suas fazendas de criação de gado. Realizou-a, em 1674, Domingos Afonso Mafrense, também conhecido por Domingos Afonso Sertão, rendeiro da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, que atravessando o Rio São Francisco e o divisor de águas que separa sua bacia do Parnaíba, atingiu as regiões dos Rios Piauí e Canindé, onde estabeleceu currais de gado. Com êle e com o mesmo objetivo, requereram terras de sesmaria, até os Rios Gurguéia, Parnaíba e Paraim, o então Senhor da Casa da Tôrre, Francisco Dias de Ávila, e outros.

Posteriormente, também atingiu terras piauienses o bandeirante vicentino Domingos Jorge Velho, igualmente vindo da Bahia, fazendo-o talvez pelo Rio Gurguéia e estabelecendo-se no Poti. Em companhia de Mafrense combateu índios em 1679/1680, retirando-se depois para outras regiões, com seus companheiros.

Devassada, assim, grande parte do atual território piauiense, serviu êle de passagem para outros bandeirantes vicentinos, que atravessando o Parnaíba alcançaram terras hoje maranhenses. Citam-se, a propósito, os nomes do preador de índios Francisco Dias de Siqueira, apelidado *Apuçá* (surdo) e de João Rapôso Bocarro, que antes de terminar a centúria teriam feito essa travessia.

A primeira povoação do Piauí a ser criada freguesia, em 1696, foi Nossa Senhora da Vitória do Brejo da Môcha do Sertão do Piagui, próxima ao Rio Canindé e que depois foi Vila de Oeiras, cabeça da capitania e província, antes da transferência da capital para Teresina, já sob o Império, em 1852.

a) *A questão da prioridade*

O historiador Sebastião da Rocha Pita, em sua *História da América Portuguêsa,* publicada em Lisboa, 1730, foi o primeiro a conceder ao Mafrense a prioridade no devassamento do Piauí. Em 1909, em sua *Cronologia Histórica do Estado do Piauí,* apresentou Francisco Augusto Pereira da Costa a cópia de um truncado documento de concessão de sesmaria, hoje desaparecido, datado de 1705, no qual em petição do ano anterior, Jerônima Cardim Fróis, viúva de Domingos Jorge Velho, e Cristóvão de Mendonça Arrais, companheiro do bandeirante, citando a permanência dêstes, no Piauí, até 1687, e alegando que já ali estariam há 24 ou 25 anos, requeriam terras de sesmarias. Interpretou Pereira da Costa que, a ser deduzido êste prazo daquela data, verificava-se terem os vicentinos chegado ao Piauí em 1662 ou 1663, antes, portanto, do Mafrense.

Aceitou essa nova prioridade Afonso de Escragnolle Taunay, em sua *História Geral das Bandeiras Paulistas,* vol. IV. Outros escritores preferiram continuar aceitando a afirmativa de Rocha Pita, de que Domingos Afonso Mafrense teria sido o primeiro a entrar naquelas terras, "até ali não penetradas dos portuguêses" e que só posteriormente nelas ter-se-ia encontrado com Domingos Jorge Velho.

Examinando-se mais detidamente a confusa versão do chamado "documento de Pereira da Costa", opinamos, com Rodolfo Garcia, em nota à *História Geral do Brasil,* de Varnhagen, vol. III, que o referido prazo de 24 ou 25 anos deve ser contado da data da petição da sesmaria (1704) e não do citado ano de 1687, o que dá exatamente 1679 ou 1680, isto é, a época em que se teriam encontrado os dois sertanistas, mantendo-se assim a alegada prioridade do Mafrense, até que apareça prova mais convincente, em sentido contrário.

3 — Destruição dos quilombos dos Palmares

a) *Formação dos quilombos*

Desde os primeiros anos do século XVII começaram a provocar a atenção dos Capitães-Mores de Pernambuco e dos Governadores-Gerais do Brasil os ajuntamentos de escravos negros fugidos aos seus senhores, que se faziam ao sul daquela capitania, em região pela abundância de palmeiras logo conhecida como dos Palmares, em terras montanhosas, hoje pertencentes ao Estado de Alagoas. Atacavam engenhos de açúcar e fazendas das vizinhanças, constituindo grande perigo para os moradores, inclusive pelo exemplo oferecido aos demais cativos.

Contra êles tomou providências o Governador Diogo Botelho, mas foram precários os resultados, porque alguns anos depois, no govêrno de D. Diogo de Meneses, registrou a continuação dos referidos "mocambos" o Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil,* de 1612, nos seguintes têrmos: "Nesta Capitania, a trinta léguas ao sertão, está um sítio entre umas serras a que chamam os Palmares, ao qual ordinàriamente se acolhem, fugindo do trabalho, os escravos desta capitania, e depois, com assaltos e corredorias que fazem, obrigam os brancos a que os busquem com mão armada, do que sucede trazerem muitos; algumas vêzes, porém, tanto que os soltam, e os trabalham, logo se tornam para a mesma parte, não sendo possível extinguir-lhes o fundamento, pelo que não faltam desordens e queixumes, porque sucede que os insultos que os vadios cometem, lançam a fama aos dos Palmares, e assim ficam sem castigo; povoando-se as partes do sertão, que fôrem de sustância, terá remédio êste queixume" [4].

b) *Período holandês*

Com o constante aumento dos engenhos de açúcar pernambucanos, nos anos seguintes, e o consecutivo acréscimo das importações de escravos africanos, cresceu, simultâneamente, o número dos negros aquilombados nos Palmares, de modo a causar preocupações às autoridades e moradores.

A invasão holandesa de Pernambuco, em 1630, por parte da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, determinando o abandono de

(4) Diogo de Campos Moreno — *Op. cit.,* p. 190/191.

muitos engenhos, por seus legítimos proprietários, facilitou, ainda mais, a afluência de fugitivos às montanhas e florestas palmarinas. Escravos procedentes de Pôrto Calvo ali se reuniam aos de outras regiões, ameaçando os estabelecimentos rurais das vizinhanças e tornando inseguras as comunicações terrestres da Bahia com a parte não ocupada pelo inimigo, do território pernambucano. As vicissitudes das lutas aí travadas entre invasores e defensores da terra, impediram, por muito anos, que maior atenção fôsse dada ao problema do grande quilombo.

Sòmente quando, com a restauração da monarquia lusitana, puderam os holandeses celebrar um armistício com os portuguêses, tiveram a possibilidade de atacar os quilombolas, ao fim do período do govêrno do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, e pouco depois.

Contra êles enviaram os holandeses duas expedições: uma sob o comando de Baro, em 1644; outra, no ano seguinte, sob a chefia de Blaer e Jurgens. Ambas, porém, com resultados precários, pois não conseguiram extinguir, de vez, a aglomeração dos Palmares, ali várias vêzes mudada de local e, em suas fases de desenvolvimento, multiplicada em vários núcleos.

As lutas dos anos seguintes, provocadas pela Insurreição Pernambucana, adiaram para depois da definitiva e total expulsão dos flamengos, a solução do problema dos Palmares.

c) *Período pernambucano*

Depois da restauração pernambucana de 1654 puderam os Governadores da Capitania retomar a questão dos Palmares, contra êles enviando várias pequenas expedições, tôdas insuficientes para resolvê-la. Distinguiram-se, entre elas, a mandada por Francisco Barreto, sob o comando de André da Rocha e Antônio Jácome Bezerra. Os negros adotavam o sistema de fugir à aproximação dos brancos que vinham combatê-los, escondendo-se nas matas e, posteriormente, quando aquêles se retiravam, voltavam às suas posições ou mudavam as respectivas localizações.

Verificado que pequenas expedições não conseguiriam extinguir os quilombos palmarinos, outras, mais fortes, prepararam os Governadores de Pernambuco. D. Pedro de Almeida, por exemplo, em 1675 para lá mandou Manuel Lopes, que apesar de permanecer cinco meses na região, apenas obteve que os negros fôssem se estabelecer mais adiante.

Um notável sertanista, Fernão Carrilho, por três vêzes foi depois enviado aos Palmares e apesar de seu valor também não logrou alcançar aquêle objetivo. Da primeira, em 1677, atacou os negros mas não pôde evitar a fuga da maior parte.

Resolveu o citado Governador oferecer-lhes a paz, com negociações que se prolongaram até o período de seu sucessor, Aires de Sousa de Castro, mas com resultados precários. Chegou êste, até, a distribuir sesmarias na região, mas não tardou que os quilombolas renovassem seus ataques a fazendas, engenhos, etc.

Coube a outro Governador, D. João de Sousa, enviar pela segunda

vez Fernão Carrilho aos Palmares, em 1684. Preferiu êste tentar novamente, uma acomodação, mas, não o conseguindo, desentenderam-se aquela autoridade e o comandante e, verificando-se outras fugas de escravos, o Capitão foi mandado para o Ceará.

Ouvido o Conselho Ultramarino, sôbre a inconveniência da celebração de pazes com os aquilombados, ainda a Carrilho recorreu o Governador João da Cunha Souto Maior, para uma nova expedição, em 1686. Conseguiu, esta, a dispersão dos negros, embora, mais uma vez, transitòriamente.

d) *Período vicentino*

Persistindo, assim, o perigo da vizinhança dos grandes mocambos de negros fugidos, cada vez maiores, e ouvido, novamente, o Conselho Ultramarino, em 1687 resolveu aquêle último Governador citado, a exemplo do que contra os indígenas já haviam feito alguns Governadores-Gerais, apelar para o auxílio de bandeirantes vicentinos, a fim de ser conseguida a vitória final, há mais de oitenta anos inùtilmente procurada.

Domingos Jorge Velho, já radicado no Nordeste, foi o escolhido para a difícil missão. Estabeleceram-se, minuciosamente, as condições para a sua emprêsa, decidindo-se que os quilombolas aprisionados seriam vendidos para Capitanias do Sul e até Buenos Aires. Povoações seriam fundadas na região conquistada aos negros, nelas não sendo permitida a permanência dos ex-fugitivos. Para eliminar uma das causas da longa manutenção dos quilombos, foi o contratado autorizado a prender tôdas as pessoas que protegessem ou de algum modo auxiliassem os quilombolas ([5]). Fornecer-lhe-ia o Governador armas, munições e abastecimento, sendo garantidas aos vencedores a quinta parte das prêsas e respectivos produtos de venda, resgates de escravos recuperados por seus senhores, concessão de sesmarias nas terras conquistadas, quatro hábitos nas três Ordens Militares do Reino para seus principais capitães, etc.

Antes de ratificado êsse convênio, julgou-se mais urgente que Domingos Jorge Velho, com outros bandeirantes vicentinos já radicados na Bahia e no próprio Nordeste, além de outros especialmente vindos da Capitania de São Vicente, fôssem combater os indígenas rebelados no Rio Grande (do Norte), conforme veremos no capítulo seguinte, dedicado à chamada "Guerra dos Bárbaros".

Assim, sòmente em 1690 iniciou êle a dura mas decisiva campanha contra os negros aquilombados nos Palmares, que duraria mais de cinco anos, até 1695, através de numerosas dificuldades, esgotamento de recursos, necessidade de reforços, etc.

Coube ao Governador de Pernambuco, Marquês de Montebelo, ratificar, em 1691, os têrmos do contrato com Domingos Jorge Velho, exceto

(5) É curioso notar que para solução do problema do cangaço, na mesma região do Nordeste brasileiro, dois séculos e meio mais tarde, também se tornou necessária a adoção de enérgicas medidas contra os *coiteiros*, os protetores dos cangaceiros que por mêdo ou conveniência muito contribuíram para a longa vigência do banditismo nos sertões.

quanto aos hábitos das Ordens Militares e ao quinto dos negros capturados, pontos sôbre os quais sòmente o Rei poderia decidir, como aliás em 1693 fêz D. Pedro II.

Grande foi a resistência oposta pelos quilombolas aos atacantes vicentinos e nordestinos, parecendo, em muitas ocasiões, que também essa tentativa se malograria. Reforços foram, porém, enviados, por aquêle governador como por seu sucessor, Caetano de Melo e Castro, inclusive os comandados pelo pernambucano Bernardo Vieira de Melo.

Afinal, em janeiro e fevereiro de 1694 pôde ser cercado e tomado seu principal reduto, situado no alto da Serra do Barriga, sendo mortos e aprisionados centenas de negros. Entre os mortos, uns 200, acossados por Vieira de Melo, caíram num precipício. Formou-se, daí, a lenda do suicídio do Zâmbi (não *Zumbi*), principal chefe dos aquilombados, e de seus companheiros, que não tem qualquer fundamento histórico (6). Sabe-se entretanto que, perseguidos os fugitivos, já no ano seguinte, encontrando-se o referido Zâmbi "ferido por duas pelouradas", foi morto por tropa comandada por André Furtado de Mendonça.

Terminada a dura campanha, com muita dificuldade conseguiram os vicentinos e nordestinos nela empenhados receber apenas parte dos prêmios e vantagens que lhes haviam sido prometidos. Distribuindo-se-lhes terras de sesmaria, permaneceram alguns na própria região conquistada aos negros, onde, com a formação de novas povoações, fazendas e engenhos de açúcar, desapareceu o perigo da formação de outros núcleos de quilombolas.

4 — "Guerra dos Bárbaros"

Muitas foram as lutas que por diferentes causas, contra os indígenas no Brasil tiveram de travar, em quase todo o período colonial, os portuguêses e seus descendentes. Já mencionamos, na unidade VII, as registradas no século XVI, nas Capitanias hereditárias de Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo, São Tomé e São Vicente. O mesmo fizemos, na unidade IX, quanto à conquista do Rio de Janeiro; e, nas unidades XIV, XVII e XVIII, relativamente às conquistas de Sergipe d'El-Rei, Paraíba, Rio Grande (do Norte), Ceará, Maranhão, Grão-Pará e Amazônia. E, quanto ao Sul e Sudoeste do Brasil, na unidade XX, do *Ciclo da Caça ao Índio*. Acabamos de vê-lo neste *Ciclo do Sertanismo de Contrato,* novamente com referência às Capitanias da Bahia e Ilhéus. E veremos, agora, a mais longa dessas lutas, a impròpriamente chamada *Guerra dos Bárbaros* ou *Confederação dos Cariris,* que com interrupções e em duas zonas e períodos principais, do Rio Grande (do Norte) e do Ceará, com repercussões nas Capitanias vizinhas, durou trinta anos, de 1683 a 1713.

---

(6) A lenda dêsse suicídio, primeiramente divulgada por Sebastião da Rocha Pita, na citada *História da América Portuguêsa,* foi sem maior exame repetida por muitos historiógrafos, mas está cabalmente desmentida por documentos incluídos em *As Guerras nos Palmares,* de Ernesto Ennes, 1.º vol. (São Paulo, 1938).

a) *Período rio-grandense*

Durante as lutas com os holandeses, algumas tribos indígenas parcialmente se colocaram ao lado dos invasores contra os defensores da terra, salientando-se, entre elas, os janduís do Rio Grande, um ramo dos tapuias nos últimos decênios do século XVII localizado entre os Rios Açu e Jaguaribe, portanto também em território hoje cearense.

Começou em 1683 essa rebelião inicialmente movida contra os moradores da capitania do Rio Grande, notadamente fazendeiros criadores, cujas propriedades eram continuamente assaltadas pelos índios, que assassinavam os seus moradores, incendiavam casas, matavam e roubavam gado, etc.

Os primeiros socorros foram levados pelo Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares e pelo Coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, por ordem do Governador-Geral e do Governador de Pernambuco (de quem dependia o Capitão-Mor do Rio Grande). Além de soldados, compreendiam negros livres e índios amigos. Cedo verificou-se, porém, que eram insuficientes, alastrando-se a rebeldia com a morte de muitos colonos e grandes perdas, principalmente de gado.

Um nôvo Governador-Geral, Matias da Cunha, providenciou para que outros recursos fôssem enviados de Pernambuco e Paraíba contra os revoltados cariris. Sendo, entretanto, insuficientes, surgiu, mais uma vez, em 1687, a idéia de serem empregados na repressão bandeirantes vicentinos, muito afeitos às lutas contra os indígenas, em várias regiões do país. Lançou o Governador uma finta (contribuição especial), para prover às despesas e solicitou à Câmara de São Paulo que concitasse os vicentinos à participação nessa nova luta. Utilizando elementos que se encontravam mais próximos, resolveu-se recorrer ao bandeirante Matias Cardoso de Almeida, então afazendado à margem do Rio São Francisco, e a Domingos Jorge Velho, êste já em negociações para a emprêsa da destruição dos quilombos dos Palmares, mas que se prontificou a combater primeiramente os cariris, tarefa que se apresentava mais urgente.

Entrando em ação, no ano seguinte, de início conseguiu algumas vitórias, mas afinal teve de retirar-se, com o Coronel Albuquerque da Câmara.

Uma grande epidemia, chamada da "bicha", dificultou, na Bahia, a tomada de novas providências quanto à *Guerra do Açu*. Todavia, no govêrno interino do Arcebispo D. Frei Manuel da Ressurreição, foi mandado a São Paulo, a fim de angariar elementos para a luta, João Amaro Maciel Parente. O resultado foi a organização de novas e experimentadas fôrças comandadas por Matias Cardoso de Almeida, como Mestre-de-Campo, tendo como principais auxiliares Manuel Álvares de Morais Navarro, João Amaro, Antônio Cubas, Antônio Gonçalves Figueira e outros. Uma vitória sôbre os janduís obteve, pouco depois, Cristóvão de Mendonça Arrais, antigo auxiliar de Domingos Jorge

Velho, no Rio Grande. E outra, no Jaguaribe, depois alcançou Matias Cardoso.

Combatidos eficientemente, por intermédio de João Pais Florião solicitaram os janduís a paz, em 1692, indo à Bahia seus emissários, que a assinaram com o nôvo Governador-Geral, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. Procurou consolidá-la o estabelecimento, na região, de missões de jesuítas e padres oratorianos.

b) *Período cearense*

Pouco tempo durou a paz, pois no govêrno de D. João de Lencastre, em 1694, recomeçaram as hostilidades, agora, porém, em território principalmente cearense. Matias Cardoso e Morais Navarro dirigiram a repressão, eficientemente auxiliados pelo Capitão-Mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo.

Assumindo, o segundo, a direção das operações, antes do fim do século venceu os paiacus. Entrando em dissensões com Bernardo e o Bispo de Olinda, D. Frei Francisco de Lima, Morais Navarro foi destituído e prêso, já em 1701.

Prosseguiu a campanha Vieira de Melo, que em 1704 deu por pacificado o Rio Grande. No Ceará, entretanto, registraram-se novas escaramuças, ainda em 1713 cabendo aos paiacus ameaçar Aquirás. Nessa Capitania, além dêles, participaram das lutas outros indígenas, como os cariús, caratiús e icós.

Depois daquela última data considerou-se encerrada a denominada *Guerra dos Bárbaros* (7).

(7) Assunto até há pouco tempo desprezado na História do Brasil, a *Guerra do Açu* ou *Confederação dos Cariris* foi pela primeira vez tratada em conjunto e à luz de muitos documentos no trabalho de Afonso de Escragnolle Taunay intitulado *A Guerra dos Bárbaros*, em 1936 publicado como separata da *Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo, vol. XXII.